

GOVERNMENT OF INDIA

DEPARTMENT OF ARCHAEOLOGY

**CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY**

ACC. NO. 59192
CALL NO. 946-905/O.P.

D.G.A. 79.

O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

VOLUME XI—1914

Não me mandas contar estranha historia;
mas mandas-me louvar dos meus a gloria.

CANÇÕES, Linc., c. III, est. III.



946.905
O.P.

NOVA GOA

IMPRESA NACIONAL

1914

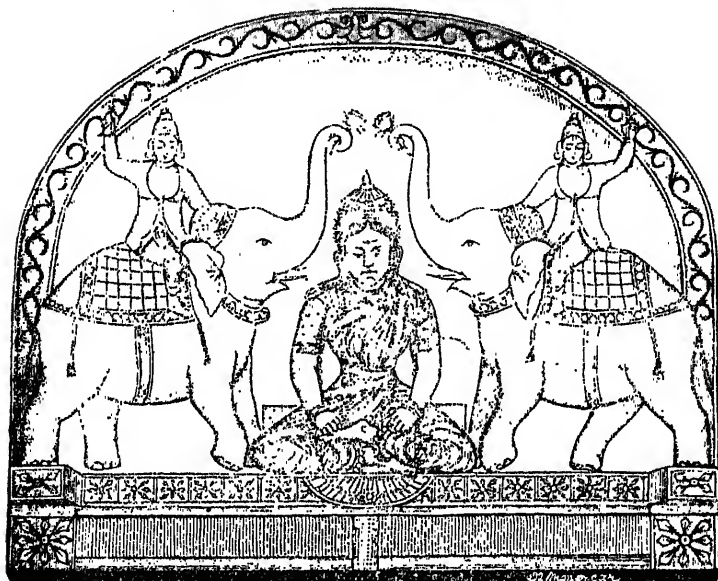


CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY, NEW DELHI.

Acc. No. 50132-

Date 31-12-75

Call No. 946.905/O.P.



O ORIENTE PORTUGUEZ

XI

1914

DIRECTOR

J. A. Ismael Gracias

Indice dos colaboradores

A

A. F. Moniz—pg. 75, 127 e 225.

B

B. C. Tavares de Mello—pg. 135, 196 e 286.

C

Carlos A. Pereira Bacellar—pg. 8.

D

Diogo Vieira Tovar de Albuquerque—pg. 27, 99 e 243.

E

Ernesto de Vasconcellos—pg. 153.

J

- J. A. Ismael Gracias — pg. 1, 51, 67, 80, 103, 143, 159,
206, 213, 238, 255, 295 e 297.
J. B. Amancio Gracias—pg. 14.
Jeronimo Quadros—pg. 54, 70 e 163.
J. Ferreira Martins—pg. 107 e 279.
José Joaquim Fragoso—pg. 124.
José Julio da Costa—pg. 177.

R

- Ricardo Michael Teles—pg. 23, 25 e 233.
Rosario da Rocha e Sá—pg. 63.

S

- S.—pg. 17.



INDICE DAS MATERIAS

A

- Aclaração (Uma) Historica—Martyres de Taná—pg. 70.
Advogados (Alguns) antigos de Goa—pg. 159 e 241.
Alfandega (A) de Damão (1795)—pg. 127.

C

- Clero em Goa em 1750—pg. 103.
Comercio de opio em Damão no governo do Prefeito Bernardo
Peres da Silva—pg. 225.

D

- Dialecto indo-portuguez de Ceylão :
Istori de Violete (Sr.^a) e Brion (Sr.)—pg. 135 e 196.
Adivinhas—pg. 286.

E

- Emissões de sellos indo-portuguezes desde 1887 até 1913—
pg. 8.
Epitaphios :
Egreja de Santa Cruz—pg. 23.
Egreja das Mercês-- pg. 25.
Em Taleigão—pg. 233.
Epitaphios portuguezes em Patna—pg. 295.

F

Feitoria de Goa antes da conquista (1510 — Janeiro 1)—pg. 124.

Fernão de Albuquerque—pg. 279.

Físicos-móres da India no seculo XIX—pg. 255.

G

Governador (O) Filipe de Valladares Souto-maior—pg. 1.

H

Historia (Para a) das apostas em Diu—pg. 51.

I

Index Alfabetico, Chronologico e Remissivo—pg. 27, 99 e 243.

Inscripção (Uma) portugueza em Cochim—pg. 67.

M

Machila (A)—pg. 63.

Moedas (As) dabu e sivrai em Damão—pg. 75.

Medicos (Alguns) antigos de Goa (1797-1839)—pg. 213.

N

Novo (Um) bairro em Pangim (1885)—pg. 17.

R

Reivindicações geograficas—pg. 153.

T

Terramoto (O) de Lisboa de 1755—pg. 14.

Tombo de Diu por Francisco Paes (1592):

Alfabeto ou Tombo das praças do Norte deste Estado da India a B, Chaul e Diu—pg. 54, 59 e 165.

Testamento do Dr. Pedro da Silva e Alva (1760)—pg. 177.

U

Ultimos (Os) dias de Ormuz—pg. 107.

V

Varia Variorum :

- Advogados (Mais alguns) antigos de Goa—pg. 241.
Anachronismos na pintura—pg. 82.
Bartolomeu Galvão—pg. 206.
Boticarios (Alguns) antigos de Goa—pg. 297.
Canella, teca, champó, surungueira, vonvoleira e mogareira—pg. 143.
Comissões mixtas em Goa—pg. 239.
Cosinheiro (Um) francez em Goa, 1807-809—pg. 239.
Embarcações de guerra em Goa no ano de 1806 — pg. 81.
Estações postais na India Portuguesa em 1914 — pg. 300.
Etimologia de duas palavras «Batela-Patecas»—pg. 85.
Ferro (O) na antiga India—pg. 298.
Historia (Para a) dos arquivos da India—pg. 238.
Hobson-Jobson (Um) portuguez—pg. 301.
Julio Simão, engenheiro-mór da India—pg. 151.
Missionários de Goa em Ceilão no ano de 1790 — pg. 207.
Ossada (A) de Affonso d'Albuquerque—pg. 146.
População indo-portugueza na Presidencia de Bombaim—pg. 297.
Primeiros administradores de concelho em Goa — pg. 208.
Prelados das ordens religiosas em Goa no anno de 1806—pg. 80.
Professores publicos em Goa no anno de 1826 — pg. 299.
Rhinoceronte (Um) notavel—pg. 83.
Sob proposta, ou sobre proposta?—pg. 88.
Storia do Mogor—pg. 145.
Tratados entre Portugal e a Inglaterra—pg. 208.





O ORIENTE PORTUGUEZ

II.º ANNO. 1914

N.ºs 1 e 2

— Janeiro e Fevereiro —



O GOVERNADOR FILIPPE DE VALLADARES SOUTOMAIOR

FILIPPE de Valladares Soutomaior (ou Luiz Filipe de Valladares Soutomaior, como em alguns documentos se diz) nasceu na cidade de Távira em 15 de agosto de 1691 ¹. Não encontramos o anno em que veio á India, mas achamos-o capitão governador de Damão entre 1736 a 1742 ², provedor da Misericordia de Goa em 1749 e 1750 ³ e mestre de campo do terço velho de Bardez em 1756, quando, em

¹ Teixeira de Aragão, *Descripção historica das moedas...* III, 312 e 327.

² A. F. Moniz, *Noticias e Documentos para a historia de Damão*, I, 32 e III, 4.

³ J. F. Ferreira Martins, *A Misericordia de Goa*, I, 394 e II, 112.

resultado da abertura das vias de successão pela tragica morte do vice-rei Conde de Alva, entrou no governo colectivo de que foram outros membros o arcebispo primaz D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira e o chanceler da Relação João de Mesquita Mattos Teixeira.

A administração deste triumvirato é de ingrata escriptura. O povo de Goa lutou com a fome; os roubos eram frequentes; a tropa insubordinada. O chanceler e Philippe de Valadares, andando sempre desavindos por causa dos interesses proprios em que só cuidavam, deixaram em completo abandono os do Estado, e o arcebispo primaz, encarregando-se do papel de conciliador, apenas conseguiu evitar que os seus dois companheiros chegassem a vias de facto.

Infelizmente esta governação, em que houve graves abusos de autoridade e prevaricações, durou mais de dois annos, desde 1 de julho de 1756 a 23 de setembro de 1758, em que tomou posse o vice-rei Conde da Ega; mas tinham já chegado á côrte de Lisboa informações detalhadas do procedimento do desembargador Mattos Teixeira e de Philippe de Valladares;—d'ahi o seguinte aviso áquelle vice-rei na mesma monção em que veio o Conde da Ega:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Por justos motivos que foram presentes a Sua Magestade, é o mesmo Senhor servido, que V. Ex.^a faça embarcar para este reino na volta das naus que vão na presente monção para esse Estado, aos dous governadores interinos d'elle, João de Mesquita Mattos Teixeira e Philippe da Valladares Sotto-Maior, sem embargo de qualquer causa ou pretexto; com que os ditos intentem dilatar a prompta e indefectivel execução desta ordem. O que Sua Magestade ha por muito recommendado a V. Ex.^a.

Deus guarde a V. Ex.^a—Belém a 30 de Março de 1758.
—*Thomé Joaquim de Costa Côrte-Real*—Sr. Conde da Ega.»¹

Em vista deste aviso o Conde da Ega mandou na monção subsequente para Lisboa o desembargador Mattos Teixeira, que foi substituído no cargo de chanceler da Relação pelo

¹ L.^o das monções n.^o 131, fl. 248.

dr. João de Souza de Menezes Lobo, e quanto a Filippe de Valladares fez ao referido secretario d'Estado varias ponderações no seguinte officio :

«Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.—Por aviso de V. Ex.^a vindo nesta monção recebi a ordem de Sua Magestade para fazer embarcar os dous governadores que foram deste Estado, João de Mesquita e Filippe de Valladares Souto Maior; fica executada a referida ordem pelo que pertence a João de Mesquita, e suspensa até nova resolução do mesmo Senhor na parte que sôa a Filippe de Valladares pelas razões que exporei a V. Ex.^a, e que julguei attendiveis.

Acha-se o dito Filippe de Valladares com mais de setenta annos ¹, cheio de achaques e com alguns actuaes, que seria o mesmo mandal-o embarcar que matal-o; occorre tambem ser o mais opulento portuguez, que tem Goa, e que achando-se sem filhos, levaria consigo todos os cabedaes que fossem transportaveis em prejuizo deste Estado: é o mesmo Valladares o unico homem de negócio portuguez, que tem esta praça, e que pelo seu commercio de muitos annos tem utilizado as rendas reaes de não pouco cabedaes, e para as direcções, é conhecimento do commercio; se os vice-reis lhe for preciso ou uma noticia ou um conselho, é elle o unico quem podem achar qualquer destas cousas e na extrema necessidade em que está Goa, seria a separação deste homem de grande prejuizo.

Tambem a exprimentaria uma obra pública e conveniente que elle fez, e conserva á sua custa, que é uma casa de engeitados com todo o necessario, e outra que ainda está fazendo para exercicio espirital, e sendo tudo o que fica dito digno de ponderação, tomei o expediente de suspender-lhe a viagem até dar conta a Sua Magestade para determinar-me o que for servido, lembrando-me tambem de que, se as culpas de Filippe de Valladares são taes, que mereçam exemplar castigo, fará este muito maior impressão executado no logar do delicto: ficando deste modo os seus bens no Estado e elle punido. Estimarei que esta minha resolução não seja desaprovada, na certeza de que a tomei, sem outro motivo mais que o do zelo com que desejo servir a Sua Magestade.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos annos—Goa 20 de dezembro de 1758.» ²

¹ Aliás 67 annos d'idade.

² L.^o cit., fl. 249.

A breve, mas substancial maneira por que o Conde da Ega se refere a Philippe de Valladares, dispensa commentarios. É um relato completo e, de certo, fiel. Valladares era um homem rico, muito dado ao trafico mercantil de que possuia bastantes conhecimentos e experiencia, sem filhos, embora tivesse casado em Goa com D. Luiza Francisca de Mello, viuva de Manoel Soares Velho ¹. Para mais, descarregava, como não poucos fidalgos e capitães do seu tempo e de pretéritas epochas, a sua consciencia, se algo lhe accusava, em fundações pias!

A Côrte, porém, ou antes o Marquez de Pombal, o omnipotente ministro de el-rei D. José, que, por esse tempo, se estava já interessando muito pelas cousas da India, não attendeu ás ponderações do vice-rei, que na subsequente monção recebeu o seguinte peremptorio aviso :

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — A Sua Magestade foram presentes as cartas de V. Ex.^a das datas de 13, 14 e 20 de Dezembro de 1758, em que V. Ex.^a expoz as prevaricações e desordens, que commetterão João de Mesquita Mattos Teixeira e Philippe de Valladares Souto maior, no tempo em que se achavão encarregados do governo desse Estado, abusando da autoridade, que o mesmo Senhor lhes havia confiado para satisfazerem as suas particulares paixões, e promoverem os seus interesses, com disserviço de Sua Magestade, e desse Estado, e vexação dos povos, que deviam proteger.

E porque os sobreditos factos terão causado um geral escandalo: querendo o mesmo Senhor fazer cessar por meio de uma competente reparação:

E' servido, que V. Ex.^a faça embarcar para este reino o sobredito Philippe de Valladares Soutomaior em qualquer estado em que se achar, remettendo o preso á ordem de Sua Magestade na nao de transporte *Nossa Senhora da Conceição e S. Vicente Ferrer*, entregue ao commandante della, o capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro de Alcaçova; sem embargo dos motivos que fizeram a V. Ex.^a suspender a execução da ordem, que a este respeito se lhe havia expedido; e de outros quaesquer que possam occorrer; porque a todos deve prevalecer a necessidade desta demonstração.

¹ Teixeira de Aragão, *op. cit.*, 328.

Ao chanceler da Relação desse Estado tem Sua Magestade encarregado debaixo do mais inviolavel segredo de tirar uma exacta devassa dos procedimentos dos sobreditos João de Mesquita e Philippe de Valladares: e de proceder ao sequestro geral dos bens a este pertencentes, no caso, que da mesma devassa resultem as necessarias provas para a certeza das culpas, de que foi arguido; suspendendo o sobredito chanceler nestas diligencias, até o tempo da sua ausencia para este reino. E a V. Ex.^a ordena o mesmo Senhor, que, no caso de ser necessario, auxilie ao referido chanceler nas referidas diligencias.

Deus Guarde a V. Ex.^a — Nossa Senhora da Ajuda 2 de Abril de 1760 — *Thomé Joaquim da Costa Côrte-Real.* ¹

N'uma outra carta, bastante extensa, tambem de 2 de abril de 1760, esse mesmo secretario d'Estado, tratando de varios assumptos, escrevia ao vice-rei:

«Pelo que respeita aos interesses, que V. Ex.^a considerou, que podia fazer a esse Estado a conservação nelle de Philippe de Valladares, resolveu S. Magestade que deviam ceder ao remedio que indispensavelmente requerem os escandalos que o sobredito deu com a sua insaciavel cobiça, ordenando o mesmo Senhor, que seja remettido para este reino em qualquer estado, em que se ache ao tempo da partida, da nao de transporte *Nossa Senhora da Natividade*, em que V. Ex.^a o fará embarcar, sendo entregue preso ao commandante della, o capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro de Alcaçova» ².

N'este trecho responde-se manifestamente á carta do vice-rei, de 20 de dezembro de 1755, que os leitores já atraz conhecem, toda favoravel a Filippe de Valladares, e em que se põe ainda em duvida a gravidade das suas culpas. Ao mesmo tempo, o aviso de 2 de abril principia por se referir ás cartas do Conde da Ega, de 13, 14 e 20 de dezembro de 1758, como se fôram uma *parte carregada* contra os dois governadores. Devia, pois, ser nas cartas de 13 e 14 de dezem-

¹ L.^o das *monções* n.^o 433, fl. 324.

² L.^a cit., fl. 312.

bro que o vice-rei os inculpou de «prevaricações, desordens e abusos», e talvez n'outra carta com a mesma data de 20 de dezembro. No livro respectivo não achamos, porém, nem esta, nem aquellas, o que bastante nos estranha. De notar é igualmente que as ultimas ordens régias foram para se enviar Philippe de Valladares «preso á ordem de Sua Magestade», clausula que não continha a primeira de 13 de março de 1758, e que plausivelmente se pode attribuir ás informações do vice-rei, citadas no aviso de 2 de abril de 1760.

Perante essas ultimas ordens o Conde da Ega não hesitou. Mandou Philippe de Valladares para Lisboa na monção de 1761 a bordo da nau *Conceição*, entregue ao capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro de Alcaçova, com o seguinte officio, que no registo não tem data:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Por carta de V. Ex.^a com a data de 2 de Abril de 1760 me ordena Sua Magestade que remetta preso para esse reino Philippe de Valladares Soutomaior em qualquer estado que se ache, sem embargo dos motivos que me persuadiram a suspender na monção de 1758 a ordem que a este respeito me foi expedida, determinando o mesmo Senhor ao chanceller deste Estado tire uma exacta devassa dos procedimentos do dito Philippe de Valladares e de seu companheiro, que foi João de Mesquita Mattos Teixeira, e que conforme os merecimentos daquella, procederá o referido chanceller, a quem eu devo dar auxilio no caso de lhe ser necessario.

Em execução destas ordens pela parte que me pertence, vae, como Sua Magestade determina, Philippe de Valladares entregue ao capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro de Alcaçava e offerecendo-se occasião de auxiliar as diligencias de que foi encarregado o desembargador chanceller, o farei como se me manda.

Deus guarde a V. Ex.^a . . . » ¹.

Emquanto se passava isso na India e Philippe de Valladares estava de viagem para os patrios lares, acabava os seus dias a 30 de maio de 1761 o desembargador João de Mesquita Mattos Teixeira.

¹ L.^o cit., fl. 325.

Pouco mais de 2 annos esteve Valladares em Lisboa. O que áhi fez, não consta; mas na monção de 1764 tornava á India com a seguinte carta régia :

«Conde da Ega, Vice Rey e Capitão General do Estado da India, Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por justos motivos que excitarão a minha benignidade, houve por bem que Filipe de Valladares Soutomaior se pudesse recolher ao Estado da India; e que nelle se lhe levante o sequestro que se fez nos seus bens, e seja restituído ás honras, que tinha ao tempo em qu se embarcou em Goa para este reino, O que me pareceu participar-vos para assim o fazedes executar. Escrita no Palacio de Nossa Sennora da Ajuda a 13 de Abril de 1764—*Rey* com rubrica guarda.» ¹

A esta carta o vice-rei, talvez com um sorriso malicioso, respondeu em 27 de janeiro de 1765 nestas brevissimas palavras :

«Fica executada a real ordem» ².

Mas, ainda mais e melhor. Na primeira das vias de successão, mandadas com a carta régia de 14 de abril de 1767, pela qual D. João José de Mello foi nomeado governador da India, era indicado para lhe succeder Filippe de Valladares, como de facto succedeu por fallecimento d'esse governador, a 12 de janeiro de 1774. Governou até 24 de setembro do referido anno, e falleceu poucos mezes depois, a 4 de maio de 1775, tendo sido sepultado na igreja dos Reis Magos.

Que artes teria usado Filippe de Valladares para, indo á metropole sob o peso de gravissimas culpas, se sahir da conjunctura com tanta honra como proveito, é o que não logramos descobrir.

Aonde teriam ido parar os avultados cabedaes de Filippe Valladares Soutomaior?

O certo é que nem teve um epítaphio sobre a sua sepultura, nem se encontra o seu retrato na galeria dos vice-reis e governadores da India.

J. A. ISMAEL GRACIAS.

¹ L.º das monções n.º 137, fl. 246.

² L.º cit., fl. 247.

Emissões de sêlos postais indo-portuguêses desde 1887 até 1913¹

(Aos filatelistas)

1887

Portaria provincial de 25 de julho

Determinando que sejam pôstos em circulação os bilhetes postais de 1 tanga, imprimindo-se nelles um carimbo de 3 réis.

1888

Portaria provincial de 30 de abril

Mandando-se pôr em circulação as estampilhas postais de 1½ réis e 6 réis.

1898

Decreto de 10 de março

Determinando a emissão das formulas de franquia do 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, das taxas seguintes :

Sêlos de 1½, 4½, 6 e 9 réis — 1, 2, 4 e 8 tangas ;

Bilhetes postais de ¼ e 1 tanga.

(Estes sêlos circularam desde 1 de abril até 30 de junho.)

¹ Os selos postais foram introduzidos n'este Estado por portaria provincial de 12 de agosto de 1871. Os que foram emitidos desde essa diploma até ao anno de 1886, estão mencionados na *Memoria histórico-economica dos correios da Índia Portuguesa* escripta pelo sr. J. A. Ismael Gracias em 1887 e publicada na Imprensa Nacional desta cidade em 1889.

Decreto de 21 de abril

Criando sêlos das taxas seguintes : $1\frac{1}{2}$, $4\frac{1}{2}$, 6 e 9 réis, 1, 2, 4 e 8 tangas (com a legenda *Índia* além de outras designações usuais).

(Começaram a circular em 1 de agosto.)

1899**Decreto de 26 de abril**

Autorizando a emissão dos bilhetes postais da taxa de $\frac{1}{4}$ de tanga.

1900**Decreto de 14 de setembro**

Criando sêlos das taxas seguintes 12 tangas, 1 rupia e 2 rupias.

1902**Decreto de 24 de abril**

Criando sêlos e outras formulas de franquia das taxas seguintes :

Sêlos de 1, $1\frac{1}{2}$, 2, $2\frac{1}{2}$, 3, $4\frac{1}{2}$, 6 e 9 réis,—1, 2, $2\frac{1}{2}$, 4, 5, 8 e 12 tangas,—1 e 2 rupias ;

Cartões postais de 6 réis, 1, 2 e $2\frac{1}{2}$ tangas ;

Bilhetes postais de 3, 5 e 10 réis e 1 tanga ;

Ditos de resposta paga, de 6 e 10 réis, 1 tanga e 8 réis e 2 tangas.

Os sêlos de 6 réis, 1 tanga e $2\frac{1}{2}$ tangas passaram a ter, respectivamente, as cores verde, vermelho e azul escura de acordo com o artigo 6.º do regulamento á convenção postal universal).

1902**Decreto de 24 de abril**

Determinando que os sêlos postais das emissões extintas tivessem a sobrecarga seguinte:

Os sêlos com effigie de D. Luis I, das taxas de 2 tangas, $4\frac{1}{2}$ e 6 réis e 1 tanga, respectivamente, com as sobrecargas de 1, 2, $2\frac{1}{2}$ e 3 réis;

Das taxas de $1\frac{1}{2}$ réis e 4 tangas com a sobrecarga de $2\frac{1}{2}$ tangas ;

Da taxa de 8 tangas com a sobrecarga de 5 tangas ;

Os selos da 1.^a emissão de D. Carlos I, das taxas de 6 réis 8 tangas e 9 réis, respectivamente, com as sobrecargas de 1 2 e $2\frac{1}{2}$ réis;

Das taxas de $4\frac{1}{2}$ réis e 1 tanga com a sobrecarga de 3 réis;

Da taxa de $1\frac{1}{2}$ réis com a sobrecarga de $2\frac{1}{2}$ tangas;

Das taxas de 2 tangas e 4 tangas com a sobrecarga de 5 tangas.

Decreto de 11 de dezembro

Sêlos de porteado das taxas de 2, 3, 4, 5, 6 e 9 réis, 1, 2, 5, e 10 tangas e 1 rupia.

1905

Decreto de 16 de março

Determinando que sejam retirados da circulação os selos postais da taxa de $2\frac{1}{2}$ tangas, bilhetes postais simples de 1 tanga e os de resposta paga de 1+1 tangas e os cartões postais da taxa de $2\frac{1}{2}$ tangas.

1907

Decreto de 18 de abril

Alterando os tipos e taxas de selos e de outras formulas de franquia em vigor no ultramar, de maneira seguinte :

Sêlos das taxas de 1, $1\frac{1}{2}$, 2, $2\frac{1}{2}$, $3\frac{1}{2}$, 6 e 9 réis ;

1, 2, 3, 4, 8 e 12 tangas e de 1 e 2 rupias;

Cartões postais simples—de 6 réis, 1 e 2 tangas ;

Ditos de resposta paga 6+6 e de 1+1 tanga;

Bilhetes postais simples — 3, 5 e 10 réis ;

Ditos de resposta paga 3+3, 5+5 e 10+10 réis ;

Sêlos de porteado das taxas de 1, 2, 3, 5 e 9 réis, 1, 2, 4 e 8 tangas. (estes selos não foram postos em circulação).

1910

Decreto de 21 de outubro

Mandando imprimir a palavra «*Republica*» nos selos e mais formulas de franquia em circulação nas colonias portuguesas.

1911**Portaria provincial de 29 de abril**

Determinando que sejam utilizados os sêlos da taxa de 2 réis, cortados em diagonal com a sobrecarga de 1 real.

Portaria provincial de 6 de novembro

Mandando que sejam utilizados os sêlos postais da taxa de 2 réis cortados longitudinalmente com a sobrecarga de 1 real em cada metade.

Portaria provincial de 30 de dezembro

Determinando que sejam utilizados os sêlos postais da taxa de 2 réis, sendo cortados longitudinalmente com a sobrecarga de 1 real em cada metade.

1912**Portaria provincial de 1 de julho**

Ordenando que sejam utilizados, os sêlos e bilhetes postais:

Da taxa de 1 real cortados verticalmente com a sobrecarga de 1 real em cada metade;

Idem de $2\frac{1}{2}$ réis, cortados verticalmente, com a sobrecarga da $1\frac{1}{2}$ réis;

Idem $2\frac{1}{2}$ réis com a sobrecarga de 2 réis em cada metade;

Idem de $2\frac{1}{2}$ réis com a sobrecarga de 3 réis;

Idem de 9 réis com a sobrecarga de 6 réis;

Bilhetes postais de resposta paga para utilizar como simples.

Portaria provincial de 9 de agosto

Determinando que sejam utilizados os sêlos postais da forma seguinte:

Da taxa de 1 tanga, cortados verticalmente, com a sobrecarga de 1 real, em cada metade;

Idem de 9 réis com as sobrecargas de $1\frac{1}{2}$ réis e 6 réis;

Idem de 4 tangas com as sobrecargas de $1\frac{1}{2}$ réis e 2 réis;

Idem de 2 tangas com a sobrecarga de 3 réis;

Idem de $4\frac{1}{2}$ réis com a sobrecarga de 6 réis.

Portaria provincial de 11 de outubro

Determinando que sejam utilizados os sêlos postais da seguinte forma:

Da taxa de 5 tangas, cortados verticalmente, com a sobrecarga de 1 real em cada metade;

Idem de 5 tangas com a sobrecarga de 3 réis;

Idem de 8 tangas com a sobrecarga de 6 réis.

Decreto de 2 de novembro

Mandando que voltam a circular no Estado da Índia com a sobrecarga «*Republica*» os sêlos de diferentes taxas da emissão feita por ocasião do centenário da descoberta da Índia :

Taxas $1\frac{1}{2}$, $4\frac{1}{2}$, 6 réis, 9 réis, 1, 2, 4 e 8 tangas.

1913**Portaria provincial de 11 de agosto**

Determinando que sejam utilizados sêlos postais da taxa de $4\frac{1}{2}$ réis, cortados verticalmente, com a sobrecarga de $1\frac{1}{2}$ réis em cada metade.

Decreto de 4 de julho

Determinando que os sêlos postais das colónias sobrecarregados com novas taxas ou com a palavra «*Provisorio*» nos termos do decreto de 24 de abril 1902, sem terem impressa a sobrecarga «*Republica*» não poderão circular senão durante três meses contado da publicação deste decreto, sendo, depois de findo o praso fixado, novamente admitidos á circulação tendo porém impressa a sobrecarga «*Republica*».

Decreto de 20 de agosto

Mandando proceder á emissão de sêlos e outras formulas de franquia para as colónias, de novo tipo e desenho alegórico ás instituições republicanas.

Sêlos e mais formulas de franquia para o Estado da Índia das taxas seguintes : — 1, $1\frac{1}{2}$, 2, $2\frac{1}{2}$, 3, $4\frac{1}{2}$, 5, 6, 9 e 10 réis, 1, 2, 3, 4, 8 e 12 tangas e 1, 2 e 3 rupias para os sêlos,—de 3, 5 e 10 réis para os bilhetes postais simples e 3+3, 5+5 e 10+10 para os da resposta paga,—de 6 réis e 1 e 2 tangas para os bilhetes cartas simples e de $6\frac{1}{2}$ e $1\frac{1}{2}$ tanga para os de resposta paga.

A circulação dos novos sêlos de que trata este decreto, deverá começar logo que eles houverem chegado ás estações competentes e se publique o devido aviso no *Boletim Oficial*.

Decreto de 3 de novembro

Autorizando a applicação de sobrecargas nos sêlos postais abaixo designados em circulação nesta provincia.

Sêlos da taxa	de $4\frac{1}{2}$ réis	com a sobretaxa	de $1\frac{1}{2}$ réis.
»	»	de 9 réis	» de $1\frac{1}{2}$ réis.
»	»	de 12 tangas	» de $1\frac{1}{2}$ réis.
»	»	de 1 tanga	» de 3 réis.
»	»	de 2 tangas	» de 3 réis.
»	»	de 4 tangas	» de 3 réis.
»	»	de 8 tangas	» de 3 réis.
»	»	de 1 Rupia	» de 3 réis.
»	»	de 2 Rupias	» de 3 réis.

CARLOS A. PEREIRA BACELLAR.



O TERREMOTO DE LISBOA, DE 1755

NOTÍCIAS enviadas de Lisboa ao Preposito da Congregação do Oratorio de Goa por um official portuguez.

No arquivo da Fazenda achamos uma carta que para aqui trasladamos por dar em poucas palavras o relato do que foi esse grande acontecimento que arrasou aos fundamentos a cidade de Lisboa.

Muito se tem escrito sobre o terremoto de 1755, historiadores nacionaes e estrangeiros têm tratado do assunto cada um a seu modo, pondo, porém, todos em relevo a benefica influencia que daquele abalo sismico resultou para a cidade de Lisboa, a qual, mercê da incomparavel energia do marquez de Pombal, poudo erguer-se dos escombros soberana e forte. Já se viam logo construções grandiosas, ruas em alinhamentos rectos, praças rectangulares, edificios publicos centralizados em torno do Terreiro-do-Paço onde se ostenta ainda hoje em toda a plenitude da gloria de restaurador a magestosa estatua equestre do rei D. José I.

Calcula-se terem morrido nessa occasião em Lisboa, de 10 a 15.000 pessoas. Foi um cataclysmo pavoroso, a que se seguiu o terremoto politico, cuja figura dominadora era o grande marquez, que, aproveitando a tibieza dos animos aterrados com aquela lutuosa hecatombe, se armou de notavel decisão e força para reconstituir a sociedade portuguesa em novos moldes, corrigindo os costumes, desterrando os nobres e prendendo os plebeus, vibrando, por fim, o seu gladio tremendo sobre todos os que considerava adversos ao seu plano de *fazer isso tudo de novo*, como dizia.

A carta que em seguida reproduzimos dá bem a medida do terror que aquella horrível catastrophe espalhou no povo, e do trabalho que teve o primeiro ministro do referido monarca em restaurar a cidade. É algo mais minuciosa que a do Marquez de Alorna, a qual o finado numismata J. M. do Carmo Nazareth encontrou no mesmo arquivo da Fazenda e publicou no *Oriente Portuguez*, vol. IV, pag. 495.

Eil-a :

«Ill.^{ms} Rd.^{ms} Snor. Pe. Preposito Custodio Pra. (Pereira)—
Pellas Naos que vierão desse Estado e chegarão ao Porto desta Corte a desanove de Setembro passado de 1755 receby hum carta de V.^a Rd.^a que estimey infinito pellas notícias que me partiça de Sua Saude q. estimarey se lhe continue sempre prefeitissima com todas feliçidades q. a m.^a veneração lhe dez.^a eu fico ao prezente livre de mollestia e prompto a obediencia de V. R. p.^a tudo o q. for do Seu agrado.

As notícias que posso dar a V. R. são de q. no pr.^o de Novembro de 1755 as nove horas e m.^a da menha houve nesta Corte hum gr.^{de} terremotto e tremor da terra com q. derrubou quazy toda a parte desta Cid.^e e Templos della em q. morreo m.^{ta} gente e no mesmo dia pegou o fogo em varias partes da Cid.^e com tão viuvo incendio que no mesmo tempo tremendo a terra cauzava tal terror a todos q. parecia q. a mesma terra Se queria Sumirgir e assim se não tratava mais q. cada hum a retirar-se p.^a os campos com tal perturbação que se não tratou de atalhar e apagar o fogo e assim ardeo e comsomio quazy toda esta Cid.^e q. por misericordia de Deos escaparão de se não queimar algumas cazas pellos seus ate do rey; este successo do Terremotto não só foy nesta Corte mas tambem nas visinhanças della fez bastante effeito e quazy foy geral o seu effeito por varias partes da Europa q. em alguma fez mayor emperção do q. em outros e neste reyno foy grande e no nosso reino do Algarve e no de Espanha e na Costa de Barberia; e por não ser estenço na escrita lhe não dou a V. R. notícias com toda a espeçillid.^e do sugedido e do miseravel estado em que se acha esta Corte e negoçios della e por entender lhas darão vocalmente com toda individuação as pessoas q. vão nesta monção;

Sua Mag.^{de} foy servido despachar-me a sinco do mez de Junho passado de 1755 confirmando-me a Pattente de Capp^m de mar guerra nesta Corte e logo que fuy despachado me mandou embarcar por comd.^e em hum das Frag.^{tas} da armada q. andou guardando a costa e a esperar as Frotas

do Brazil que no tempo emq. andavamos emcontramos com as Naos que vinhão desse Estado com a frota da Bahia e veja V. R. se no meu limitado prestimo pode achar couza em q. o sirva q. com promptissima vontade executarey as suas ordens. Deos G.^{do} a V. R. m.^s annos. L.^{xa} 13 de Abril de 1756. — De V. R.^{ma} — M.^{to} seu ven.^{or} e obrig.^o —
(a) *Antonio da Britto Sanches.*

J. B. AMANCIO GRACIAS.



UM NOVO BAIRRO EM PANGIM

(1885)



ERA proverbial a insalubridade da capital da Índia Portuguesa ainda nos princípios do último quartel do século findo, e, sendo mais adensada a população do bairro das Fontainhas, era aí que residia o maior perigo nas ocasiões de epidemias; ao que procuraram obviar as enérgicas providências determinadas e executadas no profícuo governo do sr. contra-almirante Caetano de Albuquerque.

Assim, sobretudo a abertura de varias ruas e travessas novas, mediante expropriação de não poucos casebres em que mal entravam ar e luz, e a rigorosa acção da policia municipal, então estabelecida em beneficio da hygiene publica, obrigaram a parte miuda dessa população a dispersar-se por sitios ainda não occupados, especialmente pelo oiteiro que se eleva de Norte

a Sul, sobranceiro ao mesmo bairro.

Levantaram-se aí novas casas, formando-se rapidamente uma povoação; mas era difficil o seu accesso á parte baixa da cidade, por falta de convenientes vias de comunicação, difficuldade que principalmente se fazia sentir na busca de agua necessária ao uso doméstico.

Governando o Estado o secretario geral sr. Teixeira Guimarães, na ausencia do governador Visconde de Paço d'Ar-

cos, successor do sr. Albuquerque, foi-lhe representada essa falta e necessidade, ao que s. ex.^a prontamente atendeu, autorisando a construção duma escadaria a correr de alto a baixo pela escabrosa encosta oriental do oiteiro até á sua base, onde medravam montes de lixo com arbustos silvestres, terminando junto d'um largo poço simultaneamente aberto quasi ao centro das Fontainhas, trabalhos que foram executados sob a sua zelosa inspecção.

Concluidas as obras, os beneficiados com elas deliberaram promover a sua inauguração solene, com o fim de manifestar a sua satisfação e gratidão, como consta dos seguintes documentos :

Requerimento

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.—Os abaixo assinados, habitantes do bairro das Fontainhas desta cidade, e do oiteiro que, correndo de norte a sul lhe fica sobranceiro, desejando em manifestação da satisfação de que estão possuidos pela terminação das obras custeadas pelo Estado,—do novo poço construído na base oriental do referido oiteiro, e de escadaria que a este dá acesso,—solenisar a inauguração d'essas obras d'incontestável utilidade pública e especialmente dos suplicantes, pois que d'um immundo montão de lixo brotou ahí um reservatório d'agua potável, há tantos anos reclamado 'pelos suplicantes, e além de satisfazer a essa impreterível necessidade, o ex.^{mo} Govêrno houve por bem abrir por entre perigosos precipícios e nocivos arbustos uma comoda via para os moradores da incipiente povoação do referido oiteiro chegarem até o aludido poço, o mais próximo e, sem contestação, o único depósito d'agua acessível para eles, e d'aí para as povoações vizinhas e ruas publicas da capital, obras essas que, melhorando o antigo bairro pelo lado higiênico, tem pela facilidade de comunicação favorecido o progresso da dita nova povoação do oiteiro, — rogam a v. ex.^a a graça de permitir-lhes licença para collocarem na face anterior da muralha tambem construída pelo Estado, entre os referidos poço e escadaria, uma lapide comemorativa da data da inauguração, com a inscripção do teor infraindicado, e determinar que o referido poço e a nova povoação tenham oficialmente as denominações que o povo vizinho lhes tem consagrado, informando-se, quando haja disso necessidade, e com possível urgencia, visto aproximar-se o dia da inauguração, do admi-

nistrador do concelho, encarregado de dar denominações ás ruas etc. e da Direcção das obras publicas, que fez as obras. — PP. portanto a v. ex.^a, sr. Governador Geral d'este Estado, que seja servido prover no pedido. — E. R. M.

Teor da inscripção

Governando este Estado o Secretário Geral do Governo, ex.^{mo} J. M. T. Guimarães, concluíram-se, sob a sua zelosa inspecção as obras deste poço denominado «de Natal,» — e da escadaria que dá acesso ao bairro novo sobranceiro que é chamado «Alto de Guimarães» — em reconhecimento ao dito funcionário que a determinou. Esta inscripção foi posta pela povoação visinha para comemorar a data da inauguração= 22 de Novembro de 1885=.

Nova-Gôa 5 de novembro de 1885.—*Francisco José de Sequeira—Gabriel António Ferreira—Carlos Francisco T. da Costa—Luis Diogo Antonio de Brito—Joaquim Xavier Arnulfo Pinto—Rafael Constancio de Sequeira—Servínio Agostinho Colaço—Pedro Francisco Xavier A. de Souza—Pedro António Fernandes—Francisco Xavier de Souza—Diogo Luis da Fonseca—I. C. da Gama Pinto.—Hermenegildo de Souza—João Luiz da Silva—Zacarias do Rosario—João Salvador Xavier—S. Ana Piedade de Simões—José Maria de Sá.—Frederico Guilherme de Sequeira—João António de Menezes—João Francisco Julio Dias—Alexandre S. G. A. Ferreira—Pe. A. F. X. Alvares.*

Despacho

Concedo a licença pedida para se assentar nma lapide, commemorativa da construção do poço e escadaria, na muralha indicada pelos requerentes.

Se o empenho que tive em vêr realisado nm melhoramento que permite razoável acesso ao alto do formoso oiteiro da Conceição, me grangeou o prémio de me dizer a consciencia que concorri para a realisação de qualquer cousa util, a manifestação dos requerentes, para mim extremamente honrosa, vae além do que eu pudera desejar, e é larguissimo prémio para tão pequeno serviço.

Sobremodo grato por tal manifestação, ouso fazer encarecidamente o pedido de ser eliminado da lapide o meu nome,

bastando que se leia : = Sendo Governador d'este Estado o Ex.^{mo} Sr. Visconde de Paço d'Arcos, foi aberto o poço e construída a escadaria proxima. Esta lapide foi mandada assentar pelos moradores da povoação próxima para comemorar a data da inauguração = 22 de Novembro de 1885.

E apelando agora para o patriotismo dos signatários, rogo que promovam a modesta solenisação de duas glórias nacionais, designando o oiteiro pelo nome = Oiteiro Capelo, = e a escadaria pelo nome = Escadaria Ivens. = Satisfeitos estes meus desejos, ficarão plenamente retribuidos os meus fracos esforços. 5-11-85. — (a) *Guimarães*, Secretário Geral.

Por uma nova deliberação dos interessados a inscrição teve a seguinte forma, em letras maiúsculas variadas, excelente trabalho de desenho e gravura de dois artistas da localidade, Antonio Fernandes e Hilário de Souza :

Em testemunho de gratidão foi assentada pela povoação vizinha esta lapide comemorativa da inauguração do poço Natal, travessa Capelo, escadaria Ivens e bairro alto Guimarães — 22 de Novembro de 1885.

*

*

*

A solemnidade da inauguração foi descrita nos dois jornaes que a esse tempo se publicavam em Pangim—*A Verdade* e *O Correio da Índia*—de 27 e 30 de novembro de 1885, começando os respectivos artigos por dizer, do primeiro, que o dia em que ela se verificou «foi de festa para o populoso bairro das Fontainhas»— e do segundo, que «não constava que em nossos dias, tivesse havido na capital do Estado festa tão popular».

Era domingo, e logo na madrugada uma salva de granadas e hino tocado por uma banda de muzica particular no alto do oiteiro alvoroçavam a capital e faziam formigar pelos sitios circumvisinhos os seus habitantes.

Pelas 5 horas da tarde, anunciado por outra salva e pelo hino nacional, foi recebido o sr. Guimarães no extremo norte da travessa, onde estava erigido um magnifico pórtico, tendo na cimalha o distico = *Travessa Capelo—Vivam os exploradores*=, por muitos cavalheiros de consideração, respectivos baírristas e brincos populares, entre aclamações entusiasticas de 3 a 4 mil pessoas aí agrupadas.

Daí para diante era sem conta a profusão de arcos enfeitados de palma verde, bandeirolas multicôres, globos de papel e bananeiras a vergarem com o peso de cachos, guarnecendo todo o percurso,—trabalho espontaneo e gratuito de grande número de artífices que a esse tempo abundavam no bairro e que hoje são absorvidos pela emigração, graças á escassez do trabalho, derivada do excesso da contribuição fiscal.

Chegado o prestito festivo ao pé do poço, onde uma bandeira deixava lêr o letreiro=*Pozo Natal—Viva o povo*==, a cleresia paroquial procedeu ao benzimento do estilo e foi descoberta a lápide comemorativa, já fixada em uma linda moldura, na muralha fronteira.

A dois passos, ao sopé da escadaria, se erguia um outro portico, em cujo cimo se lia=*Escadaria Ivens—Viva Portugal*==, entrando pelo qual, o prestito foi subindo a elegante escadaria até o tôpo do oiteiro, onde se ostentava um esplendido pavilhão, tendo no alto a inscrição=*Bairro Alto Guimarães—Viva S. Ex.^a o Sr. Secretario Geral*==.

Aí o bairrista sr. Aleixo Caetano de Saldanha proferiu um discurso, que foi publicado no referido n.^o da *Verdade*, e a que o Sr. Guimarães respondeu com um eloquente improviso, no fim do qual proromperam entusiasticos vivas,—a banda de música do corpo de policia executou um novo hino, composto para a occasião pelo bairrista e conhecido artista sr. Zacarias do Rosário, com o título de «*Hino Guimarães*,» — e outro bairrista, tambem apreciado poeta, já finado, Carlos F. Trajano da Costa, fez distribuir pelos assistentes exemplares impressos de uma poesia descriptiva do panorama que apresenta o sitio, composição sua, igualmente dedicada á occasião, a qual foi reproduzida no *Almanac Valmiki*, de 1887, tendo a música continuado pela noite além.

As actas das deliberações dos bairristas foram postas á disposição do govêrno, como consta do seguinte :

Officio

Govêrno do Estado da Índia- 1885.—N.^o 406 — III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Recebi com inteiro júbilo e o mais penhorado reconhecimento o officio em que v. ex.^a, em nome dos habitantes do mais populoso bairro desta cidade, me transmite as actas das sessões preparatorias e da inauguração das obras

ultimamente realizadas no oiteiro, que se dignaram designar com o meu obscuro nome.

Se eu não estivesse já habituado á persistente benevolencia por parte do povo de Gôa, o qual, esquecendo de boa mente os erros por mim commettidos, se compraz em me honrar com affectuosa indulgencia, razão teria para me orgulhar com demonstrações tão calorosas e cordiaes que poderiam fazer-me esquecer do pouco que valho e mereço. Felizmente para mim, as últimas provas de sympathia recebidas vem em seguimento de outras que, embora menos apparentes, não são por isso menos affectuosas, e esta continuidade de favôr permite-me vêr em plena luz a generosa indole do povo desta bôa terra, e deixa o meu espirito na quieta serenidade em que reflecte no pouco que produz, por varia incapacidade que os melhores desejos não podem remover.

Disposto assim o meu animo, permita-me v. ex.^a que eu prive as columnas do «Boletim Oficial» de mais esta manifestação das generosas qualidades do coração do povo indiano, as quaes não carecem já de afirmação tão solemne. Provadas estão desde muito. Pelo que me respeita, só agradecimentos me cumpre tributar, assegurando que guardo imperecivel memoria de distincção tão alta como imerecida, e continuo fazendo votos pelo progresso e prosperidade dos povos do Estado da Índia Portuguesa.

Rogo a v. ex.^a se digne dar conhecimento deste meu officio aos illustres bairristas que assinaram as actas.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria do Govêrno Geral, 2 de dezembro de 1885. — Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. José Maria de Sá — O Secretário Geral, *José Maria Teixeira Guimarães*.

S.



EPITAPHIOS

Nas egrejas de Santa Cruz e Mercês,
do concelho das Ilhas



Egreja de Santa Cruz



(No corpo da igreja)

1

Para aqui se trasladarão
os ossos
de
Cosme Damião Pires
que nascera aos 9 de dezembro de
1799
e falleceu ao 1.º de junho de
1860

Foi bom filho, bom esposo e bom pae,
cumpriu sempre os deveres de pacífico
cidadão e por puros trabalhos seus
aqui e fora, ajudado da
Providencia, se fez
tambem util membro
da sociedade.

Esta campa lhe mandou pôr
 Antonio Ignacio da Silva
 seu sobrinho
 em signal da gratidão

2

A
 S. d Va.....
 P. R. escr....
 ao da cam...
 ra geral d..
 sta ilha de
 Goa. e de
 todos....
 sevs er
 deiros

3

(Partida em 2 pedaços)

SEPVLT	E CO
STAMT	O E D
OSEVSIR	AOS
BRT. DIAS	IÖAD
EBAFRQVAN	CA E
DOSEVSD	ESEM
DEMTESE	ALECE
OAOS VI	ITA
4 DOMES	DE NO
SEMBRO	DE 5
68 ANOS.	

Estas duas lousas (n.ºs 2 e 3) foram deslocadas da capella-mór em 1898 a 1900, quando se colocou ahí a lage de marmore, e estão encostadas ao frontespicio do cemiterio da freguezia.

Egreja das Mercês

(Na capella-mór)

Do lado do Evangelho

1

Sepultura
do padre Dom...
go Roiz nat
ural de Cor
talim viga
ro que foi e
m muitas ig
reias deste
arcebispado
o e confirmado nesta
igreja de
N. S. das Mercês...
leceo aos
...(apagado)..

2

Do lado da Epistola

Sepultura do
P. Henrique
de Souza na
tural de Ba
mbolim aiu
dante q foi do
Sto. Officio e
vigario co
nfirmado
desta igre
ia de N. S. das
Mercês. Faleceo
aos
... (apagado)...

3

No degrau da porta lateral do lado norte acha-se collocada parte d'uma lousa, encontrando-se a outra parte no adro, tendo ambas a seguinte inscripção:

Emblema da morte

S.^a de A
leixo
de Sá ga
near prin
cipal de a
Idea de
Morombim.

Reis Magos, Dezembro de 1913.

RICARDO MICHAEL TELLES.



INDEX ALFABETICO, CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 52 do volume antecedente)

Mo

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Monomotapa o seu rey vassallo de Portugal.....	Vide Tratado.				
Monte Pio para as viúvas e filhas de officiaes, tem-se mandado preparar um plano para os dominios ultramarinos que abrange a India.....	24	janeiro	1798	178	18
Moradia não vence quem não for fidalgo	22	março	1596	3	337
" não se pagão aos fidalgos na India, inda que levem derrogação desta ordem.....	17	março	1683	48	1
" , só se pagarão levando expressa derrogação das ordens que hã na matricula	12	fevereiro	1699	63	286
Moradia.....	Vide Soldo				
Mormugão, declarem-se os motivos porque se suspenderão as suas obras.....	15	março	1747	94	82
" estado da sua Ruina e da Agoada.....	26	abril	1811	191	
" 	Vide Goa Cidade				
Moro abandonado.....	Vide Bardez e Salsete				
Morte aprovada a que mandou fazer o ouvidor geral do crime por sentença vocal em um cafre pelas circumstancias que occorrerão...	9	março	1654	24	21
Mossambique estabelecimento da sua Alfandega.....	31	março	1593	1	35
" varias relações a seu respeito.....	31	março	1593	2	118
" aprovada a nomeação do seu sargento mor	24	outubro	1715	82	80
" , e Rios de Sena, qual administração da sua junta, quaes os generos estancados, e prohibidos, e qual o interesse da Real Fazenda.....	13	abril	1723	89	240
" o seu governo não é conveniente separado da India...	28	janeiro	1735	103	191
" creação do seu celeiro para sua defeza.....	14	janeiro	1726	92	66
" creada Capitania General, desanexada de Goa.....	9	maio	1752	126	7
	22	abril	1752	126	642

Mo

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Mossambique abuzos introduzidos pelos sequazes mahometanos : Ley que se fez a este respeito, e que a Córte a revogou: Pareceres a este respeito	11	janeiro	1754	126	854
	24	março	1753	126	1021
	23	abril	1752	126	1037
» liberdade do seu commercio.....	10	junho	1755	129	636
» , seu commercio	23	janeiro	1673	37	268
» , sejam as suas tropas reclutadas por sipaes de Goa que voltaram quando ao VRey parecer, e poderão levar as suas mulheres	28	março	1763	136	109
E se representa a impossibilidade de cumprir esta ordem					
Mossambique seja a sua Tropa recrutada por sipaes de Goa, que devem hir todas as monçoens ...	22	abril	1766	139	347
» sobre o estado da sua Fazenda Real'.....	21	março	1768	143	47
» o seu commercio.....	29	março	1760	133	314
» extincta a sua companhia de commercio	30	março	1768	143	140
	28	março	1768	143	241
» sobre o rendimento da companhia dos sipaes, que para lá se manda, se combine este governo com o de Mossambique	25	abril	1771	148	375
» dificuldade sobre mandar para lá sipaes de Goa ..	19	fevereiro	1773	150	440
» noticia de tudo quanto diz respeito a seu respeito a seu estado, commercio, fazenda, justiça, militar, &c	24	fevereiro	1775	152	134
» abolido o estanque do Velorio, e Missanga	7	maio	1761	136	40
»			Vide Missoens.		
»			Vide Capitaens		
» pauta da sua alfandega	31	janeiro	1788	169	426
» , mande-se devassar sobre se lá se consente fação commercio navios estrangeiros	2	abril	1723	89	150

Mo

Dia Mez Anno N.º Folhas

Mossambique, ao seu canal se mande anualmente huma embarcação de guerra de pequeno lote, ficando as ordens do seu Governador, e será rendida em todas as monções, durante esta comissão, enquanto o governo da India entender que he preciso	20 março	1807	187	314
" mandem-se 200 Si-paes de Pondá para seu reforço .	23 março	1807	187	215
"	Vide Angola e Mossambique.			
"	Vide Companhia			
"	Vide Dio, e Damão.			
"	Vide Goa.			
"	Vide Governadores.			
"	Vide Macao.			
"	Vide Missionarios.			
Mostras que se passam as Naus de Guerra, não as podem embaraçar os officiaes da marinha.	Vide Officiaes da Marinha.			

Mu

Mulheres viúvas cazem, e as naturaes com portuguezes, e que aprendão a lingua portugueza. . .	17 março	1687	52	86
" naturaes	Vide Traje.			
Mutumutapa não se use do contra-to das suas minas.	20 março	1691	2	84
Muralha, ou muros de Goa	28 janeiro	1775	152	219

Na

Nababo de Surrate	Vide Surrate.			
Naiques não haja mais que dous em cada auditorio, e no civil quatro.	18 março	1717	83	23
Naiques seu numero	Vide advogados.			
Namoxins, suspensa até segunda ordem, o de tirarem cartas d'elles os seus foreiros.	18 fevereiro	1718	84	55
" o Procurador da Coroa proceda contra os que possuirem sem titulo legitimo, para se encorporarem nos proprios.	21 março	1737	107	81
"	Vide Nelli.			

Na

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Naná, conferências politicas do seu enviado como Secretario do Estado	21	janeiro	1760	132	250
Nanckim	Vide Macao.				
Naos da India, de se lhes larga pela ordem que estabelece a da monção de 1539.	1	abril	1600	1	18
Naos da India não tomem a derrota de Santa Illena.....	26	março	1591	2	74
Naos da India, quando devem partir, e mais providencias, para se evitar algum desastre	15	fevereiro	1593	2	126
Naos da India, que se devem lá consertar, o dinheiro d'onde hade sahir.....	2	abril	1593	2	219
» se fabriquem na India todos os annos.....	3	março	1594	2	276
» ordem para as suas viagens, por evitarem encontros.	1	março	1594	2	289
» ordem sobre os 40 mosqueteiros q' hão de hir da India.....	2	abril	1596	2	335
» sobre a sua ordem ..	25	março	1596	2	343
» devem partir cedo, e se pede parecer sobre isto assim acontecer	8	novembro	1632	15	16
» como se devem metter para ellas os mantimentos, e como devem ser examinados, por conra de quem, e como pagos, afim de se evitarem as agudissimas destrezas de furtos, que ha na India.....	8	abril	1728	95	112
Naos que forem para o reino vão bem petrechadas de armas.....	25	fevereiro	1713	79	82
Naos da India não vão empachadas e se dê huma providencia muito effectiva	15	março	1717	83	29
Naos se expessão para o reino até fim de desembro	31	março	1755	128	814
» de viagem partão nos dias prescriptos pelas ordens.....	21	março	1757	130	563
» da India providencias, para não levarem fugidos.....	10	abril	1761	134	17
» da coroa que forem para Portugal fação escalla por Angola..	25	abril	1766	139	287
» de viagem da India, abollida a formalidade dos capitaens de viagem, e se regulem como os de commercio, e mais providencias .	17	abril	1769	143	504

Na

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Naos de guerra não podem carregar mercadorias.....	8	fevereiro	1776	157	702
» prohibe-se que nellas se carreguem fazendas nos logares a que os officiaes chamão seus agazalhados sob pena de perdimento da Porto, inhabilidade para outros, privação da nobreza, e 10 annos de degredo aos que não forem nobres.....	18 janeiro 10 fevereiro		1774	153 154	365 19 e 49
» da India, ou viagem sayão de Goa até 2 de janeiro infalivelmente.....	10	março	1779	159	1058
» de viagem sobre o seu regresso para o reino, e viagem de Goa para o norte, providencias, e determinações a seu respeito..	14	março	1780	161	391
» sobre partirem no tempo determinado se observe o disposto infalivelmente.....	4	março	1781	162	1987
» da India, ou viagem, collecção das ordens, sobre a sua sahida, e viagens para serem executadas..	7	março	1786	168	826
» ou viagem, na derrota, e protecção, que se deve prestar sobre o seu commercio, partindo por conta da Real Fazenda mercantilmente armadas... ..	10	outubro	1792	175	110
» ou viagem, indispensavel necessidade de virem duas por anno.....	16 agosto 1 dezembro		1793 1794	176 176	288 290
» ou viagem não pagão direito de ouro, ou prata, e das fazendas que conduzirem ao Norte praticando-se com ellas o mesmo, que com qualquer navio particular	10	maio	1800	180	126
» de viagem marialva, providencias para se pôr em arrecadação o resto do seu naufragio....	11	abril	1803	183	62
» inglezas evitem-se na India .	1	março	1594	2	254
» que se pedem em soccorro para a India, responde-se da côrte, que as melhores são as providencias, que se dão para cohibir a falta de honra, e sciencia militar, e para cohibir os roubos da Real Fazenda.. ..	24	abril	1770	146	403

Na

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Nao Santa Anna infelizmente tomada, revestida de circumstancias dignas de se terem, e que bem mostram bem a indisciplina militar, &.....	28 fevereiro		1773	150	565
» sua restituição.	Vide Puném.				
Naos da India.....	Vide Fazendas.				
» da corôa.....	Vide Officiaes da Marinha.				
Nascionaes.....	Vide Direitos d'Altandega.				
Naturaes da India tirada a differença que havia entre elles, e os reinos, e habilitados para os empregos.....	2 abril		1761	134	291
» sua disposição para as armas, e que por se terem creado tres Terços delles não devem deixar de vir socorros, & para não acontecer o que succedeu no governo do Conde de Sandomil.....	2 fevereiro		1763	135	563
» sendo christãos gozão dos mesmos Privilegios que os nacionaes do Reino.....	2 abril		1761	136	36
Naturaes, e reinos abolidas as suas denominações.....	15 janeiro		1774	153	382
Naturaes da India sobre o seu sugego.....	Vide Instrucçoens.				
» sejão alistados para as Tropas, e o como.....	21 março		1779	159	525
» sejão aceitos para noviços das or'ens.....	21 março		1779	159	591
Naubandel sua planta.....				123	281
Navio, questoens que houve, sobre hum tomado pelo Estado com Bandeira Franceza dada pelo seu Director de Surrate sendo mouro.	16 janeiro		1726	92	68
Navios naufragados a quem pertencem.....	20 dezembro		1713	80	8
Navio Portuguez vindo de Bengala vender armas, e lançar fora a Guarnição Portugueza, e tomar Ingleza, que inconvenientes.....	7 janeiro		1717	82	168
Navios comprados na India, não se lhes dê passaporte, só em cazo de não haver duvida de ser de propriedade Nacional.....	10 abril		1788	170	147
» francezes, a dous que se deo passaporte, se evitem, porque levão maximas Iacobinas.....	21 fevereiro		1792	174	50

Na

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Navios francezes a dous que se deo passaporte para os Portos das nossas Collonias, com o fim de viagens astronomicas se vigie, não introdução nos seus habitan- tes maximas sinistras	22 agosto		1800	181	112
» que ha na India em 1717 .	Vide Listas.				
»	Vide embarcaçoens.				
» sobre a sua defeza	Vide India.				
» suas equipagens	Vide Lascarens.				
» as suas tripulações que se defenderem	Vide Tripulaçoens.				
» de viagem, sobre a sua saida na propria monção	14 março		1780	161	38

Ne

Necessidades urgentes para que se estabeleceo hum fundo se reputa unicamente havelas, quando esti- ver a Ilha de Goa citrada, ou to- mada as duas provincias de de Bardez, e Salsete	25 março		1757	180	372
	Vide Fundo.				
Nelli, Bens de Nelli, Namoxins, e Prazos da Coroa, suspenda-se a sua venda. Responde-se que não se venderão, e que se devia sus- pender a dos bens do confisco pela falta que fazem as rendas do Estado, e malversações que anteriormente tem havido nas suas vendas	31 maio		1810	190	276
	29 dezembro		1810	190	277
Nemos não os podem dar as commu- nidades sem licença do V. Rei salvo os que forem applicados ao ornado das suas igrejas &	31 março		1707	71	206 209 211
» não os podem dar as comu- nidades das aldeas a favor dos Generaes, Tanadar Mor, ou Mi- nistros, nem os V. Reis approvão, e dando os á que penas se sujei- tão	12 abril		1736	105 86	5 321
Neutralidade nas guerras entre as nações da Europa na India	Vide Instrucçoens.				

Ni

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Nipanicar.....					Vide Bonsuló seu estado actual pertençoens.
Nisa Casa de Niza					Vide Almirante da India.
Nitreiras por que se deo parte que se tinham estabellecido em Goa, se manda augmentar o seu nume- ro, para fornecer o reino.....	12	dezembro	1799	180	584
Note se tal Nitreira nunca produzio effeito.					

No

Norte noticias das nossas Armas ali contra o inimigo.....	10	janeiro	1782	99	185
Norte sobre a sua guerra, cartas dos empregados nella	15	janeiro	1789	108	76 125 136
» motivos das guerras com os cabos de Saba Raja.....	27	dezembro	1724	90	172
» pareceres sobre a sua con- quista	1	janeiro	1775	152	562 e seguintes.
» quando lá foi o Vice Rey os seus successos.....					Vide Angria.
Nossa Senhora do Patrocinio, que se faça a sua festa no 1.º Domín- go de Novembro.....	13	novembro	1756	130	193
Noticias que se pedem da India, e Mossambique para a Academia, e se dão	17 31	abril março	1721 1722	87 88	235 52
Noticias					Vide Antiguidades para Acade- mia.
» politicas da Europa, e seus gabinetes	11	abril	1714	80	262
» que se remetem para a Accademia.....	16	janeiro	1724	89	505
Nova imposição de Damão.....					Vide Damão.
Novas Conquistas não gozão do Privilegio de se governarem por seus uzos, e costumes, no que pertence as cauças do fisco, e camara	16	fevereiro	1776	157	696

No

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Novas Conquistas procure-se o meio dos seus habitantes contrahirem as suas obrigaçoens de uma maneira legal.....	4 maio	1811	191	645	1.ª P.
O que se verificou	28 fevereiro	1812	191	1516	2.ª P.
" sobre o estabelecimento das suas alfandegas...	Vide Alfandegas.				
" sobre a introdução do tabaco de folha	Vide Tabaco de folha.				
Novas Conquistas.....	Vide Pondá				
" edital do seu juiz.	18 janeiro	1800	190	480	
Novos direitos não tem os ministros da India obrigação de mostrarem que os tem pago, e os provimentos das serventias dos officios da mesma Relação como são do Regimento do V. Rey, não devem hir a Chancellaria, como se observa no Reino.....	17 dezembro	1707	72	59	
Novos convertidos se dão dous mil xerafins para os seus vestidos...	1 março	1597	2	359	
Novos convertidos as suas cauzas são sentenciados por juiz secular, e privativo.....	11 janeiro	1684	49	18	
Novos convertidos	Vide Cathecumenos.				
	Vide Pay dos christaons.				

Ob

Obras de igrejas, edificios pertencentes á Coroa e Cortes se possão fazer por arrematação.....	4 maio	1811	191	1588	2.ª P.
--	--------	------	-----	------	--------

Of

Officiaes providos em officios, sirvão inda que seião de maior graduação.....	28 março	1727	94	43	
" criminosos, como não podem ser providos em outros officios	17 abril	1739	109	90	
" dos contos, nos seus provimentos não exceda o V. Rey as faculdades que tem, e se emende na Secretaria o formulario das cartas	21 abril	1737	107	91	

Of

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Officiaes de Fazenda, não se podem crear de novo	30	março	1759	132	58
» de justiça, & aprovado o seu numero determinado por assento da Junta dos Ministros..	21	fevereiro	1788	164	3
» de justiça.....	Vide Advogados.				
» não levem salarios, além dos do regimento	23	dezembro	1723	91	11
» da Rellação, como pagos os seus ordenados.....	23	setembro	1702	67	115
» de Justiça, e Fazenda, seu regimento de sallarios	Vide Regimento.				
» civis	Vide Empregos.				
» da Armada Real, vencem logo os seus soldos desde o dia da graça,	29	novembro	1796	178	779
» da Marinha não podem embaraçar as mostras, que se mandão passar pela Intendencia da Marinha pelos officiaes da fa- zenda, nem podem ter intenden- cia, ou interferencia nos arma- zens do arsenal real, sem que se- ja ordenado pela junta da real fazenda, a quem o arsenal hé subor- dinado.....	23	fevereiro	1776	157	700
» do mar, e terra reduzidos, e extranha-se o contrario, e se dá baixa conforme se mandou, em- quanto aos do mar não haja mais do que o numero das embarca- çoens, e só hum de sobreexcellen- te, devendo esta ordem guardar- se para o futuro	6	abril	1731	99	115
» do mar só haja tantos quanto for o numero das embar- caçoens nas suas classes, e mais hum só de sobreexcellente.....	6	abril	1731	99	115
» da marinha, providencias sobre os fretes que pertendião exigir das encomendas da Real Fazenda nas embarcaçoens do Estado, e mais providencias á este respeito	24 25	abril abril	1766 1766	139 139	207 219
» » seu numero .	Vide Instrucçoens.				
» » e naos da Co- rôa, emquanto se achão dentro de Porto, são sujeitos a todos os magistrados de justiça, e fazenda, sem privilegio algum, ou dife- rença de qualquer navio mercante.	22	fevereiro	1776	157	698

Of

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Officiaes da marinha, que vão nas embarcações de guerra para o serviço da India, não podem vender soldo dobrado nem comedorias.	27	fevereiro	1776	157	717
" " sobre não ser conveniente passarem ao serviço do exercito.....					Vide Marinha.
Officiaes da marinha					Vide Marinha.
Officiaes militares não se podem privar dos seus postos, mas por particularissimos motivos se aprova huma disposição sem sentença por aquella vez somente.....	13	abril	1728	95	416
" seu excessivo numero, tanto de mar como tambem de infantaria, e se manda cohibir este excesso.....	10	março	1729	96	26
Officiaes subalternos nos seus provimentos se observe o mesmo que ultimamente se determinou no Reino	10	abril	1755	128	85
Officiaes militares falecidos.....					Vide Soldados.
" não podem ser providos sem folha corrida	14	março	1737	107	187
" voluntarios que vierão servir a India no anno de 1723, possão ser providos nos lugares, não obstante não terem os annos de serviço de India precisos....	2	abril	1723	89	199
" mandados servir na India em 1774, acabado o seu tempo, querendo-se recolher, seja paga a sua passagem á custa da Real Fazenda, mas não se pratique o mesmo com os outros officiaes, e mais pessoas que forem por sua livre vontade, ou degradados....	4	março	1782	163	131
" que requerem postos nas vespervas de partirem para o Reino haja grande cuidado a este respeito.....	8	março	1783	164	50
" que vierão do Reino, supposto ficarão como agregados tem vencimento d'effectivos por terem patentes assignadas pela Real Mão, e mais motivos	13	março	1790	171	343
" ad honorem não se nomee nenhum, e aos que existem actualmente se permitta só o uniforme de auxiliares, e se lhes tirem as patentes que tiverem sido passadas, sem authoridade .	17	maio	1797	178	56

Of

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Officiaes graduados tem só o soldo de effectividade	16	dezembro	1790	180	625
	24	janeiro	1805	185	226
» militares, assim da tropa regular, como das milicias, e da ordenança, o modo de se regular a sua antiguidade.....	18	fevereiro	1805	185	35
» militares não se lhes concedão licenças para irem para o Reino, e quando algum for com licença, mande-se logo uma informação da sua conduta.....	1	março	1799	179	16
Officiaes militares.....	Vide Licenças.				
Officiaes.....	Vide Naos que se pedem.				
» das praças não são incluídos na ordem para se a regimenterem as tropas	30	março	1757	130	160
» da secretaria do Estado o como se faz o seu provimento .	12	setembro	1692	56	128
	9	dezembro	1697	62	40
» da secretaria do Estado como o secretario deve fazer o provimento delles	22	abril	1739	109	100
» da secretaria do estado, faz o secretario os seus provimentos, e o como	28	março	1758	131	58
» da secretaria, e fazenda pôr quem devem ser providos, e como devem legalisar seus titulos	3	abril	1760	183	48
» da secretaria do Estado, e da fazenda pagão direitos, e vão seus provimentos á chancellaria	7	abril	1766	139	49
» do Estado se lhes augmenta o ordenado : official maior terá por dia dous xerafins, e os outros hum	10	março	1785	164	224
» do Estado sobre o seu regimento.....	Vide Secretarie do Estado.				
» do Senado, ou camara vencem soldo.....	28	novembro	1598	2	441 G
Officios vagos podem proverlos os V. Reys em seus criados servindo elles nas armadas	31	janeiro	1602	5	54
» providos pelos governadores interiores são bem providos, nem o V. Rey os pode tirar	12	janeiro	1666	33	168
» querendo os proprietarios desistir, só o possam fazer no Conselho Ultramarino, para obviar as fraudes de assim os venderem ..	10	dezembro	1717	84	252

Of

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Officios quaes podem prover os Vice Reys, e em que pessoas....	27	fevereiro	1717	83	63
» não se possam servir por portarias, mas se tirem delles cartas.....	15	dezembro	1717	84	258
» as suas renunciias se fação no Conselho Ultramarino, ainda mesmo dos providos pelo Vice Rey, e a este respeito se guarde a ordem dita de dezembro de 1717.....	13	março	1717	83	37
» não se podem renunciar na Índia, nem mesmo os da Mercê do V. Rey.....	28	março	1721	87	40
» trienaes, e de residencia. Officios.....	26	fevereiro	1723	89	84
» dirigidos a Côrte serão, segundo as suas materias, distribuidos em 4 classes: 1.ª ecclesiastica, 2.ª militar, e politico, 3.ª civil, população, justiça, e policia, e reedificação de Goa, 4.ª Fazenda Real, com um extracto do seu contheudo.....	Vide Lugares. Vide Cargos.				
» para a Corte sejam numerados, e com o resumo do seu contheudo.....	5	março	1781	163	1384
» sejam numerados progressivamente desde o numero 1 até o ultimo em que se annunciar a entrega do governo ao governador successor, com um resumo que indique a materia de cada paragrafo.....	27	fevereiro	1782	163	482
» sejam numerados com o numero desde o 1.º até o ultimo do anno, e as segundas vias levem os mesmos numeros dos primeiros em massas separados.....	14	setembro	1796	177	811
» que há na secretaria da Índia se remetem desde o anno de 1796 até 1801 por se terem pedido, e se refere a falta que ha delles nos livros das monçoens.....	26	agosto	1799	180	107
	22	junho	1810	190	692
	18	dezembro	1810	190	692

Of

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Officios sobre diversos objectos publicos a que tribunaes serão dirigidos no Rio de Janeiro	12	julho	1808	189	44
» , consultas, ordens regias, & se remetão por copia da secretaria da India para o Rio de Janeiro os de dez annos passados, que parecerem necessarios	1	agosto	1808	189	47

Ol

Olanda participação da sua paz ...	2	abril	1663	29	46
Olandeses perdem Chitra, e outros.	15	janeiro	1716	81	216
» por intriga sua forão expulsos os missionarios nossos jesuitas, da Costa da Pescaria	13	janeiro	1719	84	432
» evite-se, que se estabeleção na costa d'Africa.....	12	abril	1723	89	300 e seg.
» procure-se embarçar o seu comercio no Cabo das Correntes	11	abril	1739	109	50
» intentão impedir o comercio de Ostende	26	fevereiro	1724	90	170
» tomarão a Bahia de Lourenço Marques.....	1	janeiro	1726	92	307
» insultos que fizeram aos navios de Macao	15	dezembro	1749	122	114
» obrigarão os navios portugueses ao exorbitante tributo de ancoragem	28	fevereiro	1775	152	632
» violentão as nossas embarcações de guerra a pagarem ancoragem, ainda mesmo não fundeando nos seus portos	21	março	1785	165	1492
» sobre suas propostas a respeito do Canará.....	Vide Canará.				
Olandeses	Vide Instruções.				

Or

Oratorio, funda-se huma terceira casa para ensino publico, mas primeiro se veja se pode fazer a fundação de clerigos seculares ..	4	abril	1761	134	117
Oratorio	Vide Cruz dos milagres.				

Or

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Ordenados, ou soldos, nem o V. Rey nem o Conselho da Fazenda os po- de accrescentar, ainda que hajão as mais fortes razoes.....	15	fevereiro	1748	128	35
" pode os augmentar o governador em beneficio do servi- ço, e combinação do estado da real fazenda, mas só havendo pe- rigo na mora, pois não havendo, deve dar primeiro parte a S. Ma- gestade. e do que fizer deve tam- bem dar parte.....	9	março	1789	171	364
" dos officiaes da Rella- ção seião pagos pela fazenda real, não havendo dinheiro no cofre das condemnaçoens	17	fevereiro	1701	65	87
Ordenados					Vide Soldos.
Ordenados					Vide Fazenda Real formados seus pagamentos.
Ordenaçoens para o serviço da igre- ja, e missoens, que methodo deve seguir o arcebispo	13	março	1758	181	286 e 237
Ordenanças de Goa, e Ilhas adja- centes se exorta o seu corpo.....	28	abril	1773	153	168
" e auxiliares, se susci- tam em Goa compostos de natu- raes, mas com sargento mór por- tuguez da Europa, e varios privi- legios a seus officiaes	2	abril	1761	134	291 72
Ordenanças					Vide Terço.
Ordens não se cumprão, senão as expedidas pelo Conselho Ultrama- rino, ou Secretaria d'Estado.....	24	dezembro	1717	84	264
" encontradas remetão-se ao Reino, fazendo-se huma Junta para se examinarem, composta de varios ministros, e secretario	18	agosto	1823	201	752
" encontradas que houverem, á Secretaria do Estado se reme- tão.....	24	janeiro	1653	23	64
" regimentos, leys, & expe- didas para a India se pedem da Côrte copias autenticas	13	abril	1722	89	322
" todas as que tem ido para a India se pedem copias da Côrte.	28	março	1754	127	3
	1.	abril	1767	130	102

Or

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Ordens relativas á Real Fazenda se registem em livre competente.	3 abril		1760	133	98
Ordens	Vide Officios.				
	Vide Leys.				
» militares.....	Vide Cavalleiros.				
» religiosas aceitem para serviços os naturaes da India...	Vide Naturaes da India.				
Ordens religiosas pedem-se infor- mações, e se dão das suas rendas, bens territorios, e juros que po- dem possuir neste Estado.....	21 novembro		1796	177	7
» remetão-se rela- çoens exactas do seu instituto, e observancia, titulo, e tempo da sua fundação, n.º de casas, e indi- viduos, bens que possuem, titulo e tempo d'aquisição, e do rendi- mento de cada uma dellas; e se remetem.....	6 agosto		1803	184	465
» contribuição com decima parte dos seus bens.....	1 março		1799	179	13
Ordens religiosas.....	Vide Frades.				
Ormuz, pretende o turco mandar á instancia do Bacha de Bassorá uma armada para a tomar, de que se previne ao Vice Rey da India.....	29 março		1588	8	283
» couzas que lhe são relati- vas.....	23 dezembro		1599	1	101
» recomendaçoens á respeito do seu rei.....	16 fevereiro		1591	2	90
» apontamentos á seu respei- to.....				1	169
Ormuz.....	Vide Alfandega.				
Ormuz.....	Vide Rey de Ormuz.				
Orphaens os seus privilegios.....	6 abril		1724	91	120 e 121

Os

Ostende, os navios da sua compa- nhia sejam bem recebidos, sem infracção das reaes ordens.....	18 abril		1724	91	162
--	----------	--	------	----	-----

Ou

Ouro.....	Vide Casa da moeda.				
-----------	---------------------	--	--	--	--

Ou

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Ouvidores não possão ser providos sem serem primeiro examinados, e se observem as ordens a este respeito, não obstante o que representa o V. Rey.	30	março	1721	87	42
" as nomeações são feitas					
ouvidos os desembargadores				12	285
" não podem ser prezos pelos governadores ..	13	abril	1786	105	215
Ouvidores					
" sejam formados, e quando não de capa, e espada, sendo primeiro examinados na meza do despacho	14	dezembro	1717	84	260
Ouvidor e juiz de orfaõs de Salsete manda repor os emolumentos que levou alem do regimento ...	13	maio	1741	112	43
" da Costa da Pescaria.					
					Vide Christaõs da Costa da Pescaria.
Ouvidores para Damão, e Dio se annuncia serem creados por decreto de S. A. Real.	2	dezembro	1800	181	527
Ouvidor geral do crime não solte prezos de delictos mayores.	18	março	1752	125	85
" das praças do norte extinto, e haja nelle ouvidor geral do crime.	24	janeiro	1690	54	198
" de Macau, que foi prezo pelo governador, é prezo o governador, e ambos devassados; accabando primeiro o ouvidor o seu lugar.	4	abril	1731	99	73
" de Macau extinto					Vide Macau.
Ouvidor de Macau.					Vide Macau.
" que empregos se lhe unirão, e como será ouvido nos negocios Cínicos, e sobre a sua jurisdição, e ordenados.	29	dezembro	1787	169	414
" que empregos se lhe annêrão: formalize elle mesmo o seu Regimento, e examinado em Goa, se remeta á Córte; e se possa augmentar o seu ordenado.	28	fevereiro	1789	171	363
" o seu Regimento, e anotaçoens a elle, para ser approvado pela Córte.	16	janeiro	1794	175	116

Pa

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Paço Mesa do Paço, observe-se o Regimento, sobre os Ministros que á ella devem assistir	22	março	1717	83	7
Paço não entra na sua Mesa o Chancellor	22	março	1728	83	8
Paço na sua Mesa se observe inviolavelmente o Alvará de 1615....	5	outabro	1719	86	352
Paço á sua Mesa não assiste o Chancellor	22	março	1628	86	390
Paço	Vide Meza do Paço.				
Padroado, recomendação, para se não executarem os Decretos contra elle, e se observem as ordens dadas a este respeito	28	março	1715	81	107
Padroado	Vide Bombaim convem.				
Padroado	Vide Propagandistas.				
Pagamento das Tropas, novo estabelecimento do seu Methodo	28	abril	1773	153	138
" e muniçoens de boca, recommendaçoes a seu respeito	28	abril	1773	153	154
" escripture-se na Contadoria Geral da Junta.	28	abril	1773	153	158
Pagodes, e seu culto publico, sejam aquelles demolidos, e este abolido nas terras agora conquistadas ao Bonsuló	27	março	1756	129	416
Pagode, permittido o seu uzo em Damão, e seu territorio	20	janeiro	1774	153	368
Pagodes de Damão, e publicas festividades gentílicas abollidas . .	1	janeiro	1780	159	111
" sobre a sua existencia proposta, e resposta	24	março	1781	162	109
" e festividades publicas dos gentios pede se explicação a Corte sobre este objecto, relativamente ao artigo 23.º do Trat.º do Com	1	fevereiro	1812	191	1838 2.º P.
Pagodes	27	setembro	1813	193	429 1.º P.
Palacio mudado para Pangim, e para Panelim o Hospital Militar.	Vide Damão.				
" apróva-se as despesas feitas para os moveis do mesmo ...	26	março	1761	184	188
" de Goa seu estado de incapacidade, e se propõe mudar a Relação de Goa para Pangim...	11	fevereiro	1782	163	440
Motivos q' derão causa para se projectar esta mudança	18	dezembro	1810	190	741
	14	dezembro	1811	191	659 1.º P.

Pa

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Palacio de Goa S. A. Real se resolvera ulteriormente sobre a sua conservação, evitando-se no entanto q' se danifique	5 maio		1811	191 657	1.º P.
» de Goa remetem-se para a côrte os orçamentos para o seu concerto, e se pede resolução, visto mandar-se conservar	10 junho		1812	192	239
	24 dezembro		1812	192	240
	Vide Comercio desta Costa.				
Palas, e Galiás de guerra	22 março		1791	173	279
Palmares não se plantem em terras que devem produzir arroz, mas comtudo se deve promover huma, e outra cultura	Vide Camara Geral.				
Palmeiras sobre as suas tangas ...	Vide Cocos.				
Palmeiras	22 fevereiro		1588	2	43
Pariane sobre a sua Fortaleza	15 janeiro		1738	107	228
Pangim projecto de lá se fazer a Cidade, e o modo de defender a Ilha de Goa	28 março		1743	116	17
» extinção da Capitania do seu Passo, e applicado para os soldados do General de Rios, e do Capitão da Fortaleza d'Agoada....	28 março		1776	156	33
» , proposta, para se mudar para lá a Cidade	29 abril		1777	157	267
» discrição da sua situação, e ventagem proprias para ser Cidade	Vide Palacio.				
Pangim	Vide Palacio.				
Panelim	18 março		1782	162	1928
Papel Sellado, e o seu Tributo estabelecido como antes	4 março		1793	176	31
» , recommendações da Côrte a este respeito, determinando este Tributo como fim principal de diminuir os pleitos	29 março		1748	128	515
» se suspenda, em quanto aos Eccleziasticos	28 dezembro		1745	118	205
» , o que se praticou a seu respeito, e se dá parte para a Côrte	27 março		1750	123	665
» , a sua izenção comprehende os Eccleziasticos, e Seculares no Juizo Eccleziastico ..	11 abril		1755	128	93
» abollido	15 março		1799	178	270
» hé conveniente entender-se as cauzas Eccleziasticas					

Pa

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Papel Sellado Ley da sua creação, e regulação	10	março	1797	178	698
» importancia deste Tributo	13	fevereiro	1788	163	468
» augmente-se a sua taxa, e se extenda aos Juizos Ecclesiasticos	14	dezembro	1799	180	852
» augmente-se o seu Direito, para ver se se diminuem os pleitos	12	fevereiro	1789	171	357
» Methodo do seu Imposto, com vistas a diminuir a Chicana Forense	26 28	março	1791	173	271 273
» a diminuição do seu Imposto, e quaes as causas, e remedios	30 23	maio dezembro	1810	190	269 270
» augmento do seu sello, e por que motivo	29	janeiro	1813	191	1305 2.ª p.
Pará, para lá se remetão manufacturas da India	21	março	1750	123	641
Parochos de Cochim sujeitos aos Olandezes que reconhecem o Padroado do Reino de Portugal, se lhes dê 100 xerafins de Congrua annexa	2	abril	1720	86	204
Parpotecaria		Vide Pondá.			
Parochias se unão as que tiverem poucos Freguezes	22	fevereiro	1723	89	40
» e Missões se trão aos Jesuitas, e o modo de as prover. .		Vide Missões.			
Passaportes a Navios, de baixo de que regras impreteriveis, se devem somente passar, no caso da nossa neutralidade	15	fevereiro	1792	174	35
Passaportes qualificação com que se devem legalizar as Embarcações, para se poderem passar em Goa	10	maio	1790	172	585
Passaros, e animaes raros, e Faisões deturados se remetão	10	março	1764	152	440
Passos onde pagavão Direitos as fazendas, suprimidos		Vide Alandega.			
Pate tomado por nós	24	janeiro	1688	52	278
Pate perdido	28	outubro	1688	53	286
Pate o seu Governador he subordinado ao de Mombaca	11	setembro	1729	96	248

Pa

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Patentes com maior Soldo, do que hé taixado não passem na Chan- celaria.....	20	março	1752	125	5
Patentes Militares passem pela Chancelaria sem poderem ser Go- lozadas, e sem pagarem contri- buição alguma, e o Chancellor póde conhecer d'ellas, pelo que pertence aos interesses da Real Fazenda, e achando ser alguma prejudicial, represente ao Gover- no, que se mandar passar a Pa- tente, deve passar; dando ambos Parte a Sua Magestade	9	maio	1783	164	129
Patentes da Marinha passadas con- tra a reforma se golozem	22	março	1745	118	7
Patentes honorarias, não haja mais do que huma, em cada Posto, e sempre dependentes da Régia Aprovação, e em cazos extraor- dinarios	14	abril	1755	128	91
Patente Militar, que se mandou re- colher, por ser indevidamente passada, não obstante achar-se averbada, se recolha a Secreta- ria, ainda estando ella em Lisboa.	20	março	1771	148	57
Patentes dos officiaes militares....	Vide Secretario do Estado faça declarar.				
» dos officiaes de milicias .	Vide Secretario do Estado faça declarar.				
» , que se remetão por co- pia as do V. Rey, Governadores, e Governadores Subalternos	13	agosto	1808	189	55
» de Subalternos, até capi- taens incluzive, izentas da clau- sula de confirmação.....	19	maio	1810	190	89
	2	maio	1811	191	586
» quaes confirmadas	Vide Promoções.				
» , não se dêm a Officiaes nomeados para Governos Subal- ternos a Goa.....	Vide Governos subalternos.				
» , representação sobre não deverem passar pela Chancelaria.	21	fevereiro	1782	162	1343
» Mores suas nomeações,					
Empregos vitalícios amoviveis..	20	março	1797	178	782
» entre o Estado, e Aydar Ali Kan	3	fevereiro	1770	145	14
» o Tratado	13	agosto	1769		28

Pa

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Paz com o Bounsuló, e suspensão das Armas com o Sunda	18	dezembro	1754	127	66
Paz com o Bounsuló	Vide Bounsuló.				
» com o Key de Canará.	5	janeiro	1715	80	160
» com Changamira cnde morre- rão mais de duzentos mil negros de fome, e bexigas.	3	janeiro	1715	80	173
Paz com Espanha.	15	maio	1715	82	178
» de Portugal e Inglaterra com Espanha e França	25	março	1763	136	87
» com França	11	abril	1763	136	141
» entre Meca, e Goa.	12	março	1714	80	116
» entre Meca, e Goa.	12	maio	1672	87	172
Pazes offensivas com as Potencias da Europa n'Azia não se podem fazer, sem approvação d'ElRey, mas sim com as d'Azia	13	abril	1723	89	226
Pay dos Christacns, obviadas as desordens que elle cauou por obrigar os Gentios a ouvir as suas Pregações, e ter mandado o Cabido faser o rol dos Gentios pelos Parochos	14	janeiro	1717	83	98
» observe o seu Regimento para evitar as desor- dens, que fez.	30	março	1731	99	67
» , não cumprin- do com as Juas obrigaçoens seja expulso pelo Governo.	24	abril	1767	141	97
Pay dos Christaons	Vide Novos Convertidos. Vide Cathecumenos.				

Pe

Peça de Artilharia achada em Pon- dá, chamada Kotelascar, ou Ga- nez, remetida para o Reyno. . .	3	fevereiro	1764	136	347
Peças de nova invenção o modo de uzar d'ellas	30	março	1758	131	536
Pedras de Cevaz, pedem-se para Portugal.	11	maço	1593	2	146
Pedraia precioza, se empregava em Goa na sua compra por anno 400 a 500 mil cruzados fortes ...			1614	12	6
S. Pedro	Vide Goa.				
Pemba conquistada	20	janeiro	1729	95	166
Percia, Tratado com Percia, para se tomar Mascate.	15	janeiro	1719	84	450

Pe

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Perças conserve com elles amizade o Estado, em quanto guardarem o que prometerão, e o que se passou n'Armada, & a seu respeito	16	março	1720	86	232 e segs. 75
Percia não se mande lá a Armada.	18	abril	1724	91	
Perdão não se concede nenhum, sem parecer dos Desembargadores	3	fevereiro	1594	2	273
Perdão que se concede aos Portugueses humisiados, que se apresentarem dentro de seis meses ..	16	maio	1596	4	653
Pernem tomada pelo Bounsuló ao Estado	6	novembro	1794	176	12
» Provincia cedida a nós por Tratado	23	fevereiro	1788	169	324
» seus rendimentos, e fóros.	16	março	1789	170	908
» conquistada pelo Estado esta Provincia em 21 de Junho de 1800	22	janeiro	1801	180	34
» e Bicholim o como estão no Estado	27	fevereiro	1772	149	327
Pés de Castello abollidos	30	março	1773	153	106
» recomenda se a sua abollição	10	janeiro	1776	157	665
Pescaria Costa	Vide Costa de Pescaria.				
Pescaria	Vide Missões.				
Pessaas quaes devem ser ouvidas pelo V. Rey, em negocios de importância	31	março	1604	9	44
Pekim Congrua do seu Bispo	Vide Macao.				
» à sua Igreja que bens ficão pertencendo	11	abril	1807	187	483
Pekim	Vide Macao.				

Pi

Pimenta, os seus contractores pódem embarcar para o Reino o resto dos seus cabedaes em pregos, ou drogas, ou outras Fazendas	30	março	1585	1	5
» providencias sobre as suas quebras	15	março	1585	2	27
» acrescentamento do seu cabedal	28	março	1591	2	78
» para se entregar o resto do seu cabedal	28	março	1591	2	80

Pi

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Pimenta recomendações a seu respeito	8	fevereiro	1591	2	98
» recomendações a seu respeito	1	março	1594	2	247
» sobre o seu contrato, e mais providencias	26	março	1597	2	368
Piratas	Vide Macao.				
Piro tomado por nós	4	fevereiro	1753	125	323
» reflexoens deste Governo, sobre ser tomado, ou não por nós..	30	novembro	1790	172	13
» sua conservação depois da Paz do Marata com os Ingleses .	25	maio	1792	173	371
» por ora se conserva em nosso poder, e para ser entregue se intenta fazer por hum Tratado de commercio com o Tipú	30	setembro	1792	173	435
	20	fevereiro	1793	174	7
» sobre ter este Governo errado o caminho politico, que devia seguir a este respeito, e as rasoens, com que a isto respondeo o mesmo Governo	26	fevereiro	1792	174	68
	2	março	1793	174	80
» sobre a entrega, que por fé fixemos d'esta Praça ao Tipú....	10	março	1793	174	245
» sua entrega ao Tipú, e este nos franqueou o commercio dos seus Portos	20	dezembro	1793	175	19
» reprova a Côrte a sua entrega ao Tipú, que sendo por parecer do Tenente General Francisco Antonio da Veiga Cabral, e do Chancellor. Responde aquelle que foi inveja que tinha as suas conquistas o seu antecessor. Deve-se notar, que o Piro veio ao Estado por Politica, e não por armas	20	agosto	1793	176	534
	16	dezembro	1894	176	558
» sobre a sua entrega ao Tipú, se manda ouvir o Conselho do Estado da India, e que se póde, por esta occasião celebrar com elle hum Tratado de commercio..	25	abril	1795	177	613
» , sobre o projecto mallogrado de o tomarmos em 1769	4	fevereiro	1769	141	250

(Continua)

O ORIENTE PORTUGUEZ

II.º ANNO. 1914

N.ºs 3 e 4

— Março e Abril —



PARA A HISTORIA DAS APOSTAS EM DIU¹

I

Carta do Vice-rei Marquez de Alorna a Sua Magestade



SENHOR — O dolo que em Diu se praticou muitas vezes no uzo dos seguros que ali chamão Bimos, foi este ano mais evidente na desordenada viagem de uma pala carregada para Meca que de proposito veio a parar nas praias do Sunda a tempo que já em Diu se tinha descoberto o conluio que guiou aquella derrota, de que dando-me parte o Castelão de Diu mandei devassar do caso; e representando-me o mesmo Castelão que de se não haverem estabelecido penas aos

¹ Vide Cunha Rivas, *Jornada ds praças do Norte no Instituto Vasco da Gama*, I, 242.— J. M. Carmo Nazareth, *Apostas em Diu*, e R. S. da Rocha e Sá, *A Torre de Vymã*, nesta revista, I, 404 e 623.

transgressores da lei de 1688 que deu forma aos ditos Bimos, procedia ser frequente a transgressão, me pareceu conveniente mandar formar e publicar o alvará que faço presente a V. Magestade na copia incluso; e como as leis e ordens dos V. Reis não têm mais tempo de duração que o do seu governo ¹, será util a evitar a continuação de danos tão importantes em huã terra que se sustenta do commercio, que V. Magestade se sirva, ou de confirmar o mesmo alvará para que nunca deixe de ter observancia, ou de dar a providencia que for mais conveniente a seu real serviço.

Pela mesma razão de se não observarem as ordens dos V. Reis mais que no tempo do seu governo, me parece tambem conveniente que V. Magestade se sirva de resolver as contas que tenho dado a V. Magestade dependentes da sua real approvação, e especialmente a que dei em carta de 6 de fevereiro de 1745 com a copia da lei sobre os pagamentos e despeza de Fazenda Real, servindo-se V. Magestade, ou de confirmar a mesma lei, ou de ordenar o que for mais conveniente a seu real serviço.

A muita alta e muita poderosa Pessoa de V. Magestade guarde Deus felices annos—Goa 28 de dezembro de 1747 — Rubrica do V. Rei.

(L.º das *monções* n.º 120, fl. 417).

Declaração junta á carta antecedente

O alvará de que nesta carta se faz menção, está registado no livro de serviço, começado em outubro de 1744, a fl. 29 v. ².

II

Provisão do Conselho Ultramarino em resposta á carta antecedente

Dom João, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem d'além mar em Africa, Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Marquez de Alorna, V. Rei e Capitão Gene-

¹ Observação curiosa d'um facto que passa proverbial na India.

² Não encontramos este livro.

ral do Estado da Índia, que se viu a vossa carta de vinte e oito de dezembro de mil setecentos quarenta e sete, em que da-veis conta do alvará que mandastes publicar para se evitar o dolo que em Diu se praticava no uso dos seguros que ali chamão Bimos, impondo penas aos transgressores por se não haverem estabelecido estas na lei de mil seis centos setenta e oito que deu forma aos ditos Bimos, expondo-me juntamente, fosse servido resolver a conta que destes em carta de seis de fevereiro de mil setecentos quarenta e cinco acerca dos pagamentos e despesas da minha fazenda desse mesmo Estado: o que visto me pareceu dizervos, que sobre a forma dos ditos pagamentos e despeza da fazenda real desse Estado se não tem tomado ainda a resolução, e pelo que toca a lei a respeito dos Bimos, se vos ordena informeis como se praticava a lei de mil seis centos oitenta e oito e que pratica o livro que na dita lei se mandou formar e a forma em que se pratica esta lei que vos estabelecestes, declarando-se que na pratica della se descobriu ser conveniente augmentar ou diminuir algumas clausulas da dita lei para á vista de tudo resolver sobre a sua continuação — El-Rei Nosso Senhor o-mandou por Thomé Joaquim da Costa Corte Real e o De-sembargador Antonio Freire de Andrade Henriques, conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a vinte e oito de março de mil setecentos quarenta e nove — O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever— *Joaquim Caetano Raphael Pires Cardinho*.¹ — *Thomé Joaquim da Costa Corte-Real*.

(L.^o das monções n.^o 122, fl. 1)

NB. Não teve resposta, segundo se declara no respectivo indice.

J. A. ISMAEL GRACIAS

¹ E' singular que, mencionando-se no corpo da provisão o nome do conselheiro desembargador Antonio Freire de Andrade Henriques, em vez da sua assignatura appareça a de J. C. R. P. Cardinho.

TOMBO DE DIU

POR

FRANCISCO PAES

Provedor-mór dos Contos

(1592)



UMA explicação, antes de mais.

Como os leitores sabem, está ainda por se fazer a História de Diu. Dispersa por muitas páginas de escritura nacional e estrangeira, em inumeraveis documentos antigos e modernos, uns publicados e outros inéditos, a História de Diu espera, de há muito, que lhe sôe o seu grande dia de resurreição; e, na verdade, bem a merece.

Em 1904, uma portaria ministerial de 17 de outubro veio dar-nos, a quantos nos interessámos pelo facto, a certêza de que um corpo completo dessa brilhantissima história, vasado em moldes scientificos modernos, appareceria em fim á luz de publicidade, sôb a égide dum homem que tinha tanto de culto e de trabalhador, como da fanático pela glória passada e pelos legitimos interesses presentes desta boa terra portugueza, que elle ao tempo governava. Mas em breve, três anos depois, a 31 de outubro de 1907, esse homem baixava á paz do túmulo, na Cidade do Santo Nome de Deus em Macáu, e com elle a pro-

messa da sua obra querida, afanosa, inconfundível, cujo alto valor literário podemos deduzir, com segurança, duns belissimos artigos que fisera publicar nas páginas desta Revista ¹ e da sua erudita monografia *Inscripções Indianas em Cintra* ², toda escrita na pitorésca Malála (Diu) no decurso do seu longo e minucioso estudo sobre a ação guerreira e civilisadôra de Portugal no Katiavár.

Ora quem escreve estas linhas acompanhou de perto o infeliz Herculano de Moura, lidou a seu lado noite e dia naquêl benemérito intento, prestou-lhe o concurso patriótico do seu trabalho, desvalioso embora, viu, examinou, extratou e dispôs convenientemente muitos documentos, alguns dêles verdadeiras preciosidades, recolheu emfim, por favor, algumas pedras valiosissimas, comquanto por infelicidade desajustadas, do grande edificio que se pretendia construir. E', pois, dum dêsses fragmentos salvos que vámos tratar no presente artigo, já que a sorte ávara nos não permite esforço de maior para a obra que dalguma maneira poderíamos levar a cabo.

Trata-se da cópia fiel dum MS., descoberto no arquivo da Repartição Superior de Fazenda do Estado da India, documento que se compõe de sessenta folhas de papel do formato do almasso ordinário. Bem conservado, só com os cantos muito gastos pelo uso. Traçado em diferentes lugares, mas completamente legível. As 3 primeiras folhas não são numeradas. A numeração vai de fls. 1 a 50, ficando por tanto sete folhas em branco, excepto o verso de fl. 55 que tem os seguintes dizêres entre grosseiros arabêscos:

**Alffabeto, ou Tombo das Praças do Norte deste
Estado da India a B (sic) ³ Chaul, e Dio.**

Estes dizêres, porém, são de época mais recente, não se parecendo a caligrafia com a do livro.

¹ Vol. I, 44, e II, 83, 277, 341, 405 e 531.

² Nova-Goa, Imp. Nacional—1906.

³ Deve ser Baçaim.

Os caratêres do têxto são muito bem lançados.

E' mesmo um dos milhores manuscritos quinhentistas que tivemos a fortuna de consultar, naquela mole imensa de documentos que Herculano de Moura fiserá reunir. Devia ter pertencido ao arquivo da Alfandega de Diu. ou ao do nosso antigo e saudôso Adjunto, e foi talvêz levado para Gôa por Cunha Rivára.

O certo é que êste o copiou, e essa cópia exista na Bibliothéca Pública de Evora ¹, tendo sido *trada em 1876 do original existente na Contadoria de Goa*, segundo informava, em carta para H. de Moura, de 17 de outubro de 1905, o digno chefe da mesma bibliotéca, sr. António Joaquim Lopes da Silva Junior, que foi, pois, quem nos deu para aqui a primeira noticia da existência dêsse rico e antiquissimo Tombo.

Mas Evora ficava-nos muito longe, e nem era facil sustentar uma longa e detalhada correspondência ácerca do precioso MS. descoberto por cópia naquela cidade alemtejana.

Resolveu-se, por isso, procurar o original respectivo aqui na Índia, na nossa Repartição Superior de Fazenda, na hipótese, mais provavel, de ser ái que o seu autor, que viêra a Diu com poderes especiais de Vêdor da Fazenda, o tivesse depositado, ou ainda na hipótese de ter sido remetido de Diu para Gôa, em 1740, dordem do Viso-rei Conde de Sandomil, entre os chamados *papeis de administração* ². Assente isto, restava incontrar o homem capaz duma tal pesquisa. Traba-

¹ Gabinete Rivára, armários V e VI, n.º 21-16.

² E' certo que os documentos dos arquivos públicos de Diu sofreram 3 importantes migrações, em 1740, 1859 e 1906. A primeira ordenada por uma carta, de 2 de dezembro de 1740, do Conde de Sandomil ao Castello-governador de Diu, José Corrêa de Sá, mandando remeter para Goa os *livros e papeis da administração da Fortaleza de Diu*, carta que está registada a fl. 66 v. do *Livro de correspondencia do V. Rey com o Castello e mais pessoas de Dio*, pertencente ao arquivo da Secretaria geral deste Estado; é como se explica encontrarem-se em Goa documentos relativos ás questões de Diu, por exemplo, os que se referem ao tributo de Pôr, que mais tarde Cunha Rivára enviou para aqui com o seu officio n.º 31 de 20 de nov. de 1857, alegando *terem apparecido* no arquivo da Secretaria geral, bem como os documentos referentes á questão Panchovadlá, os quais para cá voltaram com o officio da dita Secretaria n. 29 de 14 do mesmo mes. A segunda pro-

lhava naquela Repartição o sr. João Batista Amâncio Gracias, ao tempo (1905) segundo official de Fazenda, autor de valiosas monografias histórico-arqueologicas, escritor culto, muito conhecedor das cousas da India, duma inexcedivel probidade literária. Escreveu-lhe Herculano de Moura a pedir a sua interferência no assunto, e passados alguns dias de trabalhosas mas bem encaminhadas buscas, encontrou-se o precioso códice de que em Gôa, segundo informava o sr. Gracias em carta de 27 de novembro, ninguém dava fé. E assim, graças a um auxiliar inteligente e experimentado nessas alegrias bibliófilas, poudo emfim ser descoberto o M. S. original do *Primeiro Tombo de Diu*, que por fim o finado conselheiro Pedro de Menezes e Ataide, Inspector de Fazenda e presidente da comissão central de Arqueologia da India, mandou pôr á disposição de H. de Moura ¹.

A fôlha de rôsto abre com uma *Taboada*, em caligrafia imitativa de caratêres de imprensa.

Em frente de cada designação lê-se a palavra f.^a, mas todas as referências estão em branco e só adiante da divisão chamada *Renda do drupo* há a designação de fl. 23, que na

movida pelo dito Rivara, que no regresso a Gôa, após a conclusão do celebre acôrdo Gogolâ Junagad—Simbor, levou consigo, diz-se, muitos livros que constituíam o fundo remanecente dos arquivos locais. Finalmente a terceira ordenada pelo Commissariado geral das alfandegas dêste Estado, em nota de serviço n.º 348 de 8 de junho de 1906, em cuja virtude, a 31 de outubro do mesmo ano. pelo batelão ingles «Pir Madat,» foram remetidos para Goa, em seis caixas, 814 livros existentes na historica Alfandega de Diu, dos quais 24 muito importantes, a saber:

Livros do cargo do Feitor.....	4
Livros da receita de Caza da Feitoria.....	2
Livro do Regimento da Alfandega de Diu (1774)	1
Livro de decretos (1833-1848)	1
Livro do despacho da meza grande da Alfandega de Diu.....	1
Livros da entrada e sahida de Moçambique.....	13
Livros de despacho de marfim cortado.....	2
Soma.....	<u>24</u>

Ficarão esses livros melhormente conservados em Goa? *Exeunt, cit...*

¹ O original foi devolvido para Goa, depois de se ter extraído dêle uma cópia, que vamos reproduzir.

verdade confere. A *Taboada* indica os seguintes capitulos de que o livro se compõe:

1. *Contratos feitos com os Reis de Cambaia.*
2. *Alfandegua grande.*
3. *Declaraçõis sobre esta Alfandegua de dio. E pretensão della.*
4. *Alfandegua de gogallá.*
5. *Mandouin dos Mantimentos.*
6. *Renda das Manteigas.*
7. *Renda do Anfiã.*
8. *Renda das orraguas.*
9. *Renda da tinta do Anil*
10. *Renda do pescado.*
11. *Renda de palarij.*
12. *Renda do serrar do marfim.*
13. *Renda das botiquas.*
14. *Renda da ilha.*
15. *Renda do drupo.*
16. *Paço de gogalaa.*
17. *Aforamento de dous esteros.*
18. *Propriedades foreiras.*
19. *Paço de pallarij.*
20. *Paço de bruncua varaa.*
21. *Declaração sobre as vigas de terra.*
22. *Paço de bumcher varaa.*
23. *Aldea Malala.*
24. *Aldea Jausa.*
25. *Aldea damgrauari.*
26. *A renda da Bosta.*

Porém ao diante, no têxto do Tombo, nem todas as legendas dos capitulos conferem com as da *Taboada* cu indice; e apparecem mais seis capitulos não mencionados no indice, vendo-se intercalados três entre os capitulos 22 e 23, dois entre 23 e 24, e um no fim, em seguida ao cap. 26, a saber:

1. *O Paço de tety q' possui Jorge callado.*
2. *O Cargo de piloto mor e mocadão das tapanaas.*
3. *Aforamento do ssabão q' possui Baltezar Roiz.*
4. *Aldea Jodão.*
5. *Bunchirvará.*
6. *Aldea jasoha lançada atras fl. 44.*

Seguem-se as provisões passadas sôbre o assunto e os tratados feitos com a côrte do Guzerate.

Dito isto, vejâmos agora a cópia fiel do

Tom Bo da fortz.^a de Dio ¹

Francisco Paes.

Matias de Albuquerque.

Livro de rendas, fóros e propriedades de Chaúl, Baçaim, Damão e Diu.

Registo de provisão nas Feitorias.

Fr.^{co} pãaez provd.^r mor dos contos q.^o ora vin a estas fortz.^{as} do Norte, cõ poderes de v.^{or} da fazenda por mandado do Illustrissimo s.^{or} Mathias dal Boquerque visorrey da India. faço saber q' no Regim.^{to} q' me foi dado por s. s. está hun cap.^o de q' o tresllado he o seg.^{te}—

Leuais huma provisão de S. Mg.^e per q' mãda faz.^r hu liuro de todas as Rendas, foros e propriedades q' pertencerem a sua faz.^a o qual fareis nas fortz.^{as} de Chaul, Baçaim, Damão, E diu; e no principio do dito Liuro se treslladará a dita provisão e a fareis Registrar nas feitorias das ditas fortz.^{as} pera daqui em diante se caRegar em Rc.^{ta} per cabessa aos feytores todas as ditas Rendas e não se poderem en algun tpo perder nen emlhear.

Tresllado da provisão de S. Mg.^e

Provisão régia de 19-3-1591.

Arrendamentos e aforamentos ilegais.

Dívidas e sonegações.

Eu ell Rey faço saber a vos meu Viso Rey e g.^{cr} das partes da India q' ora sois e ao diante fordes, q' sendo eu informado q' nas ditas partes há m.^{tas} aldeas terras e outras propriedades q' pertencem a minha faz.^{da} principalmente nas fortz.^{as} do Norte e q' humas são dadas de a Rendamento e outras em fatio-sin cõ foros muito pequenos cõtra forma de meus Regim.^{tos} e em perda e dãno de minha faz.^a de q' tam Ben Resultão averem^{as} as p.^{as} q' as trasem por tanto suas, q' nem os foros dellas queren pagar, de q' se pode seguir sounegaremse e perpetuaremse na posse dellas de man.^{ra} q' aja depois difficuldade em se Requerer cõtra elles justiça. E querendo nisso prouer como cumpre a meu serviço, e'y per ben e vos mando, que tanto q' este vir-

¹ Os extratos á margem não são do Tombo, mas nossos. A falta de caracteres apropriados na Imprensa obriga-nos a afastar-nos em algumas palavras do original.

Tombo por
um desembargador.

Elementos
para o tombo.

Cláusula de
confirmação régia para os aforamentos de futuro.

L.^o do registo dos contos nas fortalezas do Norte.

João de Araújo.

Diogo Velho.

des, façais logo fazer cõ effeito e sem dillaçam alguma, hum tombo, per hum desembargador das ditas partes, a q' o cometeis, em q' se lansem todas as ditas aldeas tr.^{as} e propriedades q' pertencerem a minha faz.^{da} e forem foreiras a ella; cõ declaração das p.^{as} q' as trasem e foros q' dellas pagão e quando e como lhe forão dadas e por quê e cõ todas as mais cõfrontaçõis necessr.^{as} pera se não poderem dessemcaminhar em tempo algun. E fareis virificar se andão alguas sonnegas e as fareis pôr em aRecadação no tombo, cõ as ditas comfrontaçõis. E outrossi mando q' todas as aldeas tr.^{as} e propriedades q' estiverem vagas por aforar e as q' ao diante vagarem ou se adquirirem por guerra ou por qualq.^r outro tt.^o, em caso q' se aforem, não valhão os tais aforam.^{tos} nen sejam metidos de posse dellas as p.^{as} a q' se fizerem sen primr.^o teren confirmação minha. E o tresllado do dito tombo autêtico me enviareis p vias depois de feito. Notefiouolo assi e mando q' na manr.^a q' se nesta minha provisão coten a cumprais e guardeis, e façais cumprir e guardar intr.^a mente sem duvida alguma por q' assi o e'y por meu serviço. A qual se Registrará nos L.^{os} dos Registos dos contos das ditas partes p.^a se saber q' o tenho assi mandado: e valerá como carta comessada em meu nome e passada por minha chancellaria posto q' por ella não passe, sê emBargo da ordenação do 2.^o L.^o tt.^o 20— q' o contr.^o dispoem (sic). João daraujo a fez em Lx.^a a xix de março de mil e quinhentos noventa e hun: eu o secretr.^o diogo Velho a fiz escrever. *O cardeal* ¹.

¹ Não se percebe o que esta palavra quer diser. Sendo, como é, este doc. de 1591, reinava ao tempo em Portugal dom Filipe 1.^o, que o devia assenar, e não o cardial dom Henrique, falecido em Almeirim em 1580. É certo que em 1591 governava a India Matias de Albuquerque que havia sucedido a D. Manuel de Souza Coutinho.

Provisão valendo como carta.

Pero, Pedro ou Paulo de Paiva.
Lopo de Abreu.

Provisão p. q' V. Mg.^e ha por bem q' se faça na India hun tombo de todas as aldeas tr.^{as} e propriedades q' pertencen a faz.^a de V. Mg.^e, e são foreiras a ella polla manr.^a asima declarada e q' valha como carta. P.a V. Mg.^e ver. Registada. p.^o de paiva. Regisda no L.^o xbij dos registos da caza da india fl. 276 enxxbj de Marco de noventa e hun. Lopo dabreu.

Diogo Vieira.
Livros antigos de tombos e forais.

E por virtude da dita provisão de S. Mg.^e e capitulo do Regim.^{to} do s.^{or} Vissorrey, tanto q' cheguei a esta fortz.^a de Dio querendo fazer o tombo das Rendas e propriedades foreiras q' S. Mg.^a tê na dita fortz.^a e pertencen a sua faz.^a provy cõ o contador diogo vieira os L.^{os} dos tombos e ferais Antigos que estavam na feitoria, e por elles e per outras deligencias q' fiz constou ptencer a faz.^a de S. Mg.^e as Rendas e propriedades ao diante declaradas ¹.

Tombo da fort.^a de dio feito por fr.^{co} paeéz provedor mór dos contos cõ o contador diogo Vieira por ben de huã provisão de S. Mg.^e atraz escrita.

tresllado dos contratos e Rezõs dellas feitos com os Reis de Cambaia.

Tombo antigo de Simão Botelho.

En hun liuro m.^{to} antigo de tombo feito pelo v.^{or} da faz.^{da} simão Botelho está por ele lansado, os contratos adiante escritos pela manr.^a seguinte.

¹ O verso desta folha, a terceira sem numeração, está em branco segundindo-se a fl. 1 escrita e numerada no canto superior. Numeração pouco perceptivel. A de fl. 2 perfeitamente conservada.

Nunca podemos conhecer êsses livros antigos de que fala o provedor Francisco Paes.

Depois de aver alguns ãnos q' se fazia guerra aos Regnos de cambaia, per mandado delrey noso sor na entrada dano de jb xxxj (1531) partiu o g.^{or} nuno da cunha da çidade de goa com hua grossa armada pera a çidade de Dio, com perto de 300 vellas, e chegando á Ilha de mete ¹, que he sete leguos da dita cidade, achou nela muitos Rumes, abaxins e fartaquins; e mandando o dito governador muitos recados aos ditos mouros que se entreguassem, o nom quizerão fazer, pelo que combateu a dita ilha, estando per muitas partes já cercada de mouros e baluartes, que novamente se fizerão a quoall entrarão e escalarão, e forão todos mortos, sem se dar a vida a nhum, e per esta causou se chamou dally por diante a Ilha dos mortos, onde nela foy ferido eytor da Silveira, de que morreo sobre a barra de dio, e asy morrerão na entrada da dita Ilha allguns fidalguos e outros omens; e dahy se foi o dito governador a diu onde lhe pôs cercuo da banda do mar, e lhe começou a dar batarya, na quoa l foy morto dom vasquo de lima e alguns fidalguos e outros omens ².

Nuno da Cunha.
Viagem para Diu.
Ilha de Bete.
Combate.
Tomada
Ilha dos mortos.
Heitor da Silveira.
Chegada a Diu.
Cêrco.
D. Vasco da Lima.

(Continúa)

Diu, fevereiro de 1914.

JERÓNIMO QUADROS

¹ É a ilha de Bet, Bate ou Beyt das cartas inglesas, no extremo nordeste da península de Katiavar, por 22.º 24' de Lat. N. e 69.º 20' de Long. E. Domina agora ali o Gaekvár de Barodá. Pertence ao distrito de Okhámandal. É lugar sagrado dos hindús.

² Vem este doc. no *Tombo do Eslado da India*, por Felner, a fl. 180, e em Castanheda, *Hist do descob. da India*, liv.º 8.º, 275, — e Couto, *Decadas*, p. IV, 365.

A MACHILA

(Apontamento etnológico indo-português)

*A meu presado amigo,
o Snr. Dr. Otaviano U. Moniz*



E certo, leitor, terá bastas vezes jornadeado comodamente nesse arcaico e rudimentar transporte que, tendo feito as delícias dos nossos avós, está condenado a merecer o desdem dos nossos netos.

O progresso, na sua marcha ascensional, o levou já de vencida, dando lugar a toda uma série complicada de carruagens, desde o luxuoso *coupé* e o estonteante automovel até ao mirífico *dirigível*, que tem diante de si um futuro tão radioso e vasto, como o espaço em que ancêa dominar.

Oh! que de sublime será isso então? Que de surpresas nos não reservam a sciência e o esforço humano?

¿ Não quereria, leitor, viver em uma época, em que, recebendo, por exemplo, na capital um radiograma de Margão, anunciando um concurso festival ou a doença duma pessoa querida, e envergando uma *toilette* própria para as regiões etéreas, pudesse dirigir rápido ao aeródromo da cidade, e aí, metendo-se em um aeroplano, estar em um abrir e fechar de olhos nessa bela vila, donde, volta

e meia, estivesse de regresso ao vosso lar, como se houvesse gasto nisso só o tempo hoje necessário para fazer um bocado de avenida?

.....

 É, porém inútil prelibar essas doçuras da vida que, talvez, só os nossos netos virão a desfrutar. Enfiemos, pois, o assunto que nos trouxe a esta revista, e, se é possível, construamos a genealogia dêsse excelente transporte que um antigo secretário geral preferia aos trens de cavalos, porque—dizia êle com certa graça—, *é puxado por animais que me int-n-dem!*...

A origem dêste transporte, não com a forma e feitiço da actual machila, perde-se na noute dos tempos. Os romanos chamavam-lhe *liteira*, e usavam-na de mais caprichosos feitiços e valôr, carregada nos ombros de seis ou mais escravos, chegando alguns a tê-las muitíssimo ricas, toda com embutidos de marfim e ouro, ou marchetados das mais apreciáveis pedras preciosas, como era a de Nero e doutros patricios romanos, conhecidos na história pelo seu deslumbrador fausto. Com o mesmo nome passou êsse transporte a ser usado por outros povos da Europa, até que transportes mais aperfeiçoados e cómodos o relegaram do uso geral. Na Índia, era conhecido sob a forma e nome de *palankeen*, *palky* ou *pallaky*, vocábulo que deriva da palavra sanscrita *palianka* que quer dizer: *cama* (1). Crê-se que foram os portugueses que á palavra *pallaky* derão essa terminação nasal convertendo-a em *palaquim* (2), nome por que conheciam êsse transporte, e, como tal, os nossos cronistas o registram. O palanquim todo feito de madeira leve, tem a forma duma cama com resguardos, prêso por correntes de ferro a uma cana de Índia (*canna Indica-vellú* em concaním) que quatro ou seis homens carregam aos hombros ou á cabeça, tendo, para proteger o viajante do sol tropical, uma capa de pano—a que chamam *tenda*—lançada de cana para baixo.

(1) *Hobson-Jobson*—A Glossary of anglo-indian colloquial words and phrases,—by Yule and Burnell.

(2) Cit: *Hobson-Jobson*. Na verdade assim é. De *Vassai* fizeram *Bassaim*, de *mandari*—*mandarim*, de *canari*—*canarim*; e tantos estes outros nomes, com terminação nasal, das aldeas de Goa: *Agagaim*, *Bambolim*, *Carambolim*, *Chinchinim* etc. etc.

Antes das vias e transportes acelerados jornadeava-se, ás vezes dias e dias, nesse transporte por caminhos ínvios, levando-se carregadores de sobreceleste para mudas.

Havia tambem mais uma forma especial dêsse transporte. Era como que fôsse uma caixa com portinholas por ambos os lados, tendo nos quatro cantos uma espécie de gelosias, como ventiladores, e denominava-se *dulá* ⁽¹⁾. Servia de transporte maximé ás mulheres, que na India, como se sabe, pouco se apresentavam, especialmente as de certas castas,— como por exemplo as da classe de *purdás* ⁽²⁾ ainda hoje refractários á assimilação dos costumes occidentais.

Do *palanquim* — que hoje tem pouco uso e se vê apenas nos cortêjos gentilicos — veio-nos a *machila*, do *dulá*, o *dolim*, — transporte que, actualmente, está entre nós limitado á condução do Viatico, possuindo o todas as igrejas para êsse fim.

Levo a crêr que foram os portuguezes que aperfeiçoaram aquele transporte, dando-lhe a fôrma, comodidade e leveza que hoje tem, quer se chame *catre*, quer *cadeirinha*; porém, o nome lhe veio do vocábulo *malayano* = *muncheel* ou *mangal* = do sanscrito *mincha coma* ⁽³⁾ nome esse que pelo sul da India se dá a uma espécie de transporte, composto duma rêde suspensa a uma cana (*bambú*) tendo, por resguardo, um pano caído por ambos os lados, e na extremidades da mesma cana uns páus em cruz, os quais os carregadores apoiam na cabeça e andam a par, e não um atraz do outro como succede na condução da *machila*.

O distinto orientalista portuguez, Cunha Rivara, diz, porém, o seguinte :

«*Bambus*—em tamil chama-se *mungil*. Herbet Drury escreve *mungeel*, e nós apropriando á ortografia e pronunciação «portuguesa» devemos escrever *mangil*, ou *manchila*. É provavelmente dêste vocábulo tamil que se deriva o nome de «*manchila*, que em Goa se dá hoje aos modernos palanquins

⁽¹⁾ Cit. Hobson-Jobson :

⁽²⁾ *Purdah*—do vocábulo pêsra *parda*—cortina. Dá-se este nome a uma especie de túnica com que se cobrem, de cabeça até os pés, certas mulheres, de ordinário sectárias de Maomet, quando saem de casa. É costume observado entre mulheres de certa classe; chama se lhes, por isso *pardahnistum* ou *Goshanistum*,— Cit. Hobson-Jobson.

⁽³⁾ Cit. Hobson-Jobson.

«tomando-se pelo todo a parte, que principalmente facilita o «transporte, que é o *bambú* ou *manchil* (1).

Dentre essas duas autorisadas opiniões parece-me que a primeira tem mais valia, porque é mais aceitavel que da parte principal dêste transporte lhe venha o nome, do que da parte secundária, como expõe o inolvidável autor do *Archivo Portuguez-Oriental*.

Aí vai, pois, leitor, o que se pôde apurar com respeito a êsse classico transporte indiano, que, em vista dos progressos viatórios, vai cedendo lugar a outros mais rápidos e mais cômodos, os quais, ás vezes, poem em perigo as vossas masculas formas, que, pela certa, a machila guardaria com mais cuidado, mimo e recato, do que os respectivos ouvidos, que, quando jornadiam dêste transporte devem inutilisar-se devéras com a palestra em algaravia típica, muitas vezes pouco decente, dos *animais* que o conduzem (2), maximé quando estão em volta dalguma reunião donde não consta que saíssem alguma vez satisfeitos não obstante todos os esforços dos donos da casa, os quais, depois de se desfazerem em requintes de amabilidades para com os seus convivas, na sala da reunião, se dão ainda ao ingrato *dever*, imposto pelo tradicional costume — que, felizmente, vai desaparecendo — de atender ás mil e uma exigências dêsses *animalêjos* que vieram conduzindo os mesmos convivas.

Diu, 3 de Março de 1914.

ROSÁRIO DA ROCHA E SÁ

(1) Cunha Rivara, *Archivo de Pharmacia* etc: vol. de 1866, pag. 147 n. Devemos esta nota á cativante gentileza do illustre director desta Revista.

(2) Se o leitor quizer saber a etnologia da *casta dos boiás*, leia o excellento artigo a pag. 202 do *Livro Póstumo* do desditoso joven, Floriano Barreto, editado por um grupo dos seus amigos e admiradores.

UMA INSCRIÇÃO PORTUGUEZA EM COCHIM¹

NA poucos dias trouxe-me o correio um postal de Cochim, escripto em letra miudinha, mas de magnifico talhe, com o seguinte :

«... Sr. — A sua importante Revista leva-me as atenções e á parte pequeninas divergencias de sentimentos, merece-me incondicionados louvores. Mas sinto que v... applicando todos os cuidados a outras partes, negligencie o Malabar, tão fecundo em memorias portuguezas. Ha tempos fui dar com a seguinte preciosidade na egreja de Santo Antonio, que se vê no *compound* do Seminario de Allapé, egreja que antigamente era parochial e hoje é, creio, propriedade do mesmo Seminario :

Iaz nesta se
poltra. o fvnda
dor da igreja
Manoel Berna
rdes d Almda.
Capõ d. mar e gue
ra Diretor que foi
por S. Mgde. Fedlsma.
e Feitor d Ala
pe por el rei
Travancor
Viveo 69 ans.
Faleceo aos 31 d
Dezembro de 1804.

«Esta sepultura, que está bem conservada, occupa o pavimento do meio da egreja junto ás grades da communhão.

¹ Do *Heraldo* de Nova Goa, n.º 1679 de 4-2-914.

«Tenho para mim que, como esta, ha de haver outras muitas reliquias perdidas pela costa occidental, e que, se se não archivarem quanto antes, nem memoria terão d'ellas os vindoiros.

Queira com a sua actividade e zelo agenciar quem pesquize estes valiosos recursos da historia —(uma abreviatura imperceptivel)— 19-1-914. *Um entusiasta da Revista de V...*

*

* *

Antes de mais, agradeço esta communicação ao seu autor, com as amaveis referencias ao *Oriente Portuguez*. Isto consola no meio da labuta quotidiana, pois mostra que, a par dos pouquissimos leitores d'essa Revista na India Portugueza, existe ao longe quem a vê com algum carinho e olhos de vêr. De certo, um espirito culto e patriota, que ignoro por que occultaria o seu nome (injustificada modestia no caso), como não chego a perceber tambem quaes sejam as tais *pequeninas divergencias de sentimentos*.

Com esta prévia nota, vamos ao assumpto.

A inscripção acima transcripta já foi publicada por Cunha Rivara, a quem muitissimo deve a epigrapia luso-indiana, na revista *Instituto Vasco da Gama*, vol. de 1873, pag. 176. Oigamo-lo:

«Alapé é uma rica e formosa povoação... A igreja catholica da terra pertence á Propaganda. Acha-se, porém, ali uma capela nossa, já sem tecto, e dentro dela uma sepultura com epitaphio, que diz jazer ali o seu fundador: (segue o epitaphio decde a palavra *Manoel...*, mas sem a rigorosa divisão de linhas do original). Junto da capela um pequeno bengaló arruinado, comprado pelo arcebispo eleito de Cranganor D. Fr. Manoel de S. Joaquim Neves. Ali perto os alicerces de uma casa grande, onde intenta fazer seminario o padre Apresentação, fundação que depois o arcebispo D. João Chrysotomo promoveu e adiantou...»

Parece que no transcurso dos anos o logar da sepultura de Manuel Bernardes teve a transformação indicada no postal.

*

* *

Cunha Rivara esteve em Cochim e Madrastra desde março ata outubro de 1863, como commissario do governo portu-

guez para proceder á circumscrição das dioceses, determinada pela Concordata de 1857. D'essa incumbencia, frustrada pela morte, em Neilgherries, do arcebispo de Carthago, Sabba Orsieri, commissario da Santa Sé para o mesmo fim, deu circunstanciada noticia no citado *Instituto Vasco da Gama*, sob a epigraphie *Jornada ás partes do Sul*; começa no vol. de 1873 e conclue no de 1874.

Durante esse seu *tour* coligiu as inscrições portuguezas que ali achou. «Sahia de tarde (conta ele proprio) á busca de campas com epitafios, dispersas pelas ruas e casas, dizendo que ia á caça de inscrições». Publicou as de Cochim no *Chronista de Tissuary*, vol. 2.^o, pag. 72, 96 e 112, e intercalou as Madrasta com algumas outras de Cochim na referida *Jornada*.

Ha mais quanto ás inscrições portuguezas em Cochim. Em 1892 foi publicado pela Sociedade da Geografia de Lisboa um album oferecido á 10.^a sessão de Congresso Internacional dos Orientalistas pelo bispo de Cochim, D. João Gomes Ferreira, já falecido. Tem o seguinte titulo—*Inscrições portuguezas que se encontram na igreja de S. Francisco Xavier em Cochim*. São 29 as inscrições, todas sepulchraes. Vinte e seis desses epitaphios conferem com os publicados por Cunha Rivara no *Chronista de Tissuary*, mas como encontrados na igreja que foi da invocação de Santo Antonio e era do convento dos frades franciscanos, depois apropriado ao culto protestante.

Haverá ainda ali mais inscrições? É possivel e muito patrioticamente procederiam os nossos missionários das dioceses de Cochim e S. Thomé de Meliapor, e ainda os dignissimos prelados que as governam, se se interessassem pelo assumpto e completassem, sendo preciso, a collecção. Não seria esse o menos meritorio dos serviços que estão a prestar.

Visto não saber a quem devo endereçar a resposta ao curioso postal, a que me referi, sirvo-me deste meio, julgando que assim chegará facilmente ao conhecimento de quem m'o dirigiu.

J. A. ISMAEL GRACIAS.



UMA ACLARAÇÃO HISTÓRICA ⁽¹⁾

(Martires de Taná)

Meu caro sr. Dr. Cunha



COMPULSANDO uns documentos sobre a acção do domínio mussulmano em Diu, encontro uma referência á presença duma companhia de missionários cristãos (europeus) em Diu, perto de 200 anos antes do descobrimento do caminho marítimo para a India. Pois precisamente no dia em que isto chegava ao meu conhecimento — e mais tinha eu então ao lado, no meu escritório, o meu velho e distinto amigo e colega sr. dr. António Francisco Moniz, o bem conhecido historiador de Damão —, chegava também ás minhas mãos o seu apreciado jornal, de 5 do corrente mês, que insere o apêlo do reverendo vigário de Tarapur a favor do monumento que se pretende erigir em memória de 300 cristãos martirisados em 5 aldeas do distrito de Taná. Alvorçou-nos, a ambos, a aproximação dos dois factos. V. sabe, meu caro Doutor, o que sômos, nós outros os investigadores da velha antiguidade, quando nos dá para caturrar em determinado assunto histórico.

¹ Do *Heraldo* de Nova Goa, n.º 1693 de 20 de fevereiro de 1914.

Que tinham os missionarios de Diu com os martires de de Tarapur? Foi a primeira pergunta. Mas a resposta veio felismente sem dificuldade, e logo me pareceu vêr certa afinidade entre os dois grupos. A referência por mim encontrada se deveu a um excerto da preciosa coleção *Indian Antiquary* (vol. X, 1881, pag. 22-23), com que mão amiga me favoreceu. Ora aquele excerto longamente nos conta a maneira por que quatro valorosos soldados de Cristo — cujos nomes a historia felismente conserva: Tomás, James, Demetrius e Pedro — foram barbaramente mortos na cidade de Taná, sob o dominio dos sarracenos, no seculo XIV, em 1321, segundo afirma Frei Odorico de Frinli, que visitou a mesma cidade no ano immediato. A que época pertencem os cristãos mortos em Tarapur? Não nos diz o sr. Pe. Azarias Menezes. A referência á invasão do Rajá de Peshawar é muitissimo vaga. Mas quér pertençam á época de dominação dos principes de Lahore, quér depois, o certo é que se verifica o martirio dalguns cristãos na zona do atual distrito de Taná. Assim portanto se a indicação histórica do reverendo vigario de Tarapur merece fé, os martires de Taná, creio bem que não foram tresentos, mas, sim, tresentos e quatro. Importará isto questiuncular com numeros? Talves. É, porê, incontestável que em história tudo é apreciável. e que a parcela aditiva que trago ao numero daqueles valentas, tem a vantagem de ser mais concreta ou individualista.

O relato de Fr. Odorico pode lêr-se na carta de Frei Jordanus (pag. 57-58) inserta no livro *Cathay and the Way Thither* por H. Yule (1866). O próprio artigo do *Indian Antiquary*, sob a epigrafe *The Thana Martyrs* é um extrato da *Satyrica Gestarum* do citado Jordanus, dado na edição do seu livro *The Wonders of the East*, feita pelo citado Yule. Não transcrevo este artigo porque é longo e escrito em inglês; mas tem-no aqui á ordem, por cópia, qualquer leitor do *Heraldo* a quem não seja facil consultar a coleção a que me estou referindo. Mas deixem-me observar, em conclusão, que a crônica de Fr. Odorico tem um duplo valor — o de lançar muita luz sobre a fato histórico das relações entre a India e a Europa quando nem se sonhava no grande descobrimento de Vasco da Gama, e o de demonstrar o que eu ponderei algures sobre a especial situação geográfica de Diu, que naturalmente faz dêste pôrto o cais da Europa, pois só assim explica o motivo por que êsse grupo de missionarios cristãos despachados pelo papa João XXI para a evangelisação do Oriente, tivesse aportado primeiro a Diu (como o fizeram os

primeiros zoroastrinos vindos do Iran) e daqui se espalhasse, dividido, por diferentes pontos da Índia.

Peço me creia, com muita estima e consideração,
S/C. em Diu, 15-2-914.

De V. etc.

Fernão Quadros.

NB. O artigo citado do *Indian Antiquary* é o seguinte :

The Thana Martyrs ¹

C13CCCXIX ² Pope John read in the consistory, with great approval, a letter which he had received, to the effect following: To wit that certain brethren of the orders of Minors and Preachers, who had been sent on a mission to Ormus to preach the faith to the infidels, when they found that they could do no good there, thought it well to go over to Columbum ³ in India. And when they arrived at the island called Dyo ⁴, the brethren of the order of Minors separated from the rest of the party, both preachers and secular Christians and set out by land to a place called Thana, that they might there take ship for Columbum. Now there was at that place a certain Saracen of Alexandria Yusufus ⁵ by name and he summoned them to the presence of Melich, the governor of the land, to make inquest how and why they were come. Being thus summoned, he demands, what manner of men are ye called? They made answer, that they were Franks, devoted to holy poverty and anxious to visit St. Thomas.

«Then, being questioned concerning their faith, they replied that they were true Christians, and uttered many things with holy fervour regarding the faith of Christ. But when

¹ Extract from the *Satyrical Gestarum* of Jordanus, given in Yule's edition of *The Wonders of the East* by Friar Jordanus, pret. p. X.

² This date 1319 must be an error, for Odoricus of Friuli who was at Thana in 1322, describes the events as having occurred in the preceding year.

³ Quilon (diz a nota, mas talvez Colombo).

⁴ Diu ou Dio ou Dico ou Div ou ainda Dui—vide Jeronimo Quadros, *Cartas de Diu*, 1.ª série (1902-1905), p. 11- c. XX.

⁵ Yusuf.

Melich let them go, the aforesaid Yusuf a second and a third-time persuaded him to arrest and detain them. At length Melich and the Cadi and the people of the place were assembled, pagans and idolaters as well as Saracens, and questioned the brethren: How can Christ, whom ye call the Virgin's son, be the son of God, seeing that God hath not a mate? Then set they forth many instances of divine generation, as from the sun's rays, from trees, from gerens in the soil, so that the infidels could not resist the Spirit who spake in them. But the Saracens kindled a great fire, and said: Ye say that your law is better than the law of Mahomet, and it be so, go ye into the fire and by miracle prove your words. The brethren replied that, for the honour of Christ that they would freely do, and brother Thomaz coming forward would first go in, but the Saracens suffered him not, for that he seemed older than the others; then came forward the youngest of the brethren, James of Padua, a young wrestler for Christ, and incontinently went into the fire and abode in it until it was well nigh spent, rejoicing and uttering praise, and without any burning of his hair even, or of the cloth of his gown. Now they who stood by shouted with a great cry, verily these be good and holy men!

«But the Cadi, willing to deny so glorious a miracle, said: it is not as ye think, but his raiment came from the land of Aben.¹ a great friend of God, who when cast into the flames in Caldea, took no hurt, therefore hath this man abode scatheless in the fire.

«Then stripped they the innocent youth, and all naked as he was born was he cast by four men into the fire. But he bore the flames without hurt and went forth from the fire unscathed and rejoicing. Then Melich set them free to go whither they would. But the Cadi, and the afore said Yusuf, full of malice, knowing that they had been entertained in the house of a certain Christian, said to Melich: What dost thou? why slayest thou not these Christ-worshippers? He replied: That I find no cause of death in them. But they say: if ye let them go, all will believe in Christ, and the law of Mahomet will be utterly destroyed. Melich again says: What will ye that I should do, seeng that I find no cause of

¹ Sic perhaps Ibn Azer, the Mhammadan name for the son of Terah, i. é. Abraham.

the death? But they said : His blood be upon us, for it is said that if one cannot go pilgrim to Mecca, let him slay a Christian and he shall obtain a full remission of sins as if he had visited Mecca. Wherefore, the night following, the three men aforesaid, Melich, the Cadi, and Yusuf, sent officers, who despatched the three brethern, Thomas, James, and Demetrius, to the joys of heaven, bearing the palm of martyrdom. And after a while, hailing made brother Peter, who was in another place, present himself before them, when he firmly held to the faith of Christ, for two days they vexed him with sore afflictions, and on the third day cutting of his head, accomplished his martyrdom. But their comrades, the preachers and the rest, when they heard this, wrote to the West lamenting wofully that they had been parted from the company of the holy martyrs, and saying that they were devoutly engaged in recovering the relics of the martyrs.

(*Ind. Antiquary*, vol. X— 1881— pag. 22/23).

JERONIMO QUADROS.



AS MOEDAS DABU E SIVRAI

EM

DAMÃO



a muito tempo que desejavamos saber em que época começaram a ter circulação nesta cidade e sua jurisdição as moedas marathas denominadas *dabû* e *sivrai*. Levado pelas investigações historicas acerca dos seus cunhadores, cuidavamos que teria sido entre os anos 1739 e 1740, epocha em que os Peshwas de Poona invadiram e se assenhorearam da vasta jurisdição de Damão, desde Dantura até Calêm ao sul, e de Bulsar a Coileque, ao norte.

No decurso do meiado do seculo XVIII, isto é desde a capitulação de Baçaim até á sahida ou desaparecimento do ultimo reitor do collegio das Onze mil virgens,—que tinha o privilegio de bater a moeda denominada *bazaruco*—, vimos no archivo do Senado uma correspondencia aceza entre essa corporação e o padre administrador, por causa da queixa dos mercatores, motivada pela abundancia da bazarucada e a depreciação desta moeda. O reitor, dando as suas razões, demonstrava que era o maratha quem cunhando moedas de tutenaga, identicas as que eram por elle cunhadas, se servia ardilosamente deste meio para levar toda a prata, deixando apenas em circulação na cidade a moeda de tres rodas e duas rodas

de tutenaga. Como nessa época não havia no mercado damanense moeda de cobre, pois nenhum documento faz menção de moedas deste metal, ficamos em duvida, e, porisso, vacilava a nossa opinião sobre a época da entrada e circulação desta moeda em Damão.

A primeira ocasião que em Damão correu moeda de cobre, foi no ano de 1840 ¹, se bem que consta documentalmente que na monção do anno 1781 veio pela primeira vez remettida de Goa a *bazarucada de cobre* de tangas e meias tangas. A sua introdução no mercado damanense deu margem a graves conflictos entre a milicia e os negociantes que queriam o troco em tutenaga a que estavam habituados por seculos, regeitando a moeda de cobre.

Mais tarde, em 1837, provavelmente por os marathas se terem apossado das tangas que circulavam pela cidade, viu-se o governo de Gôa obrigado a mandar mais tangas; mas tal era na ocasião a depreciação desta moeda no mercado que, por esta causa, o batalhão militar depoz o governador Augusto José de Carvalho, o qual teve de refugiar-se em Bombaim.

Em 1843 foram cunhadas em Diu novas moedas de cobre de valor de 15 reis para circulação em Damão. Não vimos a descrição desta moeda na bella obra historica de Diu, do nosso distincto e laborioso amigo sr. Jeronimo Quadros.

Os damanenses achavam de mais facil circulação as moedas marathas *dâbâ* e *sivrai* que nos parece a corrupção do portuguez-seis réis—, denominando a moeda real e meio—*tan-ari-cá* (actualmente)—e os tres reis de tutenaga da cunhagem dos jesuitas. Por esta razão pediram ao governo permissão para essas moedas correrem no nosso território por uma forma legal.

¹ Esta moeda foi cunhada na casa monetaria de Goa, em consequencia d'uma reclamação feita pelos habitantes de Damão, por faltar o bazaruco. Vid. J. M. do Carmo Nazareth, *Numismatica da Índia Portuguesa* pg. 169. Vid. tambem Vol. I, pg. 239, — Vol. II, pag. 101, e Vol. III, pg. 322 do nosso livro *Noticias e Documentos para a Historia de Damão*.

O documento que trasladamos em seguida, facultou esta concessão:

Bando

Julião José da Silva Vieira, Commendador na Ordem de Christo, Condecorado com a Ordem de S. João de Jerusalem e com as Medalhas de Ouro da Fidelidade e das Reaes Efigies de El-Rey Nosso Senhor, e da Imperatriz, e dos Reis de Dramapor e Mandoim, General em Chefe das Tropas deste Rey, Lente de Mathematica, Tenente-Coronel de Artilharia em Especial Commissão de Sua Magestade Fidelissima, Governador General em Chefe das Tropas da Praça e Cidade de Damão por El-Rey Nosso Senhor que DEos Guarde etc.

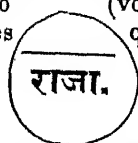
Faço saber, que tendo-me sido representado a urgencia, que havia da moeda de cobre para a circulação, e igualmente o vexame que sofriam os povos dos monopolistas no cambio da moeda chamada *dabus*, a qual a muito tempo corre nesta praça, sendo até recebida no cofre da Fazenda e mais repartições pelo valor de desoito reis cada dabú, e nove reis meio dabú e querendo eu evital-o da maneira que me é possível: consultei sobre esse objecto o Senado da Camara e mandando examinar e ensaiar a dita moeda, achei ser o seu valor intrinseco superior até ao preço porque a Fazenda Real a recebe, portanto determino, que interinamente, emquanto não chegar da capital as providencias, que eu a este respeito tenho pedido, corra nesta praça e em toda a jurisdicção de Damão o dabú pelo preço de dezoito réis, e o meio Dabú por nove réis, isto como moeda provincial ficando os que lhe alterarem o preço incursos nas mesmas penas que já mandei declarar se impuzessem aos que regeitam a moeda de doze reis Os comandantes dos campos de Damão Pequeno e dos Remedios e da Praganá Nagar-Avely ficão encarregados da execução deste, da parte que lhe toca, fazendo publicar aos moradores dos mesmos a fim de que estes não sejam illudidos pelos referidos monopolistas, e o comandante da Praganá especialmente vigiará na sua execução dando escoltas para as feiras, em as quaes os homens de fora da jurisdicção costumam vir introduzir este dinheiro, com desmarcada uzura, e as mais pessoas a quem este pertencer, o cumprão e guardem. E para que conste, mando que este seja publicado a som de

caixas nos lugares publicos e do costume e depois de registado nos lugares competentes se afixará na Porta da Praça — Palacio do Governo de Damão 15 de Novembro de 1832. (a)
*Julião José da Silva Vieira.*¹

Descripção das moedas

Dábú — A forma d'esta moeda é circular, bastante imperfeita e tósca, da grossura de 6.^{mm} e dimensão do actual $\frac{1}{4}$ de tanga. A legenda é em urdu com alfabeto mahometano. N'uma face contem duas linhas grossas denominadas — *dandy* —. A falta d'ellas inutilisava o valor desta moeda. Equivalia á meia tanga ou anna.

Sivrai — Moeda circular, irregular e tósca, da grossura de 4.^{mm} e dimensão de um quarto de rupia. A legenda é em alfabeto devanagárico ou balbôdh, tendo n'uma das faces, debaixo das duas linhas grossas denominadas — *dandy* —, o seguinte letreiro (vocativo) — *Rajá* — Na extremidade esquerda da moeda o primeiro alfabeto está incompleto. Valor, um quarto de



*Pêzo comparado.*²

<i>Maratha</i>	<i>Inglez</i>	<i>Português</i>
<i>Dábú</i> 20 ^{gr.} ,5	= Meio anna	12 ^{gr.} ,5 = Meia tanga
<i>Sivrai</i> 9 ^{gr.} ,5	= Quarto de anna	5 ^{gr.} ,5 = Quarto de tanga
		6 ^{gr.} ,5

O governo inglez prohibiu a circulação d'esta moeda maratha nas aldeias limitrophes de Damão em Abril ou Maio de 1896. Em consequencia disto esta moeda ficou paralizada no nosso districto. O dito governo inglez monopolisando-a, deve ter auferido incalculaveis vantagens. Consta-nos que em Poona, antiga capital do reino maratha, e nos arrebaldes desta cidade ainda está em circulação esta moeda.

¹ Extraído do *Liv. dos Registos Geraes da Feitoria de Damão*, fl. 108.

² O pêzo comparativo d'estas moedas fizemo-lo por intermedio do pharmaceutico sr. José Peres Lobo, no Hospital Militar d'esta cidade, antigo convento de S. João de Deus.

Os gentios empregavam o termo —*dabu*— como synonymo dum individuo pouco astuto e intelligente. Entre os christãos indigenas a seguinte e vulgarisada phrase—«Não vales um dabu!»—significa que o individuo não tem merecimento algum. Não correndo esta moeda presentemente, tambem vae gradualmente desapparecendo o emprego do citado synonymo no meio gentilico damanense.

Os damanenses finalmente empregavam o *dâbû* como pêso: — 24 d'estas moedas equivaliam a um arratel e 16 a uma cêira. Para a libra ingleza ter o pêso da ceira addicionavam-lhe 3 d'esta moeda.

Não vimos no citado livro da Feitoria qualquer ordem do governo central, confirmando o bando do governador Julião Vieira para circulação da moeda *dâbû*. Consta, porem, dum outro bando do mesmo Governador, de 19 de Agcsto de 1833, que tinha sido introduzida nesta Praça— «uma moeda de cobre que já em Goa não corre como moeda e tendo eu ha quatro annos pela absoluta falta de cobre aqui mandado vir da capital dez mil xerafins em moeda provincial..... e a mesma revista mandará passar o commandante do Fortim = D. Miguel 1.º = não deixando entrar para a barra embarcação alguma em que venha a referida moeda de cobre». O mesmo bando faculta a recepção da moeda dabu na repartição da Fazenda — cit. liv., fl. 219.

Damão.

A. F. MONIZ.



Seis escaleres.
Cinco chatas.
Quatro lanchas.
Hum catraio.

(L.^o das monções, n.^o 185, fl. 146.)

Anachronismos na pintura

O estudo de historia antiga é necessario áquelles que se entregam á nobre profissão da pintura historica; eis varios anacronismos que se notam em alguns quadros celebres e conhecidos do mundo inteiro :

— *Tintoreto* fez um quadro representando os israelitas recolhendo o maná no deserto. Para dar elegancia ao quadro, armou os hebreus de espingardas.

— *Lafranc* pintou aos pés de Jesus, ainda menino, um padre da egreja catholica revestido de sobrepeliz.

— *Paulo Veronése* fazendo um quadro das *Bodas de Canaan*, introduziu entre os convidados os religiosos benedictinos, que lhe tinham encommendado o quadro.

— Outro, pintando a scena do Calvario, apresentou um padre, com o cruxifixo na mão direita a exhortar o Bom Ladrão.

— O sublime *Rafael*, no seu quadro de Heliodoro açoitado pelos anjos e expulso do templo de Jerusalem, o que se passou 166 annos antes de Christo, pintou o papa Julio II dirigindo-se para o templo.

Ainda ha pouco notava um dos nossos maiores escriptores o facto de se representar Vasco da Gama e outros navegadores apoiados á roda do leme, quando tal coisa não existia nas embarcações do seu tempo; quantos anachronismos d'esta ordem se não encontrariam, se fossem bem estudados os quadros que por ahi se vêem ? (*Extr.*)

Um rhinocerante notavel

Das notas do erudito escriptor Conde de Ficalho aos *Coloquios* de Garcia da Orta, trasladamos a seguinte que respeita a um rhinoceronte que, pela sua accidentada existencia, se tornou notavel na historia:

«No anno de 1513 — Garcia da Orta diz 1512 — Affonso de Albuquerque mandou Diogo Fernandes de Béja ao rei do Guzerate, que então era Muzaffar; menos imprudente que o seu successor Bahadur, recusou; mas, para não romper com o impetuoso governador, envolveu a recusa em muitos protestos de amizade, e em paga do rico presente que recebera, enviou tambem um presente, no qual entrava o rhinoceronte. Este animal não era raro nas provincias centraes e septentrionaes da India; mas não tinha sido visto até então pelos portuguezes de Goa. Gaspar Correia descreve-o com muita exactidão: «era alimaria mansa, baixa de corpo hum pouco comprido, os coiros, pés e mãos de alifante, a cabeça como de porquo comprida, e os olhos juntos do focinho, e sobre as ventas tinha hum corno, grosso e curto, e delgado na ponta; comia herva, palha, arroz cozido.» Por esta ganda ¹ ou rhinoceronte ser um animal estranho e raro, Affonso de Albuquerque determinou mandal-o a D. Manuel, sabendo quanto este estimava todas as curiosidades orientaes.

Chegou a salvamento a Lisboa, onde ficou na *menagerie* de D. Manoel até ao anno de 1517. Nesse anno o rei quiz ver uma lucta entre o rhinoceronte e um elephante que então tinha. Lembrava-se dos espectaculos da velha Roma, ou do que lhe contavam

¹ Ganda lhe chamaram os portuguezes, do nome indiano *gainda*, *gênda*, *ganda*. O nome de *abada* ou *bada*, dado ao mesmo animal e ainda conservado na designação comercial das *ponlas de abada*, é de origem pouco clara (*JC. do C. de F.*).

os portuguezes de torna-viagem acerca dos habitos dos grandes monarchas orientaes; e queria tambem verificar a antiga e persistente lenda sobre o odio, que se suppunha existir entre os dois grandes herbívoros. No mez de fevereiro do anno de 1517, em um pateo que então havia deante da casa da contratação da India, pozeram os animaes em face um do outro. O rhinoceronte acometeu a elephante; mas este, que ainda era novo, possuiu-se de tal medo, que arrombou as grades de ferro de uma janela baixa, e fugiu até a sua estrebaria habitual, dando urros e bramidos, e deixando o rhinoceronte senhor do campo. Pouco depois D. Manoel mandou este ultimo a Leão X. No mez de outubro do anno de 1517 embarcaram-no em uma nau, comandada por João de Pina, com destino aos portos da Italia. A nau tocou em Marseilha, onde então se achava Francisco I—parece que o rhinoceronte estava destinado a ser visto pelos homens mais salientes do seculo XVI. Efectivamente foi desembarcado a pedido do rei; e, embarcando de novo, a nau seguiu a sua derrota, indo perder-se nas costas da Italia. A grande baixella e todo o riquissimo presente, destinado a Leão X, foi ao fundo; e o rhinoceronte afogou-se, mas veio dar á praia. Tiraram-lhe então a pele, que encheram de palha e levaram ao papa¹; e assim terminou o rhinoceronte do rei de Cambya a sua accidentada existencia (cf. Gas-

¹ A illustre professora sra. D. Carolina Micaelis de Vasconcel'os falla em dois rhinocerontes, mandados por el-rei D. Manoel ao pápa; um que foi na embaixada de Tristão da Cunha e esse que morreu na viagem (vide *Sá de Miranda*, Introd.). Ha nisto engano D. Manoel teve apenas um unico rhinoceronte, mandado de Goa por Affonso de Albuquerque; e o que na nota do Conde de Ficalho se menciona. Na embaixada de Tristão da Cunha foram somente um elephante, um cavallo persa e uma onça (vide *Damião de Goes*, cit. *Chron.*, vol. VIII, cap. LV). O mesmo chronista diz tambem no fim da sua obra, vol. XI, cap. LXXXIV, que D. Manoel teve em Lisboa cinco elephantes, uma ganga (sic), ou rhinoceronte, um cavallo persa e uma onça de caça (I. G.).

par Corrêa, *Lendas*, II, 373,—Damião de Goes, *Chron.* 276 e 277 ¹»

Etimologia de duas palavras

Batela-Patecas ⁽²⁾

Como sabem, no soberbo escrínio de prata, oferecido pelo *Port Trust* de Bombaim ao vice-rei da India por ocasião da recente visita deste áquela cidade, via-se gravado em alto relevo um barco com a legenda *batela*.

A palavra deu que pensar aos estudiosos. O *Times of India* lhe atribuiu origem portuguesa, mas o erudito escritor anglo-indiano Mr. R. P. Karkaria teve suas duvidas sobre a naturalidade desse vocabulo e publicou naquele importante diario, edição de 25 de março proximo findo, a seguinte carta, que damos traduzida :

«A palavra *batela* está nestes dias em fóco por se vêr gravada em prata no lindo *casket* que o *Port Trust* ofereceu ao vice-rei. Ela é evidentemente portuguesa, e, como v. . . diz, deriva de *batel*, barco. Mas ha uma outra palavra portuguesa *bateira*, que tambem significa barco e de que talvez aquela com mais razão tira origem. O que, porém, resta saber é se *batel* e *bateira* são vocabulos puramente portugueses, ou adoptados em portugues das palavras *batela* e *batera* em uso aqui já na epoca do trato dos portugueses com a India. Desejaria muito que algum português culto e estudioso esclarecesse este ponto antes

¹ *Colloquios* ann. I, 320.

² De *O Herald*, de Nova Goa, n.º 4151 de 12 de abril.

de se darem definitivamente fóros de portuguesa áquela palavra.

Quasi todos os nomes de barcos derivam de vocabulos indigenas orientais, a saber: *grab*, *gallivat*, *pattimar*, *baghla* etc.

Vem tambem a proposito perguntar se *batela* teria qualquer relação com o sobrenome *Botelho*. Encontra-se este nome algumas veses na antiga historia portuguesa da India. Simão Botelho, em especial, é uma figura de relevo nessa historia por ter sido védor da fazenda no Oriente (vid. Whiteway, *Rise of Portuguese in India*, p. 290) e o seu *Tombo* é um valioso repositório de informações sobre a situação da India no segundo quartel do xvi seculo.

Não será possivel que ele ou qualquer outro Botelho, mais antigo, tenha dado o seu nome ao barco? Ou, na inversa, não teria ele tomado o sobrenome ao barco?

Da mesma forma, não teria Duarte Pacheco, que serviu com Cabral e Albuquerque em principios do do xvi seculo (vid. Jeyne, *Vasco da Gama and his successors*, p. 301) dado o seu nome á ilha das *Patecas* que é a nossa *Hog island*? Quasi todos a derivam de *patecas*, melancia, mas a palavra tem atrapalhado muitos estudiosos».

Ao apêlo de Mr. Karkaria, acudiu o nosso presado amigo e notavel escritor publico sr. Amancio Gracias, publicando no *Times of India* de 6 do corrente, a seguinte carta, que revela bem o patriotico empenho do seu autor em reivindicar para aquelas duas palavras origem portugêsa:

«No n.º do *Times of India*, de 25 de março proximo findo, Mr. R. P. Karkaria, referindo-se á opinião de v. de que a palavra *batela*, gravada no *casket* que

o *Port Trust* ofereceu ao vice-rei, é derivada do português *batel*, barco, parece ter dúvidas sobre a exatidão desta etimologia e aventa exquisitas teorias filológicas, não apenas sobre esta palavra, mas também sobre *patecas*. E como deseja que o esclareçam sobre o assunto, cá vai o que sei daquelas palavras, embora me falte autoridade no caso.

1. *Batela*. É evidentemente uma forma de *batel*. Segundo os melhores lexicos, *batel* e *bateira* são vocabulos genuinamente portuguezes; vêem do ital. *batello*, do grego *bathos*, fundo, e *leios* chato, ou *lembos* barco pequeno. E *batel* ou *bateira* outra cousa não é senão um pequeno barco. Os outros derivados da palavra são *bateló*, *batelân*, *batella* (todos significando grandes barcos de vela) que se encontram em numerosos escritores do seculo xvi e devem ter sido introduzidos na India ao tempo das relações dos portuguezes com o Oriente. Nada tem elas que ver, no ponto de vista etimologico, com o sobrenome portuguez *Botelho*, pela primeira vez usado por um Pedro Martins Botelho (Dicc. de Lacerda) ou com *Botelhos*, aldea de Portugal, provincia da Extremadura.

2. *Patecas*. Mr. Karkaria dá a esta palavra uma origem forçada. Essa palavra nenhuma relação tem com Duarte Pacheco, que veio á India muito depois dela estar aqui em uso; vem do arabe *battikh* e deve ter sido introduzida na lingua portugueza, na sua actual forma, quando os arabes tinham uma grande influencia na Peninsula Iberica, donde teria sido importada na India pelos antigos marinheiros portuguezes. Occorre no *Itinerario* de Antonio Tenreiro, cap. XLII: «E de frutas não é tão abastada (a cidade do Cairo) somente de patecas que são como melões.» A ela se refere Garcia da Orta na sua celebre obra, ultimamente traduzida em inglês. — Coloquios dos simples e drogas da India —: «Melam da India, a que qua chamamos *pateca*. . . .»

Encontra-se a palavra em muitos cronistas portugueses da antiguidade (vid. o ultimo importante livro de Mgr. Dalgado: *Influencia do Vocabulario Português em linguas asiaticas*, vb. *Patecas*).»

Igual etimologia dá a essas palavras o sr. A. X. Soares, como se vê da sua carta publicada no mesmo jornal, edição de 9 do corrente.

«Sob proposta» ou «sobre proposta»? ¹

Ex.^{mo} Sr. Ministro do Interior. — Levantaram-se dúvidas na revisão da Imprensa Nacional de Lisboa a respeito da expressão «sob proposta de . . .», que figura em duas fórmulas do Formulário estabelecido para os diplomas officiaes, pelo decreto de 9 de Setembro de 1911 (*Diário do Governo* n.º 213, dêsse ano)

O Dr. Francisco Maria da Veiga, encarregado de rever a colecção da *Legislação*, emendou, nos casos em que nas provas paginadas dela ocorria a dita fórmula, *sob* para *sobre*. e justificou a emenda com observações cuja essência se reduz ao seguinte: «*sob* e *sobre* exprimem ideas completamente diversas. *Sob* quer dizer «de baixo de . . .», e por isso se diz: *sob* ordens de . . ., *sob* a inspecção de . . ., *sob* a vigilância de . . ., etc. *Sobre* é o contrário; quer dizer: em cima de . . ., acêrca de . . . A proposta é a base ou fundamento do decreto, e *sobre* esta base se decreta. Assim, também, nós dizemos: *sobre* o requerimento de . . ., o juiz decidiu . . ., etc.»

¹ Do *Diário do Governo*, n.º 96, II Serie, de 25 do abril tomamos a liberdade de transcrever os autorisados pareceres do Conselho Superior de Instrução Publica e da Academia das Sciencias de Lisboa, acerca das formulas *sob proposta* e *sobre proposta*, empregadas em diferentes diplomas officiaes, — pareceres que foram mandados publicar pelo Ministerio de Instrução Publica.

O chefe dos serviços da revisão da Imprensa Nacional, empregado inteligente e instruído, diz ser da opinião do digno funcionário citado.

O chefe interino da 1.^a Repartição da Direcção Geral de instrução Secundária, Superior e Especial, opina que, tendo emanado da Presidência do Conselho de Ministros, e tendo sido assinado por todos êles, o Formulário aludido, aquela Direcção Geral não tem competência legal para se ocupar do assunto, e que o processo deve ser enviado ao Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros.

Mas o Ex.^{mo} Sr. Director Geral interino propôs que fôsse ouvido sôbre as dúvidas levantadas com relação às preposições *sob* e *sôbre*, na mencionada fórmula, êste Conselho Superior de Instrução Pública, e S. Ex.^a o Ministro do Interior aprovou a proposta.

Assim se reconheceu, mais uma vez, que os poderes políticos não tem sob a sua alçada os assuntos gramaticais, como já o gramático Marcelo fez sentir a Tibério, e um certo monge ao imperador germânico Segismundo, quando êste não queria reconhecer que todo o seu poder imperial não tinha lôrça para fazer de *schisma* uma palavra feminina, sendo neutra, e que nisso o monge gramático Alexandre Gallus tinha mais autoridade que Segismundo.

Êste Conselho não tem, pois, que recear uma invasão de atribuições, e poderia dar, e daria, a sua consulta sôbre a matéria, se uma consideração o não demovesse disso. Mais de uma vez êle tem proposto que sejam ouvidas autoridades especiais ao serviço do Estado sôbre questões em que não tem competência especial, ainda que lhe seja concedida competência geral.

Óra existe uma corporação oficial que tem a seu cargo, entre outros, o estudo da lingua, e se acha

encarregada de organizar o dicionário normal desta: é a Academia das Sciências de Lisboa.

É por isso este Conselho de parecer que sejam submetidos á consulta dessa corporação as dúvidas sugeridas pela revisão da Imprensa Nacional, relativas ás formulas *sob proposta* e *sobre proposta*; pois se elle tem entre as suas atribuições a de consultar sobre o que respeita a programas e métodos de ensino da lingua pátria, é á Academia que compete estabelecer as doutrinas que no domínio da mesma lingua se devem ensinar.

Sala das sessões, em 15 de Maio de 1913. = José Estêvão de Moraes Sarmento = Francisco Adolfo Coelho, relator = Henrique Lopes de Mendonça = Tomás da Fonseca = Arlindo Varela = Eugénio de Castro Rodrigues = Júlio de Matos = Joaquim Augusto Cambezes = Acácio da Silva Pereira Guimarães.

Só quem fôr nímiamente ignorante é que desconhecerá nos seus empregos fundamentais a diferença entre *sob* e *sobre*; mas a verdade é que nesse caso mesmo há quem confunda as duas preposições, dada a sua pequena diferença fonética. Assim, publicaram-se há mais de cinqüenta anos uns versos em que se lia :

Não invejo Camões e o Tasso
Pois felizes horas passo
Sob o solo português,

o que levou um crítico a perguntar se o autor era rato ou toupeira.

Sob e *sobre* são palavras menos usadas na linguagem popular que as expressões sinónimas *debaixo*, *por baixo*, *em cima*, *por cima*; *sob* principalmente soa

quási como uma daquellas palavras classificadas de *sublimes* por um antigo bedel da Universidade, indíduo portanto em contacto com Minerva, e que êle exemplificava com os vocábulos *outrora, todavia. Sobre* não é já talvez tam *sublime*, e daí uma certa preferência pela outra preposição *sob*, em certos casos.

As palavras tem a sua hierarquia, os seus graus de nobreza; assim *corcel* é elevada, *nobre, sublime: cavalo*, simples, de classe média; *rocinante*, é baixo, cómico. Os nomes próprios estão no mesmo caso: *Armando, Artur*, são poéticos, românticos; *Pantaleão*, é baixo, horrorosamente cómico. Uns versos, entre outros, que há annos ainda se cantavam pelas salas provinciais, dão-nos exemplos de sensibilidade pela nobreza de duas das palavras citadas e outras mais:

Qual mão calosa que domava outrora
Na ardente lide do corcel o ardor.

O motivo estético tem maior importância na linguagem do que geralmente se supõe, não menos do que o motivo ético, e muito mais que o motivo político.

¿Será *sob* empregado na expressão *sob proposta* por motivo estético?

O facto da opposição das significações fundamentais de *sob* e *sobre* não basta para admitir-se que na prosa das secretarias imperasse a estética para alterar assim o emprêgo de *sob* na fórmula *sob proposta*, se esta é errônea.

Muitas vezes, pelos accidentes da semântica, muitos vocábulos chegam a ter sentido oposto ao inicial, e o caso dá-se até com um composto de *sub*, *sob*: é *subire* que em latim significa fundamentalmente *ir sob, ir por baixo*, mas já nessa lingua, como *subir* em português, veio a significar *ir para cima*.

Se outros motivos não houvesse para explicar a expressão *sob proposta* bastariam as analogias fra-seológicas. Comparem-se as seguintes expressões: «Sob o título de ... há um tratado ... subordinado ao título de ... ao enunciado ... ao tema» de que se passa facilmente a «sob o tema» e por analogia a *sob proposta ...*.

Pela polarização do sentido dum vocábulo, duma frase para o oposto explicam-se factos análogos doutras línguas, como o seguinte da francesa: «on dit»: L'armée demeure toute la nuit *sous* ou *sur* les armes». Vaugelas disse: «Tous deux sont bons et également usités pour dire que l'armée fut toute la nuit en armes». Mas Littré nota: «En ce sens on ne dit plus que : sous les armes».

Ora estas observações estão longe de esgotar o assunto. As preposições exprimiam primitivamente relações espaciais: *de*, *para*, *em*, *sob* (debaixo), *sobre* (em cima, acima), depois passaram, sem perder essas significações, a ter outras mais abstractas; assim *sob* indica a subordinação do que precede ao que segue: «Os alunos estão *sob* a vigilância do mestre»; «F. está *sob* a ameaça de ...». *Sobre* indica superordinação. Das numerosas relações que existem entre os conceitos tem grande importância as expressas pelas palavras *subordinação*, *coordenação* e *superordenação*.

Pergunta-se qual dessas relações lógicas existe entre uma *proposta* e a sua *adopção* ou *aprovação* ou a *conversão* do princípio que encerra a proposta em *imperativo*, de qualquer natureza: ¿ é a *proposta* que se subordina ao *imperativo*, á regra prática? Parece evidente que existindo primeiro o *princípio*, e vindo depois o *imperativo*, é o *imperativo* que se subordina ao *princípio*. Portanto a lei, o decreto, o estatuto, que tem a sua origem na *proposta*, são feitos *sob proposta*.

Eis o que diz a lógica, mas a lógica não é a gramática, embora se exprima pelas formas e fórmulas da gramática, embora muitos, aliás mestres, confundam lógica e gramática. As linguas estão até cheias de ilogismos, como são os géneros gramaticais, as proposições sem verbo ou sem sujeito, a concordância em muitos casos, etc.

Sôbre nas suas transformações do sentido, que são fenómenos gramaticais fundados em processos psicológicos (e a psicologia também diverge profundamente da lógica) vem a significar *acêrca, a respeito de*: «falar e escrever *sôbre* tal e tal assunto, tal e tal matéria»; «deliberar; resolver *sôbre* tal e tal assunto», e, por analogia, «assentar, deliberar *sôbre* tal e tal proposta». O Conselho *sôbre* proposta do vogal elaborou o *parecer, foi de parecer que*, etc. Assim como, no caso citado de Vaugelas, tanto se pode dizer *sob* (*proposta*), como *sôbre* (*proposta*). No primeiro caso impera a formulação lógica, no segundo a analogia gramatical. Lembrarei que em francês se diz *délibérer sur une chose, une proposition*; mas também *délibérer d'une chose, d'une proposition*. A construção *délibérer* com *de* era quasi exclusivamente usada no século xvii. Em português causaria estranheza essa construção com *de*, mas pode dizer-se sem incorrecção: *sob proposta* ou *sôbre proposta*, segundo o parecer de cada um. Não esqueça, porém, que a fórmula *sob proposta* é a de uso corrente.

Em geral faz-se a selecção entre fórmulas gramaticais equivalentes, no processo da disciplina gramatical, em que as academias de lingua ou que tem secção especial de lingua materna tem papel importante, embora as suas decisões, as preferências nem sempre sejam inteiramente fundamentadas, e nelas intervenha muitas vezes a lógica do sentimento e os seus decretos tenham da parte dos filólogos teóricos a classificação a que corresponde uma ordem de

factos que para a lingua alemã estudou Jacob Grimm numa memória académica de 1847.

Lembrarei ainda duas outras preposições que se empregam em sentidos opostos e em certos casos com sentidos equivalentes: são as preposições *com* e *contra*. A preposição *com* designa a mesma relação que *de companhia*, *juntamente*, emprega-se com *harmonizar-se*, etc., *contra* indica opposição; ora diz-se *combater com* (um inimigo, alguém do seu lado) e *combater* demais é composto com *com*.

Lembrarei ainda por fim que os alemães dizem: «Die Debatte uber die *Forlage*». = O Vogal do Conselho Superior de Instrucção Pública, Francisco Adolfo Coelho.

Academia das Sciencias de Lisboa—Secretaria

As expressões *sob proposta* e *sobre proposta*, acêrca das quais o Govêrno mandou ouvir a Academia das Sciencias de Lisboa:

Sob proposta é comparável a *sob juramento*, *sob fiança*, *sob emenda*, *sob color*, *sob côr*, *sob condição*; se, como o Dr. Veiga diz, *sobre proposta* quer dizer «que se decreta sobre a proposta», também se deveria dizer *sobre juramento*, *sobre fiança*, *sobre condição*, porque é depois de se prestar um juramento, de se dar uma fiança, ou de se propor uma condição, que os factos que tivermos em mente se realizam. Mas, se ninguém repele *sob juramento* e as demais expressões, ninguém deve também repelir *sob proposta*¹.

¹ A *sobre proposta*, no sentido de «a respeito da proposta», nada há que objectar, porque é bom português; mas não é de êsse sentido que se trata aqui.

Já o Sr. Prof. Adolfo Coelho, na sua exposição, que acompanha o parecer do Conselho de Instrução Pública, disse com fundamento, pp. 2-2 v: «As preposições exprimiam primitivamente relações espaciais: *de*, *para*, *em*, *sob* (de baixo), *sobre* (em cima, acima); depois passaram, sem perder essas significações, a ter outras mais abstractas; assim *sob* indica a subordinação do que precede ao que segue: «Os alunos estão *sob* a vigilância do mestre»; «F... está *sob* a ameaça de...». *Sobre* indica superordinação. Das numerosas relações que existem entre os conceitos tem grande importância as expressas pelas palavras *subordinação*, *coordenação* e *superordinação*. Pergunta-se qual dessas relações lógicas existe entre uma *proposta* e a sua *adopção* ou *aprovação* ou a *conversão* do princípio que encerra a proposta em *imperativo* de qualquer natureza: é a *proposta* que se subordina ao *imperativo*, à regra prática? Parece evidente que existindo primeiro o *princípio*, e vindo depois o *imperativo*, é o *imperativo* que se subordina ao *princípio*. Por tanto a lei, o decreto, o estatuto que tem a sua origem na *proposta* são feitos *sob proposta*».

A expressão *sob proposta* está de acôrdo com as latinas: *sub pacto* e *sub conditione*, «com a condição que»; *sub exceptione*, «com esta excepção»; *sub exemplo*, «como exemplo». Quer na expressão portuguesa, quer nas latinas, as preposições denotam «estada debaixo da vista, da influência ou da ação de».

Tam claro é o emprego de *sob* em *sob juramento*, que podemos substituir *sob* pelo seu sinónimo «debaixo de», e dizer *debaixo de juramento*.

Em grego diz-se *ἐπὶ ὁρκωτῶν*, onde *ἐπὶ* por *ἐνώ* corresponde a «sob».

Devemos porém notar que as ideas expressas por *sob* e *sobre*, conquanto até certo ponto opostas, não o

são tanto como à primeira vista parece: o latim *sob* donde veio *sôbre* é na origem comparativo de *sub* donde veio *sôb*: do sentido de «debaixo para», ainda mantida em frases como *succedere tumultum* «subir a um outeiro», resultou o de «para cima, sôbre». Paralelo a isto é o que se passa, por exemplo, em irlandês e alto-alemão antigo: o irlandês *fo* e o alto alemão antigo *oba* provêm de uma mesma palavra, do indoeuropeu **upo*: e *fo* significa «de baixo», e *oba* significa «sobre» ¹.

Á semelhança fonética e ao parentesco que existem entre as proposições *sôb* e *sôbre* corresponde oscilação no emprego de elas: compare-se a moderna expressão portuguesa *sôb a minha palavra* ou *debaixo da minha palavra* com a antiga *sôbre palavra* que trás Bluteau, *Vocabulários*, v., e com a francesa *sur ma parole* e a hespanhola *sobre mi palabra*. Igualmente se confunde entre nós *sobrestar* e *sobestar* (Morais) ². O latim *sub Aegypto* é traduzido no *Esmeraldo*, I, 8, por «(Etiópia) *sob Egipto*» e nos *Lusiadas*, IV, 62, por «(Etiópia) *sobre Egipto*». Ao *sub pignoribus* dos juristas romanos corresponde o *sobre penhores* das casas de prego de Lisboa; e já também Bluteau (sec. XVIII), *ob. cit.*, trás *sobre penhor*, embora mais vernáculo fosse *sob penhor*.

Da expressão *sob proposta*, que é tradicional e prefeitamente justificada, saíu *sôbre proposta*, já por confusão de *sob* com *sobre*, já talvez também por influencia da francesa *sur la proposition*, e ao mesmo tempo pela consideração, lembrada pelo Dr. Veiga, de que a proposta é a base ou fundamento do de-

¹ Vide Brugmann, *Abregé de grammaire comparée des langues indo-européennes*, § 592.

² Na linguagem familiar também se diz *subscrito* ou *sobscrito* por *sobrescrito* (fr. *enveloppe*, na Beira «fecho»); aqui a razão, como em *sobestar* por *sobrestar* (lat. *supersedere*, ital. *suprastare*), é antes fonética do que ideológica, porque *res*-tornou-se *ers*->*ess*-=*es*-.

creto que se lhe segue, consideração acima respondida com as palavras do Sr. Adolfo Coelho e com os exemplos que produzi. Não nos devemos regular pelo abuso, nem pelo que se passa noutras linguas, quando nos podemos estribar na lógica das cousas; e a lógica neste caso é a favor de *sob proposta*, como se patenteia do uso de *sub* em latim: *sub pacto*, *sub exemplo* ¹. Ao dizer-se *sob pena da morte*, como que se está olhando para a pena ou castigo que pende sôbre um réu; também quem diz *sob proposta* entende-se que como que está contemplando a proposta que pende diante de elle ou acima dos olhos de elle: esta expressão significa «á vista da proposta», «com a proposta á vista».

Assim em resumo é nosso parecer que a expressão *sob proposta* é legítima, e a única que deve ser adoptda. = *José Leite de Vasconcelhos*, presidente da «Comissão do Dicionario da Lingua», e relator de este parecer = *David Lopes* = *José Maria de Oliveira Simões*.



¹ Do latim *sub* veio, por tradição oral, desde a época lusitano-romana, a antiga palavra portuguesa *so*, que depois, como penso, recebeu o *b* de *sub* por influência dos livros: de modo que em *sob* o *o* é de origem popular, e o *b* é de origem literária. Uma palavra mínima, como esta, resume em si dois dos factos mais importantes da história da lingua e do léxico.



INDEX ALFABETICO. CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 50)

Pi

	Dia	Mês	Ano	N.	Folhas
Piro pareceres dos dous conselheiros do Estado o Marechal Francisco António da Veiga Cabral, e o conselheiro Chanceler do Estado, sôbre a sua tomada, e a respeito do Rei Sunda	4	Dezembro	1790	172	25
» a sua tomada, e participação de imensos acontecimentos, manejos politicos, e sua planta.....	18	Abril	1791	172	334
» pretensões do marata a seu respeito, depois de a termos tomado, e esperanças desta pretensão e a ir	20	Abril	1792	173	219
» sôbre ser util	Vide Tipú Sultão, informe-se.				
» se informa para a côrte, que não faz conta por occasião da morte de Tipú Sultão	Vide Tipú Sultão.				

PI

Plantas se tirem das fortificações da India	27	Fevereiro	1686	51	1
Plantas, e mais produções da India principalmente sôbre o cravo: reflexões sôbre se transplantarem para o Brasil, e mais noticias curiosas, e da sua utilidade	31	Maio	1758	131	520
» e raizes medicinais, descrição, e virtudes de várias	2	Abril	1798	178	640

Po

Politico estado da Europa em 1715	6	Maio	1715	81	292
» regras gerais, ácerca dos regulos confinantes	Vide Instruções.				
» regras e máximas gerais ácerca das nações da Europa ...	Vide Instruções.				
Polvora fabricava-se na sua fábrica em Goa em 1634 700 arrateis por dia, e vinha a sair o quintal a 22 ou 23 xerafins, preço muito caro comparado com o do Reino .	9	Março	1634	18	262
» o provedor da sua casa abolido	Vide Provedor.				
» não é bom para ela o carvão de leiteira, mas sim de aroeira	11	Abril	1755	128	830

Po

	Dia	Mês	Ano	N.	Folhas
Polvora aprova-se por boa a fabricada em Goa, e se determina, que para o uso da guerra, se não use bombardeira, mas só da fina, e entre fina.....	1	Fevereiro	1785	166	162
» instrução sobre o melhor modo de se fabricar, e os instrumentos que se remetem.....	18	Março	1786	168	655
» aprova-se haver dela diversos depósitos ..	12	Dezembro	1799	180	584
» recomenda-se se fabrique muito mais em Goa, do que actualmente se faz	1	Abril	1806	186	44
	27	Março	1806	186	206
» a que se faz em Goa é má, e se recomenda a sua melhoria ..	7	Abril	1807	187	482
« nomeie-se pessoa capaz para tesoureiro daquela fábrica a quem se deve fechar ordenado não sendo pessoa conjunta nem dependente do seu mestre.....	6	Junho	1811	191	849 2.ª P
Pondá se espera a doação das suas terras, feita pelo Mogol	10	Janeiro	1716	81	226
» anuncia-se ser-nos cedida pelo Mogol, e rende 80 mil xerafins.....	17	Janeiro	1716	81	226
» sobre o formão passado da sua sessão a nosso favor, que não se entregou, nem se entregará, sem se darem 80 mil rupias, o que não é conveniente segundo diz o V. Rei.....	3	Novembro	1717	84	59
	6	Janeiro	1719	84	60
» sobre o formão da sua doação ao Estado, senão trate desta materia.....	26	Fevereiro	1723	89	32
» sua conquista por nós	20	Janeiro	1764	138	870
» providências para o economico e civil regimen de Pondá e Zambaulim até á ordem de S. Magestade.	23	Dezembro	1766	140	222
» Embarbacêm, e Zambaulim suas fortificações, sua reparação e segurança.....	Vide Instruções.				
» Embarbarcêm e Canácona se exceptuam do código feito para o novo governo da India.....	15	Janeiro	1774	158	74
» e Zambaulim sobre a sua parpotecaria e téros	15	Março	1779	159	927

Po

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Pondá e Zambaulim, memoria sobre a sua parpotecaria, fóros &	1	Janeiro	1781	161	137
» sua intendência extinta, e o desembargador que a exercitava mandado embarcar para o Reino.....	1	Abril	1768	143	5
» sobre decidir as dúvidas da sua câmara geral com alguns mouros, se forme uma junta do Chanceler, secretário do Estado, e mais ministros da relação, presidente o governador se decidam e dêem logo a execução	13	Abril	1788	170	597
Pondá.....	Vide Canácona.....				
Pondá.....	Vide Novas Conquistas				
Pondá perdido	Vide Bardez e Salsete.				
População da India.....	Vide Listas.				
» pede-se o seu mapa....	22	Março	1718	84	331
» do norte e rios de Sena.....	24	Janeiro	1722	87	96
» de Macau.....	29	Dezembro	1722	88	106
» as listas que delas se pedem, se remetam mais circunstanciadamente.....	16	Fevereiro	1720	86	5
» de Macau suas listas se se remetam todos os anos.....	19	Janeiro	1721	86	88
» o seu mapa.....	26	Agosto	1723	91	15
» novas providências sobre a remessa do seu mapa, incumbida ao arcebispo, e ministros de justiça	9	Janeiro	1750	122	270
» se remeta anualmente o seu mapa	6	Fevereiro	1753	125	624
» do estado, pedem-se os seus mapas, com divisão de brancos, negros e pardos em cada uma das povoações, com as notas dos nascidos, mortos e casados, e que será remetido todos os anos	21	Março	1776	157	166
População	2	Abril	1778	159	250
Pôr representação sobre a falta do pagamento do seu tributo ao Estado	14	Setembro	1796	157	311
Porto de Goa sua reparação, segurança, e suas fortalezas	16	Março	1798	177	316
	Vide Estado da India.				
	10	Abril	1813	192	644
	Vide Instruções.				

Po

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Portos do Brasil abertos ao comércio dos navios estrangeiros.....	7	Julho	1808	189	32
	28	Janeiro	1608	189	38
Portugal liberto dos franceses.....	6	Janeiro	1809	189	86
Portugueses, basta-lhes oito anos de serviço, para se habilitarem, e nunca sejam preferidos pelos naturais.....	19	Fevereiro	1718	84	114
Postos não podem crear os V.Reis sem assento do conselho da Fazenda	Vide V. Reis não podem.				
Postos de novo, não podem os Vice-Reis crear.....	17	Março	1751	124	582
» militares, não se dão por expectativa	Vide Expectativa.				
» não se podem prover em pessoas criminosas, e para isso não se devem admitir papeis sem estarem correntes	18	Junho	1703	68	42
Postos militares de Damão	Vide Damão.				

Pr

Praças das Novas Conquistas seu inventário	5	Novembro	1752	125	427
» que os cabos maratas que iam entregar ao Estado reprovado este meio	8	Novembro	1743	117	11
Praças	Vide Fortes.				
Praganã, Nagar-Aveli, cedida ou restituída ao Estado	11	Dezembro	1783	164	1431
» entrega de Damão com 72 aldeias, e sua alfandega.....	22	Março	1786	167	99
Prasos colecção da forma ou de principio, que tiverão os aforamentos dos prasos	25	Outubro	1688	58	216
» não se dêem em uma vida, e se conserve a seu respeito o costume de serem renovados....	18	Março	1720	86	226
» observem-se as ordens, que determinam sejam nomeados em filhas que casem com portuguezes de Portugal, e não com mestiços.	9	Março	1737	107	181
» da corôa.....	Vide Nele				
	Vide Cartas.				
» dos dominicos	Vide Dominicos.				
» familiares.....	Vide Aldeias.				

(Continúa)

O ORIENTE PORTUGUEZ

11.º ANNO. 1914

N.ºs 5 e 6

— Maio e Junho —



CLERO EM GOA

Providencias para a sua redução em 1750

I

Carta régia ao Vice-rei Marquez de Tavora

HONRADO Marquez de Tavora, Vice-Rey e Capitão General do Estado da India. Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar como aquelle que muito prezo. Dando-me conta o Marquez de Alorna, Vice-Rey desse Estado, do que passara com o Arcebispo Primaz do Oriente ¹ a respeito do excessivo numero

¹ D. Fr. Lourenço de Santa Maria e Mello.

de clérigos que havia, e dos muitos que novamente se preparavão a tomar ordens; houve por bem mandar escrever ao Arcebispo successor ¹ a carta de que com esta se vos envia a copia, a qual fareis registrar na Secretaria do Estado, para que os vossos successores tenham o mesmo cuidado que vos recommendo, de que se não multipliquem os clérigos mais do que prudentemente parece que convém ao serviço das igrejas, e á administração das funcções paroquiais. E tereis entendido que não será menos do meu agrado do que he de importancia para esse Estado, que procureis sempre conservar com o Arcebispo a melhor correspondencia, e harmonia. — Escrita em Lisboa a 15 de Março de 1750. — *Raynha*.

(L.º das monções n.º 123, fl. 366)

II

Copia da carta régia, a que se refere a carta antecedente

Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente. Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar como aquelle de cujo acrescmentamento muito me prazeria. O Marquez de Alorna, Vice-Rey desse Estado, me fez presente, que reconhecendo o prejuizo que causava á segurança e mais occorencias delle o excessivo numero de clérigos que já havia e vendo que ainda se preparavão muitos outros para tomar ordens, representára primeiramente ao Arcebispo vosso antecessor as razões que devião dissuadillo de conferir-lhas, e depois lhe intimára da minha parte as repetidas cartas com que desta Côrte se tinha prevenido o cuidado de evitar a demazia no numero

¹ D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira, que veio na mesma monção de 1750.

dos ordinandos; e que aquelle Prelado com o mais louvavel acordo e com todo o obsequio que devia à interposição do meu real nome, se absteria logo de fazer a ordenação que tinha publicado. E desejando eu atalhar todo o inconveniente, que possa nascer ao futuro em tão importante materia, tive por bem avisar-vos, que vós, e os vossos successores deveis regular-vos nella com especial attenção a dous objectos em que se interessa o bem dessa conquista: isto é que nem faltem os ministros necessarios para o serviço das igrejas e administração dos sacramentos, nem se multipliquem sem esta necessidade os clerigos em um paiz, onde tanto se carece de defensores para a sua segurança e de homens seculares para os outros ministerios. Para melhor se atender a ambos estes objectos, será conveniente que nas occasões que offerecem de dar ordens geraes, consulteis com o Vice-Rey que se achar presente, o que for mais util para a conservação de hum e outro fim. E não só neste particular, mas em qualquer outro vos exorto e recomendo muito procureis manter com os Vice-Reys a mais perfeita união e intelligencia, como meio muito efficaz para assegurar a felicidade e socego do Estado da India; e que façais registrar esta carta nos livros da vossa Camara, para que a todo o tempo seja presente o que nella advirto. — Escrita em Lisboa a 15 de março de 1750.

(L.º cit., fl. 367)

III

Resposta do Vice-rei

Senhor.— Fica registada, como Vossa Magestade ordena, a carta que Vossa Magestade foi servido mandar escrever ao Arcebispo Primaz, e eu tenho entendido, e executarei pontualmente o que Vossa Magestade he servido ordenar-me, e espero que me

não seja difficil a execução, porque até agora me tem parecido que o Arcebispo não perderá de memoria a recomendação que Vossa Magestade tambem lhe faz ao mesmo fim.

A muita alta e muito poderosa pessoa de Vossa Magestade guarde Deos felices annos.—Goa 18 de Dezembro de 1750.

(L.^a cit., fl. 368)

J. A. ISMAEL GRACIAS.



OS ULTIMOS DIAS DE ORMUZ

«Se o globo do mundo houvesse
de reduzir-se a um anel, a pedra
d'elle seria Ormuz»

Padre Vieira.

**Ao seu illustre confrade Victor Ribeiro, author
da «Historia da Misericordia de Lisboa»**

E util, de quando em quando, trazer á luz da publicidade as paginas brilhantes da historia oriental, pondo em fóco não somente a gigantesca estatura do conquistador de Goa, o preclaro Affonso de Albuquerque, mas tambem fazendo salientar a eloquente lição da sua vida, em que não sabemos o que mais admirar, se o seu indomito valor como soldado, se o seu espirito altamente justiceiro como administrador.

Adquirimos com a descoberta do cabo da Boa Esperança e passagem para as regiões orientaes, não só nome e fama de bons pilotos e de valentes guerreiros, como tambem estabelecemos nova epoca no mundo, mudando por esta via o commercio, os usos e os costumes, a industria e o governo dos povos. Desde esta epoca os diversos povos trocaram opiniões,

leis, costumes, virtudes e vícios. Desde esta epocha, de pequenas que erão se tornaram poderosas algumas nações e outras que eram grandes, consideravelmente se enfraqueceram.

Desde o Cabo da Boa Esperança até ás portas do Japão houveram os portuguezes quasi um senhorio absoluto. Nenhum soberano n'aquellas partes alcançava alliança com os reis de Portugal sem lhes jurar vassalagem, sem lhes permittir a fundação de uma fortaleza na capital de seus Estados, e a taxa do preço das mercadorias a arbitrio dos compradores portuguezes. Nenhum mercador estrangeiro carregava seus navios primeiro que elles, e ninguém navegava nos mares orientaes sem seu consentimento e passaporte. Bastava um pequeno numero de nossos soldados para derrotar exercitos numerosos, em toda a parte os encontravam os inimigos e em toda a parte eram por elles derrotados.

A Europa maravilha-se com o numero de nossas victorias e conquistas. Que nação tão pequena fez até agora tamanhos prodigios? Aos portuguezes sobrava a valentia. Ousados e destemidos aventuraram tudo com mesquinhas forças e com ellas amendrontavam o imperio de Marrocos, os barbaros de Africa, os mamelucos, os arabes, e todo o Oriente desde Ormuz até á China. Que homens foram os portuguezes d'aquelle tempo? Que circumstancias extraordinarias os fizeram um povo de heroes?

Esse esforço sobrehumano não poderia, porém, ter longa duração. Muito embora os portuguezes, na opinião dos asiaticos, fossem mais propensos ás armas do que ao commercio, comparados á sordidez mercantil dos holandezes e dos inglezes, contudo foi a especiaría da India, eram as perolas de Ceylão e as sedas da China que lhes abateu, com o correr dos tempos, a chama do heroismo.

Vamos, pois, em presença de factos, provar que foi isso o que succedera.

Trata-se de Ormuz e de como Affonso de Albuquerque a conquistou e de como ella nos foi esbulhada em 1622, durante o governo de Fernão de Albuquerque, a quem, alguns historiadores, os que baseando os seus trabalhos em apontamentos que os velhos cronistas nos legaram, pouco generosamente d'elle fallam, lançando-lhe ás faces a responsabilidade, attribuindo-lhe ter tão imponderadamente deixado cahir Ormuz nas mãos do inimigo, sem um esforço de sua parte para soccorre-la, quando Ruy Freire de Andrade n'uma carta cheia de afflictivos presagios lhe pedia dinheiro, polvora, naus de

guerra, em fim, o soccorro á guarnição que estava a morrer de fome e de inanição nos seus postos.

Nós, que tivemos a fortuna de encontrar um documento que lança muita luz sobre as tentativas que Fernão de Albuquerque fizera para ir em auxilio de Ruy Freire, vamos reivindicar o nome d'esse parente do grande Albuquerque, o qual, nado e creado na India, á India dedicara toda a sua energia, toda a sua audacia, toda a sua experiencia, não deixando na sua longa carreira, de serviços prestados ao imperio indiano, que a mais pequena nodoa manchasse o nome da familia a que se honrava de pertencer, tendo talvez nos momentos de maior crise, nas horas mais amargas da sua vida, — que muitas as deveria ter tido — sempre diante dos olhos a figura gigantesca de seus avós!

Mas vamos mostrar como Ormuz foi conquistada. Nove longos annos de trabalhos e de cuidados teve Affonso de Albuquerque nesta conquista. Antes mesmo de tomar conta do governo da India, como successor de D. Francisco d'Almeida, começara elle a lançar as bases do imperio asiatico, que tanto ambicionava vêr surgir no grande Oriente.

Ormuz, tão conhecida pela Asia inteira, como o mais celebre emporio e escala d'ella, situada na garganta do golfo da Persia, fôra o ponto que Affonso de Albuquerque escolhera para estabelecer uma feitoria e construir uma fortaleza, que seria a vigilante sentinella das naus mouriscas que por aquellos lados commerciavam.

Barros e Couto fazem a descripção d'essa outr'ora formosa ilha, mas melhor do que elles descreve-a Gaspar Correia.

Ouçamo-lo.

«A ilha de Ormuz é feita em tres pontas, e terá em roda quinze leguas. É toda pedra viva escalvada, sem nenhuma arvoreda, sómente arvores de espinhos sem folhas, e a terra em si é salgada, e por algumas partes corre agoa que se torna em sal mui forte, mais que o sal de marinhas. Tem esta ilha ao redor muitos rios e portos, ondem correm todas as mercadorias do mundo; mas porque o mar tem baixos e pouca agoa ao longo dos portos, e lá não podem chegar naus para carregar, vem todos portar a Ormuz, onde trocam umas mercadorias por outras; com o qual trato tão grande se fez esta cidade de Ormuz que comummente entre as gentes, a India é anel, e a pedra é Ormuz».

«É de tão grande trato, que a alfandega rendia cada anno a el-rei passante de quinhentos mil xerafins, e tão nobre, e abundada de todos os matimentos, que dez mil homes podem

comer do que se cosinha na praça. Eu vi com meus olhos, ao tempo que fizemos a fortaleza, que foi no ano de 507, ruas que de cada parte tinham mais de vinte boticas, em que se fazia mal cozinhado, e pelas portas havia tachos e bacias largas em que estava arroz cozido e carneiros inteiros assados, e feitas outras invenções de comeres, tudo tão limpo e perfeito que mais não podia ser, e em tanta abundancia, que já digo podiam comer dez mil homens. Vi rua em que estavam os mercadores que tinham aljofar a vender, apartado a sortes, deitado sobre pannos vermelhos, que valia mais de cem mil cruzados; e outras grandezas o vi, o que deixarei de fazer porque meu intento não é senão tratar dos feitos dos portuguezes».

«Em toda a ilha de Ormuz não ha nenhuma agoa para beber, e toda trazem da terra firme, e trazem tanta, que por todas as ruas da cidade ha casas que ás portas vendem agoa em muitos pucaros e talhinhas como na ribeira de Lisboa. E tantas grandezas tinha a cidade de Ormuz, que com muita razão se chamam pedra de annel».

Apresentadas as vantagens que havia na conquista de Ormuz e feita a sua descripção, em que se prova quanto ella era rica, vamos ao correr da penna mostrar como a conquistou Albuquerque, esse grande homem que sabia unir as virtudes civicas aos louros marciaes e que maior parte de seus successores d'elle desdisseran, já por sistema combinado com os ministros da Côrte com quem se bandeavam, já por sordidos e perniciosos interesses.

Em 1507, com seis naus e proximamente 500 homens de guerra surgiu Affonso de Albuquerque no porto de Ormuz e enviou á terra o lingua Gaspar Rodrigues, a pedir audiencia ao rei, que lhe mandou perguntar por outro comissario o que queria e o trazia ahi. Respondeu Affonso de Albuquerque que sendo vassalo do rei de Portugal, o mais poderoso no mundo e senhor da India e a quem nos mares todos obedeciam, ahi vinha como capitão d'uma armada construir uma feitoria e fortaleza, estabelecer com elle trato do commercio e e necessario fosse defendê-lo contra seus inimigos.

Não se fez demorar a resposta do rei, que pedia uns dias para responder ao que d'elle Albuquerque esperava e findo estes ainda pediu outro adiamento, preparando-se n'esse tempo, tanto em terra como no mar, para resistir ás exigencias dos portuguezes.

De facto assim succedeu. Uma bella manhã as naus inimigas, surtas no porto, abriram fogo, a que prestes respondeu a

armada portugueza e com tanto denodo se houve a guarnição dos navios, que em curtas horas foram ellas dominadas, a ponto de vir o comissario do rei a pedir pazes, a que Albuquerque respondeu que mandasse mil xerafins, que era proximoamente o que havia dispendido n'aquella armada, e que dêsse obediencia a el-rei de Portugal, içando a bandeira portugueza sobre o seu palacio e que depois tratariam do resto.

Sendo aceites ambas as condições, Albuquerque mandou-o prevenir de que se aprontasse para receber das suas mãos a bandeira, signal d'assalagem.

Apos isto reuniu Affonso de Albuquerque em conselho os seus capitães e tratou com elles sobre o que se deveria exigir do rei de Ormuz. Sobre este ponto nasceram grandes discussões, chocando a ambição de uns contra a generosidade de outros, até que por fim o capitão-mor, que tudo ouvia sem omitir a sua opinião, lhes disse que melhor seria que o rei pagasse quinze mil xerafins cada anno de páreas, em dinheiro de contado e que as mercadorias d'el-rei, que o feitor alli negociasse em compra e venda, fossem livres de todos os direitos; e, por fim, que se fizesse na ilha uma fortaleza, guarnecida com 300 homens e mais 100 que deveriam servir na armada.

Assentadas assim, recahiu a escolha em Francisco de Tavora para ir apresentar as condições da paz e tão bem se houve o capitão na missão, que o rei Ceifadin e seus regedores Coge Atar e Reaz assignaram o contracto sem reluctancia de especie alguma, pelo menos apparente.

Concluidas as pazes, tratou logo Affonso de Albuquerque de dar começo á fortaleza. Daqui datam os seus maiores desgostos, as dissidencias, as prisões e finalmente as queixas que o malquistaram com el-rei D. Manoel.

Cansados os seus capitães de andarem por lá sem tomarem parte nos lucros que esperavam, tantos e tantos trabalhos deram a Albuquerque, que de palavras passou a praticar violencias, chegando a segurar pelas barbas de João da Nova, que capitaniava a dissidencia, animando-a, e que depois disso passou a ser um dos seus mais perigosos inimigos.

Como, porém, nada o demovia do seu intento de construir a fortaleza, mandou que se abrisse o alicerce e em outubro de 1507 lançou elle proprio a primeira pedra, fazendo então tanger as trombetas e pifaros em signal de rigosijo.

As desavenças no entanto continuaram, a ponto de muitos dos seus soldados fugirem para os mouros, rompendo finalmente

as pazes, o que o obrigou a se retirar de Ormuz, para onde voltou em 1515, pondo logo mãos á obra para concluir a projectada fortaleza, que ainda hoje está de pé, como que a atestar aos presentes que a obra é tão solida, como solidas foram as intenções daquelle que a iniciou, embora grande numero de seus capitães e todos aquelles que eram adversos á ideia da conquista de terras para a corôa de Portugal, mal augurassem os projectos imperiaes de Albuquerque.

Vejamos o que Gaspar Correia nos diz a respeito das obras da fortaleza :

«Repartiu mestres pedreiros a medir os alicerces que logo se começaram a abrir, de que o governador fez concerto com os capitães e gente de ordenança, que abrissem os alicerces e de noite viriassem a quartos e não fizessem outro nenhum trabalho. No que seus capitães se ordenaram e repartiram ao trabalho, que lhe vinha de cinco em cinco dias. E por que muitos alicerces haviam de ser dentro n'agoa, eram feitos com um barro pisado, peneirado e cozido, o qual posto na obra, a agoa do mar não o desfazia, mas ficava como propria pedra.»

Feitos estes preparativos, tão singularmente narrados pelo bom do Gaspar Correia, aos tres dias de maio de 1515 novamente começaram os trabalhos da construcção, e para tanto foi Albuquerque que com a enxada na mão deu o exemplo aos seus capitães, que o imitaram. O governador revestiu todo o acto de cerimonia religiosa, pois era o dia de Santa Cruz.

Como as obras corressem sem interrupção havia um murmúrio entre os capitães de que com a presteza com que avançavam de pouca duração ellas seriam, visto que não achavam com a solidez necessaria o muro que corria ao longo da praia.

Esses murmúrios e todos os maus presagios, de forma alguma fizeram com que Albuquerque alterasse o seu plano e aos seus capitães respondeu : «Estes assim como vedes (muros), se os gardarem com verdade e sem tyrannia, são tão fortes que sobejam ; mas se nestas terras se não guardar verdade e humanidade, a soberba nos derrubará quantos muros tivermos, por mais fortes que sejam. Portugal é muito pobre e os pobres cubicosos se converterão em tyrannos. As coizas da India fazem grandes fumos ; hei medo que pelo tempo em diante o nome que agora temos de guerreiros se torne em tyrannos cubicosos».

Sem duvida palavras propheticas e de tal maneira confirmadas no decorrer do tempo que de facto succedeu assim como elle predissera. O imperio portuguez desaparecera e as muralhas da fortaleza de Ormuz lá estão ainda a attestar a solidez da sua construcção. Embora esteja evidentemente provado que Ormuz, India, Ceylão, Malaca, e outras conquistas nós as perdemos pela fraqueza dos homens que vinham ao Oriente só com a mira de engrossar os seus cabedaes, vamos ainda reproduzir para maior prova, um periodo do discurso feito pelo vice-rei Marquez de Alorna, em 1744:

«Mas tanto que o vil interesse occupou o lugar de zêlo fervoroso da fé, tanto que a cegueira da cubiça trocou pela gloria de servir ao principe e á patria; tanto que o merecimento se fez consistir, mais que no sangue derramado, na cumulação dos bens da fortuna; tanto que esse contagio foi communicado dos grandes a pequenos, porque já vinha deduzido dos maiores, que deviam dar vigor ás leis, e serem os executores d'ellas; logo que começaram a predominar as injustiças e sem razões tudo foram perdas, e tudo foram fatalidades e lastimosas desgraças. Perderam-se as conquistas, porque a vileza da cubiça já não guardava medidas nas atrocidades, ou fossem contra os estranhos, ou contra os naciaes».

Voltemos ainda para as obras da fortaleza de Ormuz. Como Albuquerque visse que havia uma grande má vontade entre muitos que o acompanhavam, para que as obras corressem como era seu desejo, elle pessoalmente as vigiava.

Não se deve sómente attribuir essa má vontade a uma orientação opposta que tinham os seus capitães sobre as cousas da India, mas tambem aos grandes trabalhos e á epidemia que grassava entre os soldados e operarios malabares que Albuquerque conseqnuiu levar a essas passagens, receiando que os persas e os arabes obstinadamente recusassem a lhe conceder auxilio.

Notando, porém, o conquistador que a doença fazia grandes progressos entre os seus soldados sem que os physicos procurassem debella-la, mandou elle chamar a todos que por lá estavam e lhes perguntou porque razão morria tanta gente, e elles replicando com varias razões, Albuquerque disse-lhes: «Vós levaeis ordenados de physicos, e não sabeis conhecer a doença dos homens que servem el-rei nosso senhor? E pois assim é, eu vos quero ensinar de que doença morrem». E acto continuo os obrigou a levar ás costas grandes pedras, forçando-os todo o dia a tão arduo trabalho.

Por fim vendo que a faina dum dia sómente os tinha extenuado, disse lhes : «Os que escreveram os livros das medeiras, porque vos aprendestes a levar dinheiro, não souberam da doença do trabalho ; eu pois volo hoje ensinei, daqui em diante curae a gente desta doença, e dae lhe do vosso dinheiro, que ganhaes folgando. E isto vos encommendo como amigos porque vos não queria ver mettidos a banco n'aquellas gallés».

Era sómente com medidas tão rigorosas que o grande capitão poude levar a termo a obra, no seu entender, muito necessaria para a consolidação do grande império por elle planeado e cujos alicerces lançara.

Concluidas as obras da fortaleza, Albuquerque a mandou artilhar, e obrigou os de Ormuz a darem-lhe todas as 140 peças que tinham sido enterradas, sendo trinta camelos e as restantes, falcões e berços grandes.

Por esse tempo chegou Nicolau Ferreira, embaixador que fora a el rei Dom Manuel, e quando Albuquerque procurou informar-se do que o monarcha d'elle pensava, soube que era seu intento fazê-lo recolher, a fim de poder descansar no condado e estar sempre com elle para lhe dar conselho nas coisas da India.

Para outro homem que não fosse de argucia e tempera do nosso homenageado, o engodo facilmente passaria como a mais eloquente prova de quanto el-rei o queria, tendo-o ao pé de si ; mas Albuquerque calculara e bem que os seus inimigos, que eram muitos, haviam conseguido miná-lo, não obstante os relevantes serviços prestados á causa da India.

Não resistira o grande capitão a essa noticia, que por fim o lançou á sepultura. Reunindo os seus capitães, mandou que todos obedecessem ao que elle determinasse sobre as cousas da India e fez-se de vela para Gôa.

Não pouparam os fidalgos que o cercavam em o desconvenecer de que se el-rei resolvera chama-lo para junto de si é por que muito o queria. Emfim, quando a nau que o trazia avistava a barra de Goa, Albuquerque estava agonizante e pouco depois falecera. El-rei Dom Manuel matou Affonso d'Albuquerque. Esta é a sentença da morte.

Resta-nos agora dizer como e quando Ormuz se perdeu.

Em 1620 duas naus inglezes, a «Hart» e a «Eagle» seguiram de Surrate em direcção a Ormuz, mas tiveram de retroceder sem nada de util conseguir, á vista da attitude de Ruy Freire d'Andrade. Obtendo reforços de mais duas naus

o almirante inglez Andrew Shilling, novamente offereceu combate ás forças portuguezas sem obter nenhum resultado decisivo. No entanto as tentativas do inimigo para ter accesso ao golfo da Persia lhes consquistara adeptos da parte dos naturaes, e uns e outros resolveram expulsar os portuguezes d'aquellas paragens.

Julefar, que ficava na visinhança de Ormuz, foi assaltada e tomada pelos persas, conseguindo dest'arte impedir que a guarnição recebesse o tão indispensavel fornecimento de agua. Triste era portanto o estado da guarnição e sobretudo quando uma armada composta de 7 navios e algumas naus holandezas ameaçavam-na por mar. Ruy Freire de Andrade, seu commandante, fez tudo para resistir ao inimigo e como lhe iam faltando mantimentos e dinheiro, e não sabendo como os obter, tomou a resolução de mandar prestes á India uma ligeira fusta, pedindo socorro ao governador, que então era Fernão d'Albuquerque, esse mesmo que annos atraz, tão energicamente, com tanta independencia e movido pelo sincero desejo de defender os interesses da Sta. Casa da Misericordia de Goa protestara, quando provedor, contra o pedido de emprestimo feito pelo arcebispo governador Dom Fr. Aleixo de Menezes.

Embora em principio, Fernão d'Albuquerque fosse, como havia provado, contrario á ideia de se exigirem da Misericordia sacrificios de dinheiro, não poupou esforços para satisfazer ao bravo Freire de Andrade, não conseguindo porém que os da Meza da Misericordia accedessem aos seus rogos ⁽¹⁾.

(1) É o que se deduz do *assento* que adiante publicamos; mas da carta que vae a seguir se infere que o emprestimo foi feito, muito embora não haja registo d'essa resolução nos respectivos livros da Meza da Misericordia :

«Conde V. Rey. amigo. Eu El-Rei vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Vi a relação que me enviastes na via do anno passado tirada da conta de Pero Nunes Salgado, sobre que se carregarão em receita os cem mil cruzados, que em tempo do Governador Fernão de Albuquerque se tomarão por emprestimo á Misericordia de Goa, e se despenderão na mesma relação. E por que na vossa carta dizeis se vos tinha dito não faltarão desordens na despeza delles, e me informeis se se fizerão legitimamente as despesas e conforme a meus regimentos, e por cuja ordem e mandado, e se este emprestimo se tem pago, e de que dinheiro se fez o pagamento. Escripta em Lisboa, a 17 de abril de 626. — Dom Diogo da Silva. — Dom Diogo de Castro.»

E note-se bem que Albuquerque não pedira o empréstimo, como muitos outros haviam feito, pelo prurido de satisfazer a um capricho. Ormuz, a perola do Oriente, estava prestes a cair nas mãos dos inglezes, como cahiu, sem que porisso os vindouros lhe pudessem attribuir a perda d'essa rica conquista, como se poderá vêr do documento em seguida publicado:

**Assento que se fez sobre ser
chamada a Irmandade pa. se detreminar o q.
o Snor. Gor. pretende do dro. do cofre**

Aos dez dias do mes de março de 622 nesta Santa Casa da Mia desta cidade de Goa na Igreja dela sendo juntos a mor parte da Irmandade por chamamto. que se fez com campa tangida e ensignias corridas como se costuma chamar e sendo assy juntos estando prezente o Snor. dom Filipe de Souza e eu Gaspar Mourão dAbreu escrivão da dita Sta. Caza e mais irmãos da meza que este presente ano servem, pelo dito Snor. provedor foy dito a toda a Irmandade em como o Snor. Gor. Fernão dAlbuquerque escreveo a meza desta Sta. Caza de Mia. e aos seus ajuntos a carta cujo treslado he o seguinte:

«Pertendo socorrer a fortaleza de Ormuz q. está nella do que todos sabem recolhida a gente toda na fortaleza e os galeões acostados tambem a sombra da artelheria della e conforme me diz Mar. de Melo Pra. q. averá nella trezentos homes q. possam tomar armas e q. toda a mais gente está cõ Ruy Freire no Forte de Queixome o qual seemtende q. se não poderá defender da artelheria dos imgrezes mtos. dias e q. como se perder o forte q. está perto os arais dos turquos e per ser q. serão perto de vinte mil homens para rente a Ilha de Ormuz e cercarem a fortaleza com o mesmo poder e artelheria e me pede com instancia o socorro com gente e mais gente e com dro. e mais dro. e mantimentos. pelo q. tambem ao serviço de Ds. e obrigação q. Temos de vassallos de S. Mgde. acudir a sua fortaleza e aos nossos proximos q. nella estão tão arriscados e apertados de socorro— são necessarias pa. este sincoenta mil pardaos, vinte mil pa.

se mandarem em 'dro. p. paga da gente da guerra da fortaleza e da armada e trimta mil pa. se aprestar, o socorro pa. paga de dous quarteis aos soldados e ordinarios dobrados aos capitães — estou aconselhado de lhes alegar q. tenho obrigação de pedir este emprestimo aos moradores ryquos desta cidade e não deixar perder Ormuz — tam-bem estou informado q. hos mais dos homens não tem dinheiro amoeado em sua caza pa. o darem com a brevidade q. se requer e plo. q. peço a Vs. Ms. Snores provedores e Irmãos e adejuntos dessa Sta. Casa da Mia, q. emprestem do dro. do depozito dessa Sta. Caza aos homens abonados ha dita cantia com se lhes obrigarem por seus assinados ao pagamto. por todo o mes doutubro de modo q. a Mia fique segura no q. a emprestar e El-Rey provido e nossos proximos socorridos, — e Da. goarde a Vs. Ms. oje dez de março de mil seiscentos e vinte e dous—*O Gor.*»

A qual foi lida em Meza diante dos adjuntos e Irmandade pelo qual forão inteirados todos do q. nella se continha e em como pedia cincoenta mil xes. pa. p socorro de Ormuz do dro. do depozito dos defuntos desta Sta. Casa e de seus erdros. auzentes no Reyno e pelo ditto snor. provedor foy dito a Irmandade q. dessem seus pareceres na materia depois de ser altercado entre todos o negocio e por tempo e pertensão da dita carta e se lerão e virão pela repostas a carta de S. Magde. feita em Lxa. a des de fevro. de 609 cujo teor he o seguinte.

«Provedor e Irmãos da casa Sta. Mia. da cidade de Goa. Eu El-Rey vos envio mto. saudar. Por vossa carta de vinte e quatro de dezembro de seiscentos e sete e papeis q. com ella emviastes emtendy o como o arcebispo primas sendo Gor. desse estado tomou por emprestimo pa. meu serviço o dr. q. estava no depozito dessa caza do q. me não ouve por provido pelo fazer contra minha tensão e vontade tendo eu mandado q. em nhú cazo se tome dro. algú dos defuntos, orfans, mia, auzentes e cativos e por q. pela satisfação q. tenho das obras q. nessa caza se exercytão dizeis que seja favorecida e emparada e q. se evite todos os inconvenientes q. possão cauazar parjuizo ao credito e reputação q. he bem q. tenha. Mandei passar as provisões q. com esta hirão por que ordeno que vos pague o dito dro. e q. em nhú. tempo se possa tomar o q. estiver nesse deposito como vereis pelas mesmas provizões q. escrevi ao vizo-rey faça comprir e podeis estar certo que em tudo q. for do beneficio dessa Sta. Caza (cujas obrigações nos ey por my encomendadas) ey de folguar de

vos favorecer. Escrip̃ta em Lxa. a dez de feṽro. de seiscentos e nove—*Rey*— Para o provedor e yrmãos da Caza da Sta. Mia. da cidade de Goa—*O Conde Almirante*.

E se vio bem o alvará do mesmo snor. fto. na mesma Cydade de Lxa. em os mesmos dez de feṽro. de seiscentos e nove cujo treslado tambem he o seguinte.

«Eu El Rey faço saber aos que este alvará virem q. o provedor e Irmãos da Caza da Sta. Mia. se me enviaram queixar do dano e descredito q. a dita caza recebeo em lhe ser tomado pelo arcebispo dom frey Aleixo de Menezes sendo Governador do Estado da India no anno de mil seiscentos e sete por via de emprestimo pa. minha fazenda do tal dro. q. estava depositado na dita caza de defuntos q. a ellas se encomendaram pa. cumprimento de suas ultimas vontades e se enviar deste Reyno a outras partes as pas. a quem perencencia por se seguir disso alem do grande escandolo que ouve em se lhe tomarem contra sua vontade e per o não podem consentir por seu compromisso não haver quem lhe queira emcomendar sua fazda. receando poder-se-lhe outra vez fazer o mesmo em mta. deminuição do serviço de Ds. e misterio da caza. E por que por minha provisão de dezoito de Janro. de seiscentos e setta tenho mandado q. em nhú cazo se tome dro. algum dos defuntos. orfans, mias e auzentes e cativos por ter a experiencia mostrado q. nhús bons efeitos rezultam disso antes pelo contrario e pelas obras q. na dita caza se exercitam desejo que seja favorecida e emparada de manra. q. creassa o fruto della em seu credito e se evitem todos os inconvenientes q. se lhe podem seguir e por tambem me enviarem pedir o pdor. e Irmãos da Caza da mia desta cidade de Lxa., Ey por bem e me praz que em nhú. cazo e p. nhua necessidade por garande e urgente q. seja nem por via alguma se tome p. meu serviço dro. algum q. esteja na dita Caza da Mia. de Goa, nem o pdor. e Irmãos della possam dar sem consentimento sob pena que o Vizo Rey ou Governador e officiaes q. o tomarem o pagarão por sua fazda. e o pdor. e Irmãos que o consentirem accusarão disso como de cazo crime o q. assy o ey por bem de mais de lhe ter mandado pagar o dr. q. se lhe tomou conforme ao outro alvará q. disso lhe mandey passar e mando ao meu Vizo Rey ou Vr. das partes da India q. ora he e ao diante for e ao Gor. da minha Fazda. e a todas as minhas Justicas, officiaes e pessoas dellas e ao pdor. e Irmãos que pelo tempo forem q. em todo cumpram e guardem este como nelle se contem sem duvida nem embargo de quaesquer pro-

visões, insinuações e ordens em contrario e este se porá no cartoryo da dita Caza da Mya. em boa goarda pa. a todo o tempo constar de como assy o ey por bem e valerá como carta passada em meu nome e selada de meu sello pendente sem embargo da ordenação do 2.º L.º titulo corenta q. dispoem o contrario. Cipião de Figueiredo o fez em Lxa. a dez de Fevro. de mil seiscentos e nove este se passou por tres vias. E eu o Secretayro Ant. Viles de Cimas o fiz escrever—*Rey= O Conde Almyrante.*

Alvará per que S. Magda. manda pelos respeytos nele declarados q. em nhú cazo e p. nhua necessidade por grande e urgente nem por monra. algua se torne dro. algum da caza da Mia. de Goa sob pena de o Vizo Rey, governador, e officiaes q. o tomarem o pagarão de Sua Fazda. e Pdor. e Irmãos q. o consentirem responderam disso como do cazo crime. Pa. V. Magde. ver e vae por tres vias.»

Por carta de Sua Magde. de treze de Janro. de seiscentos e nove, registada nesta secretaria as folhas oitenta e hua — Pero Affonso — pagou nada por pagar a outra via. Em Lxa. a dez de março de seiscentos e nove annos. E ao chancelleur mor dez seis, Gaspar Maldonado — Registada no 2.º Liv. do Registo do conselho da India. — Ant. Viles de Cimas.

E depois de lido e visto tendo por todos os Irmãos da Meza e adjuntos e por toda a Irmandade q. se achava presente a este negocio se assentou per todos que se não podia dar o dito dro. nem a Meza tinha poder pa. tal por estar prohibido por S. Magde. expressamente na dita sua carta e alvará Real e por todos estarem conformes visto q. por nhua via se podia dar este dro. e a responderão por reposta em carta ao Snr. Gor. cujo treslado he o seguinte:

«A carta que V. S. escreveo a esta Meza se leo aos adjuntos e á Irmandade q. se juntou p. o efeito da pretensão de V. S. e propostas as razões q. apontava e vistos os fundamentos dellas depois de muitas altercações se resolverão todos ha não darem o dro. q. V. S. pede por q. encontra a carta de S. Mgde. q. escreveo a esta Meza e provizões q. em seo favor mandou a respto. do q. o Arcebispo tomou p. outra semelhante necessidade e querendo V. S. ver hua couza e outra se lhe mandará; de nós esteja V. S. certo que desejamos servilo e ficamos sentydíssimos de não ter este negocio feito. Cuja pessoa illustrissima Ds. goarde, Goa a 10 de março de 422. O pdor. *Dom Filipe de Souza* — o escrivão *Gaspar Mourão d'Abreu* — o thezoureiro *Lgo. de Carvalho*

e Eytor Fez. da Jegua (?) — Gpar Rabelo — Bras Vte. dos Reis — Marcos Fez..

Depois disso em os onze do mesmo mez de março de 622 foy o secretario do estado A. Roiz de Giuvara a Caza do Snor. provedor e lhe disse da parte do Snor. Gor. q. fizesse a nova chamada por convir assy ao serviço de S. Magde. e assy o fez o dito Snor. pdor. e irmãos della sendo chamados e juntos em doze do dito mez e anno veio a ella o doutor Ant. Barreto da Silva ouvidor geral do crime acompanhado de meyrinhos com os escrivães Mel. Preto estando presente o ouvidor geral do civil Sebastião Pais e mais o provedor mor dos defuntos, — o dito ouvidor geral com vara alçada tendo na mão hua folha de papel por elle foy dito ao Snor. pdor. e irmãos q. vinha fazer a diligencia daquelle papel a esta meza da parte do Snr. Gdor. e entregou o dito papel ao dito escrivão Mel. Preto pa. q. o lesse e entimasse a meza o qual papel era hu protesto q. fazia o Snr. Gor. ao dito por. e irmãos por causa das fortalezas de Ormuz e de Quexome e do mais perigo q. ouvesse nellas por falta de lhe não acudir a respto. de lhe ter negado a meza e adjuntos e Irmandade o emprestimo q. se lhe tinha pedido pa. o socorro das ditas fortalezas por sua carta atraz, protestando outrosy contra o por. e irmãos da meza nomeados cada hu por seu nome pelas perdas e danos q. rezultassem ao diante e q. darião conta de tudo a S. Magde. todos juntos e cada hum por sy e pelo dito Sor. pdor. e irmãos lhe foy respondido á protestaçoão de lhes não prejudicar o tal protesto porq. não tinham presentes os adjuntos e irmandade com cuja autoridade e conselho se lhe tinha negado o dito emprestimo em conformidade e compt.º das ditas ordens reais pedindose ao dito ouvidor geral lhes deixasse o dito protesto um treslado delle pa. o comonicar aos adjuntos e mais Irmandade em conselho de todos se lhe poder dar resposta em forma o não quiz fazer o dito ouvidor geral com dizer q. não trazia ordem do Snr. Gor. pa. tal e com lhe dizer o dito Snor. pdor. e irmãos que responderiam dentro em dois dias — E sem embargo da resposta acima ouve por notificado o dito protesto ao por. e irmãos de q. se fez termo pelo dito escrivão Mel. Preto em q. se assinou a Meza e com isto se despediu e se foy com os ditos escrivães e logo ordenou o dito Sor. pdor. que chamasse os adjuntos pa. domingo seguinte treze do dito mez pa. se comonicar com elles a forma do dito protesto e sendo juntos todos no dito dia prezente Sebastião Roiz Cardozo sindico da Sta. Caza se mandou perante todos per Martins Fez so-

licitador dos prezos desta Sta. Casa pedir ao dito ouvidor geral do crime o dito protesto ou seu treslado pa. comonicar aos ditos adjuntos e se ver o que se nelle continha pa. se lhe poder dar resposta em forma e tornando o dito solicitador com a resposta desse requado disse que o dito ouvidor geral lhe respondera q. o protesto estava em poder do Snor. Gor. e não queria dar nem o treslado e que com este requado propoz verbalmente aos adjuntos o dito Snor. prodr. a sostancia acima do dito protesto e a resposta q. o tinha dado a elle pedindolhes q. conforme a isto vissem o q. se avia de fazer na materia responderão q. se fizesse assento do q. se tinha passado em todo este negocio e como de presente não queria o Sor. Gor. dar copia do dito protesto nem de seu treslado pa. se responder em forma a elle e que o que estava feito era conforme as ordens comtra as coais não podia ir nem fazer o dito emprestimo e que com constar de tudo per assento ficava a Meza satisfazendo sorteiramente (?) as que era obrigada e per alguns adjuntos e o syndico da Caza dizerem q. sobre tudo pa. abundancia se fizesse em segredo um protesto em que se repunasse e cmtradisesses o protesto do dito Snor. Gor. declarandose o como não levava reposta legitima por não ter dado copia delle pa. ser comonicado aos adjuntos letrados e sindico da Caza por o não serem os Irmãos da Meza se fez assim por meio da petição cujo treslado he o seguinte:—

«Dizem o pdor. e Irmãos desta Sta. Caza da Mia. que o Snor. Gor. Fernão dAlbuquerque fez hum protesto a elles suptes. de.....das fortalezas de Queixome e Ormuz de todo o dano q. resultar nellas peios enemigos persos, Ingrezes e olamdezes q. as tem de serquo a respto. de lhe negarem o emprestimo de sincoenta mil xes. que lhes pedira pa. o socorro das ditas fortalezas o qual protesto lhes mandou notificar pelo ouvidor geral do crime Ant. P. da Silva q. veo á Meza noteficarliho com o escrivão Mel. Preto o ouvidor geral do civil e o escrivão Bastião Pais do Juizo de V. M.. E por não poderem responder em forma sem conselho dos adjuntos letrados e sindiquo da Caza por elles suptes. o não serem lhe pediram o protesto ou seu treslado com dous dias de espera pa. o comonicarem com os ditos adjuntos e sindico e darem reposta em forma o q. não quiz fazer por dizer não trazer ordem do sor. gor. pa. tal despois do que fazendo a junta sobre este negocio se mandou pedir ao dito ouvidor geral o dito protesto ou seu treslado pa. em meza em q. estavam já se comonicar aos ditos adjuntos e

syndico e se lhe dar resposta em forma e o dito ouvidor geral lhe mandou por reposta q. o protesto estava em poder do Sor. Gor. e q. lhe o não o queria dar nem o treslado por omde se lhe não pode dar reposta necessaria pella rezão sobredita por omde elles suptes. protestam hua e mtas. vezes e qtas. com direito podem de lhes não prejudicar a nhun delles em tempo nhun o tal protesto nem a falta da reposta necessaria della por qto. a negação deste emprestimo a fizeram elles Suptes. por conselho dos ditos adjuntos e de toda a Irmandade e em conformidade e comprimento das ordens reais q. proibem expressmte. os tais emprestimos sob as penas declaradas nellas e ainda em cazo das necessidades da calidade desta p. q. se pedio este emprestimo a elles Suptes. o pedir pa. o poderem fazer na forma q. consta das ditas ordens reais a que se repostam e com as quais se conformaram nesta materia pedem portanto a V. M. como sois da caza lhe mande autuar este protesto em segredo por não aver liberdade pa. se notificar ao dito Snor. Gor. por razão da autoridade de sua pessoa e lugar mandando que autuado se lhe torne pa. conservação de seu drto. e receberão justiça» —

E depois de feita a dita petição deu nella o provedor mor dos defunctos juiz desta Sta. Caza o despacho seguinte —
Façase como pedem. Goa catorze de março de 622. — Simois.

E depois de dado se autuou na forma seguinte.

Ano do nacimto. de Nosso Snor. Jhs. Xpo. de mil seiscentos e vinte e dous aos quinze dias do mez de março do dito ano nesta cidade de Goa, em as poizadas de mim escrivão per parte da Caza da Sta. Mia. della me foy apresentada a petição atraz com o despacho ao pé della do doutor Antonio Simões provedor mor dos defunctos juiz dos rezidos orfãos e capelas com alçada em estas partes da India requerendo-me q. o comprisse per bem do que fiz este auto de protesto e reclamação na forma da dita petição com as palavras ey aqui por repetidas pa. bem do seu drto. e autuada lha tornei. Sebastião Pais q. o escrevi e me assinei Sebastião Pais — E por tudo passar assy e a todo o tempo se saber o acima dito mandarão a mim Gaspar Mourão d'Abreu escrivão da dita Sta. Casa fazer este assento como dito he em q. os letrados assinarão.

Gaspar. Mourão d'Abreu

O pdor., Dom Fellipe de Sousa

Heitor Fez. da Fonseca

Matheus Nunes

Dominguvs Roiz

Damião de Lima

Fco. de Carvalho

Sebastido Roiz Cardozo

Luiz Mergulhão Borges

Fernão d'Andrade Silva

Ant. Azvdo. de Saude

Fco. Mel.

Fco. Eleutherio de S. Tiago

Dom. Pro. Mascarenhas

Marcos de Matos

Ir. Dos. da Piedade Mestre

Prdo., Fr. Paulo da Trindade

(E mais 4 assignaturas inintelligiveis).

(Do Liv. 2 dos assentos da Pia Meza e Adjunto da
Misericordia de Goa — fl. 78 v.)

J. Ferreira Martins.



FEITORIA DE GOA ANTES DA CONQUISTA?!



Muitos factos da historia dos portuguezes na India teem sido superficialmente apreciados ainda por aquelles de quem não era de esperar. Cunha Rivara, por exemplo, affirma que Salsete e Bardez não foram conquistados pelos portuguezes, mas nos foram doados pelo Hidalcão, o que é menos verdade, porque o proprio Affonso de Albuquerque affirma ter-se apoderado integralmente dos territorios que constituem o antigo *reino de Goa*, cuja costa do mar se estende desde o seu limite meridional marcado pelo rio Kalinadi até o séptentrional marcado pelo rio Carli, sendo a fronteira oriental determinada pela cordilheira dos Gates, abrangendo a zona do territorio situada na encosta oriental, que a partir de sul se denomina Supém com as suas aldeas, às aldeas Mendil, Quelil, Chrisnapur e a seguir, para o norte, outras que se encorporam na provincia de Zamboti.

Os nossos chronistas narram que o grande Albuquerque ia, na sua armada de 23 velas, caminho do Mar Vermelho no objectivo de destruir a armada do

grande Sodão e que Timoja nas alturas de Mirgeu, lhe fora ao encontro, apresentando-lhe a oportunidade propicia de cahir sobre Goa; e como o inclito governador tivesse aceito o alvitre, pensam geralmente, e formou-se até a tradição, de que fôra por conselhos do indio que Albuquerque tomara o arbitrio de conquistar Goa, e este conceito caldeado pelas intrigas tornou-se até em incriminação, a que respondia Albuquerque na sua carta ao rei em 1513. ¹

«Senhor, eu tomei Goa, porque Vossa Alteza mo mandou, e o Marchal o trazia em sua instrucção e tambem o fiz por ser cabeça principal da liga que estava feita, para nos botarem fora da India».

Deste trecho da carta vê-se claramente que não foram os conselhos de Timoja que lhe determinaram a resolução.

E tão premeditada fora ella pelo governo da metropole e pelo grande Albuquerque, que já se achava estabelecida em Goa uma feitoria sob a direcção superior de um capitão-mór, sendo encarregado dos carpinteiros e calafates que trabalhavam no estaleiro da ribeira Pedro Chamarro, dos quaes talvez Timoja houvesse recebido as informações, que fora transmitir ao grande capitão da armada, quando esta passava pelas aguas de Mirgeu.

Isto se deduz do mandado que se lê no vol. II, pag. 63 das *Cartas de Affonso de Albuquerque*, publicadas sob a direcção de Bulhão Pato, e que passamos a transcrever:

1510—Janeiro 1

Feitor de Goa, ho capitam-mor etc. por este vos mando que dees a pedro chamarro e que por meu mandado tem carregio dos carpinteiros e calafates que

¹ Com. d'Albuquerque, 3.º vol., pag. 283.

na ribeira trabalham hum fardo de açúcar preto pera mantimentos dos ditos homens e per este com o assento de vosso esprivam vos serem levados em conta. feito em goa ao primeiro dia de janeiro. antonio da fonseca o fez de mil quinhentos e dez.

(Assignado) *Affonso d'Albuquerque.*

*

*

*

Este mandado, porém, anda em contradicção chronologica com os factos, a que se attribuem datas, consideradas até hoje por autenticas, como se vai vêr.

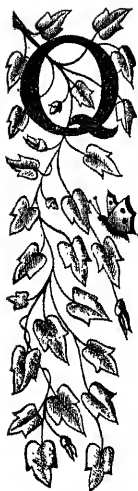
Dizem que a expedição ordenada contra o Samorim sob o comando do marechal D. Fernão Coutinho e em que fora Affonso de Albuquerque, sahira de Cochim no ultimo dia de dezembro de 1509 e foi ancorar defronte do porto de Calicut em 3 de janeiro de 1510 e no dia 4 de janeiro desembarcou, bateu os mouros etc., ou, conforme outros, chegou na tarde de 2 e o desembarque foi no dia 3.

Ora, sendo o referido mandado assignado no dia 1 de janeiro de 1510 e em Goa pelo grande Affonso de Albuquerque, convem indagar quaes os documentos em que se fundaram João de Barros, Danvers e outros que attribuem á expedição as datas acima referidas, em que Albuquerque não podia ter estado em Cochim e Calicut, porque o mandado affirma ter estado em Goa no dia 1 de janeiro do referido anno.

JOSÉ JOAQUIM FRAGOSO.

A ALFANDEGA DE DAMÃO

1795



Quaes eram as rendas e impostos que a alfandega de Damão percebia nos fins do seculo XVIII, e qual o diploma da criação dos officios aduaneiros?

Vejamos os documentos que vão transcriptos:

I

Ill.^{mo} Adjunto. Levo ao conhecimento de v. sra. os esclarecimentos sobre as rendas e imposições que recebe esta alfandega, bem como a copia do alvará em consequencia do officio da Secretaria de Estado dos Negocios Ultramarinos de 14 de Outubro de 1795, em que deu hua nova regulação sobre o modo de proceder nos despachos e criação de alguns officios, e mais empregados no serviço da mesma. Decs. gue. a v. sra. muitos annos. Meza da alfandega a 17 de Dezembro de 1831.—O Juiz da Alfandega interino, *Francisco Gomes da Costa.*

II

O Juiz da alfandega desta Praça declare quaes são as rendas e imposições que pagão nos passos e jampas de entradas e sahidas, como tambem a copia da criação da mesma alfandega. Damão 14-XII-1831 — *Arez — S. Anna — Costa.*

III

Despacho — Registe-se e o escrivão declare por certidão no seguimento desta tudo quanto nella exige com toda a clareza e individuação— *Costa*.

IV

Certifico em virtude da ordem supra que as rendas e impozicoens que se cobrão nesta alfandega de todos os generos que transitão pelos passos da jurisdição desta Praça he pela maneira seguinte: Por cada carreta entrando carregada de batte, trigo, mungo, urida e de quaesquer outros legumes, pagão hum quarto de rupia: Os mesmos artigos entrando carregados em potys (?) pagão por cada hum poty hum aná: Por cada carreta que entrar carregada de madeira, paga dois anás; e todos os mais generos que entrarem e sahirem pelos referidos passos pagão os direitos da entrada e sahida. A copia acima exigida da creação ou regulação desta alfandega vai unida a esta em papel separado.— Meza da alfandega de Damão 16 de Dezembro de 1831. — *Victorino Jeremias de Nazareth*.

V

Francisco Antonio da Veiga Cabral, Comendador na Ordem de Christo, das Comendas de Santa Maria da cidade de Bragança, de S. Romão de Baçal, de Nossa Senhora da Assumpção de Deilão, de S. Lourenço de Pedisqueira, e S. Bartolomeu do Arrabal e de S. João de Riodonor, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Tenente-General effectivo dos seus exercitos, Governador e Capitão General da India etc.

Faço saber aos que este alvará virem: Que Sua Magestade foi servido determinar por officio da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos de 4 de Outubro de 1795, que os officiaes da alfandega de Damão se congregassem com a devida regularidade para o seo despacho, abolindo a forma, com que até agora se tem procedido a este respeito, por ser a mais moroza, e incerta, e portanto incomoda, e prejudicialissima aos commerciantes principalmente europeos: E sendo por fim encarregado o dezembargador

juiz dos feitos da corôa e fazenda Antonio Gomes Pereira Silva de examinar os motivos daquella relaxação para se darem as providencias necessarias, não só para o regular, e prompto expediente do dito despacho, mas them. para a exacta arrecadação dos reaes direitos: Constou pela informação do dito ministro: Que por effeito de hua economia mal intendida andava unido o officio de juiz da alfandega ao de feitor daquella Praça, o qual sendo obrigado a assistir diariamente na feitoria, para cumprir com as obrigaçoens deste emprego, era impraticavel o poder ser effectivo em todos os dias de manhã, e de tarde na alfandega, segundo determina o regimento e que por este respeito muito raras vezes se congregava com o unico escrivão, que ha na mesma alfandega, que quasi sempre fazia vezes de juiz. Que por haver somente hum escrivão se retardava o serviço, e que erão indefectivelmente necessarios dous, para se regular, e expedir o despacho da mesma alfandega com a precisa brevidade. Que o recebedor, pezador, e guarda-mór não hião diariamente á alfandega e que por terem diminutos ordenados não podião servir com a devida independencia. Que na mesma alfandega não havia porteiro, e que por este respeito estava a chave entregue a hum dos guardas. Que sendo necessarios ao menos quatorze guardas, para ficar bom servida aquella alfandega por serem muitos os lugares, e districtos, em que se deve conservar effectiva a vigia, havia somente oito, sete delles solados do regimento daquella Praça, com os quaes tanto pelo pouco numero, como por estarem sujeitos ao serviço militar, e terem piqueno vencimento não podião de modo algum acautelar-se os frequentes extravios. Que na dita alfandega havia huma caixa intitulada de mindezas, que se despacha fora do livro contra a disposição do regimento e que na pauta da mesma faltavão bastantes preços das *fazendas de consumo de Europa, e da costa da Arabia*, de que podião rezultar graves prejuizos á real fazenda assim como da recebedoria, que a poucos annos se estabeleceu no quartel grande de Damão de cima, sendo antecedentemente hum lugar, em que se punha hum guarda, para vigiar, que se não dezencaaminhasssem por elle quaesquer generos, ou fazendas, sem terem pago os devidos direitos na alfandega. Que por não haver na dita alfandega armares, para se guardarem as fazendas, e *principalmente o marfim*, fica este *exposto em hum patio*, donde por vezes tem sido furtado. E tomando na mais séria consideração este importantíssimo objecto em que se interessa o real serviço, e fazenda de Sua

Magestade, e a utilidade publica do commercio. Hey por bem em virtude da sobredita real determinação dispor o seguinte:

1. Ficará separado o lugar de juiz da alfandega do de feitor para ser provido trienalmente em pessoa, que tenha a capacidade e requisitos necessarios, para bem cumprir as obrigações, que lhe imporem (*sic*) o regimento, não deverá em tempo algum occupar juntamente outro diverso emprego, e vencerá em cada anno de seo ordenado mil e duzentos xerafins.

2. Haverá mais hum escrivão com a mesma inspecção, e em tudo igoaado ao actual da mesma alfandega, escreverá no livro da receita aquelle que ao juiz parecer mais habil na forma que dispoem o regimento e vencerá de seo ordenado annualmente seiscentos xerafins.

3. O recebedor, e peizador assistirão efectivamente todos os dias de manhã, e de tarde na alfandega e cumprirão com exactidão as obrigações declaradas no regimento e attendendo a que não podem subistir com o piqueno ordinado, que actualmente percebem, vencerá cada hum delles daqui em diante annualmente trezentos e sessenta xerafins.

4. O guarda-mór cumprirá com muita promptidão as obrigações, que lhe imporem (*sic*) o regimento, e tudo o que lhe for determinado pelo juiz da alfandega ou porquem fizer as suas vezes, e como o ordenado, que actualmente percebe não he suficiente, para viver com a precisa independencia, vencerá daqui em diante annualmente trezeutos xerafins, alem dos emolumentos que tem como miraba da ribeira.

5. Haverá na mesma alfandega hum porteiro, para cujo officio será escolhida pessoa, que cumpra fielmente com as obrigações declaradas no regimento, e vencerá de seo ordenado annualmente cento e cincoenta xerafins.

6. E para que as condições das fazendas para alfandega se fação com cautela, e brevidade necessaria, e sejam bem vigiadas as embarcações e os muitos lugares, por onde se podem extraviar as ditas fazendas, com prejuizo dos reaes direitos, haverá na mesma alfandega, quatorze guardas, para cujos empregos serão escolhidas pessoas dezobrigadas do serviço militar, e qualquer outro, e vencerá cada hum delles do seo ordenado, annualmente, cento e quarenta e quatro xerafins.

7. Será distribuido o serviço de que cada hum dos referidos guardas deve ser encarregado pelo modo, que parecer mais conveniente ao juiz da alfandiga e aquelles, que alter-

nativamente forem incumbidos da vigia dos diversos passos, e districtos, assistirão nos seus respectivos lugares de dia, e de noite, para que se mandarão fabricar humas piquenas barracas aonde não houver outra accomodação.

8. Todos os sobreditos officiaes incluzive os escrivães serão providos por alvarás annuaes, e obrigados a aprezentar na secretaria do Estado para cada humas das reformas dos ditos alvarás attestação do juiz da alfandega da que conste que no decurso do anno cumprirão com as suas obrigações, sem o que não poderão continuar a servir, nem perceber os seus ordenados. E havendo necessidade na occazião do monção de maior numero de guardas, pedirá o dito juiz os soldados que lhe parecerem precisos ao governador da mesma Praça, o qual lhes remeterá promptamente para ficarem ás suas ordens, emquanto durar o serviço.

9. Tudo quanto se despachar na alfandega será escrito no livro e se receitarão logo as competentes direitos do recebedor, para o que hei por abolida a caixa, que como titulo de mindezas existia até agora na mesma alfandega.

10. Renovar-se ha em cada tres annos a pauta da dita alfandega para o que o juiz della pedirá ao desembargador juiz da alfandega desta cidade, que lhe remetta huma certidão passada por qualquer dos escriptaens dos preços das fazendas, que vão para Europa, dos portos do norte, e de Balagate, e das mais, que forem necessárias, para se regularem os direitos dellas, segundo os preços arbitrados pela pauta da dita alfandega de Gôa. E para as avaliações das mercadorias, que não estiverem na pauta, se procederá na forma que dispoem o paragrafo 30 do regimento da alfandega desta cidade, suprimindo a falta dos feitores os escriptaens e convocando-se as mais pessoas, que parecerem necessarias.

11. Serão despachadas na alfandega todas as fazendas, que se importarem, e exportarem de Damão, tanto por mar, como por terra, receitando-se os direitos dellas ao recebedor da mesma alfandega para o que hei por extincto o despacho e recebedoria, que de poucos anos a esta parte se tinha introduzido no quartel grande de Damão de cima, aonde haverá somente hum guarda, que vigie aquelle passo e seu districto, para por elle se não extraviavam quaesquer generos, ou fazendas, e no caso de haver algumas couzas, que comodamente não possam hir á alfandega por cauza do embaraço do rio, fará o dito guarda huma relação dellas, e a enviará á alfandega para ali serem despachadas.

12. No livro, que anualmente vai da junta da real fa-

zenda desta capital para o despacho do navio de viagem de Moçambique, se lançarão daqui em diante também os despachos de quaesquer outros navios, que dali farem para aquella capitania. ou vierem desta para Damão, formando-se título separado no mesmo livro para cada hum dos referidos navios.

13. Todos os livros, que até agora são rubricados pelo feitor daquela praça, serão daqui em diante rubricados pelo ouvidor da mesma.

14. Os preparos precisos para a meza do despacho, sua reforma, pennas, papel, tinta, e livros, que não costumão hir desta capital, serão remetidos da feitoria daquela Praça, logo que forem pedidos pelo juiz da alfandega ao adjunto da mesma.

15. Os ordenados do juiz da alfandega e de todos os officiaes acima ditos, serão pagos em quarteis, por hua folha distincta, separada, que o adjunto da dita Praça de Damão, mandará formar com o título de folha da alfandega.

16. Haverá hũa guarda effectiva de oito sipaes, e hum cabo, e seu jamandar, para vigiar de dia, e de noite a dita alfandega e seu circuito, os quaes poderá o dito juiz empregar nas diligencias, que lhe parecer sendo do real serviço.

E como a actual casa da alfandega não tem os commodos, nem a segurança precisa, e dentro do forte de S. Jeronimo existem alguns edificios, nos quaes sendo reformados convenientemente se podem fazer as acomodações necessarias, para hũa grande alfandega concorrendo alem da sua excelente situação, e segurança o ser facil o embarque, e desembarque das fazendas em qualquer maré: Hey outrossim por bem estrebelecer a sobredita alfandega nas cazas que tinha mandado apromptar dentro do referido forte, as quais deverão estar preparadas até o fim do anno corrente, para no principio de janeiro proximo futuro, se congregar ali o juiz e mais officiaes para o despacho e principiar desde então a ter effeito esta minha determinação—pelo que: Mando ao governador da dita Praça de Damão, ao adjunto della, ao juiz da sobredita alfandega, mais ministros, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento deste alvará pertencer o cumprão e guardem inviolavelmente, e fação cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem duvida alguma. Não pagou os novos direitos, pagará os de chancelaria por ser do servtço de Sua Magestade, e passado por ella, se registará na secretaria do

Estado, no adjunto, e na alfandega da mencionada Praça de Damão, e mais partes aonde competir. Caetano Jozé de Albuquerque o fez em Gôa, ao primeiro de Outubro de mil setecentos noventa e oito. O secretario José Caetano Pacheco Tavares o fez escrever.—*Francisco Antonio de Veiga Cabral.*

Alvará porque V. Ex.^a ha por bem em conformidade da real ordem de Sua Magestade regular o despacho da alfandega da Praça de Damão, abolindo a forma, com que até agora se procedia a este respeito, em benefício dos commerciantes, e da arrecadação dos reaes direitos; separando o logar do de feitor, creando de novo alguns officiaes, estabelecendo, tanto a estes, como aos antigos suficientes ordenados, e mudando a mesma alfandega para o forte de S. Jeronimo, como nelle declara.—Para V. Ex.^a vêr—José Caetano Pacheco Tavares. Por resolução do Ill.^{mo} e Exmo. Sr. Governador e Capitão General da India, de 28 de Agosto de 1798.—Joaquim Bernardo Lopes.—Registado no livro 6.^o das Leis a fl. 59—Caetano Filipe Martins.—Registado na contadoria geral a fl. 594 do livro dos registos dos direitos da chancelaria. Gôa a 24 de Outubro de 1798—Joaquim Salvador Peres—José Caetano Pacheco Tavares.—Esta cópia está conforme com o proprio que fica registado no livro respectivo, a que me reporto, e eu escrivão a fiz extrair, e subescrevi. Meza da alfandega de Damão 16 de Dezembro de 1831. — *Victorino Jeremias de Nazareth.* (1)

Não nos consta que no referido anno de 1798 ou mais tarde a alfandega de Damão tivesse sido transferida para o forte S. Jeronymo ou qualquer outro sitio em Damão pequeno. Nessa epoca de facto existiam dentro do forte cazas, com as accomodações precizas para esta repartição, que mais tarde foram demolidas. O armazem do baluarte cavalleiro ou S. Jeronymo, com ligeiras modificações para a introdução de luz necessaria, tinha amplo espaço.

Crêmos que hoje egoalmente se falla acerca desta transferencia. É possivel que se faça, mas com muito sacrificio do thesouro publico. Não estamos infelizmente nos bellos tempos

(1) Vid. *Livro dos Registos Geraes da Feitoria de Damão* (1832...), fl. 76 até 80 v..

do *marfim* e *opio*! E a escôlha do local na proximidade da margem do rio de Damão, é hoje bastante difficil pela invasão do mar.

Nos seculos 16.^o e 17.^o a aldea de Damão de cima era o centro de grande actividade textil. Diz-nos o estudioso Antonio Bocarro:—«fazia-se antigamente toda esta roupa e outras muitas sortes della com algodão das nossas terras por mão de duzentas tecelões que havia em Damão de cima, porem, quasi todos acabarão com a fome do anno de 1631.»

Damão.

A. F. MONIZ.



DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

ISTORI DE

Sinhora Violeta e Senhor Brion ¹

1. Oví todo : sinhoras e sinhoris,
Tem o *paso* para contá : ²
Tinha hum mãi com sua filha
Ne cidade elles morá. ³
2. Ne cidade que elles morá
Tinha hum *nonha* ⁴ sóbérba
Favorecido de hum senhor grandi
Mostrá ela tanto grandéza.
3. Favorecido de hum senhor grandi
Tanto grandéza ela mostrá
Macebos préto quando passá
Pinchá ⁵, cuspi, pará, espalhá.

¹ É um romance, cujos personagens principaes são a menina Violeta e o joven Brion.

² Tenho uma passagem para vos contar.

³ *Elles* aqui é feminino, plural.

⁴ Solteira, diminutivo de *nona*, senhora.

⁵ Atirava.

4. Macebos prêto quando passá
Pinchá, cuspi, pará, espalhá
Mas que filjo de *officeiro* ¹
Seu sombreiro misté pegá. ²
5. Masque filjo de officeiro
Seu sombreiro misté pegá,
Num tem mais como *escraba* ³
Que seu traz mistê passá.
6. Tem per respeito de hum criado
Que par si esta costumá
Todo cousa atá vintura
Ninhuma cousa nunca faltá.
7. Inteiro sinhora sua-casa
Que bunito armaçan :
Cadeira, banco, *kanap* de China ⁴
Ispelho doirado e pinturas.
8. *Cabinet* de vidro com *bispat* de prata ⁵
Fronte de porta já armá
Outro huma para diante
Com agua de ouro já doirá.
9. *Lenterno* ⁶ doirado ne mcio de casa,
Que bunito já pindurá!
Figura doirado ambos dois *vándra* ⁷
Cuspidor de prata já armá.
10. *Cabaia* curto com manga ⁸
Grande sinhora quando vesti,
Pente de ouro *riba de cabéça* ⁹
Grandi e bunito logo sinji.

¹ Filhos dos officiaes.

² Pegava-lhes o sombreiro..

³ Fazia de escrava.

⁴ Sofá de China.

⁵ Retrete de vidro com penico de prata.

⁶ Lanterna.

⁷ De ambos os lados.

⁸ Vestido curto com mangas.

⁹ Na cabeça.

11. Sinhora levá um doce rôsto
Tambem rica condição :
Nunca vistí outro cabaia
Sempre rogá para perdão.
12. Hum para outro muito *gavá* ¹
Doce sinhora sua *fremosura* ²
Este mesmo sinhora Violete
Parcê rosa ne huma rua.
13. Parcê rosa ne nossa rua
Tanto gentes muito gavá
Cumê, bebê regalado
Ninhuma cousa nunca faltá.
14. Ninhuma cousa nunca faltá
Cumê, bebê, vestí regalado
Serviço de casa nunca pegá
Alto vida tem já gozado.
15. Assi como já cavá mez
Champagne logo chegá,
Tanto *travaljo* quando tem ³
Sua razão logo oljá.
16. Aquel bella ne sua casa
Ninhuma cousa nunca fazê
Mas cada dia tem ordenado
Cumere ⁴ de meza que mistê tem.
17. Cada dia tem ordenado.
Sinhora grande mande chomá
Cum *palanqui* e 4 *bichos* ⁵
Trucá, trucá mandá *cartá* ⁶

¹ Gabavam-se mutuamente.

² Formosura.

³ Trabalho quando tem.

⁴ Comer.

⁵ Palanquim e 4 *coolis*, moços.

⁶ Apressa-se e manda transportar.

18. Senhor grande logo gritá
Perque logo buli ?
Palanqui nemistê *curê* fôrça ¹
Minha filja tua tripa te buli.
19. *Arquino* de prata com joias de ouro ²
Tem dois môços per pegá
Sombreiro grande pegá par traz
Baso ³ de sombrero mistê levá.
20. Per horas de novi hora ⁴
Nonha lô cavá discansá ⁵
Ne tempo de dois hora
Que nonha logo lô andá.
21. Já subi ne palanqui
Sua porta já fíchá
Nonha grita per bichos
Presta, presta mandá levá ⁶
22. Levá ne caza de Senhor grandi,
Senhor grandi já *abersá* ⁷
Sinhora da mesma alma,
Papiá ⁸ que tanto hora já esperá.
23. Logo santá comê junto
Per sua mão já levá
Ne tempo dois horas
Que sinhora podê andá.
24. Senhor grande logo ordená :
Carreta mandá sellá ⁹
Deixá visti cousas grandi
Per minha filha levá largá.

¹ Não tem de correr com força.

² Boceta de prata com joias de ouro.

³ Sob o sombreiro.

⁴ As nove horas.

⁵ Acaba de descansar.

⁶ Mande levar depressa.

⁷ Abraça.

⁸ Fala.

⁹ Mandou apromptar o trem.

25. Viva, viva já dá boca,
Par sinhora logo falá:
Quando eu tem cum vida
Tudo querê e logo já dá.
26. Logo subi ne carreta
Senhor grande falá
Levá *criance* com cuidado ¹
Minha filha sem medo ficá.
27. Já chegá direito ne casa
Per hum pocu já discansá
Per horas de quatro hora
Sinhora ne porte *lô vi santá* ²
28. Per horas de quatro hora
Sinhora ne porta *lô vi santá*
Anels ne dédos bastante
Argolas de ouro *lô pindurá*.
29. *Pantel* ³ de ouro riba de cabeça
Tambem com vestido branco
Cabaia curto de séda
Quando sinhora *santá* ne banco.
30. Quando sinhora *santá* ne banco
Todo gente muito gabá
Que bunito, hum doce Sinhora
Nihum cousa nunca faltá.
31. Nihum cousa nunca faltá
Num tem ninguém par chegá
Sua grandi fremosura
Tudo vanda já publicá ⁴.
32. Tudo vanda já publicá
Tanto gente já vi ouvi
Saí um mancebo bom
Ne sinhora sua porta já vi. ⁵

¹ Leva a criança com cuidado.

² Na porta virá sentar-se.

³ Pente de ouro na cabeça.

⁴ Em toda a parte está publica.

⁵ A senhora vinha á sua porta.

33. Sai hum mancebo de Kandy
Ne senhora sua porta já vi
Cavá oljá per sinhora ne porta ¹
Num tem um modo per sigui.
34. Buscando amizade de vizinho
Saguvadi cumsá mandá ²
Nuvê ³ para outro nada
Que cada hora podê chegá.
35. Já susdê ne hum dia
Este macebo que chegá
Tambem *pruntá* saude ⁴
Meu amorosa como está.
36. Tudo passá minha porta
Meu casa nunca chegá
Parcê modo discansado
Amizade nunca guardá.
37. Eu já *chegá* tem sua casa ⁵
Per guardá *combersam* ⁶
Já sabê aquel visinho
Quel tem sua condiçam.
38. Senhor, ouro do meu corecão.
Que dôdice *querrê* fazê? ⁷
Eu tem mêdo para papiá.
Senhor grandi *lovi sobê*. ⁸
39. Milhor terá aquel confiança,
Senhor, de sua coreçam
Per aquel já pedi tem ⁹
Um *assistant chopnam* ¹⁰

¹ Mal que viu a senhora á porta.

² Começou mandar presentes.

³ Não é.

⁴ Perguntou pela saude.

⁵ Eu vim á sua casa.

⁶ Para conversar.

⁷ Que doidice quer fazer?

⁸ Virá a saber.

⁹ Já se tem pedido.

¹⁰ Um logista assistente.

40. Per Sinhor mistê contentá
Pes todo logo escolhê
Meu filha tem piquenino
Um casamento per fazê. ¹
41. Eu nunca falá nada
Meu tripa inteiro te ardê
Eu te avisá per sempre
Visia o tempo ² mais saude.
42. Curé macebo comedado ³
Um bom mestre para buscá
Alá ne Kandy banda
Um mestre já acertá.
43. Pegá rosto de este mestre
Este macebo pedi mercê
Ne cidade morá um nonha
Que muito justo parcê.
44. Macebo vi ne sua cabeça
Com folgança até alegrá
Como *pese* esperá para agoa ⁴
Per quinta-feira esta esperá.
45. Quarta-feira de *pal'mian* ⁵
Para sua irman mandá chomá
Tiro metade de seu vestido
Ne bazar mandá andá.
46. Ne bazar mandá andá
Tres libros mandá comprá
Siman de Castori tomá juntado
Quilei já mandá tomá. ⁶

¹ Para se casar.

² Vigiar o tempo.

³ Encomendado.

⁴ Como o peixe espera pela agua.

⁵ Quarta feira de manhã.

⁶ Igual mandou comprar.

47. Siman de Castori tomá junhado
Quelei já mandá tomá
Nunca nista dize preço
Porque tardi até ficá.
48. *Trizé fula denter* de casa ¹
Mandá cortá fino, fino,
Quarta feira per sesta feira
Não pegá per durmi sono.
49. Quarta feira per sesta feira
Não pega sono per durmi
Parque mestre tem *tulido* ²
Que cuspi num podi *unguli*. ³
50. Ne sesta feira de palmian
Babá já cavá calsá ⁴
Cadum vestido que ele visti
Tem sua *palaver* per falá.
51. Chegá ne casa deste mestre
Sua *savodi* já pruntá ⁶
Mestre repostá per elle
Fazê mercê, babá santá. ⁷
52. Mestre fallá mandá santá
Este mestre já ensiná
Já trizê hum sorte azeite
Ne testa já rosá.

(*Continúa*)

Raia

B. C. TAVARES DE MELO.

¹ Traz flores dentro da casa.

² Tolhido, recomendado.

³ Engulir.

⁴ O rapaz acabou de calçar.

⁵ Palavra, história.

⁶ Perguntou pela sua saúde.

⁷ Faça favor, babá, queira sentar-se.

VARIA VARIORUM

**Canela, teca, champó, surungueira,
vonvoleira e mogareira**

No L.^a das *monções* n.º 181, a fl. 84, encontra-se o seguinte curioso documento :

Descrição das arvores de canela, teca, champó, surungueira, vonvoleira e mogareira.

Canella

Ha em Ceylão esta planta, e semeia-se nas grandes hortas, que ha, destinadas para este fim, e se lhe continua o rego somente até pegar as suas raizes, crescendo ella até á altura de uma braça, decepão todos os seus ramos, para ser canella damais especial, depois de decepada, cortão as astias em pedaços de comprimento de um palmo, e por incisão de alto abaixo, separão a casca de miolo, raspando levemente a casca, e deitão a secar, lançando fóra o miolo, que não serve para cousa alguma. No mesmo lugar, em que deceparão a primeira planta, tornão a semear outra, arrasando primeiro as raizes da pri-

meira, não arrebetando ella novamente, como he costume; esta he a forma, como se colhe a canella da mais especial e quando se deixa crescer mais que a dita planta, bota flor para aproveitar a semente, para se fazer nova sementeira; porque fica tão grossa a sua casca, que só serve para lenha.

Nesta cidade de Goa ha abundancia da arvore de canella nascida entre os matos, não tem cultura alguma, e cresce o tamanho das maiores lorangeiras.

Teca

As arvores de teca nascem nos oiteiros, e em outros lugares, sem cultura alguma, e crescem á altura de um grande pinheiro, mas para ter seguimento necessita alimpar-se das astias, que nascem do seu tronco.

Champó

A arvore champó gema de ovo, ou como se chama neste paiz champim branco, nasce e cresce nos matos, e em todos os lugares, sem cultura alguma, e se chega a ser do tamanho de uma oliveira grande, dá umas flores muito cheirosas e delicadas, da largura do palmo, e no meio tem a forma de gema de ovo da propria côr, cercada de folhas brancas com seus veios da cor da dita gema.

Surungueira

A arvore de surungueira nasce e cresce nos oiteiros, e em qualquer parte sem cultura alguma, cresce á altura de uma oliveira maior, e das mais grossas, bota suas flores miúdas, amarellas e brancas muito

cheirosas, o qual cheiro he igual ao da fructa de damasco de Portugal, e ainda depois de secar se conserva parte do seu cheiro.

Vonvoleira

A arvore de vonvoleira tambem nasce e cresce nos oiteiros e em todos os lugares sem cultura alguma, e chega tambem a crescer como as mesmas oliveiras e bota suas flores da cor assucarada, miudas muito cheirosas, que ainda depois de secas, e passar tempo, não perde o cheiro.

Mogareira

A mogareira nunca cresce mais de um pequeno arbusto de que sahem muitas astias, e ao pé de suas folhas he que lança as suas fulas da cor de jasmim, denominadas mogarins e chamadas coração, as quaes são do tamanho de uma rosa pequena, são dobradas, muito fechadas e tem um cheiro muito suave. Goa 26 de março de 1802 — *Pedro de Moraes Corrêa*, Ajudante do Intendente Geral de agricultura.

Storia do Mogor

Os leitores do *Oriente Portuguez* conhecem já esta importante obra de Manucci, de que temos dado numerosos e interessantes excerptos desde 1908. Ha 3 annos falleceu em Londres o seu erudito traductor e annotador, W. Irvine, e agora sua filha, Miss Margaret L. Irvine, acaba de publicar uma edição abreviada, um resumo substancioso da *Storia do Mogor*, procedendo cuidadosamente a selecção dos trechos

que principalmente se referem ao proprio Manucci, e que dão um quadro sufficientemente exacto do homem e da sua carreira. O *Times of India* de 6 de maio encarece bastante o valor d'este novo livro que tem o titulo *A Pepys of Mogul India*.

A ossada de Afonso de Albuquerque

O *Diario de Noticias*, n.º 17.406 de 26 de abril ultimo, publicou uma extensa carta do brilhante poeta e erudito escriptor sr. dr. Alberto Osorio de Castro, chamando a attenção do publico para a ossada do Albuquerque. Tomamos a liberdade de transcrever em seguida os trechos d'esse valioso escripto do nosso antigo companheiro de trabalho no *Oriente Portuguez*, que mais interessam ao assumpto :

«Consinta v. que um antigo leitor de tão excelente jornal, e a mesma pessoa que ha bons dezoito anos provocava em Goa a iniciativa official da vinda para Lisboa do tumulo indiano de Afonso de Albuquerque, formule em alguma coluna no *Diario de Noticias* um breve apelo á attenção do publico em pró da meio-abandonada ossada do «Terribil», descoberta, como firmemente creio, pelo meu illustre amigo sr. Julio Mardel de Arriaga, no grande tumulo ancestral dos Gomides, encontrado por acaso em 1900 (vai já para 14 anos!) numas obras do quartel da Graça, sob um arco argamassado com a parede da antiga casa do capitulo dos eremitas calçados de Santo Agostinho, e do claustro nobre do mosteiro, arco de capela da casa do capitulo, que algum trolha da epoca do Matafrades embutira no muro para maior comodo e simetria, se não foi obra manhosa dos proprios frades ao tempo da sua demanda com os Albuquerque, como pensa o sr. Julio Mardel.

Esse tumulto ilustrado com o brazão dos Gómes, antepassados dos Albuquerque, contendo além dos ossos do sumo Herói e de seu pai a ossada descabeçada do avô João Gonçalves de Góme, degolado em Vila Verde dos Francos por crime de uxoricídio, lá espera desde 1900 a um canto da capela da igreja de N. S.^a da Graça as supremas honras funerarias que aos restos mortais do seu grande Capitão deve a patria portugueza; ou nalgum refluxo da maré igualitária, para estas cinzas entre todas illustres, mas agora incommutavelmente, o eterno desaparecimento.

O tumulto indiano de Albuquerque está hoje salvo numa sala da Sociedade de Geografia de Lisboa . . .

Salvo o tumulto pela boa vontade d'alguns, resta salvar-se a ossada do Herói terrível, por tanto tempo julgada perdida na casa do capitulo do convento da Graça, cemiterio dos frades, só por grande favor concedido a particulares, conforme provou o sábio Cunha Rivara no seu curiosissimo estudo *Os ossos de Affonso de Albuquerque*, publicado no jornal goês *A Imprensa*, 1871, n.^{os} 8, 9, e 31.

O encantador artista da prosa portugueza, padre Manuel Bernardes, (já portanto em principios do seculo XVIII) escrevia na *Nova Floresta*, I, 334:

«O nosso grande Affonso de Albuquerque tanta fama ganhou de conquistador valoroso, que a cidade de Goa não queria largar seus ossos para se trasladarem a Lisboa: como se lhe parecesse que neles, ainda que secos e frios, conservava um certo genero de presidio contra as barbaras invasões de seus inimigos, e vinculado um como praso de vence-los. Mas dizem que obrigada por censuras, os deixou levar, e descançam no convento de N. S.^a da Graça.»

Ficara cumprida, enfim, pelo filho, em 19 de maio de 1565 (Cardeal Saraiva, *Os Portuguezes em Asia*,

Africa, America e Oceania, vol. 3.º, p. 112), depois de tantos anos de diligencias, e mercê de ordem terminante da rainha regente D. Catharina (Morse Stephens, *Rulers of India, Albuquerque*, p. 143), a vontade de Albuquerque. Determinára o Herói no seu primeiro testamento de 24 de março de 1505, escrito ao partir para a India: «Declaro que falecendo eu nestas partes da India, o que Nosso Senhor por sua misericordia não permita, por alguns justos motivos que me a isso moveram, e por descanso da minha alma, mando que depois de comesta a carne, os meus ossos sejam levados a Portugal e se enterrem em Nossa Senhora de Graça da ordem de Santo Agostinho, onde jazem meus avós.»

Neste proprio tumulto do Gómes, ascendentes dos Albuquerque, em capela da casa do capitulo dos graciosos, paredes meias com os claustros grandes ou «nobres» do mosteiro, deviam ter ficado *provisoriamente* guardados nesse dia 19 de maio de 1565, como me parece ter provado Cunha Rivara no estudo citado os ossos do *Terribil*. E digo provisoriamente porque o filho natural de Affonso de Albuquerque e de Paula Vicente (?)—o magnifico e italianisado autor dos *Comentarios* e edificador da *Bacalhoa*—não se contentando com o simples tumulto da capela do avoengo Gil Esteves Fariseu, quiz dar-lhe como sepultura suntuosa a propria tão cobiçada capela-mor da igreja da Graça, *onde não havia tumulto preparado*, como notou Cunha Rivara, mas sobreveiu entre ele, e depois entre o seu filho natural João Affonso de Albuquerque, e colaterais, e os frades agostinhos, a longa demanda estudada pelo conscienciosissimo erudito já falecido, J. M. A. Nogueira, no *Comercio de Portugal*, n.ºs de 13, 14, 15, 17 e 19 de agosto de 1884, demanda que os frades só vieram a ganhar aos colaterais do filho de Albu-

querque vinte e nove anos andados (começou a questão em 1588 e terminou em 1621); e lá devia ter ficado até agora a ossada de Albuquerque na provisoria jazida da capela dos Gomides da casa do capitulo dos graciosos, como tão luminosamente conjecturou Cunha Rivara no seu citado estudo, e também o erudito Nogueira.

A asserção de Silva Tulio : «Não só lhe venderam (os frades) o jazigo, mas lhe sumiram os ossos» é menos justa de certo,

O encontro do tumulto das Gomides pelo sr. Julio Mardel, nessa casa do capitulo dos graciosos que já ninguém sabia onde ficava, e o sr. Julio Mardel identificou, foi um verdadeiro milagre, do qual de resto ao fim de 16 anos de incessantes cuidados e incessantes pesquisas (*) era digno este talentoso e encantador erudito, inedito memorialista á Duque de Saint-Simon, que em conversas maravilhosas de espirito, de fina graça portugueza dos salões do passado tanto nos faz intensamente viver, a todos os que o admiramos, não só com a gente viva do seu tempo mas com toda a gente morta ao longo de oito seculos de vida nacional. Ao grande evocador ficava bem essa ressurreição dos manes de Albuquerque.

(*)—Uma carta ao sr. Julio Mardel :

Regimento n.º 5 d'Infantaria do Imperador de Austria, Francisco José — Gabinete do Comandante—(Particular).

III.º Ex.º Sr. — Encarrega-me S. Ex.ª o Comandante do Regimento de escrever a V. Ex.ª para o prevenir de que em umas escavações que acabam de se fazer neste quartel appareceu um caixão no local em que por V. Ex.ª foi insistentemente procurado o cadaver de Affonso de Albuquerque.

Se V. Ex.ª vier a este quartel e observar o que a este respeito se passa directamente; poderá fazê-lo com a maior liberdade.

De V. Ex.ª venerador e obrigadissimo, *Antonio Teixeira Judice*,
Majôr de infantaria 5. 18-10-900.

Resta escolher entre os ossamentos encontrados no tumulo dos Gomides aqueles que com boas razões devam reputar-se como os da ossada do Heroi.

Estiveram mais de cincoenta annos na ardente humidade do clima de Velha Goa. Estiveram enterrados em vermelha terra de Goa. E' impossivel que pela coloração especial que de seguro lhe deu a humedecida argila lateritica, em que ficou *comesta* a sua carne, não possa ser reconhecida ainda hoje immediatamente por qualquer que em Goa tivesse passado; e houvesse tido occasião de remexer em terras e ossos de igrejas goêsas, a fatigada ossada do conquistador de Goa e de Ormuz, das entradas do mar Roxo, e da virente e nacarada Malaca.

Não ha duvida que o cadaver de Albuquerque, vindo a bordo da *Frol da Rosa*, surta na Aguada em 15 de dezembro de 1515, naquele funebre cortejo shakespeariano de guerreiro nordico, que nos descreveu Gaspar Correa («sentado o cadaver muito direito»), e que aos meus olhos enche sempre duma tragica gloria resplandecente o estuario grandioso de Goa, não ha duvida, repito, que o cadaver de Albuquerque foi sepultado em um coval, embora essa cova fosse aberta na capela de N. S.^a da Conceição da sua igreja de N. S. da Serra, capela que ficava por cima do arco ou porta abobadada dos Baçaes, ou melhor Bazares (Gaspar Correa, *Lendas da India*, vol. II, p. 376).

Nessa cova ficou enterrado Albuquerque até ser feito por D. Aleixo de Menezes o tumulo de granito escuro que hoje está na Sociedade de Geografia.

Alguma terra com cal virgem se deitava sobre os cadaveres enterrados nessas covas abertas em igrejas, como tive occasião de verificar em exumações nas ruinas de Goa.

Os ossos de Albuquerque, digo-o de novo, devem conhecer-se pela coloração especial e indelevel que

certamente lhes comunicou a terra da sua vermelha India, como em tempo observei em carta a Luciano Cordeiro

E temos em Gaspar Correa e nos *Comentarios* a descrição fisica de Albuquerque, a indicação da sua estatura, etc.

Não será chegada enfim a ocasião de se salvar para o comovido e respeitoso culto que é devido aos Heróis e ás tradições duma patria, e sem o qual a nenhuma nação é dado perdurar, a ossada do maior soldado da gente portuguesa, daquele em quem algum dia encarnou a maxima vontade de Potencia de Portugal, o sonho imperialista e triunfal da nossa Raça?»

Julio Simão, engenheiro-mór da India

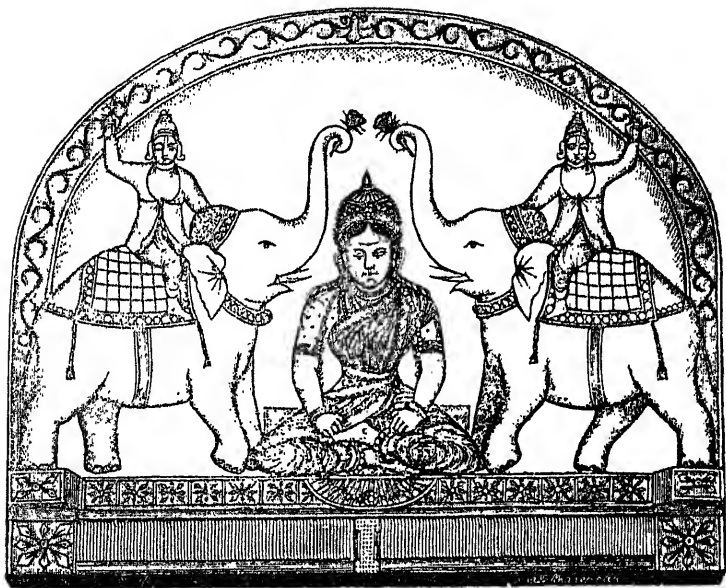
No *L.º das Mercês Geraes* n.º 1 (segundo a nova numeração) do archivo da Secretaria Geral do Governo, lêem-se os seguintes assentamentos :

Fl. 108 v. — *Antonio Carvalho* — Por carta feita a 15 de setembro de 1627 houve mercê dos cargos de feitor, alcaide-mór e veador das obras da fortaleza de Mombaça, por casar com Anna Guterez de Bustamante, filha de Julio Simão, a quem S. M. por seu alvará que na dita carta se encorporou, tinha feito mercê delles para huma filha que elle nomeasse, e elle os nomeiou em a dita Anna Guterez e os deu em dote com ella ao dito Antonio Carvalho e isto por tempo de tres annos, na vagante dos providos antes de 24 de janeiro de 607, com o ordenado, proes e precalços que lhe pertencerem.

Fl. 119 v. — *Julio Simões* (1), *engenheiro deste Es-*

(1) Diogo do Couto escreve tambem *Julio Simões*, mas parece que de facto era *Julio Simão*, como está no seu epitaphio na Sé Cathedral, á entrada da capela mór. Veja-se o artigo *O Architecto Julio Simão*, por J. M. do Carmo Nazareth, n'esta revista, III, 459.

tado A 9 de outubro do dito anno (1627) se passou carta tendo respeito aos bons principios e sufficiencia que seu filho Luis Alvares tem mostrado em materias tocantes ao officio de engenheiro em ajuda ao dito seu pai e falta que ha de pessoa que lhe succeda, sendo elle já velho e muito enfermo. E por assi assentar no conselho que assiste ao Conde V. Rey porque (por quem?) houve por bem de admittir ao dito Luis Alvares por ajudante do dito seu pai no dito officio de engenheiro com duzentos xerafins de ordenado cada anno, tirados do ordenado que o dito seu pai tem.



O ORIENTE PORTUGUEZ

11.º ANNO. 1914

N.ºs 7 e 8

— Julho e Agosto —



REIVINDICAÇÕES GEOGRAFICAS¹



Na Africa encontramos illustres viajantes portuguezes visitando primeiro de que outrem regiões interessantes que modernos exploradores supozeram ter descoberto ou percorrido pela vez primeira, na Asia podemos dizer que outro tanto acontece, sendo aqui missionários exclusivamente a quem esses primores geograficos se devem.

¹ Com a devida venia trasladamos para as paginas da nossa revista este magnifico artigo que sahio no *Diario de Noticias*, n.º 17451 de 10 de Junho. Está na indole do *Oriente Portuguez* e fica-lhe muito bem archivar tão importantes estudos de evocação historica, eruditos e patrioticos.

A Marco Polo tem sido contestada, com solidas razões, por Humboldt, Pauthier e Karl Ritter, a sua passagem pelo Pamir; mas ao missionario portuguez Bento de Goes não é hoje possivel fazel-o, desde que traçamos o itinerario da sua viagem de Agra a Lahore e Cabul para Yorkan, em direcção a Sucheu, na fronteira da China (Cataio).

Nesta viagem, emprendida em fevereiro de 1603, desde Cabul para Yorkan, mostramos no folheto «No centenario de Bento de Goes», publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, que, pelo caminho seguido, o nosso compatriota atravessou o Pamir, passando no Sares Pamir (3610^m) designado, na carta dirigida ao padre Fernão Guerreiro, pelo nome Serpamil ou Serpanil, de onde seguiu por Sarikol para o passe de Chichiliklic, que fica ao sul do celebre Mustagata (7860^m).

Bento de Goes, entrando na grande região montanhosa por Badakxan, não podia mesmo deixar de atravessar os Pamirs, a não ser que se afastasse muito do caminho das caravanas, tendo de vencer maiores difficuldades para alfim chegar a Yorkan.

No folheto a que aludimos, diziamos a paginas 20: «Foi portanto reservada a um portuguez a gloria de ter primeiro atravessado de ocidente para oriente o Pamir, que descreveu como uma região de serranias cobertas de neve, de desfiladeiros e vales profundos, onde sofreu privações e dissabores de varia ordem.»

A Bento de Goes se deve tambem a prova evidente da identificação do Cataio com a China e foi por isso que Karl Ritter o proclamou: «heroico pioneiro, encarregado de achar o caminho continental, então de todo desconhecido, da India ao Cataio por Cabul, Cachgar, Yorkan, Aksu e Khaniel, caminho que ele explorou, mas que durante muitos anos não fôra devidamente emprendido.»

Efectivamente, foi o geral das missões, Nicolau Pimenta, que o encarregou de estudar aquele caminho, porque se a China fosse o Cataio, ficaria conhecido o meio mais rapido de se chegar á China, trazendo a expansão portugueza pela via terrestre maior intimidade de relações com o que muito aproveitariamos.

Se o objectivo politico da missão de Bento de Goes foi grande e honra o nome portuguez, não menos o honra a sua exploração pela região dos Pamirs. Ela tem um alto interesse pela convergencia de atenções que a Russia pelo norte e a India Ingleza pelo sul para ali dirigiram, em conflito de esferas de influencia e tambem para resolverem alguns problemas geodesicos, para mais completo estudo do mapa da Asia.

Essa convergencia de interesses dá-se 235 anos depois da viagem de Goes, e o Pamir começa então a ser estudado com todo o cuidado por exploradores de varias nações, principalmente ao conhecer-se a viagem de Wood em 1837, que não foi um primor de verdade geografica.

Em 1885 é que Ney Elias fez a sua notavel viagem atravez do Pamir, em sentido oposto á de Goes, isto é, de leste para oeste. Um ano depois, Lockhart e Woodthorpe efectuam uma difficil exploração, proximamente ao longo da mesma trilhada de Bento de Goes, e desde então até 1894 a fisiografia do Pamir aperfeçoa-se e Curzon dá-lhe uma feição definitiva nesse anno. Por seu turno a Russia empreende tambem identicos reconhecimentos, e muitos destes exploradores intitulam-se os primeiros europeus que visitaram a região, muitos anos antes percorrida por Bento de Goes.

Pondo de parte as ligações que existem entre os Pamirs e a cordilheira do Himalaia, atravez das

quais se passa planicies de Torim e para as do Tibet, ou por outra para a China, é certo que as barreiras atraíam os portugueses no seu desejo de chamar ao seu convívio os povos do Cataio, e, por isso, os nossos missionarios, os pioneiros de então, não cessam de avançar para o nordeste para darem a mão ás missões da China.

Feita a identificação do Cataio com a China, seguiu-se a sua confirmação, ainda por um novo ponto que se devia procurar pelo vale dos Ganges, quando ele, nos ramos superiores da sua bacia hidrográfica, se despenha pelas serranias do Himalaia, deixando nestas os sulcos e passes que conduzem á planura ondulada do Tibet, nessa época desconhecido dos europeus.

Cabe d'esta vez a Antonio d'Andrade a arriscada exploração, há pouco posta em evidencia pelo distincto investigador holandez e nosso amigo sr. Wessels em uma monografia intitulada—Antonio d'Andrade, Viajante no Himalaia e no Tibet (1624-1630)—obsequiosamente vertida para português pelo erudito filologo sr. Gonçalves Vianna e publicada pela Sociedade de Geografia.

Pelas datas de exploração de Andrade, vê-se logo que a prioridade da exploração do Himalaia e do Tibet fica igualmente pertencendo ao nome portuguez, visto que só 180 anos depois é que Webb e Raper se abalançaram a percorrer o caminho de Andrade.

E' tão exacta a descrição da viagem de Andrade que, no dizer do sr. Wessels, a narrativa do capitão Raper se lhe assemelha tanto, que é como se lêssemos aquella.

Escusamos de dizer que Raper nem sequer menciona a viagem de Andrade.

Na primeira viagem partiu ele de Agra em direc-

ção a Delhi, e, seguindo o vale do Ganges, atravessou este rio em Harduar, chegando á fronteira do Indostão em 15 dias, visitando Srinagar, capital da actual provincia de Gumão. D'aqui foi subindo o vale do Alacnanda, um dos grandes afluentes esquerdos do Ganges superior e cujas nascentes ficam a um outro lado do monte Camet (7634^m): recebendo o rumo de W. o nome de Sarassuari e o de E. o de Ganes-Ganga. Tanto um como outro confluem ao Alacnanda no ponto onde fica o povoação de Joximati (182^m), lugar visitado por Andrade e do qual subiu para Badrinate.

O templo de Badrinate é ainda hoje um dos mais visitados da India; fica em 3170^m de altitude. O rio Surassuari, que passa junto a este lugar, provém da geleira subjacente ao colo de Mana a 5360^m, onde é o passe das montanhas para se entrar no Tibet e ha áquem a povoação do mesmo nome, na margem do rio, em 3178^m. Levá-se cerca de 20 dias para se fazer a ascensão ao passe de Mana, por entre as neves. Passado o colo de Mana entra-se na planura ondulada do Tibet e por ela corre ali o vale do Sutlej, afluente do Indus.

Diz Andrade que, transido de frio e de fome por entre as geleiras, viu o Ganges nascer de um grande tanque ou caldeira, da qual sai outro rio que rega as terras do Tibét. De Mana dirigiu-se á cidade de Xaparangue, na margem esquerda do Sutlej, em 4750^m, tendo portanto entrado no Tibet onde permaneceu e onde voltou.

Efectivamente Andrade é o primeiro viajante europeu que viu uma das nascentes do Ganges na Conca que recebe as aguas e gelos dos altos do monte Camete, que dá origem aos dois passes de Mana e de Niti, para o Tibet; mas devemos observar que, quanto a nós, outra nascente do Ganges deve

tomar-se abaixo do colo de Niti, onde brota o Ganes-Ganga, por serem essas aguas as que, na bacia hidrografica, mais distantes do que aquela, ficam da fóz do grande rio. A outra cabeceira do Ganges, sem duvida a principal, nasce no colo de Thaga e é formada pelo Bagirati, que recebe torrentes das geleiras do Gangotri, onde Stielcr põe a nascente do Ganges.

E' o que se deduz, quanto ás origens do Ganges, da topografia extraida da folha n.º 53, segunda edição, da carta da India e territorios adjacentes, publicada sob a direcção do coronel Burrard, director geral do serviço geografico da India.

A viagem do missionário Andrade foi publicada em 1624 em Lisboa, sob o titulo — Novo descobrimento do Gran-Cathaio ou reino de Tibet—, pelo padre Antonio d'Andrade. Andrade era natural de Oleiros e ainda voltou a missionar no Tibet até 1630.

Não negamos os serviços que, posteriormente ás viagens portuguezas na Asia, teem prestado os modernos exploradores scientificos, além dos citados, como Bonvalot, principe Henrique de Orléans, Dutreuil de Rhins, Sven Hedin e outros, mas não nos contestem serviços prestados ao melhor conhecimento do mapa do mundo, por viajantes portuguezes que, sem os recursos da nossa epoca, fizeram audaciosas viagens de explorações terrestres como as que acabamos de referir e que só muito raramente são apreciados pelos escritores estrangeiros. entre os quais o sr. Wessels ocupa um lugar de destaque.

Bento de Goes e Antonio d'Andrade são dois nomes que se impoem na historia da exploração do continente asiatico, onde pelo lado maritimo tanto brilho tiveram tambem as viagens dos portuguezes.

ERNESTO DE VASCONCELLOS.

ALGUNS ADVOGADOS ANTIGOS DE GOA



TÉ ao anno de 1838 os diplomas de advogado foram n'este Estado conferidos em nome do Soberano pelo vice-rei ou governador como «regedor das justiças», que era pela legislação antiga. A advocacia constituia, segundo os termos n'esses diplomas usados, um «officio» ou «emprego com seus proes e percalços». As novas leis, depois do regimen constitucional, transferiram para o juiz presidente da Relação essa faculdade, o que ficou bem explicitamente declarado no officio do juiz servindo de presidente da Relação, José Cancio Freire de Lima, ao governador geral Barão de Sabroso, de 11 de agosto de 1838 (*Boletim do Governo* n.º 43), e na portaria do ministerio da marinha e ultramar, de 13 de outubro do mesmo anno (*Boletim do Governo* n.º 4 de 1839).

Taes diplomas eram expedidos pela secretaria geral do governo, onde ficavam registados. Por varios motivos difficil é consultar actualmente uma parte d'esses registos que, salva da acção do tempo e de varios outros factores, ainda existe. Diz Filippe Nery Xavier (*Esboço de hum Diccionario Historico-Administrativo*, verb. *Advogados*) que as mais antigas cartas de advogado, cujo registo encontrou, são as que se passaram, em 5 de maio de 1627 a José Taveira para Macau, e em 23 de outubro de 1667 a Luis Gomes e João Antonio, naturaes de Rachol, para o juizo de Salsete. Achámos o assentamento

da primeira (L.^o das *mercês geraes*, n.^o 1 da nova numeração, fl. 92); José Taveira obteve carta para advogar em Macau, donde era morador, e em qualquer outra cidade onde não houvésseltrados (*sic*) Igual fortuna, porém, não tivemos relativamente ás duas outras. No seculo XVII encontrámos apenas, em 1685, menção do advogado Custodio de Souza, syndico da Misericordia de Goa, e em 27 de outubro de 1694 a carta passada a Manoel Collaço, para advogar no juizo de Rachol.

Nos livros do seculo XVII tambem não é facil a busca. Vimos, porém, os assentamentos dos diplomas de «advogados da côrte» passados, em 17 de novembro de 1768 a Paulo José da Veiga,—em 5 de dezembro de 1769 a Balthazar Xavier,—em 19 de agosto de 1771 a José Filippe de Noronha,—em 4 de setembro do mesmo anno a Custodio Caetano Martins,—em 13 de janeiro de 1773 a José Pedro Xavier de Araujo,—em 9 de novembro de 1797 a Antonio Caetano Brás Picardo,—e em 3 de novembro de 1798 a Gabriel Fernandes de Noronha.¹ Vimos um documento de 1712, do qual consta que o advogado André Toscano comprou então a Antonio Pereira de Sampayo a aldeia de Sirical de Baçaim.

Na impossibilidade, portanto, de formar uma relação chronologica completa de todos os advogados do antigo regimen, damos hoje a que pudemos a custo apurar em vista dos livros correspondentes aos annos de 1801 a 1838, o que já importa salvar alguns fragmentos.

Na relação junta as cartas que não tem designação expressa, foram concedidas para se advogar «nos auditorios da côrte (cidade de Goa) e nos das provincias de Salsete e Bardez.»

1806

Boaventura Mascarenhas de Lacerda, de Calangute — 23 julho.

Francisco d'Assis Gonsalves (da Piedade ?), filho de Luis Francisco Xavier Gonsalves, capitão auditor de legião dos voluntarios reaes de Pondá—26 agosto.

¹ Alguns outros estão mencionados no folheto *Representação contra o decreto de 13 de maio de 1869*, com annotações do advogado L. M. Julio Frederico Gonçalves.

Victorino Theotónio Corrêa, de Moirá — 26 agosto.
 Bernardino da Gama (padre), de Verná — 27 de outubro.
 José Antonio do Rosario, de Arossim — 6 de novembro.
 Mariano Xavier da Costa, de Duncolim — 11 de novembro.

1807

Anastasio do Rozario Collaço, de Margão. — 16 janeiro.
 Lourenço Francisco de Paula Barbosa, de Guirdolim —
 idem.

Antonio Francisco da Cunha, de Verná — 4 março.

João Caetano Pereira, de Utordá — 6 março.

José Maria Pereira, de ... — idem.

Paulo Antonio da Conceição, de Margão — 11 março.

Luis Antonio do Rozario de Andrade, de S. Mathias, — 13
 março.

Victorino José Maria Lopes de Pilerne — idem.

Constancio Roque da Costa, de Margão — 18 março.

Francisco Antonio Gonsalves, ouvidor da praça de Damão
 — 25 março.

Gelvito Filippoe de Sá, de Combarjua — 3 abril.

Valentim José da Costa Junior, de Macau, residente na
 cidade de Goa — 8 abril.

Ventura Caetano Paes, de Sirulá — 11 abril.

Francisco Luis da Silveira, filho do advogado Gabriel da
 Silveira — 27 abril.

Custodio Florencio de Azevedo, de ... — 12 maio.

Francisco de Sales da Costa, de Curtorim — idem.

Bernardo do Rosario da Cunha (padre), do Chorão — 21
 julho. Foi quartanario da Sé, 1809, conego de meia prebenda
 1810. e ultimamente conego, benefício em que morreu, 1818 ou
 1819.

1813

Lucio Tolentino da Silva, de Margão — 29 maio.

José Pedro Collaço, de — 30 agosto.

Nicolau Francisco de Menezes, de Curtorim — 11 novembro.

1815

Antonio Francisco da Conceição Rodrigues, de Sirulá — 18
 fevereiro.

André Francisco de Bragança, de Mapuçá — 22 julho.

Luis Manoel de Menezes, de S. Mathias—7 agosto. Veja-se adiante, 1834.

Salvador Rafael Cardoso, de Sirulá—18 setembro.

Joaquim de Sta. Anna Gracias, de Margão — 26 outubro.

José Baronio da Cruz, de Curtorim—18 dezembro.

1816

Joaquim Antonio Rodrigues, de Margão—10 janeiro.

Luis João Baptista, de Loutulim—21 março.

José Caetano Peres, de S. Mathias—1.º de abril.

Brás Mariano Vicente de Figueiredo, de Loutulim — 26 abril.

José Maria Soledade da Costa, de Margão— 2 maio.

Eusebio Mariano Lourenço de Goes, de Calangute — 25 junho.

Manoel Constancio de Goes, de Calangute—idem.

Manoel Vicente Leitão, de Neurá o grande—27 julho.

Antonio Caetano do Rosario Pacheco, de Margão — 18 setembro.

José Joaquim de Sant'Anna Pacheco, de Margão — 19 setembro.

Damião Gregorio da Rocha, de Aldoná— 17 outubro.

1821

Francisco Xavier Barreto, de Velsão— 22 novembro.

André Zeferino Collaço, da Piedade—24 novembro.

1822

Gregorio José Lobo, de Nachinolá—25 janeiro.

Antonio José de Sá (padre), de Siolim—2 abril.

Sylvestre José do Rosario Rodrigues, de Celvá (?) — 15 abril.

João Francisco da Silva, de ... — idem.

Antonio José de Sacrafamilia Pereira, de Loutulim — 24 abril.

José Joaquim Simpliciano Garcez de Miranda Bello, de ... — idem.

José Bernardo Collaço, da Piedade— 25 junho.

José Salvador da Divina Providencia, de ... — 3 julho.

João Antonio Mascarenhas — 24 julho.

1825

João de Menezes, de Calapôr—23 junho.

Antonio Manoel Constancio Coutinho (padre), de Margão—10 dezembro. Morreu conego de meia prebenda, 1827 ou 1828.

1824

Caetano Manoel Monteiro, de Assolná—20 janeiro.

João Baptista Gomes, de Loutulim—23 janeiro.

José Camilo Gonsalves, da Piedade—9 setembro.

1828

Francisco d'Assiz Fernandes, de Siolim—teve primeiro, em 26 abril, carta somente para o juizo de Macau, que foi declarada, por outra de 8 de maio de 1832, extensiva aos d'este Estado, visto o concessionario ter provado bem os seus conhecimentos com o attestado do desembargador ouvidor geral d'aquella cidade, José Filippe Pires da Costa.

Joaquim Filippe da Piedade Soares, de Margão—21 junho para Damão e Macau,—para todo este Estado, 11 agosto 1829.

1829

José Joaquim de Figueiredo, de Loutulim—1.º de outubro.

1830

Luis Antonio da Silveira, da Piedade—9 dezembro.

José Francisco Hercules Collaço, de Margão—idem.

Caetano Vicente Barbosa, de Guirdolim—13 dezembro.

1831

Agostinho João Ignacio Collaço, de Margão,—carta para fóra da côrte 21 fevereiro,—declarada extensiva á côrte, 3 outubro 1832.

José Salvador de Figueiredo, de Loutulim—carta para fóra da côrte, 22 fevereiro,—extensiva á côrte, 3 outubro 1832.

Jovita Francisco Antão, de Chandor—carta para fóra da côrte, 23 fevereiro,—extensiva á corte 3 outubro 1832.

Luis Xavier Corrêa da Graça, do Chorão—2 março.

Joaquim Pedro da Silva Lobo, da villa de Torres-Vedras, habilitado com os tres primeiros annos da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, e matriculado no 4.º, — idem.

Salvador Filippe Alvares, de Margão—23 março.

Diogo Barreto, de Margão—idem.

Pascoal Salvador de Mello, de Curtorim — idem.

Miguel (Micael?) de Menezes, de Calapôr — 24 março.

Caetano Vicente de Araujo, de Loutulim—26 março.

João Filippe Ferreira, da Piedade—15 abril.

Paulo Maria Paes, de Sirulá — idem.

André Bartholomeu da Silveira, de S. Mathias — 10 maio.

1832

Aleixo Casimiro Lobo, de Sirulá — 30 março.

José Joaquim Ferrão, de Margão — idem.

Joaquim Antonio Osorio, de Arossim — 31 março.

Domingos João José de Sá, de Siolim—idem.

Servulo Jacintho da Piedade Collaço, de Margão—idem.

Caetano Xavier Furtado, de Murdã—idem.

Pedro Antonio Mariano Pinto, de Calapôr—2 abril.

Pascoal João Gomes, de Assagão — idem.

1834

Celestino Feliciano de Menezes, de ..., para fóra da côrte — 8 janeiro.

José Pedro Navarro de Menezes, de Curtorim, em lugar do fallecido Luis Manoel de Menezes (veja-se atraz, 1815) — 20 novembro.

1838

Roque João da Cruz, de Loutulim—6 maio.

J. A. ISMAEL GRACIAS.

TOMBO DE DIU

POR

FRANCISCO PAES

(1592)

(Continuação da pg. 62)

Cidade de Diu.
Impossibilidade
de tomar.

Antonio de Saldanha.

Regresso do governador a Goa.

Bahadur pede entrevista.

Volta do governador a Diu.

Não se entrevistam.

Regresso a Goa

E por a dita cidade estar muito fortalecida de murcs e artelharya e de muita gente, a nom pôde tomar; e se tornou o dito governador a Ilha dos mortos e dahy mandou antonio de saldanha com guales e gualeotas e fustalha miuda per toda a enseada de canbaya, onde lhe fez muito nojo, queimando muitas naaos e destruindo muitos logares, e elle se veio a guia; e depois sempre o dito governador fez muitas armadas pera a dita costa de canbaya, onde lhe foy feito muito dano; pelo que no ano de 533 mandou o sultão badur, que ao tall tempo era Reey do dito canbaya, recado ao dito nuno da cunha que folguarya de se ver com ele; pelo que o dito governador se fez prestes com hua armada, e foy ter a barra de dio, e dahy mandou recado ao Reey da maneira que avião de ter pera se verem ambos; a quoll vista nom ouve efeyto por se nom consertarem na maneira que avião de ter pera se verem, pelo que se tornou o dito go-

- João Santiago. vernador pera guoa, deixando lla hu João de
 Diogo de Mes- santiagou pera pedir a el Rey diogo de miz-
 quita. quita e os outros portuguezes que lá estavam
 cativos. E no ano de 535, tendo ja a este
 tempo o dito governador ffeyto pazes com o
 dito Rey de canbaya por lhe daar baçaim e
 suas terras, como atrás no titollo de baçaim
 faz menção, lhe veio nova, estando em guoa,
 como el-Rei dos mogores vinha sobre o dito
 Reey de Canbaya por causa que, quando o
 dito Reey de Canbaya ffoy sobre o reino de
 Chitor, se queixou a Rainha do dito reyno,
 aos ditos mogores que a quisessem socorrer
 e amparar, pelo que elles mandarão dizer ao
 dito Rey que nom fose tomar o dito reyno,
 por quanto aquella molher era viuva e tinha
 seu filho, que erdaua o Reyno, minino, e que
 se nom quizesse senão faselo, que soubese em
 certo que elles serião com elle; e com toda
 esta reposta o dito Rey de Canbaya nom dei-
 xou de ir sobre o dito reyno, o qual tomou, e
 a entrada da principal cidade d'elle, onde esta-
 ua toda sua força. Os que primeiro entrarão
 a dita cidade fforão diogo de mizquita, duarte
 de gama, e outros portuguezes que ao taal
 tempo ainda lla estão cativos; pelo qual
 respeito os ditos mogores nem tão somente
 vierão tornar a tomar o dito Reyno de Chitor
 e o de Mandou e a mor parte de todo Can-
 baya; que foy necessario ao dito soltão badur
 recolher se á cidade de dio, que por estar n'ua
 Ilha foy o luguar onde se pôde saluar sua
 pesoa, e recolher sua gente. E vendo-se n'es-
 ta necesidade, mandou chamar martim afonso,
 que ao tall tempo capitam mor do mar, e en-
 vernara aquelle ano em chaull, o quall na en-
 trada do mês de setembro do dito ano se foy
 a dio, onde o dito Rey estava, em quatro ca-
 tures, deixando recado a toda outra armada
 que se fose atrás d'elle. E neste tempo, tendo
 já o dits nuno da cunha novas de como os
 mogores vinhão sobre Canbaya, per hua car-
 ta que o dito soltão badur escreveo, em que
 lhe pedia que se ffosse a dio, pelo que despe-
- Baçaim.
- Mogoes contra
 Cambáia.
- Chitor.
- Intimação.
- Recusa.
- D. de Mesquita,
 Duarte da Ga-
 ma e cativos
 portuguezes.
 Ação dos mo-
 goes.
- Bahadur refu-
 gia-se em Diu
- É chamado
 Martim Afon-
 so.
- Setembro de
 1535.
- Bahadur convi-
 da N. da Cu-
 nha.

- Embaixador Simão Ferreira. dio logo o dito nuno da cunha o secretario simão ferreira por embaixador, e asy hum xacoes ¹ embaixador do dito Rey, que aquele ano envernara na cidade de guoa; e o dito governador se ficou fazendo prestes pera ir a dio, como de feito foy; e ao tempo que Symão ferreira ffoy a dio, ja lla estaua martim afonso de sousa ², que tinha posto bandeira das armas reaes delRei noso senhor no lugar onde agnora está a fortaleza de dio, per consentimento do dito Rey de canbaya; e loguo escreueo outra carta ao dito governador nuno da cunha e lha mandou pelo dito xacoes, a quall lhe foy dada em baçaim ³, onde já era cheguado, da quall carta ho trellado he o seguinte:
- Treslado. = Nomeado do grão Rey lião do maar das agoas azues, nuno da cunha, capitam mor com a mercê delRey, per amizade eu vos acrescento: sabereys que o secretario symão ferreira, ffiel privado em ambas as partes, e xacoes ffielho dourado, vierão a mim; a vosa carta, que me mandaste, vio o meu estado, e o que nela vinha escrito tudo vy; e quanto á vontade e desejo que tendes, eu o soube craro: e antes diso a vosa amizade e vontade xacoes m'a tinha ffeyto saber; e tãobem agnora per boca de symão ferreira o soube, per vya d'amizade; aquilo que vos era necessario, que em tantos anos nuncua se poudo cumprir, nem vos ouvera de vir a mão tão asynha, hum lugar pera estarem os portugueses em dio, da banda donde quiserdes, vós o mandastes pedir; eu vos faço mercê dele com estas condições que symão ferreira per vertude de vosa
- Oferta do sultão

¹ No tratado de cedencia de Baçaim, de 23 de dezembro de 1534, figura este Xacoes, na qualidade de embaixador de Bahadur.

² Martim A. de Sousa veiu a Diu com 40 homens (entre eles o doutor Garcia da Orta) em 3 catures, quasi por debaixo de agua, pois em setembro, como se sabe, é ainda perigosa a navegação junto ao Golfo de Cambaia.

³ Confere com Conto (Dec. IV, p. II, 365). Mas outros cronistas dizem que essa carta foi recebida em Goa.

Convite.

procuração outorguou, as quoaes condições por carta de symão ferreira que vos spreve, e por palaura de xacoes que la vay, o sabereys; agura he necessario, tanto que fformão vos for dado, que nem estejais em nhum lugar, e com xacoës venhais aqui; eu tinha escrito ao capitam mor do maar, o quall, tanto que lhe derão meu mandado, veyo loguo aquy a minha casa: ffolguey com yso, e por yso o mandei estar aqui pera me servir ¹: feita em dio a xxbii de setembro de jb^oxxxb anos. ²== O quoaal tanto que lhe a dita carta foy dada se fez prestes e partio pera dio com trinta vellas de remo, onde me eu acertey que fuy com ele ³; e tanto que lla cheguei, depois que

¹ Martim A. de Souza captou desde logo a amizade e confiança de Bahadur, que lhe deu consentimento expresso para escolher local para uma fortaleza, de acôrdo com o governador de Diu, que era ao tempo um indú por nome Nina Ráo. O capitão marcou sitio na parte E da ilha, em frente do baluarte do mar, aonde existia uma construção chamada *Torre da Barra*, que os rumes tinham artilhado. Nessa torre passou a viver o capitão-mór até á chegada do governador Nuno da Cunha, e em volta dela se foz o acompanhamento para a gente portugueza que desembarcou dos navios vindos de Chául e de Goa.

² 28 de setembro de 1535.

³ Nuno da Cunha e a sua armada, na qual vinham 900 homens de desembarque, chegaram a Diu aos 10 de outubro, tendo partido de Goa a 20 de setembro. Que sobêrbo dia foi aquê! Dêmos o braço a Digo do Couto (*Decadas*, IV, p. II, 368) e tentêmos uma discrição. Bahadur recebeu o governador com grandes honras e mostras de amizade, mandando-o cumprimentar a bordo e dando dia para audiência. Porém, só 3 dias depois da chegada é que entrou a armada portugueza no porto, por entre estrepitosos gritos de alegria e músicas festivas. Formaram os navios em duas extensas columnas ao longo do esteiro, e por entre elas passou a galeota do governador, que levava em sua companhia o capitão-mór Martim Afonso, Garcia de Sá, Pero de Faria, Fernão Rodrigues Castel-Branco e João da Costa Travassos. Salvaram todos os navios portuguezes á medida que a galeota avançava, e foi entre os vivas dos nossos marinheiros e a fumarada dos canhões que Nuno da Cunha chegou á praia, em frente do palacio do Sultão. Aqui era aguardado pelo governador de Diu Nina Ráo, por Xacoes, Coge Sofar e outros grandes da côrte de Guzerate, que lhe deram as boas vindas em nome do seu rei. Devia de ser uma scena impressionante de grandeza, essa do desembarque de Nuno da Cunha. Só quem conhece o porto de Diu, os hábitos luxuosos dos mouros, a exterioridade esplendorosa das suas cerimónias festivas, poderá avaliar o que teria sido essa radiosa e historica manhã de outubro em Diu: e só

fuy ver el-Rey dentro à cidade onde estava aposentado, d'ahy a hum dia ou dous lhe deu a dita fortaleza e se fez o contrato. ¹ Em no-

quem tinha meditado no nosso passado, contemplado o decrepito Castelão, o arruinado Baluarte do Mar e este lindo e hoje deserto Chassi, é que poderá evocar, em toda a a intensidade de uma pungente saudade, êsse dia tão distante e glorioso. Da entrada da barra até ao montante da actual distilatoria formavam as naus e galeões de Nuno da Cunha em duas aparatosas colunas; pouco acima da actual Alfândega era o desembarcadouro; perto ficava o Paço Rial. Pela avenida marginal da praça, na praia de Gogolâ, nos cômodos vistosos da antiga cidade, nos terraços da branca casaria dos mouros, se espalhavam os subditos do pussilânime Sultão de Guzerate presenciando num mixto de terror e de admiração essa entrada triunfal do governador português, dêsse terrível *frangui* da Ilha dos Mortos. Os tempos estavam mudados: os rumes escondiam-se pelas vielas de Diu, a formidável artilharia turca emudecia perante os canhões portugueses, os diplomatas de Bahadur tremiam de medo ante a invasão dos mogóis. Nuno da Cunha apresentou-se vestido á espanhol — calças inteiras ricas, sapatos de veludo, saio preto até aos joelhos, com mangas cortadas, tomados os golpes com pontas e botões de pedraria e os braços tirados pelos golpes do saio, por dentro uma coura de sêda guarneida de ouro, aos ombros um rico colar esmaltado. Ia armado de espada e adarga: os talabartes eram de ouro; na mão levava um precioso bastão. Os de Diu admiravam-se de que fosse aquêlê o homem que tinham visto em Chaúl transportado por uma azemola e amparado a um moço de esporas. Se então tinham dito que não seria aquêlê inválido o português destinado a tomar Diu, agora a desilusão era completa, porque, na verdade, era *hum dos grandes e formosos homens de Portugal, em pondo os olhos nelle, quem o não conhecera, logo o julgara por quem era, e certo que em tudo parecia digno do cargo que representava* (Couto). Bahadur aguardava em palácio a visita de Nuno da Cunha, dissimulando o pezar com que o considerava. Estava deitado em rico cataló, coberto com o pano bordado a ouro e rodeado dos seus pagens e homens de côrte; cumprimentou o governador e presenteou-o com uma rica cabaia, que por suas proprias mãos lhe vestiu: era a maior honra que lhe podia dispensar, diz Gaspar Corrêa; agradeceu-lhe a forma por que o governador satisfizera o seu pedido de socorro immediato e repetiu o que dissera a Martim Afonso de Souza. Recolheu-se em seguida Nuno da Cunha á sua náu, e só no dia seguinte desembarcou alojando-se na Torre da Barra aonde se ratificaram as primeiras convenções que foram solenemente assinadas no dia 25 de outubro de 1535. Data de então a posse official do extremo *E* da Ilha de Din, tomada pelos portuguezes — um dos capitulos mais interessantes da Historia de Diu.

¹ Houve quem dissesse que o autor dêste comentário, Simão Botelho, é o mesmo que levou o grande Camilo a escrever o seu belo livro *Amor de Perdição*. Não é, nem podia ser. Esse outro Simão Botelho veio para a India degredado, em 1807; veja-se o artigo do sr. Ismael Gracias—*O heroe do «Amor de Perdição» em Goa*—nesta revista V, 261. E' possível que sejam ambos da mesma familia (Corrêa Botelho).

- Contrato de 25 de Out. de 1535. me de deos amen. Saybão quantos este estromento de contrato e concerto virem, que no ano de nacimiento de noso senhor Jhesum Christo de j.b. xxxb anos, aos vinte cinco dias do mês de outubro, na cidade de dio, no baluarte da terra ¹, onde está aposentado nuno da Cunha capitam gerall guovernador da India, e sendo ele presente, e asy xacoes, embaxador que ffoy del Rey do guzarate, em seu nome, loguo pelo dito xacoes foy dito que ele o ano passado assentara em nome do dito Rey do guzarate, seu senhor, pazes com o dito guovernador e lhe concedera baçaim e suas terras, com as crausolas e condições declaradas em contrato, que ele como procurador do dito Rey de guzarate seu senhor, e com todo seu poder abastante, pera yso fysera com ele guovernador: segundo mais largamente se contem em o dito contrato, cujo teor de verbo a verbo he o seguinte; o quall contrato se nom trellada aquy, por nom ser necessario, e por hir trelladado no titulo de baçaim. E loguo pelo dito xacoes ffoy dito que o dito Rey do guzarate, seu senhor, por mais acrescentar na amisade del Rey de portugual, era contente d'oje pera todo o sempre daar e conceder ao dito guovernador pera o dito Rey de portugual seu senhor hua fortaleza em a cidade de dio, com as crausolas e condições conteudas em huns apontamentos com que simão ferreira per mandado do dito guovernador e com seu poder veyo ao dito Rey do guzarate e feez com o dito Rey, as quoaes são as seguintes. Item o soltão badur he contente de dar a el Rey de portugual hua fortaleza em dio ², em qualquer lugar que o guovernador nuno da cunha quiser, da banda dos baluartes do maar e da terra, da grandura que lhe bem parecer; e asy o baluarte do maar. E asy ha por bem
- Pazes de 1534. Baçaim.
- Por amisade a Portugal.
- Uma fortaleza em Diu.
- Clausulas do contrato.
- Lugar para Fortalezs.
- Bal. do mar.

¹ A chamada Torre da Barra.

² Deve intender-se por lugar para uma fortaleza em Diu.

Confirmar-se a cessão de Baçaim.	de lhe daar e confirmar baçaim com todas suas terras e tenadeiras, rendas e direitos, asy como lhe tem dado per contrato, o quoa ffez com ele sobre as pazes. E com condição que
Náus de Méca para Diu.	todas as naos de mequa, que per virtude do dito contrato das pazes erão obriguadas a hir a baçaim, que ho nom sejam, e venhão a dio, asy como dantes vinhão, nem lhes seja ffeyto
Ou para Baçaim.	força alguma; e querendo alguma per sua vontade lla hir, ho poderaa ffazer se quizer; e asy o farão todas as naaos de todas as partes, que yrão e virão para onde quizerem; e porém
Cartazes para navegação.	todas nauegararám com cartazes huas e outras. E com condição que elRey de portugal
Direitos e rendas de Diu.	nom teraa em dio nhuns direitos nem rendas, que só a dita fortaleza e balurtes; e todos os direitos, rendas e jurdição da gente da terra será do dito soltão badur. E com condição
Caválos de Ormuz e Arábia.	que todos os caualos de urmuz e d'arabia, que per o dito contrato das pazes erão obriguados a vir a baçaim, venhão a dio, e ahy
Direitos a Portugal.	paguarão os direitos a elRey de portugal, segundo costume de guoa; e nom os comprando elRey, os mercadores que os trouxerem os poderão levar pera onde quiserem. E com
Cavalos vindos do estreito.	condição que todos os caualos, que vierem do estreito pera dentro, nom paguem direitos, e sejam fforros. E com condição que elRey de portugal, nem o gouernador da India per seu mandado, nom mandaraa ffazer guerra,
Cláusulas de proteção.	nem dano no estreito, nem nos lugares d'arabia, nem se tomaraa naao de presa nhua e todos nauegarão seguramente; e porem aven-
Excluidos os rumes e turcos.	do no estreito, ou em outra parte, armada de rumes e turquos, poderão ir pelejar com ela e destroylla. E com condição que elRey de
Cláusula de aliança.	portugal e o soltão badur serão amigos d'amiguos e imiguos d'imiguos, e o gouernador, em nome delRey de portugal, ajudaraa ao soldão badur com todo o que poder por
Contra a conversão dos mouros; e vice-versa.	maar e por terra, e asy elRey a ele, quando comprir com sua gente e armadas. E com condição que querendo-se faser alguuns mouros da terra do soltão badur cristãos, que o

Cláusula de ex- tradição.	governador o nom consinta: e asy ele nom consintíraa faserse nhum cristão mouro; e que passandose a sua terra algua pessoa ou pessoas que deva dinheiro, ou tenha fazenda del Rey de portugual, que ele os mande entregar, e outro tanto faraa o dito governador, se para os portugueses passar algun omem que tenha fazenda ou deva dinheiro ao soltão badur; com os quoaes capitolos e condições o dito xacoes dise que o dito Rey, per sua livre vontade e como dito he, dava a dita fortaleza ao dito governador em nome delRey de portugual, seu senhor, e desde oje pera todo sempre desestia de toda posse e dominio que, em o luguar onde se a dita fortaleza ffizese, tinha, e o avia por entregue ao dito guovernador pera dele ffazer como de cousa propria do dito Rey de portugual, seu senhor; o qual luguar loguo pelo dito guernador com o Rao medina ¹ , capitam da cidade de dio, ffez demarcado; e asynado per mandado do dito Rey do guzarate, seu senhor, desestia de toda posse e dominio que no dito baluarte do maar tinha, e como dito he o avia por entregue ao dito guovernador, pera dele ffazer como de cousa propria do dito Rey de portugual; e asy mais dise o dito xacoes que o dito Rey do guzarate dava mais ao dito governador pera el Rey de portugual as duas fortalezas conteudas em o contrato primeiro que se ffes sobre baçaim, que se chamão aceyra e corja ² , que estão antre as terras do dito baçaim e as dos reyzbutos, aos quoaes lhe ora dava com todos seos direitos, terras e pertenças, pera todo o sempre; e que elle guovernador em nome delRey de portuquall, seu senhor, posa mandar tomar pose d'ellas, e as entregar aos capitaens que ordenar, e ffazer d'ellas o que quiser, como
Cessão do lugar para fortaleza.	
Entrega.	
Demarcação.	
Entrega do bal. do mar.	
Cessão das fortalezas de Aceira e Corja.	

¹ Deve ser o Nina Rão, governador de Diu.

² Provavelmente Asserim e Caranja, — veja-se Dr. Gerson da Cunha, *Chaul and Bassein*, 201-206.

Ratificação do tratado de Baçaim. cousa do dito Rey de portugual, por quanto elle Rey do guzarate desistia de toda pose e dominio que nas ditas ffortalezas tinha, e avia todo por entregue ao dito guovernador, como dito he: com os quoaes apontamentos e ora-solas acima decraradas o dito xacoes, em nome do dito Rey do guzarate, seu senhor, dise havia por confirmado e raticado o dito contrato primeiro, e dava as ditas terras de baçaim e ffortalezas, e a dita ffortaleza em dio, e baluarte do maar com tall decração, que as condiçoens do primeiro contrato, que se mudarão ora para estes apontamentos, que o dito Rey ffez com simão ferreira, se cumprão inteiramente da maneira que se contém nos ditos apontamentos, e não como estava no primeiro contrato; e em todo o mays he contente, o outro se guoarde sem duvida alguma, como se n'elle contem; e o dito guovernador em nome dellRey de portugual, seu senhor, aceytou todo o que acima he decrarado, e prometeo de asy inteiramente se conprir e guoardar pelo dito Rey de portugual, seu senhor, por elle guovernador, e por todos os capitães, guovernadores, que ao diante nestas partes fforem, e o dito xacoes, em nome do dito Rey do guzarate, dise aceytava e concedia todo o sobredito; e que o dito Rey do guzarate asynará este contrato, pera mais ffirmeza e ffee de como o ha por bem, e se obriga ao conprir inteiramente do que a sua parte toqua; e por ffirmeza e segurança de todo, quizerão que se ffizesse este contrato asinado pelo dito Rey. do guzarate e pelo dito guovernador, dos quoaes se ffizerão dous pera cada hum ter seu: testemunhas que fforão presentes garcia de saa e pero de farya ¹ o

Aceitação.

Assina o Sultão.

E o guovernador.

Em duas vias.

Garcia de Sá.

Pero de Faria.

¹ Pero ou Pedro de Faria era *homem caualleiro e bom fidalgo* (G. Corrêa— *Lendas*, III, 160). E' autor da carta a el-rei sobre estar acabada a fortaleza de Diu, existente na Torre do Tombo (C. Cronológico, p. 1^a, m. 59, doc. 105) e publicada por Herculano de Moura nesta revista, II, 278-289. Foi capitão de Goa em 1526, partidário de Lopo Vaz contra Pero Mascarenhas.

Fernão Rodrigues C. Branco.

Coja Percolim. Marcos Fernandes.

João da Costa.

Contrato de 27 de março de 1537.

Nuno da Cunha

symão ferreira e fernão rodriguez de castelo branco, ouvidor geral da India; e coja percolim mouro parsis ¹, e marcos fernandes, que servião de linguas; e decrararão todo o sobre-dito; dioguo soarez o ffez no dito dia, mês e ano atras dito. E eu João da Costa, secretario da India, que a todo o sobredito ffuy presente e este ffiz escreuer e soescreuy no dito dia e asyney com as testemunhas acima ditas ²:

Trellado do contrato que o guoernador nuno da cunha assentou com nizamamede ³ sobre canbaya ffeyto na ffortaleza de dio ⁴. Em nome de hum so Deos todo poderoso, criador de todas as cousas, amen. Saybão quantos este estromento de contrato e asento de pazes virem que no ano do nascimento do nosso senhor Jhesum Christo de mil e quinhentos e trinta e sete anos, aos vinte e sete dias do mês de março do dito ano, em esta fortaleza e cidade de dio nas pousadas do muito magnificuo senhor, nuno da cunha, do conselho delRei noso senhor, veador de sua ffazenda, capitam gerall e guoernador da India, estando sua senhoria ahy,

¹ Era um mercador pèrsa, que vivia em Goa, muito honrado e leal. Garcia da Orta chama-lhe rico mercador e *bom letrado*, — *Coloquios*, 26). Também conhecido por Percoli e Perquili.

² Está no *Tombo do Estado da India*, fl. 180 v. Também publicado na *Collecção de Tratados que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores da Asia e Africa Oriental*, por J. F. Judice Biker (1881-1887), I, 66-71.

³ Lê-se em Felner, *Subsidios*, 224: «Por morte do dito soltão badur ficou na quinta de melique, qué he hua legoa de dio, hum mirma-medezamon moguor, qua decendia dos reis de moguores, o qual se desavio com os Reis dos moguores, que era seu cunhado, per nome Umaym, pelo que se deitou com o soltan badur, e tinha algua gente, de que era capitão; e tanto que soltan badur foy morto, se quiz aleuantar por rei do guzerate e ffez um contrato com o guoernador nuno da Cunha...».

⁴ Está no citado *T. do Estado da India*, a fls. 182 a 182 v.. Pode-se também ver na citada *Col. de Tratados*, de Biker, I, 71, a cópia dèste contrato, tirada duma folha solta do *Corpo Cronológico* da T. do Tombo (p. 1.ª, maço 28, doc. 73), que não é tão perfeita. Vamos, porém, acompanhando o precioso *Tombo* de Simão Botelho.

Coje Afizamo.	e bem asy estando presente coje afizano em-
Imiza Mamede	baixador de Imiza mamede zamon, e em pre-
Zamon.	sença de mim João da costa, secretario, e das
João da Costa.	testemunhas adeante nomeadas, loguo pelo di-
Mira Mamede	to embaixador foy dito que mira mamede zam-
Zamon.	mon, seu senhor, se achava neste Reyno de
Após a morte	canbaya ao tempo que se acontecera a morte
de Badur.	avia Rey delle, com esse fundamento se viera
Quinta de Meli-	à quinta de Melique ¹ onde ora estava pera
que.	d'ahi pedir a sua senhoria que de nouo fizesse
Pedindo paz.	pazes com elle pera sempre, poys a sempre
	ouera antre os corações e portuguezes pera
	que com sua paaz e fauor d'ally se fazer Rei
	do dito Reyno do guzerate, pois ele era filho
Sultão Bade	do sultão bade muza zamon Reey dos coraçõ-
Muza Zamon.	nes e de tão antigo sangue de Reys; e que
	por iso asy ser, sua senhoria avia d'aver por
Moedas.	bem que as siquas ² das moedas corressem em
	seu nome per todo o Reyno do guzerate, asy
	em dio como nos outros lugares que forem
	delRey de portugal no dito Reyno, e que nos
Tratamento.	alcorçõens o chamassem nome de Rey do Gu-
	zerate, asy como se chamava o sultão badur
	em seu tempo, e mais que sua senhoria avia
	d'aver por bem que asy como fasia no tempo
	do sultão badur, quando aquy traziam os
Cavalos.	mercadores caualos a vender, que asy os tra-
	gão aguora e que lhos nom defendão; e que
Armas.	as armas que trouxessem pera se venderem,
	que vendendolhas que lhe não vão a mão, e
Lascãres.	lhas deixem comprar; e que todos los lascarins
	que forem do sultão badur, que estão no Rei-
	no do guzerate e bandeis dele, querendo se
	hir pera ele, que posão fazer de sua liure

¹ A quinta de Melique Yaz (ou horta, como hoje lhe chamariamos) não era em Diu, mas no continente a 9 kilometros de Gogolá, na visinha povoação de Delvada, a que os nossos cronistas chamavam Novanaguer. Barros diz: «veio El-Rei dormir a Novanagur, quinta de Melique, que está cinco milhas de Dio» (Dec. IV, p. II, 349).

² Talvez o antigo *siclo* dos povos da Asia Menor.

Outorga.	vontade; as quoaes condições acima pedidas pelo dito embaixador o dito senhor guovernador dise que lha prazia e lhas outorgava, pelos poderes que tinha delRei nosso senhor, com tall condição, que o dito niza mamede zamon, dandolhe deos canbaya pacifiqua, avia por bem que elRei de portngall tivesse per sy e pera todos os que delle decendessem, d'oje
Porto de Mangalore.	pera todo senpre, o porto na cidade de mangualor, todos os direitos, rendas ou jurdição-com dous couces e meo ao rendor d'elle d'ahy
Ilha de Chalaguão.	te a ilha de bate chalaguão, com todolos portos do maar e lugares que ha na dita costa, e
Limites.	asy dous cocés e meo ¹ da banda do maar pera dentro da terra firme, desde o dito man, gualor te a Ilha de chalaguão com suas rendas e jurdição e gente, asy e pela maneira que as teve e pesoya o soldão badur; e mais lhe auia d'outorguar totalas terras de damão, a
Damão.	saber, o mesmo lugar de damão, te as terras de baçaim com totalas terras e pragnanás
Baçaim.	asy como estão, com toda jurdição e gente e
Praganás.	rendas asy e da maneira que temos as terras de baçaim, assy como as pessoya o soltão badur e seus tanadares, e quoaento á moeda, ser
Tanadâres mouros.	chapada de sua sêta, pois já lhe concedia, que
Convenção monotária.	todo o proveito serya del Rey de portogual, como soya a ser dos Reis dos guzerates, e ysto nas terras que nós tiuermos em canbaya e a nós quizermos bater. ²

(Continúa)

Diu, junho de 1914.

JERÓNIMO QUADROS.

¹ Uma légua e um quarto (nota de Felner).² Esta clausula lê-se também em Couto—*Decadas* V, Lv. I, cap. VII: «Que as moedas todas, que corresseem nas cidades, que forão do Reyno de Cambaya, que fosse da jurdição d'El-Rey de Portugal, e na Ilha de Dio, fossem cunhados com os cunhos e marca d'elle Mir Mahamede Zaman» (nota de Felner).

TESTAMENTO

Do Dr. Pedro da Silva e Alva

(1760)

É a um tempo disposição de ultima vontade, autobiografia com bem curiosos incidentes de familia e valioso elemento para a historia indo-portugueza o testamento que em seguida publicamos, conforme o seu registo existente no *Livro Azul* 1.º, do archivo da Relação de Goa:

Seja comigo a Santissima Trindade.

Saibão quantos este publico instrumento de cedula do testamento virem que sendo no anno de nascimento de Nosso Senhor JEsus Xpto. de mil setecentos e sessenta aos vinte e cinco dias do mez de Novembro do dito anno nesta cidade de Goa, junto a egreja freguezia de S. Aleixo della, em minhas casas e da minha morada, estando eu o Dor. Pedro da Silva e Alva convalescente de huma doença e em meu juizo perfeito e entendimento que Deos Nosso Snor. foi servido dar-me, vendo-me ja entrado em idade e não sabendo o dia e hora em que o dito Snor. seja servido chamarme para sy, nem o tempo que terei, determinei fazer este meu testamento e disposição da minha nltima vontade, o qual faço, e ordeno pella maneira seguinte:

Sendo Deus servido levar-me para si na India, antes de partir para o reino como determino, esperando o meu des-

pacho da grandeza de S. Mage. que Deus guarde, primeiramente declaro que sou christão baptisado; e como tal em Deus todo poderoso, e na Santissima Trindade creyo firmemente em tudo que crê e ensina Santa Madre Igreja de Roma e nesta fé vivi sempre e espere morrer e salvar-me pelos merecimentos de meu Senhor Jesus Xpto.

Neste tal caso se morrer na India mando que meu corpo vestido em meu habito de secular, e depois envolto no meu habito de Terceiro de S. Francisco que sou a muitos annos, e assim seja metido em huma caixa de pao forrada de pano preto por fora, e por dentro e seja levado á Igreja dos Religiosos de Santo Agost. desta côrte de Goa e nella seja posto em huma eça na forma doestilo datterra edaley novissima que o ordêna seja huma tarimba com hum degrao pequeno em cima em que caiba a caixa da Imagem do Santo Christo acabaceira com duas tochas acesas equatro nos lados da eça e na dita Igreja no diado meu falecinto. se me fação hum officio denove lições decorpo prezente sendo horas e se não faça-se no segte. pelos Religiosos domesmo convto. deque se lhe deen de esmola com xerafins, fora o benece de huma vela demeyo arratel a cada Religioso e de arratel aos Reverendos Prelados e Definidores, edirá a missa hum dos Prelados pelo qual se lhe dará deesmola sinco xes. e aos Rdos. Diacono e Subdiacono tres xes. a cada hum e pla cova, que será na dita igreja onde ordenar o Reverendo Padre Prior do Convento se lhe dem de esmola outros cem xes.: Ponha-se na minha sepultura huma tampa de pedra preta e com este letreiro—Aqy jaz o corpo do Doutor Pedro da Siva e Alva que foy natural de Lisboa no Reino e faleceu em tantos de tal, mez de tal, anno, pede hum Padre nosso e huma Ave Maria pela sua alma aos fieis que lerem este letreiro—e allem do custo desta tampa se dem de esmola á Igra. cincoenta xes., em atenção de ficar a sepultura com a dta. tampa, e no dia do meu falecinto. todos os Religiosos do Convto. e do collegio digão Missa pla. minha alma de esmola de hum xerafim a cada hum.

Ao Reverendo Parocho da minha frega. de Santo Aleixo mando se dem cincoenta xes de seu direito parochial, e deixo á confraria de N. S. da vida quinze xes. por uma vez somente para se fazer um frontal quotidiano e huma alampada de latão de Capella das minhas casas, a qual ja mandara servir no altar da Snora, nos domingos e dias santos pr. se ter furtado a que tinha, e outros quinze xes. pa. outro frontal quotidiano no altar do Santissimo Sacramento.

Declaro que sendo de quatorze annos de idade me

offereceo huma das suas filhas para cazar com ella, Manoel Pegado de Carvalho e perguntando-lhe com que dote, me disse que a mãe velha chamada Dona Felicia Antonia Pegado de Carvalho pertencia de huma capella que rendia seiscentos mil reis por ano, e que esta lhe dotava tirando-a do poder do Dor. Anto. Pegado de Lima, seu primo, q. injustamente a retinha, e não a tirando a dotava com doze mil cruzados em dinheiro de contado e com a merce do habito de Xpo. com quarenta mil reys da tença por anno, e dizendo-lhe eu fizesse escritura do dote referido, e que feita ella se trataria o casamento, sendo-me o dito dote primeiro entregue, com engano, e cautela notoria alcançando fiança a banhos do prelado ordinario de Lisboa me entrou em casa hum dia pela manhã mto. cedo com pessoas de grande respeito, e hindo ter comigo todos á cama aonde estava deitado me começaram a reprehender com grande . . ¹ dizendo-me que a noiva estava esperando na Igra. por mim, e eu mto. descansado na cama e respondendo-lhe que sem a escritura de dote, e sem a entrega delle não cazava, nem dõutra sorte tinha dado consentimto pa. tal casamento, me seguraram todos, com o mesmo engano que o pay da noiva satisfaria a tudo sem falta alguma e que o não desacreditasse, sendo pessoa de distincção estando ja sua fa. na Igreja pa. se receber comigo, e eu como rapaz estive por este engano e fuy com elles fazer o do. recebimto, declarando porém que se me não pagasse o dote, logo lhe mandaria a filha pa. sua casa.

Seguiu-se a isto continuar no mesmo engano per sy epelos mesmos valedores; porem constando-me que tinha repartido com licença que pa. isso alcançou dolosamente. a merce do habito, e a tença com outras duas filhas suas, a saber dando-lhes vinte e oito mil reis de terça a sua fa. Donna Joana ea merce de habito com doze mil reis de tença asua fa. D. Maria que ambas depois dotou e meteo Religiosas no Mostro. de Santa Clara de Lisboa com outras mais filhas suas, tomando pareceres dos maiores Letrados que então havia na côrte a lancei fora deminha casa ea mandei pa. a sua ada. sua fa. que tinha recebido pr. mulher, eme lembra que os pareceres dos Letrados se fundavão nos DD. da primeira opinião, assim Canonistas como Legistas, e entre elles nas doutrinas de

¹ Imperceptível. O mesmo tudo quanto vae em reticencias.

Bart e que erão Surd. de aliment, no 7 qe. 17 no. 1o. et 2o., cum multis seqq, Sanch. de matrim. Lo. 1o., disput. 5a. no. 2o. et no. 11 o Pe. Rebell, deobligat. just. 2a. paree, lib. 5o.º de contract. dotal. qe. la. Sect. 54, no. 29 Gomes. inLeg 5o. Taur. no. 31 e Fontanel-depact. nupt. lib. 2o. claus 5a., glos 2o. pe. 3a. no. 19, et 20.

Os quaes DD. eu todos examinei e vi pessoalmte primeiro da expulsão por ser já formado naqla. tempo suposto que passou ha quarenta annos pouco mais ou menos; ao que mais accresceo as destruições q. na minha caza fazia ada. minha mulher tirando della quanto podia para mandar pa. caza de seus pays osquaes vendo aminha resolução, usaram de maxima cantela, que admitem, com pouca razão esem justo fundamento de Dito. os Juizes Ecclesiasticos do Ordinario da Corte de Lisboa, intentando, em nome de sua fa. pa. conseguir divorcio e alimtos. causa de sevicias, na qual me imputarão varias testemunhas provadas com testemunhos falsos, mulheres, seus familiares e obrigados, de que eu não fiz caso algum, por não querer mais trato com tal molher nem com seus pays ou parentes, e nos termos referidos, nem ella tinha acção pa. me pedir ahmtos. nem os Juizes Ecclesiasticos lhos podião julgar nem comigo teve mais continuação de bens.

Não se contendendo os ditos seus pais com as industrias referidas, ou não lhes parecendo mto. seguras, hindo eu despachado pa. a Provincia de Traz dos Montes, e levando comigo hum filho deste matrimonio chamado Filipe e deixando hum filha deste matrimonio, chamada Antonia em hum Recolhimento por ser de pequena idade, conseguirão furtala e mettela com a may por hum Decreto Real no Mosteiro de Santa Clara de Lisboa, aonde eu por evitar demandas e trato com tal gente, concorri sempre com a sustentação de minha filha que sustentava a mãy, mas não por alimentos dados a mãy; e com effeito por minha fazenda dotey a dita minha filha e lhe concorri abundantemente com todo o neceso. pa. entrar Religiosa no do. Mostro. donde professou, e como os dos. dois fos. são meus herdos. em suas legitimas porém com as declaraçoens q. agora farey, com ellas por tais os declaro; declarando porem em primro. lugar que o divorcio com a mãy ha mais de quarenta annos foy julgado, e nunca foy minha tenção tornar no consorcio e tão bem não tem ella, ainda q. fosse viva acquisição em meus bens, q. adquiri no tpo. do divorcio, nem se fosse viva a posse de cabeça do casal, por não estar ao tpo. de meu falecimto. theuda e mantheuda por mim na mesma caza na forma da ley do Reino e

conforme a ella me fica livre toda a disposição que faço de meus bens a respeito do divorcio como da falta do dote que os pays me não satisfizerão por cuja razão e as mais que digo a lancei fora de minha caza.

Declaro que o dito meu filho vindo comigo pa. este Esto. pa. servir nelle plo. militar a instancias de meu irmão o Rdo. Pe. Fr. Mel. da Luz, Religio. e Provl. Absoluto da Religião de S. Ago., tomou o habito nella e nella professou, porem foy julgada a profissão nulla por snça. canonica que passou em causa julgada havida a sua instancia ainda q. mto. contra a minha vontade, e assim como meu filho legitimo na sua legitima he meu herdeiro e a sentença da nullide. de profissão se achará entre os meus papeis e ainda que eu tinha justas causas pa. o desherdar e suposto que as mais graves calo pr. modestia, comtudo declarey outras menos graves que favorecião a desherdação, andando procurando decretos pa. a minha restituição ao Rno. com falta de minha reputação e prejuizo da minha vida e dissipando-me totalte. os meus bens e fзда., ajustado com a sua mãy que então vivia e parentes della contra o preceito que lhe puz quando foy deste Esto. pa. o Rno., que nem visse a sua mãy, nem a tratasse, nem parente algum della; o qual logo que lá chegou o quebrou hindo-se meter em casa de huma irmã della e similhante desobediencia declarão os DD. por injuria gravissima q. dá logar á desherdação.

Alem disso em dependencia, ou requermt. meu nunca faz acto algum, mandando-o pa. o Rno. tão bem pa. este efeito com largas meçadas, além do gasto da viagem em que gastey com elle quatro mil xes., buscando somente os meys de dissipar minha faza. assim nas quantias q. no Rno. gastou e comeo sem minha ordem, como em letras de importantes quantias q. passou sobre mim e aqui na India paguey sem somiss ob.... mais que somte. plo. não desacreditar como consta das das. letras e recibos dos pagamtos. dellas q. se acharão entre os meus papeis o q. deve ter compensação e computação em sua legitima de que o não privo pr. desherdar por compaixão, ainda que elle me não merece.

Assim mesmo declaro que tenho gasto com a minha fa. grave cabedal em seu dote e propinas e mtas. roupas e outros trastes q. lhe mandei deste Esto., porem attendendo ao seu merecimo. so no caso em q. o seu Mostro. queira pr. ella entrar a herdar sua legitima, será obrigado a computar e compensar nella os dos. gastos e despesas q. importão mais de oito mil crusdos., e qdo. não instem nisto, attendendo a q.

o irmão tendo-lhe feito renuncia da merce de habito de Xto. com trinta mil reis de tença com que foy despachado qdo. veio comigo pa. India, a enganou e fez desistir da renuncia assim do habito coma da tença que vendeo e comeo o dinhro. e seria facil reduzirse a sessenta mil reis pr. anno p. Sua Mage. vendo que estava Religiosa professa e com maior razão tendo tido com ella a attenção de a querer dotar para ser religiosa do dito Mostro. na consideração de que apra. nau em q. me tinha mandado pa. este Esto, naufragura com toda a gente q. vinha nella, pr. todos estes respeitos mando q. no melhor parado dos meus bens se lhe fação effectivos os dtos. sessenta mil reis por anno emqto. ella for viva, e acabara este legado por sua morte tornando o principal desta tença pa. os meus bens.

Declaro mais que, cobradas todas as minhas dividas com o mais com que me acho athe o presente, poderey ter em cabedal de oitenta athe cem mil xes. os quaes computo na forma seguinte:

Deve-me o Marquez de Louriçal per sy e como herdeiro do defunto seu pay o Marquez de Louriçal D. Luis de Mes. e seu avô o conde de Eriera. D. Francisco de Mesa ao prezte. trinta mil xerafins, a saber dez mil xes. pr. hum escripto feito em Lxa. na nota do Tabelião Mel. de Passos de Carvalho. a juro de seis e hum quarto pr. cento e cinco mil xes. que emprestei na India tão bem ao sor. Marquez de Louriçal, seu pay, a ganhos de seis e um quarto por cento a que tão bem todos se obrigarão p. escritra. feita em Lxa. na nota do Tabelião João de Rego Meyrelly, na qual juntando-se a quantia da primeira escriptra. fizerão a importancia de doze mil cruzos. plo. dinhro. do Reino, os quaes com os gaos feita a conta plo. contor. do juizo da Provedoria-mor dos defuntos a onde remetty os bens da herança existentes no casal do seu testamento. Mancel Soares Velho junta a quantia dos principaes com os qes. fizeram liquida a dta. quantia de trinta mil xes. em que entrão mais dusentos noventa e quatro xerafins quatro tangas trinta e dois reis como consta de folha de conta assinada plo. dto. snor. que está em meu poder a propria e tão bem as escriptas. deq. se tirarão as copias que estão em juizo nos autos donde emanou a minha execução e arrematação.

Declaro mais que o dto. Marquez de Louriçal D. Luis de Mes. me ficou mais devendo a quantia de cinco mil duztos. noventa e quatro xens. quatro tangas trinta e dois reis q. satisfiz por elle pr. huma soma de folhas das couzas que

levou arrematadas pa. o serviço q. forão do Exmo. e Rmo. D. fr. Eugenio de Trigos. Arcebispo Primaz deste Esto, os qes. se venderão em leilão pla. Sta. Casa de Misericordia e eu paguey de que tenho quitação do fiel da Misericordia Pascoal de Sá, passada no primro. de junho de mil setecentos quarenta e dous, e a mais quanta. de dinhro. q. lhe emprestei em rupias de terra, moedas de ouro do Rno. e dobrões do Rno. e suppto. que demandando por esta divida apertadamente. seu segundo testamnro. Mel. Soares Velho se declarou que abonava no libelo q. abonava dous pagmtos. feitos pr. conta desta divida, hum a quantia de dous mil xes e outro da quantia de mil dtos., pedindo-se pr. resto do principal della a quantia de dous mil duztos. noventa e quatro xes. duas tangas desasete reis de que sahiu liquido com os gos. a quantia de dous mil outocentos setenta e dous xes. duas tangas e desasete reis, e a quantia de cinco mil outocentos cessenta e cinco reis de custas, comtudo neste libello houve erro do testamenteiro Manuel Soares Vello tais pagmtos...

.... nem por minha ordem as pessoas a quem os mandey fazer, nem tais recibos se mostrarão e portanto se me está devendo toda esta divida com os ganhos á razão de nove por cento como se julgou por snça. e só nella abono hum pagamento que recebi por juizo quando este não tenha contradicção alguma e como consta de autos a elles me refiro.

Declaro mais que o Marques de Lourical falecido e seu pay e tão bem seu avô, pelos mtos. credores que tinha e a sua casa, recorreo ao indulto de moratoria pa. lhes não pagar durando o tpo. della e a pedir administrador e com effeito se lhe nomeou o dezor. Igno. da Costa Quintella que por ser mais amigo da sua conveniencia, que da sua consciencia, se ajuntou com os parentes da reconta da minha mer. e fabricando hum certidão falsa de hum escrivão do Ecclesiastico do Rno. chamado Anto. de Queiros Carra. em que falsate. attestou terme citado pa. execução de alimtos. q. se lhe tinham julgados no Ecclesiastico pa. elles juiz incompetente e só juiz competente o secular na melhor opinião dos D. D. que o não julgaria pa. q. lesto dito e tenho noticia que lhe concorreo com algumas parcellas as quaes eu não abono, nem abonei nunca, e mande que se lhe não leve em conta em quantia alguma por serem feitas contra direito em minha injuria e prejuizo sabendo mto. bem o do. Marquez de Lourical e o tal seu Administrador todas estas circunstan. e q. eu nunca dei nem devia dar taes alimtos., e tendo-me consignado neste Esto. pa. meu pagamto. os bens que ficarão do Marq.

defunto seu pay que estavam em poder de seus testamentos. além da mora commetida por elle na moratoria q. alcançou em cujos termos deve perder as taes parcelas e fazem por sua conta, e não pella minha, principalmente não ter apellado desta sença. e consentir nella. como resolvem os DD. e referem julgado. vias nosso Rno. Senat. Portug. demuner. judic. orphn. tomo. 1.º liv. 40. cap. 10. no. 100 et seqq. et tom. 20. liv. 80. cap. 89 no. 84 et seqq., aonde citão infinitos DD. entre os quaes optimê eresp. de val. tom. 20. observat. 94 no. 14 et 32. valens tom. 10. cons. 63 no. 500. v. et 51

Declaro mais que o v. Provincial da China me está devendo mtas. parcelas de dinho. q. tem em seu poder por seus procuradores as qes. importa ao tpo. prezte, quinze mil xes. ainda descontados os ganhos q. injustamente pretende de mim providas da quantia de huma fiança de tres mil xes. que lhe tinha feito por Carlos Vaz Sirne Bacellar ou Carlos Luis de Castro do Rio Sirne Bacellar, que de hum e outro nome usou, que morou e faleceu em Damão, sendo que, não obstante ter pago o devedor originário em sua vida, esta dívida ao Pronçal da China eu depozitei ha annos no deposito do juizo de civil desta corte osdos. tres mil xes. de principal pa. não vencerem gos. tanto que a Pronça. tem sentença contra mim que espero revogada na instancia de revista q. tenho pedido da dta. sença, e as mais parcelas que fazem o computo da dívida q. digo, humas já estão julgadas e as outras pa. se julgarem em causas pendentes que se achão em poder dos ministros ha tempo largo e julgadas que sejam a meu favor plas provas que tenho feito nellas mando que se cobrem.

Declaro mais que sendo aqui Procor. Gl. da v. Pronça da China o Rdo. Pe. Anto. Pires tambem aqui faleceu, buscou pessoas de grande autorde. e ministros com os quaes me persuadio a comporme com a v. Provincia da China em todas estas causas e dividas e vendo eu q. nem sempre se julgão as causas com justiça, principalte. sendo nellas partes as Religiões e mto mais as dos Pes. da Compa. de Jesus, e pa. evitar inimisades com os interventores e me livrar de demandas em que sempre os letrados tem pouca fortuna e buscar meu socego com effeito admitti transacção amigavel composição dando-nos pr. pagos e satisfeitos só promettendo eu que por esmola lhe daria mil xes., que são treztoz. mil réis e em dinro. do Rno., porem que lhos daria qdo. podesse e quizesse sem ganhos alguns, ou em minha vida ou pr. minha mór-

te meus herdeiros de que se fez copia da escriptura da transacção e amigavel composição uma que ficou em meu poder aonde está, e outra em poder do do. Pe. Procor. Anto. Pires q. pr. falecer instataneamte. não chegou a redusir-se a assento nem them. plos. successos. desta Religião; porem quero que tenha logar e se redusa a efeito pr. não faltar a minha palavra e quando a Pronça. da China se melhore não o contradizendo se celebre a dita escriptra chegando ella a melhora-meto. e quando por isso não estejam os Prelados dela mando que as causas corraão seos termos e se execute como se julgarem.

Declaro mais que eu tenho executado a Aldea Magravora e seus rendimtos. sita no districto de Damão a Manoel de Barros de Mes. e sua mer. e herdros. D. Anna Pereira de Sampayo como herdeiros de seu pay e sogro Manoel de Barros que foy herdeiro do defuncto devedor originario Carlos Luis de Castro do Rio Sirne Bacelar, assim por tres mil xes. do principal desta divida q. depositey como pla. importancia dos gos. e custas desta quantia principal e esta exm. está correndo no juizo do civil desta Corte pa. ser habilitada a mer. e herdeiros do do. Manoel de Barros de Menezes. D. Anna Pereira de Sampayo, e habilitada com ella correr a causa seus termos q. haja hoje passa de dez mil xes., mando se continue a da. causa pa. them. continuar a exm. pa. o q. espero tão bem a decisão de hum recurso que tenho interposto no Rno. a S. Mage. que Ds. Ge. da Mensa do Paço da Rm. da India e von mandar desembargar a Carta Patente da Renovação desta Aldea feita a da. D. Anna Pera. de Sampayo vva. e herdra. de defuncto seu marido Manoel de Barros de Mes.

Declaro mais q. sendo opinião comua de todos os D. Drs. q. o fiador e principal pagador deve ser pago nos bens do devedor origino. inteiramte. sendo pa. isto favorecido por padecer com a molestia alhea com tudo o contrario experimentey nas snças. da Rellação desta Corte e do juizo do civil aonde se deram contra mim com outros procedimentos pouco justos e pouco curiais que espero se revoguem todos na instancia de Revista que levo destas snças. pa. a Corte do Reino Lisboa e pa. justificação da minha queixa tenho pr. licito transcrever aquy as palavras de Fonatnel tom. 2o. de no. 23 et 24 ibi:

Quae omnia tanto magis procedere debent et admitti in fideiussori, cum ipse ut communiter diximus alieno laborent morbo ob quod veniam meretur melius(?) quae est tratandus. Quae

ista ratio ob quam fide jussoribus favetur propentius quam debitori principal prout tradit Hermg De fide juss. Cap. 27 n.º 2 et cum seqq. et eod. lit. Cap. 27. p. 5.º n.º 27. Additur quod fide jussor. non habet causam lucrativam sed certa de d mno vitando et ideo favorabiliores debent esse judices erga eos e etca.

Declaro mais que Alvaro Pinbro. da Camara me ficou devendo mais de tres mil xes. e buscados os meus papeis se acharão clarezas disto e como falecendo de vida prezte. sem me pagar me deixou pr. seu testamento e fui tutor de huma fa. sua menor que deixou chamada D. Ignez Prestelo de Aragão e Athayde aqual pr. sua morte metti recolhida no Recolhmto. de Nossa Snra. de Serra desta Cide. de Goa, e a sustentei emqto. viveo e a sua mãy Monica do Roço. q. estava com ella e a sua familia que tinha dentro e fora do dto. Recolhmto. e por falecer nelle sendo menor e sem estado a fiz enterrar na Igreja da See com a decencia devida fazendo os gastos do enterro e dando contas desta tutella se me ficou devendo a quantia de mil e setenta xes. huma tanga e vinte e dous réis pella qual se me passou mdo. executivo para se pagar em seos bens plo. juiz dos orphãos q. então era da gente branca Manoel Roiz Chaves sobscrito pello Es-
crm. Manoel Mendes Thomas com data de 4 de fevro. de 1752 annos q. está em meu poder e nem esta quantia e nem a dos tres mil xes. cobrey em Razão de que Monica do Ro-
zario, May e herdeira de sua fa. D. Ignez Prestelo, herdra. do defuncto seu Pay renunciou em mim sinco mercês que tinha nomeado em sua fa. o do. seu Pay Alvaro Pinbro. da Camara a saber o officio de Ensayador da caza da moeda desta cidade de Goa e de juiz da alfandega dela e de capm. da Fortaleza de Mormugão e da Feitoria de Damão e da Feitoria de Mosse. por escriptura publica feita nas notas do Tabalião que então era José Henriques segundo a minha lembrança na qual lhe fiz o favor de lhe dar confirmadas as Mcês. em mim metade da alvidração de cada huma não obste. estala ajudando continuamte. pa. seu sustento e remetendo esta escripta. pa. o Rno. pa. haver a confirmação das da. mcês. ao Dor. José da Costa Ribro. com procuração minha e hum credito pa. os gastos, escrevendo-me que ficava entregue de tudo que na monção segte. daria conta deste e doutros. negocios que lhe cometty sendo que não cobrou o credito não obste. ser me mto. obrigdo. teve tão pouco primor comigo que nunca mais me escreveo e por esta razão escrevy ao meu procurador o Rdo. Pe. Mestre Fr. Igco. de S. Ago. cobrasse

dele a dita escritra. e os mais papeis que dos meus negocios lhe tinha cometido e nesta monção me não escreveo sobre isto pr. ficar molesto e qdo. faleça neste Esto. meus testametros. com a resposta delle q. tão bem hé procurar. gl. dos Eremitas de S. Ago. da India de cuja Religião he Relgo. professo mandarão tratar da confirmação das ditas mercês o. que eu farey se for ao Rno. e viver.

Declaro mais que por se escusar da minha procam. o Rdo. Pe. Me. Fr. Igno. de Sto. Ago. pr. suas molestias e occupaçoens religas. fiz por outra procuração meu procr. a meu cunhado Migl. de Gouvea Provedor do Assentamto. dos contos e Casa Real do Rno. e lhe remetti a escritura de renuncia destas mercês referidas para no Rno. alcançar efeito dellas em mim com tudo o necessario para esta dependencia e como a dta. Monica do Roso. he falecida de vida prezte. fica sem efeito o favor que lhe fazia da porção de cada huma das mercês e pertencendo-me a mim como credor della, da defunta sua fa. e do defunto Alvaro Pinho. da Camara, pae da dita sua fa.

Declaro mais que pa. minhas dependencias no Rno. pedi hum credito ao Rdo. Inquisidor Anto. de Amaral Coutto. e não obste. ser meu devor., o não passou sem lhe fazer hum obrigação de divida de quatro mil seis centos e tantos xes. e a necesse. me obrigou a fazer-lhe a da. obrigm. porem deste credito que passou Anto. Querim de Linde, mor. em Lxa. se não aproveitou meu pror. o do. Rdo. Pe. Me. Fr. Igno. de Sto. Ago. como bem me avisou em repetidas monçoens porem se tiver aproveitado se lhe descontara do que dele recebeu o dto. meu Procor. no q. o dto. Rdo. Inquir. Anto. Amaral Coutto. me ficou devendo q. é mto. importante quantia de dinho. plo. ter defendido em todas as suas causas e naquelas em que era procor. de todas as mais pessoas que queria patrocinar por tempo de mais de vinte e cinco annos como sabem todos e prometendo sempre satisfazer-me o q. não fez nem declarou no testamento com que falleceu como tinha feito e declarado no primeiro da sua letra e sinal que com menos primor o revogou antes neste com que fallecen me declarou diretmt. devedor da fa. do credito de que se não tirou cousa alguma athe o presente, como consta das cartas do meu procor. e no caso que seus herdeiros e testamenteiros entendão comigo ou com meus bens sobre a tal obrgm. se allegará todo o referido assim contra a obm. por via de excepção *non numeratae pecuniae* como por via de excepção de compensação de salarios que o dto. rdo. Inquir. Anto.

do Amaral Coutto. ficou devendo dos patrocínios de suas causas e de todas as pessoas. de quem era procor. e protector ao menos a razão de quinhentos xes. pr. anno pelo tpo. de vinte e cinco annos, fazem a importancia de doze mil e quinhentos xs. e os mesmos quinhentos xes. pr. anno levei eu a cada huma das provças de Compa. de JESus sendo seu patrono e ainda mayor quantia a provincia de Japão e a prova. de China e nesta mesma forma me mandava ele pagar no primro. testamto. que revogou e he certo confore. a direito que os salarios se devem aos Advos. D. D. e Juris Consultos ainda não sendo convencionados como bem o aprova com infinitos direitos e DD. Zacelia de Salar. q. 93 per. tat. E isto he ainda não fallando nas causas em q. elle era juiz ou negos. em que votava como Conselhro. no q. tudo eu o socorria como consta de cartas suas da sua letra e sinal que estão em meu poder e sendo necessro. pa. a prova de referido se juntarão.

Declaro mais que o Parcio Matheus Estephanus me está devendo mil quinhentos e tantos xes. ou o q. fôr na verdade pr. cuja quantia alcancei sença. contra elle no Juizo do civil mando q. se cobrem por seus bens com todos gos. e custas acrescidas plo ql. facto se passou Precatorio pa. o Juizo da Proveria. mór dos defuntos pa. se fazer execução nos bens do dto. deor.

Declaro mais que tendo feito meu Pror. no Rno. a Jeronimo Godinho de Niza lhe remetti varias parcellas de importe. dinhro, de q. me não deu contas e só me escreveo que estava citado a meu reqto. pa. a reposição das parcellas de dinhro. que lhe remetti e como seja falecido da vida prezte. mando que a causa pa. efeito da cçbrança continue com seus herdros.

Declaro mais que eu fui testamro. e juntante. com o Rdo. Inquior. Anto. do Amaral Coutto. do Dezor. Sebastião Pra. de Figurdo. q. falleceu neste Esto. porem eu não cobrei bens alguns nem os dei ao inventario senão o Inquior. Anto. do Amaral Coutto. que todos metteo em Ley per si e pelos seus criados mandou vender os dtos. bens e eu por assinei o autto do Invento. e as folhas das vendas dos bens feitas nos leilões de que demos contas em juizo assinadas por nos ambos que se julgarão por sça. e o remanescnte dos bens da testamentaria depositamos no cofre do juizo que era da quantia de mil setecentos sincoenta e sinco xes. quatro tangas e sinco reis como consta da certidão do Escrivão do Invento. Frz. de Andre. que está em meu poder,

passada em 20 de outubro de 1754(?) e não tenho mais obrigm. alguma a dta. testamemtra. senão o dto. rdo. Inquirior. Antonio do Amaral Coutto. e se alguma cousa se deve pr. ella se deve pagar pr. seus bens e de seus herdros....

(Falta aqui uma folha, a do no. 238, começando a folha immediata 239 com algumas linhas cujo nexu se não pode compreender.)

.....
Declaro mais que eu tenho dous creados ambos irmãos charodos hum se chama Bernardo de Crasto e outro Manoel de Crasto os qes. me tem servido com fidelide. e os tenho ajudado e heide ajudar emqto. tiver vida, porém fallecendo deixo a Bernardo quinhentos xes. attendendo ao ter casado e dotado e a Manoel mil xes. hum e outro legado pr. huma vez somte. e se dará mais a cada hum delles hum vestido de luto e tudo mais que lhes tenho dado de vestidos roupas e prata e tbem. a cada hum tres camisas e tres calçoens brancos de pano de Elefante e elles ensinarão todos os meus bens a meus testamenteiros pa. os mesmos efeitos e cumprimto. das minhas disposiçoens.

Declaro mais que Pedro de Aguiar e Souza se valeo sempre de mim pa. o patrocínio nas suas causas e dependencias o que eu fiz de boa vontade pr. ter amise. com elle e reconhecendo q. devia ter atenção comigo pagando-me este trabalho em dinhro. e q. tinha duas causas importantes huma com Fondu Camotim e outra com os herdeiros de Padre Manuel Paulo me pedio que lhas patrocinasse e q. tivesse a bonde. de lhe aceitar dous mil xes. concluidas as das. duas causas e cem xs. pr. anno emqto ellas durassem pa. papel e pagamto. do Escrivão q. a escrevesse as alegaçõens. dellas e eu estive pr. isso e morto elle me assegurarão o mesmo seus fos. e herdos. Franco. Xer. de Aguiar e Vascos. declarando me que o mesmo deixou declarado seu pae no seu livro da Razão e assim continuei no patrocínio das causas e com effeito recebi delles a porção de cem xes. de hum ano e pr. q. com pouca advertencia e primor constituirão as taes causas em outro patrocínio sendo os dtos. dous mil xes. salario de outras causas antecedentes e devem ser obrigados a pagar mos não só por constar o referido das suas cartas que estão em meu poder mas pr. ser isto de direito indubitavel conforme o qual pa. o Patrono vencer os salarios convencionados ou ie-gais *Sufficit quod sit paratus ad hoc ut prestet operas suas*— como em termos terminantes dizem e provão com infinitas Leys e D. D. Zacelia de salarii quest. 52 per tot ubi in pune-

to no. 37 e 38 Landim de Salar. Advocatur quest. 2.^a per tot ubi no. 89 cum Seq.

E como eu pr. minhas molestias não tenho judicialte. proposto a causa contra os referidos devedores a qual é executiva quando a não proponha em minha vida mando que apromponhão meus testamenteiros e herdeiros assim pelos dous mil xes. como pelos cem xes. em razão de que a acção de salarios do advogado e Consultor não tem prescripção pr. ser honorario como dizem os mesmos D. D. e sempre se pode pedir jure actionis quam officio a judicis.

Declaro mais que eu remi uma obrigação de meu Irmão q. Deos tenha o Rdo. Pe. Fr. Manuel da Luz Proval. Absoluto dos Eremitas deste Esto. da quantia de trezoz. e oincoenta xes. q. devia ao Rdo. Inquizor. Anto. do Amaral Coutto. que lhe tomou emprestados sendo actual proval. cuja obrigam está em seu poder e como ficarão seus herdros. os seus religos. e tinha filiação no Collegio de N. Sra. de Populo da da. Religião desta Corte devem pagar esta qa. mando que se desconte nas esmolos que lhe deixar do meu enterro e sepultura que lhe deixo assinadas nas verbas deste meu testamento e espero dos dos religos. q. pr. isso estejam e qdo. pr. isso não estejam demandem pr. esta quantia e meu enterro e sufragios na forma que deixo declarada se fação no convto. de S. Dgos. com as mesmas esmolos e tbem. declaro que o caixão emq. for meu corpo va em hum andor meu e Palanquim levado pr. meus caffres athe a Igreja de ql.quer dos convos. em q. houver de ser enterrado.

Declaro mais que eu cometi escrever me este meu testamento tendo segredo nelle em minha vida a Domingus Frz. natural e mor. na aldeia de S. Mathias chamada Malar por costumar escrever comigo e ser homem de segredo e por este trabalho e ser disso merecedor lhe deixo cem xes. que logo se lhe pagarão do meu cabedal com a mesma pontualidade com que mando que se paguem os salarios que deixo aos meus familiares Bernardo de Crasto e Manuel de Crasto.

Declaro mais q. ha vinte annos pouco mais ou menos q. pr. minha devoção e plo. miseravel estado em que está de moradores esta minha frega. de S. Alxo. aceitei ser Tesoureiro da Confraria de N. Sra. de vida sita na dta. frega. e ser admor. de seus bens guardando tudo com gde. cuido. em minha caza e se asim não fora já não houvera couza alguma e a razão de acceitar este encargo foy por ser Pror. e vigro. gl. deste Arcebisnado de Goa em See Vacante o Rdo. Inquior. Anto.

da Amaral Coutto. q. o servia prometendo me q. me aliviaría delles e os tornaria a tomar tanto que largasse os logares de Provisor e Vigario Gl. porém ao despois não teve pla. promessa e querendo eu desobrigar-me delles o não pude fazer pr. me pedir que os continuasse com suas virtuosas instancias o Exmo. e Rmo. Sr. Dom Fre Lourenço de Santa Maria então Bispo Primaz de Goa e da India e hoje Dignissimo Bispo de Algarve, e eu tenho feito com mais cuido. do que da minha caza sendo perpetuo guarda da Igreja.

Declaro mais que o do. Inquizor. Anto. do Amaral Coutto. com o mais cuido. de seus bens do que dos da Confra. sendo seu thesouro. deu o cabedal della a pessoas que erão seus devedores, como forão mil treztos. xes. a Giraldo Correa de Azavedo Bacellar a ganhos de oito por cento por escritra. passada em sete de março de mil setecentos quarenta e três a qual esta em juizo em causa pendente, trezeos. xs. a Alvaro Pinheiro da Camara a ganhos de oito pr. cento por escritura passada a dezoito de setembro de mil setecentos quarenta e tres que está no juizo da moeda, duzetos. e dez xes. a Donna Maria Tenreiros de Almeida e posta esta quantia em exm. no juizo do civil feita a conta do principal e ganhos pelo contador do juizo em seis de março de mil setecentos quarenta e oito importou o liquido delle trezentos vinte e oito xes. huma tanga e trinta e seis reis e a quantia do principal em doze dabríl de mil setecentos quarenta e hum e este he cabedal da confraria.

Declaro mais que ao Rdo. Inquizidor Anto. do Amaral Coutto de derão da confraria dous mil xes. a ganhos de sete por cento em dezanove de Fevro. de mil setecentos sincoenta e tres e feita a ultima conta em vinte e sete de março de mil setecentos e sincoenta e tres pa. se dar a visitação sahiu nella em dinhro. liquido mais que a quantia de dous mil trezentos quarenta e hum xes. quatro tangas e vinte e oito reis o q. tudo se abonou em Menza daquelle tempo athe o presente se não tornou a fazer nem Meza nem contas assim por serem falecidos a mayor pe. dos Irmãos como por tão bem ser falecido o Pe. Carlos de Sequeira que fazia estas contas por comissão da Menza por saber os estillos das contas das confrarias ainda que nas desta confraria se acharão posteriorte. erros graves.

Declaro mais que fazendo-se lista das despezas desde o ano de mil setecentos sincoenta e tres athe o anno mil setecentos sincoenta e oito da confraria separadamente pr. cada hum anno sahe o seguinte:

No anno 1753 a quantia de treztos. e oito xes. no anno de 1754 a qta. de treztos e onze xes. tres tangas e sincoenta reis. No anno de 1755 a quantia de treztos. dez xes. tres tangas. No anno de 1756 a qta. de duztos. oitenta e oito xes. quatro tangas e sincoenta reis. No anno de 1757 a qta. de cento sessenta e quatro xes. huma tanga e vintesete reis e mo. No anno de 1758 de seis mezes desde primo. de junho the o fim de Novo. de mil setecentos cincoenta e oito a qta. de mil quatrocentos oitenta xes. tres tangas e sete reis e mo. a ql. descontada da quantia dos dous mil trezentos quarenta e hum xes. quatro tangas e vinte e oito reis fica liquido de resto a qta. de outocentos sessenta e hum xes. uma tanga e vinte reis e mo. na qual se hande descontar as despezas que se tem feito desde o tempo da lista athe o prete. e se hão de continuar emquanto eu assim as vou fazendo em beneficio da confr. da Igra.

Declaro mais que parecendo convte. que o q. fosse da fabrica da Igra. se administrasse pelo Thesoro. da Confra. de Na. Sa. da vida não poude tudo em isto conseguir-se em razão do que os pes. vigario Braz Gomes e Cosme Damião de Menezes se metterão de posse do Livro da Fabrica e da sua cobrança e como os Exos. e Rmos. Arcebispos Primazes desta Corte e Esto. estiverão por isto de que coube na minha administração se fizerão as despezas seguintes de que se fez lista no mesmo dia desaoito de novro. de mil setecentos sincoenta e oito. No anno de 1753 a qta. de cem xes. tres tangas e quinze réis. No anno de 1754 a qta. de cento setenta e quatro xes. quatro tangas e desoito réis. No anno de 1755 a qta. de cento e sessenta e tres xes. e trinta reis. No anno de 1756 a qta. de outenta e dous xes. duas tgas. e dous reis. No anno de 1757 a qta. de setenta e sete xes. quatro tgas. No anno de 1758 a qta. de outenta e hum xes. tres tgas. e cincoenta e sete reis e mo. Importam todas estas despezas por junto a qta. de seiscentos e oitenta xes. tres tgas. e doze reis e mo. aqual abatida no mais que lhe pertencer e constar dos documentos que estão em meu poder mando se lhe entregue e se eu ficar seu credor mando que se cobre.

Declaro mais que desejando alliviar-me destas administraçoens o não tenho podido fazer pr. falta de pessoas aqm. se comettão e se não tiver este allivio em minha vida mando q. pr. meu fallecimto. se entreguem a Confa. da Fabrica da Igra. os bens que lhe pertencem e constão dos livros do Invt. e contas destas despezas e receitas e tambem o liquido em dinhro. q. lhe pertencer que esteja em meu poder e pella

grande devoção que tenho a Nossa Sra. de qm. me confesso seu escravo cobrado todo o meu cabedal se ficar credor da cofra. lhe deixo tudo o de q. o ficar e allem disso mais a qta. de mil xes. e quinhentos xes. para a fabrica da Igra. com declaração q. no q. respta. ao q. deixo a Confra. se entende estando em tudo pla. verde. das minhas contas e declaraçoens e no q. respta. aos quinhentos xes. que deixo a fabrica da Igra. com declaração q. a fabrica não andara no Pe. q. for vigo. se não na mesma Confra. e seu Admor. e se lhe tirara do poder delle o livro da fabrica não se lhe consentindo que elle a cobre e coma em prejuizo da Igra. e doutra sorte não deixo o legado de quinhentos xes. a fabrica e assim o tenho pr. serviço de Deus e conveniencia da Igra.

Para dar execução a este meu testamento e todas minhas disposiçoens falecendo na India nomeyo por meus testamenteiros em primeiro lugar o meu filho o Reverendo Dor, Felippe Pegado da Sylva e Alva Prothonotario Apostolico de Sua Santidade e juiz da legacia e quanto a elle se entende será sempre meu primeiro testamento. em qualquer pte. aonde eu faleça e falecendo na India nomeyo mais por meus testamenteiros ao Rto. Padre Fr. Ignacio de Sta Rita Relgo. dos eremitas de Santo Ago. desta Corte e quando algum delles faleça antes de mim ou não aceyte a testamentra. nomeyo em seu lugar a Luis Peres e Pedro Roiz ambos contadores da matricula gl. deste Esto. cazados com duas afilhadas minhas e tão bem nomeyo pa. meus testamros. aos meus dous creados Bernardo de Crasto e Manoel de Crasto q. sabem de todos os meus bens pa. nomearem e declararem aos mais testamros e pella confiança que tenho da fidelide. com que me tem servido ha bastantes annos.

Declaro mais que por meus serviços tenho pedo. remuneração a Sa. Mgde, que Deos Gde. por ser notorio que sendo V. Rey destes Estados o Conde de Sandomil e tendo o marata e o Bonsulo ocupado allem da Provincia do Norte todas as provas de Bardez e Salsete e mta. pte. das Ilhas de Goa estando tudo amotinado e a cide. de Goa toda desemparrada dos moradores e as religas. do Mostro. de Santa Monica tendo largado o mosteiro e estando na fortaleza de Mormugão e as recolhidas do Recolhimto. da Serra e as convertidas fora dos Recolhmto. se me deu pte. que estavam os inimigos recolhidos em caza do Gentio Fondú Camotim preparados tanto os q. ja estavam como os q. havião de vir naquella dia que na noite delle haviam de tomar e arrazar a cidade de Goa principalte. os Conventos dos religos. e o tri-

bunal do Santo Officio, paguei esta denuncia que se me fez por um novo christão com men dinho. e eu com os meus cafres q. então tinha mtos. e com algumas pessoas que avisei e hum captm. da ordenança com a sua compa. fui cercar a caza do gentio logo, e avisei ao conde de Sandomil V. Rey de todo o referido pa. que acudisse a esta invasão e prendesse segurate. o Gentio que se devia terem os inimigos feito Rau de Goa e de suas provas. anexas que é o mesmo que V. Rey ou Captm. General, e com efeito vindo o Conde V. Rey ao logar a onde eu estava no cerco das cazas com a compa. de sua guarda se evitou este tumulto prenderão o tal gentio com outros e não poderão prender os que estavam para tal invasão por terem fugido pelas janelas das cazas do gentio e pelos muros do palmar delle peitando pa. isto os soldados de compa. de ordenança e o seu capm. que chamavão Matias Franco. Pinto, porém entrando-se na caza do gentio se lhe acharão as armas q. tinham pa. conseguirem esta ruina e mtas. ribanas que são trombetas e se evitou esta total ruina e o novo cristão que me delatou esta sillada se chamava Diogo Coutto que o mayor proveito que teve della foi morrer prezo na caza da polvora por industria do gentio q. com o seu dinhro. pr. ser mto. rico em outro governo e doutro V. Rey conseguiu elle e os mais gentios serem soltos da fortaleza de Mormugão a onde estavam prezos e o pobre novo christão delator ser prezo na caza da polvora onde morreu.

Tanto foy isto do proveito do serviço delRey N. Sr. e a conservação que no logar em q. estava o Conde de Sandomil V. Rey no campo em q. estavam as cazas do gentio Fondu Camotim e era certa a destruição imaginada q. achando-me eu no mesmo logar vieram Theatinos da Religião de S. Caeto. pr. ordem do seu Pe. Preposito Dom Carlos José Fidelli dar-me pte. que virão das janellas do seu Convento virem varios baloens com os inimigos e se vinhão juntar com os outros e q. da terra forão avisados pr. outros gentios que se fossem logo pr. quanto já estava descoberta a invasão e cercada a caza do gentio Fondu aonde os outros estavam pa. q. eu o dissesse ao Conde V. Rey e dando lhe conta do referido ouvio aos Padres e se inteirou de todo o referido e querendo o dito Conde V. Rey ir na mesma occasião depois de se dar busca na caza e fazerem-se as prisoens e tomadias das armas e Ribanas pa. a Ilha de Cumbarjua instei com elle q. tal não fizesse por ser possivel q. os inimigos que tinham vindo e fugido nos baloens o estivessem esperando e assim se averiguou e mostrou ser certo.

Declaro mais que satisfeitas todas as minhas disposições e legados ficando me cabedal pa. isso na minha terça falecendo na India instituo uma capella no fundo de cinco mil xes. na Igra. do Convto. aonde meu corpo for enterrado, dizendo missa quotidiana pr. minha alma e de meu Pay e parentes de sangue e esta missa quotidiana com a esmola della dira o Rdo. Pe. Prior do Convto. o em que meu corpo for enterrado e them. haverão o beneficio das missas desta Capella as almas das pessoas aqm. sou obrigado e mando mais que se me tome Bullas de defunto q. caibão na esmolla de trinta xes. q. se dara por ellas.

E por este modo hei por acabado este meu testamto. e ultima vontade. que quero falecendo na India se cumpra e guarde como nelle se conthem e valha como testamto. cerrado ou aberto codicillo ou ad pias causas et inter liberos como melhor logar tenha em direito e peço a todas as justicas o faça cumprir executar inteiramente. como nella se conthem e no caso q. va pa. Rno. disporey como melhor me parecer porem revogo todos o testamentos. q. antes deste tenho feito. e só este quero que valha com as clausulas declaradas nelle, e por verdade de tudo e estar ainda com alguma fraqueza pa. escrever pr. minha mão roguey a Domingos Fernandes morador na aldea de Mallar de São Mathias q. o fizesse e assinasse comigo no mesmo dia vinte e cinco do mez de Novro. deste dito anno de mil setecentos e sessenta e eu dito Dos. Frz. o escrevy por mandado do dito testador q. depois de escrito e antes de assinado o leo e achou feito como o tinha ditado e era sua ultima vontade e esta escrito em nove folhas de papel com esta em que hade principiar a aprovação. Goa dito dia e era. Domingos Fernandes. Pedro da Silva e Alva.

Segue a aprovação e registo.

O fez escrever.

Pe. (?) Francisco Henriques (?)

Bernardo de Castro (que levou devolvido)—

Pangim.

José Julio da Costa.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

ISTORI DE

Sinhora Violete e Senhor Brion

(Continuação da pg. 142)

53. Ne testa já rosá
Per este macebo ensiná
Babá, ouro de meu alma,
Tem certo que alcançá.
54. Cum este fato nuntem certeza
Babá sua pai par me lô *cosiá* ¹
Babá si tem um bom mestre
Ne *gudan* de casa ficá.
55. Este macebo ovi este
Per este mestre já abarçá
Si este fato tem certeza
Cincoventa cent lô pagá. ²

¹ Aconselhára-se de mim.

² Pagará 50 cents, meia rupia.

56. Sai de casa deste mestre
Macebo está passá
Chegá perto de porta
Cum cuidado este entrá.
57. Huma e outra, este papiá,
Deste macebo sua passo
Agora, senhor Brion
Muito forte ne nossa rua.
58. Chegá caza de visinho
Per quem eu vi per visitá ¹
Tambem perguntava saude
E tudo mais como está.
59. Eu tinha hum pôco serviço
*Videaque*l nuco chegá ²
Que nem dedia tem descanço
Que meu *baas* ³ mandá chomá.
60. Respodi logo te ví
Fazê mercê, babá, santá
Depós de tomá sacégo
Hum pôco instrumento tocá.
61. Per hum pôco pasado
Nonha ne porta já vi santá
Este mesmo tirá *chape* ⁴
Nonha irgué já fazê misura.
62. Huma per outro pruntá saude,
«Minha nonha, como está»
Eu tem saude, senhor, per servi
Que obrigado logo ficá.
63. Senhor passa ne meu porta
Meu casa nunca chegá
Per *vide* eu tem coitado ⁵
*Videaque*l par mi injusta.

¹ Eu vim visitar.

² Porisso não chego.

³ O meu superior manda-me chamar.

⁴ Este tirou o chapéu, descobriu-se.

⁵ Sou infeliz por toda a vida.

64. Si eu tem aquel ditoso
Ne meu porta pará santá
Nuvé para outro nada
Que cadhora podê confiá.
65. Logo grita par bicho ¹
Cadeira China mandá tomá
Trizê *alfada* que anda igreja ²
Sinhor Brion par santa.
66. Nona grita par môço
Acá pressa mandá chomá
Par trizê dois *churôto* ³
E sua inteiro casa pedi andá.
67. Grandi casa logo andá
Cheróso room ⁴ ja olhá
Gostoso carna muito gostá
Ala poco hora ja pará.
68. Nonha grita para môço
Agô te mandá quentá ⁵
Par banhá sinhor Brion
Ne *basia* mandá *botá* ⁶
69. Nonha fallá per môço
Fare de Japan ⁷ mandá tirá
Si já cavá per banhá
Agô-rosa mandá brufá ⁸
70. Este mésmo como trazido
Vira, vira curtezia ⁹
Si meu nonha tem serviço
Já tem hora de meu partida.

¹ Pelo criado.

² Traz-me almofada que levo á egreja.

³ Dois charutos.

⁴ Quartos cheirosos

⁵ Manda aquecer agua.

⁶ Deitar na bacia.

⁷ Jarra do Japão.

⁸ Mandou borrifar.

⁹ De vês emquando fez cortezia.

71. Este nonha respostava
Fazê mercê, babá santá
Si tempo tem *uscuro* ¹
Tem *escrabo* para levá largá. ²
72. Si tempo tem uscuro
Duvidade nemistê ficá
Eu tem bastanto escrabo
Cum *flamboat* logo levá. ³
73. Tem ordinado *deidade* ⁴
Que tarde fora nan ficá
Pela pancada de nove hora,
Per meu caza mistá andá.
74. Eu tem mesmo *baas* sua *nek* ⁵
Meu baas sua *venkel* eu ficá. ⁶
Eu tem baas, sua man direita ⁷
Que todo visitador eu lô corta ⁸
75. Cadhum minuto ne venkel
Meu baas fica *trublado* ⁹
Todo intêro serviço cavá
Baas fallá despós casa anda.
76. Até chave de dinheiro
Ne meu man te entregá
Quando eu nuntem ne venkel
Elle nuntem per fazê gasto.
77. Per pancada de nove hora
Per escrabo logo grita
Agor mésmo *sandê* flamboat ¹⁰
Per senhor piquino levá largá.

¹ Se o tempo está escuro.

² Tenho escravos ou criados para o acompanhar.

³ Levando consigo *flambeau*.

⁴ É ordem dos velhos.

⁵ Sou como a cabeça do dirêtor.

⁶ Fico na loja como chefe.

⁷ Mão direita do dirêtor.

⁸ Tenho de responder a todas as visitas.

⁹ Atrapalhado.

¹⁰ Acenda o *flanabeau*.

78. Levá com bom cuidado
Ata caza sinhor fazê chegá
Olha *vossos* sua caza ¹
Que rogá eu mandá chomá.
79. Avisá para sinhor sua mãi
Nonha sua recado mandá dá
Nunco ficá duvidado ²
Fallá que nonha já fallá.
80. Oljá sinhor, oljá sinhoria ³
Este que querê dizê
Macebo ne sua amizade
Tanto longe já procedê.
81. Agor pôco andá fora
Sempre tem dentro de casa
Muito forsa visté cabaia
Já largá curto saia.
82. Mãi de filha olja este
Batê, batê, cumsa chorá
Si senhor grande javi savê ⁴
Entêro bondade lô cavá.
83. Entêro bondade lô cavá,
Fato de casa lô quebrá ⁵
Já cavá todo amizade
Astanto tempo que já mostrá ⁶.
84. Sinhor grande mandá pruntá
Minha filha que faltá
Fazê agor quanto tempo
Que para nonha nuco oljá.

¹ Vós outros a sua casa.

² Não tenha duvida.

³ Olhem todos, senhores e senhoras.

⁴ Viér a saber.

⁵ Quebraria a mobilia da casa.

⁶ Tanto tempo mostrára, ou tivéra.

85. Mãi de filha escolhé
Para mãi de casa este fallá
Nonha piquinino um devote ¹
Videaquel nuco chegá ².
86. Vide aquel nuco chegá
Parque nonha tem doente
Sua corpo num tem saude
Para andá fóra nuntem contente. ³
87. Senhor grande já oví isto
Muito irado já ficá
Si minha filha tem doente
Parque par mi nuco avisá.
88. Andá, avisá per mãi de filha
Que senhor grande manda, falá
Si meu filha tem doente
Que mandá aca lô curá.
89. Mãi de filha mandá recado
Per senhor grande mandá fallá
Nonha tem com dôr de olho
Que lume numpodê oljá. ⁴
90. Senhor grande já ovi isto
Batê peito cumsá churá.
Já cavá todo alegria
Que de mêdo eu já tomá.
91. Já grita per mãi de casa
Minha filha mande trizê
Si minha filha tem duvente
Ne minha *braso dessá* murrê ⁵.
92. Que fazê cum este riquêza
Ne mundo que só ficá
Si curá per minha filha
Mais que mil logo pagá.

¹ Tem-se tornado devota.

² Por isso não chega.

³ Não se sente com prazer para andar fóra.

⁴ Não pode ver a luz.

⁵ Deixe morrer nos meus braços.

93. Mãi de casa ovi este
Per senhor mandá fallá
Dessá trizê filha ne casa
Dotor Janse logo curá.
94. Mãi de casa ovi este
Entrá em *camlur* e oljá. ¹
Nonha, ouro de minha alma,
Nossa bondade já cavá.
95. Mãi de casa ovi isto
Entrá ne camber per oljá
Nonha tem *tomado-bariga* ²
Hum alfada já abarçá. ³
96. Nonha, ouro da minha alma,
Que dôdice já fazê
Si senhor grande javi sabê
Todo de casa lô *punhá*. ⁴
97. Mãi de caza dando pranto
Nonha sua papá já abersá
Babá, ouro de meu alma,
Que dôdice agor está.
98. Mãi de casa já abersá
Per mãi cum filha este falá
Si podê fazê passá calado ⁵
Até está podê discargá ⁶.
99. Mãi de casa levá recado
Cum senhor grande está fallá
Nonha piquino tem doente de olho
Mestre Brion podê curá.

¹ Entrou no quarto e viu.

² A menina está grávida.

³ Envolveu numa almofada.

⁴ Esmurrará toda a casa.

⁵ Se puder passar sem publicar.

⁶ Até que esta se desembrace.

100. Senhor grande ovi este
Nihum modo ninquerê entendê
Si meu fiha tem duente
Ne meu casa dessá murrê.
101. Si meu filha tem duente
Dessá trizê ne meu casa
Si tem hora de sua morte
Dessa murrê ne meu casa.
102. Agor mesmo tomá correta
Per meu filha andá trizê
Mi ella num podê marchá
Dessê ne correta e cortá ¹.
103. Logo mesmo gritá per bichos
Sombrero grande mandá tomá
Si meu filha santá correta
Lume de sol nuca tocá ².
104. Mãi de casa ovi isto
Nuca sabê que lô fallá ³
Como vérga esta trimi
Garganta sua já sêca ficá ⁴.
105. Senhor grande ovi este
Cum mãi de casa pruntá
Que meu filha tem doente
Cum vossa oljo si je olhá.
106. Mãi de casa agor fallá
Cum senhor grandi pedi perdam
Nonha tem tomado bariga
Videaquel nuca chegá ⁵

¹ Deixe no trem e transporte.

² Não se deve sentir a luz do sol.

³ Não sobe o que responder.

⁴ Tornou-se seca a sua garganta, isto é, não pode falar.

⁵ Porisso não se lhe aproxime.

107. Senhor grandi ovi isto
Rumpê camisa e chorá
Já cavá todo meu *folgança* ¹
Neste mundo que tomá.
108. Eu já criá para meu filha
Ne meu peito muito ardê
Cum este maldade nova
Meu cabeça está perdê.
109. Logo chomá per escrabo
Cum *bottle* de whisky ²
E copo de grande de agua
Tomá, tomá até num senti.
110. Aquel par despos ordiná
Sinhor grande com muito dôr
Mandá levá fato ne horta
Dá per filha de *mandôr*. ³
111. Quando fato tem ne casa
Eu lô achá muito cuidado
Quando que eu lembrá
Eu lô ficá muito *bafado*. ⁴
112. Quando tirá fato de caza
Todo gentes este oljá
Já cavá todo bondade
Nonha Violete já dá.
113. Nonha Violete sua perdiçam
Todo gentes já vi fallá
Sinhor grande senti piedade
Cincoenta dinheiro já mandá.
114. Sinhor grande ordiná
Porta fora mandá andá
Si ti ovi mal ne cidade
Cum *chabuca* lô *chabucá*. ⁵

¹ Alegria.

² Com garrafa de whisky.

³ Mocadão.

⁴ Muito agitado.

⁵ Com chibata o castigará.

115. Este nova já dissê ne rua ¹
Muita vergonha lô ficá
Fortuna com perseguiçan
Vintura namais achá.
116. Nonha Violeta fóra nan andá
Com dor ne cama ficá
Alhum mezes já cavá
Gente per ella nan oljá.
117. Mãi de casa oljá isto
Muito vergonhoso lô fihá
Batê sua cabeça muito
Churá todo o dia churá.
118. Mãi de casa assim fallá
Vergonha hum vez já andá ²
Namais já retorná ³
Desgraça ne casa entrá.
119. Nonha que bon achá
Violeta bunito nome já dá
Agor maldade só ficá
Todo sua corpo já mudá.
120. Agor parmi oque restá,
Mestre Brion nonha levá
Sua vergonha te fazê
E morte par mi ví da.

Raia.

B. C. TAVARES DE MELO.

¹ Foi publicada na rua.

² A vergonha quando uma vês sáe.

³ Nunca mais volta.

VARIA VARIORUM

Bartholomeu Galvão,

continuator de Diogo do Couto

No *L.º das mercês geraes* n.º 1 (segundo a nova numeração) do archivo da Secretaria Geral do Governo, encontramos os seguintes assentamentos:

Fl. 64 v. — *Bertolameu Galvão* — A 2 de dezembro de 1626 houve carta de historiador para continuar com a historia das cousas e sucessos do Estado da India desde o tempo do fallecimento de Diogo de Couto ¹, provendo-o juntamente do cargo de guardamór da Torre do Tombo daquelle Estado que o mesmo Diogo do Couto tinha annexo a esta occupação com o ordenado, proes e percalços que havia com ella e com declaração que para este provimento haver effeito, haverá delle confirmação minha ² no rei-

¹ Falleceu em Goa a 10 de dezembro de 1616.

² As cartas expedidas aqui pelos vice-reis eram-n'o em nome de elrei.

reino, tendo respeito ás partes que concorrem na pessoa do dito Bertolameu Galvão, ás partes que para esta occupação se requerem, por ser bem entendido e pratico nas historias e ter talento e estilo para proseguir esta com satisfação.

Fl. 300 — Por carta feita a 6 de agosto de 1629 houve mercê dos cargos de guarda-mór da Torre do Tombo e chronista do Estado da India para os ter e servir por tempo de tres annos, com o ordenado que lhe estiver assentado e os proes e percalços que lhe directamente pertencerem. ¹

Missionarios de Goa em Ceylão no anno de 1790

Padres: 1 Miguel de Albuquerque — 2 Domingos Monteiro — 3 Gabriel Pacheco — 4 João Vas— 5 Leonardo Ribeiro — 6 Francisco de Paula — 7 Nicolau Rodrigues — 8 João de Mendonça — 9 Thomás de Mesquita — 10 Antonio Francisco — 11 Avelino Lobo — 12 João Barreto — 13 Josaphat Moniz — 14 Joaquim de Monroy — 15 Manoel Xavier — e 16 Luis de Souza. Todos pertencentes á Congregação do Oratorio, de Goa. O 1.º era superior e vigario geral da missão,— o 3.º, 4.º, 5.º e 6.º tinham o grau de magisterio, e os restantes quasi todos philosophos e theologos, que estudaram nas aulas da Congregação. (Carta anua do Pe. Preposito, Gabriel Benedicto, datada de 7 de fevereiro de 1791, —Livro das *monções* n.º 172, fl. 85).

O padre Josaphat Moniz falleceu na viagem de Goa para Ceylão, já proximo a chegar (L.º das *monções* n.º 173, fl. 41 v.).

¹ Veja se a carta do vice-rei Conde de Linhares á Córte, de 22 de dezembro de 1629 (L.º das *monções* n.º 13) publicada no *Boletim Official* n.º 189 de 1884. pag. 756, e o artigo *da Torre do Tombo da India*, de J. M. do Carmo Nazareth, n'esta revista, V, 127.

Primeiros administradores de concelho em Goa

Segundo o primeiro Código administrativo, de 31 de dezembro de 1836, que foi declarado em execução n'este Estado pelo governador Barão de Sabroso em portaria de 31 de janeiro de 1838, o administrador de concelho era escolhido pelo governo sobre lista quintupla feita por eleição directa e pela mesma forma da eleição camararia, e devia servir por 2 annos, podendo ser reeleito. D'essa lista devia ser tambem nomeado o substituto do administrador.

Os primeiros que nestes termos foram nomeados pelo referido governador, em 24 de Setembro de 1838, administradores de concelho e seus substitutos, foram:

Concelho das Ilhas—Administrador, José Maria dos Remedios—Substituto, Bras Antonio Gonsalves.

Salsete—Administrador, Francisco Salvador Gomes—Substituto, Ignacio Francisco da Conceição Rodrigues.

Bardex—Administrador, Joaquim Francisco Lopes—Substituto, Constancio Benjamin Antonio de Souza.

Tratados entre Portugal e a Inglaterra

Das declarações feitas á Camara dos deputados, em sessão de 15 de março de 1912, pelo sr. dr. Augusto de Vasconcellos, ao tempo presidente do ministerio e ministro dos estrangeiros, recortamos os seguintes trechos conforme o relato publicado no *Diário de Noticias*, n.º 17.509 de 7 de agosto corrente:

«Fala-se sempre muito e felismente na nossa aliança com a Inglaterra. Poucos, porém, conhecem o que sejam os nossos antigos tratados de aliança com a

Inglaterra, tratados que, desde os fins do seculo XIV (1373, 1386) até aos nossos dias, teem sido sempre todos reconhecidos e acatados por essa poderosa e leal potencia. E porque, apesar de quasi todos publicados, sejam particularmente em Portugal pouco conhecidos, permitir-me-ha a Camara que eu lhe exponha tão rapida e resumidamente quanto possivel, as clausulas que figuram nesses tratados e que num breve ensaio de codificação fiz coligir logo que tomei conta da gerencia da minha pasta.

Baseados desde ha seis seculos nos mesmos interesses e na mesma situação internacional, os diversos tratados anglo-portugueses são, nas suas clausulas essenciais, como que um só tratado. A essas clausulas, ás vezes temporariamente, se tem vindo juntar as que os accidentes historicos de momento impõem, para logo depois se fazerem anacronicas.

O primeiro desses tratados é o de 1373, entre Eduardo, rei de Inglaterra e França, e D. Fernando, rei de Portugal e dos Algarves, e D. Leonor, sua mulher. Seguem-se os de 1386, 1642, 1654, 1660, 1661 e 1703, o tratado de 1615, de Vienna, e as confirmações por notas e mensagens ao Parlamento, nomeadamente as notas do Duque de Palmella (1825 e 1826), a mensagem do rei da Grã-Bretanha ao Parlamento, 1826, as notas de 1828 a 1829, do Marquez de Barbacena e do Conde de Aberdeen, os despachos do Conde de Granville às legações britannicas de Lisboa e Madrid (1873), e a apresentação á Camara dos Lords em dezembro de 1898, pelo governo britannico, dos artigos em vigor dos tratados até 1815. E' evidente que não me refiro, para não cansar a Camara, a varios tratados, que manifestamente são considerados caducos por ambas as nações.

O que conteem os tratados considerados em vigor? As seguintes clausulas, que resultam da citada publicação á Camara dos Lords:

I — Haverá aliança e amizade constante e perpetua entre Portugal e a Grã-Bretanha.

II — A aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha não será derrogada por nenhuma outra aliança ou tratado que celebre qualquer destas duas nações.

III — Nenhuma das partes aliadas se juntará com os inimigos ou emulos da outra parte, nem lhes dará conselho ou auxilio, nem aderirá a qualquer guerra, conselho ou tratado em prejuizo da outra parte.

IV — Cada uma das partes aliadas impedirá os danos, descreditos, vilanias que lhe conste intentarem-se para futuros ataques, avisando completa e immediatamente a outra parte aliada, contra tais maquinações.

V — Nenhuma das partes aliadas receberá ou consentirá os inimigos, rebeldes ou fugitivos da outra nas suas terras, ou conscientemente tolerará que ali sejam recebidos ou consentidos, ou que ali habitem, publica ou occultamente, sob qualquer pretexto.

Exceptuam-se os fugitivos e exilados, não sendo traidores contra a nação de onde fogem, ou que os exilou, ou não sendo suspeitos de procurarem para qualquer das partes aliadas detrimento ou discórdias. Neste caso, sendo uma das partes requerida pela outra, deverá entregar tais pessoas ou expedil-as para fora das suas terras.

VI — Nenhuma das partes aliadas consentirá que nas suas terras inimigos da outra fretem ou obtenham navios que possam empregar-se em prejuizo da outra parte.

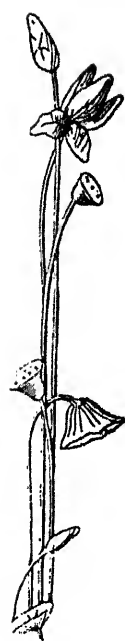
VII — Se as terras duma das partes aliadas forem ofendidas ou invadidas por inimigos ou emulos, ou estes tentarem, maquinarem ou parecerem por qualquer modo proximo a offendê-las ou invadi-las, deverá a outra parte, quando para isso solicitada, envi-

ar auxilio de homens, de armas, navios, etc., para defesa dos territorios na Europa da parte atacada ou em outros quaisquer dominios desta, contra que se preparem invasões.

VIII — Se quaisquer conquistas ou colonias, duma das partes aliadas, forem ofendidas, ou invadidas por inimigos, ou estes tentarem, imaginarem ou parecerem por qualquer modo proximos a offendê-las, deverá a outra parte, quando para isso solicitada, enviar auxilio de homens, de armas, navios, etc., para defesa dessas colonias ou para a sua recuperação quando perdidas.

IX — Se Espanha ou França quizerem fazer a guerra a Portugal nos seus territorios do continente da Europa ou nos outros dominios, a Grã Bretanha interporá os seus officios para que se conserva a paz, e não conseguindo «enviará tropas e navios» que combatam por Portugal.

Tais são as disposições que ligam desde seculos a poderosa e nobre nação britanica ao modesto, mas valoroso e leal paiz de Portugal. Não temos nem de um momento a outro poderemos crear nem numerosos exercitos, nem formidaveis esquadras; temos, porém, escalonados pelo mundo fora excelentes pontos de apoio e portos de abrigo para qualquer esquadra, correndo-nos o dever, a que não faltaremos, de os fortificar convenientemente, de os valorisar em termos que a nossa situação como potencia mundial seja tudo o que possa e deva ser, sem pretensões megalomanicas, mas igualmente sem debilidades, que requeiram mais amparo que colaboração. Para manter dignamente a nossa situação no mundo internacional temos que contar como um valor que se soma, e não como um resto que se abandona.»



O ORIENTE PORTUGUEZ

II.º ANNO. 1914

N.ºs 9 e 10

— Setembro e Outubro —



ALGUNS MEDICOS ANTIGOS DE GOA

1797-1839



ANTES do estabelecimento da Escola medico-cirurgica de Goa (5 de novembro de 1842), os diplomas de *medico* ou *physico* e de *cirurgião*, ou de *medico e cirurgião* simultaneamente, eram conferidos, como os de advogado, pelos vice-reis ou governadores em nome de el-rei, vindo dahi para os concessionários o titulo de *medicos* ou *cirurgiões por Sua Magestade*. Taes diplomas eram expedidos pela Secretaria Geral onde ficavam registados.

Pelas mesmas circumstancias que, relativamente aos antigos advogados, expuzemos a pag. 159, sentimos immensa dificuldade em ordenar uma relação completa desses medicos e cirurgiões. A seguir damos, porém, a que pudemos, após

laboriosas iinvestigações, organizar, unicamente do periodo decorrido desde 1797 até 1839, e mesmo essa deve ser incompleta. ¹

Terminamos em 1839 que foi o ultimo anno de taes concessões e tambem o mais fecundo, como logo á primeira vista se observa na lista que segue. Um *tibiquoque* liberalissimo que teve as suas horas de amargura, mas rematou por um *bill* de indemnidade de que beneficiaram todos os *medicos* e *cirurgiões* por *Sua Magestade*, existentes em 1843. As portarias provinciaes de 23 de fevereiro, 31 de março e 6 e 13 de junho, a ordem do exercito e o edital do physico-mor dr. Matheus Cesario Rodrigues Moacho, de 5 de abril, e as portarias ministeriaes de 22 de maio e 30 de agosto do referido anno ², compoem esse interessante capitulo da historia medica de Goa, juntamente com o relatorio do mencionado physico-mór que, pouco antes de se crear aquella Escola, resumia o quadro medico local nas seguintes palavras de Hypocrates : — *medici famâ quidem et nomine multi; rē autem et opera valde pauci.* ³

1797 ⁴

Paulo Caetano Alvares, de Majordá—15 novembro.
Vicente José Baptista —cirurgião—30 dezembro.

¹ Foram baldados todos os nossos esforços para obtermos os n.ºs 757 a 760 : (1873) do jornal *O Ultramar*, nos quaes o erudito Luis Xavier Corrêa da Graça publicou uma interessante memoria historica sobre os antigos medicos de Goa. Faz muitos annos que a lêmos e de certo muito aproveitariamos para o presente artigo, tendo-a agora á vista.

² *Boletim do Governo* de 1843, n.ºs 17, 27, 43 e 44, —n.º 28, —n.º 30, —e n.ºs 49 e 64, respectivamente.

³ Veja-se o artigo *Subsídios* para a historia da Escola medico-cirurgica, nesta revista, IV, 480, transcripto quasi todo no 1.º *Anuario* da mesma Escola, com palavras de apreço que agradecemos ao sr. dr. Rodrigo Rodrigues, seu talentoso coordenador.

⁴ Os diplomas são pela maior parte de *physico* ou *medico*; os de *cirurgião* vão com essa designação por extenso, ou com a abreviatura c..

1799

Jeronimo Emiliano Freire de Andrade (europeu?)—c. — 8 fevereiro.

1800

Deodato Francisco Fernandes—c.—13 outubro, renovada em 29 janeiro 1806, declarando-se na respectiva carta que o concessionário era ao tempo cirurgião-ajudante do Regimento de artilharia.

Joaquim Antonio de Mello, da Rachol—21 novembro.

Nicolau Camilo de Melo, da Raia—2 dezembro.

Bernardo Peres da Silva, morador na Piedade—9 dezembro—com salva em 24 novembro 1805.¹

José Torquato Alvares, de Margão—30 dezembro.

1801

Lino Francisco Xavier Collaço, de Rachol—26 março.

1802

Francisco Antonio Pinto—c.—20 Janeiro.

1804

Simão Salvador de Souza—10 de janeiro.

Felix Carlos da Costa, de Parrá,—17 janeiro.

¹ Não encontramos o registo da carta de salva, mas apenas o seu assentamento marginal no L.^o das *mercês geraes* n.^o 49, fl. 175 v.. Na primeira carta se diz que o concessionario foi examinado pelo cirurgião-mór Francisco Manoel Barroso da Silva, e pelo substituto do physico-mór, Eusebio Lourenço de Sequeira. Ora em 1801 havia chegado a Goa o physico-mór Antonio José de Miranda e Almeida, que deu logo principio ao seu curso de medicina (*Boletim Geral de Medicina e Pharmacia*, I, 368, artigo A. *Medicina em Goa nos principios do seculo XIX*). De crêr é, pois, que B. Peres da Silva tivesse frequentado esse curso, feito o respectivo exame e renovado o diploma, visto que dest' arte legalisava melhor a sua situação. Só assim se explica a afirmação de M. V. d'Abreu (*O Governo do Vice-Rei Conde do Rio Pardo*, pag. 157)—que Peres foi discipulo daquelle physico-mór.

Francisco Antonio de Lima, do Chorão—21 janeiro.
 Eugenio Dias, de Taleigão— . março.
 Salvador Rodrigues, de Sirulá—9 março.
 Francisco José Fernandes, de Neurá o grande—c.—17
 abril.
 Antonio Xavier Gonsalves, da Piedade—28 abril.
 Diogo Miguel Mascarenhas, de Calangute—25 maio.
 Antonio José de Carvalho, de Chandor—20 julho.

1805

Francisco Xavier Fernandes, ajudante do cirurgião da Le-
 gião dos voluntarios reaes de Bardez—c.— 3 outubro.
 Antonio Caetano d'Alcantara Rodrigues—18 novembro.
 José Deodato de Carvalho, boticario do Hospital Militar
 de Damão,—19 novembro.

1806

Francisco Antonio Pinto—c.— 20 janeiro.
 José Afonso, de Candolim—16 março.
 Antonio José Pereira, de Santa Cruz—17 maio.
 Lopo José Xavier, de Loutulim— 4 junho.
 Antonio Filippe Pinto, de Ucassaim.
 Francisco Antonio de Menezes, de Macazana,—7 junho.
 Paulo Vicente Affonso, da Piedade,—21 junho.
 Gonzaga Vicente da Fonseca, de Aldoná—20 julho.
 Antonio Francisco Moniz, de Benaulim,—1.º agosto.
 José Thomàs de Mesquita, idem—19 agosto.
 Nicolau Peres, de S. Mathias—25 agosto.
 Remedio Necessidade Valeriano, da Raia—29 agosto.¹
 João Manoel Pereira, ajudante de cirurgia do Regimento de
 artilharia—c.—11 setembro.

¹ Conhecido no seu tempo pelo nome de *padre Remedios*, por andar com batina. Tinha uma *pharmacia* em casa (*botica do padre Remedios*) cuja propriedade passou depois a seu sobrinho Caetano Isidoro Barreto, de Curtorim, *boticario por Sua Magestade* (carta de 28 de abril de 1834), que se estabeleceu em casa de seus tios paternos cujos descendentes vivem na Raia, sendo seu neto por varonia o facultativo sr. Caetano Valeriano Barreto. Veja-se a biographia do *Padre Cosme Camilo Valeriano*, irmão do *padre Remedios*, por José Francisco de Albuquerque, na *Illustração Goana*, n.º 6 de 1865.

Joaquim Thomás Mascarenhas, de Taleigão—14 outubro.
José Gabriel Vás, de Pangim—6 novembro.

1807

José Maria de Sousa, de Aldoná—4 maio.

1808

Marcos de Araujo, de Calapôr—22 junho.
Jeronimo Caetano Deodato do Rosario e Coutinho, de Natchinolá—21 julho.

Caetano Lourenço Osorio Osclopeo (*sic*), de Arossim—c.—27 julho.

João Baptista Gonsalves, da Piedade—18 agosto.

Patricio Francisco Pereira, de Nagoá de Salsete—30 agosto.

1809

José Caetano Machado, de Taleigão—c.—19 agosto.

1810

Pedro Francisco d'Almeida, de Nerul—23 fevereiro.

Manoel Antonio Nery Pontes da Conceição, de Sirulá—6 junho.

Aleixo Caetano Lourenço Mascarenhas dos Milagres, de Loutulim—28 julho.¹

1813

Antonio Annes, de Calapôr—c.—11 fevereiro.

Nicolau Lucio Lourenço, de Margão—18 setembro.

Gregorio Caetano Francisco Alvares da Costa, *idem*—*idem*.

Francisco Salvador Gomes, de Navelm de Salsete—*idem*.

¹ Em 1 de julho de 1811 obteve patente de cirurgião da fortaleza de Bicholim Antonio Filipe Pereira, de S. Matias, cujo diploma deve, portanto, ser anterior a essa data, mas não encontramos o seu registo, nem assentamento.

João Salvador Vás, de Benaulim—idem.
Roque José da Fonseca—23 setembro.

1814

Francisco de Paula Fernandes, de Siolim—5 maio.

1815

Urbano Miguel da Conceição Lobo—13 fevereiro.
João Manoel Valente, de Panelim—c.—22 de abril. Na sua patente de cirurgião da praça do Cabo de Rama se diz que era também physico.
Nazario Francisco Collaço, da Piedade—24 julho.
Celestino da Fonseca, de Sangoldá—10 outubro.
Domingos Antonio José Ribeiro, de Pilerne—21 novembro.

1816

João Narciso Coutinho, de Margão—18 setembro.
Joaquim Xavier de Barros, mestre boticario do Hospital Real Militar—15 de outubro.

1819

Domingos Benjamin Fernandes—26 fevereiro.

1822

Antonio Caetano Affonso do Rosario Dantas, de Sirulá—c.—18 junho.¹
Rafael Constancio de Sequeira—20 agosto.
Lourenço Mariano Parras—4 novembro.
João Vito Coelho—8 novembro.

¹ Curiosa nota de Cunha Rivara a respeito deste facultativo—«curava nas casas principaes da capital da India, e em certos dias do anno recebia na sua a corte e a principal fidalguia de Goa»—*Diccionario Bibliografico Portuguez*, tomo 8.º (1.º do suplemento), pag. 419.

José Mariano de Bragança, de Bardez—10 novembro.
Joaquim Filippe Constancio Alvares, de Margão—14 novembro.

1823

Balthazar Diogo de Sousa—c.—8 janeiro.
João Filippe da Piedade Figueiredo, da Raia—26 setembro.
Nicolau Tolentino da Gama—idem.
Pedro Antonio d'Oliveira, das Mercês—idem.¹
Brás Caetano Salvador Lobo—idem.
Caetano Simão Colaço—idem.
Manuel Joaquim Gracias—7 outubro.
José Manuel de Melo, das Mercês—idem.
Cypriano de Andrade, de Bardez—idem.
Miguel Arcanjo Paes, idem—8 outubro.
Henrique Caetano Victor de Figueiredo, de Loutulim—idem.
Alexandre da Rocha—idem.

1824

Justiniano Salvador da Costa, de Curtorim—10 abril.²

1827

João Bartolomeu de Souza, de Bardez—24 abril.

1830

Joaquim Sebastião Baptista, de Loutulim—c.—14 maio
Luis Mariano Rodrigues, de Orlim—idem—19 maio.
José Francisco Monteiro, de Bardez—idem—27 agosto.

¹ Diz M. V. d'Aren (loc. cit.) que P. A. d'Oliveira foi também um dos discipulos do physico-mór Miranda. Este regressou á metropole em 1816. Teria Oliveira obtido o seu diploma annos depois de concluir os seus estudos?

² Encontra-se em 1824 como cirurgião da praça de Mormugão Manoel Salvador Flôres; o seu diploma devia ser, portanto, anterior; não o achamos.

1831

Joaquim Sebastião da Costa, de Margão—9 março.
Camilo Dionisio Alvares, idem—14 março.¹
Pedro Antonio Alvares, idem—16 março.
Bento Manuel Fernandes, de Siolim—18 março.
Francisco Antonio de Souza, idem—idem.
Francisco Caetano Affonso, da Piedade—24 dezembro.

1832²

Caetano Baptista do Rosario—19 janeiro.
Francisco de Paula Ribeiro, da Raia—idem.
Antonio Xavier Balthazar Ribeiro, de Pangim—25 junho.
Manuel Francisco Fernandes, de Chimbel—3 agosto.
Pedro Paulo da Costa, de Loutulim—25 outubro.

1834

Joaquim Marinonio da Silva, de Margão—18 julho.
Vicente Luis da Fonceca, de Bardez—7 outubro.
Sebastião José da Costa, de Parrá—idem.
Christovam José Victorino Lobo—19 novembro.
José Avelino de Sousa—20 novembro.
Jeremias Paulo Maria Lobo, de Nachinolá—6 dezembro.
Custodio Vicente Pereira, da Piedade—9 dezembro.
Vicente Xavier Cabral—idem—idem.

1838

Christovam Filippe da Conceição, de Margão—27 janeiro.

¹ Nas cartas deste e do imediato (Pedro Antonio Alvares) se diz que ambos fizeram seus estudos sob a direcção do physico Caetano Francisco Alvares. Ao tempo estava aliás em Goa o physico-mór Manoel José Ribeiro.

² Encontra-se registada neste anno a carta de physico passada a Caetano Camillo Barreto de Rachol, em 19 de dezembro de 1792. Caetano C. Barreto foi physico da praça de Rachol durante 36 annos; aposentado por portaria de 13 de janeiro de 1843, faleceu a 11 de outubro do mesmo anno.

1839

Vicente de Paulo Pitter, de Macau—23 abril.
Vicente Agostinho Brandão, idem—24 abril.
Manuel Antonio de Quadros, de Loutulim—29 abril.
Francisco Xavier de Sousa, de Saligão—18 maio.
Filippe Nery Caetano Pinto, de Saligão—idem.
Domingos Xavier Pereira, de Loutulim—10 junho.
João Agostinho Brás Affonso, official-piloto, da Piedade—
idem.
Emygdio Paixão da Costa, ajudante de cirurgia do Batalhão n.º 2 de caçadores —c.—12 junho.¹
Caetano Xavier Micael Dias, de Sirulá—idem.
Pedro Zeferino dos Remedios e Cunha, de Coelim—19 junho.
José Ignacio Leão Pereira, de Salsete—22 junho.
Victorino Caetano Vito de Mello, do Salvador do Mundo—
1 julho e 9 outubro.
José Manoel Gracias, de Colvá—11 julho.
Joaquim Mariano do Rosario e Rebello, de Margão—20 julho.
Luis Antonio Peres da Silva, de Margão—idem.
Francisco Xavier do Rosario, da Raia—26 julho.
Antonio Filippe Moniz, de Damão—idem.
Joaquim Gregorio Militão de Albuquerque, da Raia—idem.
Filippe da Piedade Rebello, de Margão—idem.
Pascoal José da Cunha—idem—idem.
Ambrosio Cipriano de Miranda—idem—idem.
Francisco Manoel de Barros, de S. Thomé—idem.
José Mariano de Sant'Anna Mascarenhas, da Raia — 1 agosto.
José Nicolau de Lima, de Bombaim—5 agosto.
Caetano José de Magalhães, de Loutulim—14 agosto.
Marcelo José Fernandes, de Siolim—idem.
Antonio Xavier Raposo, idem—idem.
Alexandre Jacob Barbosa, de Guirdolim—idem.
Joaquim Sant'Anna Coelho, de Curtorim—16 agosto.
Aleixo do Rosario da Costa, idem—17 agosto.
Feliciano Vicente Baracho de Santa Rita, de Nagoá de Salsete—21 agosto.

¹ Nos seus assentamentos militares tem mais o apelido *Rodrigues* no fim.

- Sebastião José de Abranches—idem.
 João Ignacio Benicio d'Assumpção—idem.
 Boaventura de Andrade, de Margão—22 agosto. ¹
 Bernardo Salvador Teixeira—idem.
 Agostinho d'Annuniação Barreto Xavier, de Margão —
 idem.
 Manoel Xavier da Piedade, de Chinchinim—idem.
 Caetano Maria Pacheco, de Margão—idem.
 Caetano Mathias do Rosario Collaço—idem.
 Brás Antonio Gonsalves, da Piedade—idem.
 Hilario Christovam Felicio de Sousa—6 setembro.
 Pedro d'Alcantara Pinto, de Assolná—7 setembro.
 Sebastião José de Sousa, de Velsão—18 setembro.
 Pio Bernardo Fernandes, de Salsete—idem.
 João Manoel Deodato de S. Tiago—23 setembro.
 Leocadio Justino da Costa, de Macau—idem.
 Nicastrio Francisco do Rosario e Sousa, de Calangute—
 idem.
 Albino Francisco de Mendonça, de Taleigão—24 setembro.
 Marcos Ignacio Antonio Angelo de Mesquita, de Sangoldá
 —idem.
 Bento Manoel Arcanjo de Sousa, de Calangute—idem.
 Galdino Faustino de Souza, de Anjuna—25 setembro.
 Joaquim Romualdo Christovam Viegas—26 setembro.
 Mariano Caetano Sebastião Lobo, de Saligão—idem.
 José Libano da Fonseca, de Jua—idem.
 Zeferino Caetano de Sousa, de Saligão—27 setembro.
 Agostinho de Moraes, de Cuncolim—28 setembro.
 José Ignacio Gonsalves, da Penha de França—3 outubro.
 Remedio Balthazar Rodrigues, enfermeiro ordinario do
 Hospital Militar e alumno da aula de cirurgia—c. — 8 ou-
 tubro.
 Paulo Maria Gomes, de Bardez—idem, idem.
 Joaquim Manoel Viegas, de Carmoná—9 outubro.
 Aniceto Aleixo do Rosario, de Colvá ²—11 outubro.
 Luis Miguel de Carvalho, de Chandor—12 outubro.

¹ Em 4 de setembro de 1847 fez acto grande na Escola Medica Boaventura de Andrade (cit. *Ann.*, pg. 20). Certamente é o mesmo. Para melhor se habilitar fez na Escola o seu curso regular, embora já tivesse diploma de medico? Morreu cirurgia—mór reformado.

² Aniceto Aleixo do Rosario Rodrigues, cuja biografia se lê na revista *O Indispensavel*, n.º 7 de fevereiro de 1911.

Manoel Querobino da Fonseca—idem.
 Domingos Lourenço Carlosso, de Candolim—idem.
 Francisco de Paula Viegas—14 outubro.
 João Francisco Vás, de Bombaim—15 outubro.
 Camilo Anselmo Rodrigues—idem
 Rosario Emiliano Ferrão, de Aldoná—idem.
 Constancio José Barreto, de Rachol—16 outubro.
 Mariano Filipe Collaço de Rachol—17 outubro.
 Pedro Simão Mendes—idem.
 Querobino Arcanjo de Sousa—18 outubro.
 Aleixo Xavier Godinho, de Majordá—22 outubro.
 José Ignacio da Costa—idem.
 Joaquim Vicente Paes—23 outubro.
 Joaquim José Botelho, da Penha de França—25 outubro.
 Gabriel Hilario Dias, das Ilhas—idem.
 João Vicente Barreto, de Margão—26 outubro.
 Adeodato Francisco Antonio Barreto, de Loutulim—30 outubro.
 Gabriel de Santa Ana d'Almeida, de Mapuçá—31 outubro
 Thiago Dias, de Parrá,—4 novembro.
 Caetano Maria Marques, de Verlá—idem.
 Paulo Antonio Brás Dias, de Arporá—5 novembro.
 Caetano Xavier de Sant'Ana Pereira—6 novembro.

*

* *

No rol dos medicos e cirurgiões matriculados em 1843 ¹ vimos ainda os seguintes nomes:

Ilhas—Salvador Caetano Fernandes—Antonio Fulgencio da Conceição.

Bardez—Joaquim Rafael Cardoso—Francisco Antonio de Sousa—Victorino Lobo—Agostinho de Souza (c.),— e Isidro José da Conceição Rodrigues (c.).

Salsete—Manuel José Simeão de Silva Pereira—Manuel Salvador da Silva—Pedro Antonio de Noronha e Anastasio Constancio de Sequeira.

¹ Cit. *Boletim do Governo* n.º 30 de 1843.

*

* *

Entre os cirurgiões militares, uns mantidos em atenção aos seus longos serviços e outros dispensados por falta de habilitação, encontram-se em 1843 mais os seguintes ¹:

Caetano Maria Conceição Pinto—Verissimo Caetano da Costa—Joaquim Damaso d'Oliveira—Herculano de Noronha—Joaquim Manuel Luis Mendes—Francisco Peregrino da Costa—Pedro Antonio Fernandes—Constantino Xavier Rafael de Mendonça—João Manuel Dias—Paulo Francisco de Brito—José Antonio de Miranda—e Miguel Caetano Fernandes.

J. A. ISMAEL GRACIAS.

¹ *Ordem do Exército no Boletim do Governo* n.º 28 de 1843.

Comercio de opio em Damão no governo do Prefeito Bernardo Peres da Silva

(1833)

PARECERÁ, na verdade, incrível que no primeiro quartel do seculo XIX o commercio de opio (*anfião, papaver somniferum*) tivesse sido em escala tão gigantesca, assombrosa no bello porto de Damão, que ainda no anno passado mereceu rasgados elogios a Mr. Quin, commissario das alfandegas, sal, abkary e opio da Presidência de Bombaim na sua visita a esta historica cidade. ¹

No anno de 1904, demonstramos num mapa estatístico do nosso 2.^o volume historico desta cidade, que a receita total de anfião, cobrada na nossa alfandega durante o trienio de 1822 a 1824 tinha sido de 511.546 xs., 4 tgs. e 3 reis. Foram reimportados deste porto nos referidos annos 5.051 picos, 1 arroba e 11 arrateis de anfião do valor total de 66 laques, 48.126 rupias e dez tangas. Estes dados extraímos dum velho livro da nossa alfandega. Desejando mais tarde, por mera curiosidade, formular um outro mappa completo de toda a receita desta droga narcotica desde o seu apparecimento no nosso porto até ao ultimo anno em

¹ *Noticias e Documentos para a Historia de Damão*, 257 e *A visit to Daman with some historical notes on the same*, 25.

que elle cessou, por ser de grande valor historico, ja então, infelizmente, os livros não se encontravam no archivo respectivo por terem sido enviados para Goa.

Agora, no decurso do nosso estudo, encontramos alguns valiosos documentos na repartição da fazenda que revelam como este commercio floresceu no governo do Prefeito Bernardo Peres da Silva em Damão e que gostosamente publicamos.

*

*

*

Petição.—Illmo. e Exmo. Sr. Prefeito. Diz Cauji Beramgi¹ por si e como procurador dos carregadores d'anfião, que elle tendo requerido o pagamento do dinheiro que de mais foi recebido no despacho d'opio no ano de 1833, teve a justiça do despacho incluzo de v. exa. de mandar esperar até que houvessem circumstancias ao cofre da fazenda donde ficou o suppe. esperando esse pagamento posto que a sua falta tem sido sensível ao commercio do suppte. e dos seus constituintes pelo empate do dinheiro, e como presentemente occorrerão ao supp. occasião de despachar algum opio n'esta alfandega: recorre a v. exa. a sua justiça e graça de mandar ter contemplação da mesma quantia que deve ao suppe. a fazenda publica, fazendo encodtrar a mesma na alfandega ao dito pagamento ptto.—P. a V. Exa. a graça requerida no que receberá merce—*Cauji Beramogy.*

Despacho. A' vista dos documentos juntos mostrando-se que o suppe. é credor da quantia liquida de vinte e cinco mil xerafins, tres tangas e trinta e tres reis e tres quartos, que pagou indevidamente á fazenda publica, e devendo esta dar o exemplo da mais rigorosa justiça pagando dividas por todos os meios de que pode dispor, como alem de ser expresso no decreto de 22 de dezembro de 1830, é conforme o espirito da legislação novissima; na alfandega se dê ao suppe. o desconto da metade da referida quantia nos direitos que

¹ Este distinto cavalheiro e capitalista da classe parse foi pai do proprietario da aldea Catriá, o sr. Maneckgy Cauji. Com a morte de seu filho, o grande philantropo Sorabgy Maneckgy, a casa ficou sem a successão masculina.

no corrente ano deve n'ela pagar pelo despacho de anfião, por ser isto analogo ao que se acha disposto no decreto de 18 de abril de 1834, artigo 4.º, ficando esperado quanto á outra ametade para ser pago, ou com egoaes encontros, ou pelo cofre da Fazenda publica, quando ella se ache em circumstancias de pagar as dividas atrazadas. Damão 30 de maio de 1837 *Peres*.

*

*

*

Petição. Illmo. e Exmo. Sr. Prefeito — Diz o suppe. Caugi Beramgi que elle satisfaz com a certidão junta extraida dos livros d'alfandega o parecer da comissão e a exigencia do vogal secretario della, portanto P. a v. exa. seja servido prover a sua supplica no que receberá merce. Damão 17 de fevereiro de 1837. — *Caugi Beramogy*.

Despacho.—Volte á comissão da fazenda publica. Damão 17 de fevereiro de 1837—*Peres*.—Torne a informar o vogal secretario—Damão em sessão de 18 de fevereiro de 1837 *Mello—Valladares—Osorio—Soares*.

Informação.—Illmos. Sres. No arquivo de secretaria desta comissão existem alguns papeis atinentes ao objecto em questão cujas copias ajunta o suppe. Caugi Beramogy por se e como procurador de outros negociantes carregadores que forão de anfião no navio D. Manuel, e brigue Aurelia, despachado para Lentim no anno de 1833, e em virtude delles pede a restituição do excesso d'um por cento dos direitos do dito anfião despachado para Lentim naquelles navios como de mais que receberão n'alfandega por equivocação para o que tem procurações de todos os que forão carregadores. Os documentos são os seguintes: um despacho do ex.^{mo} v. rei D. Manuel de Portugal e Castro, dado no requerimento dos ditos carregadores que diz o seguinte :—Remetido ao governador de Damão para que apresentado este requerimento em adjunto mande oportunamente restituir aos carregadores de anfião no navio D. Manuel de Portugal no anno de 1833 ou a seus legitimos procuradores, um por cento de direitos de anfião que de mais se lhe levou na alfandega da dita cidade na conformidade do officio deste superior governo que nesta data se lhe dirige com o n.º 29—Palacio do Governo 3 de 8bro de 1834 — *Portugal* — o qual despacho teve cumpra-se do adjunto em 20 de fevereiro de 1835. Outro despacho do ex-

governador desta praça Antonio Lobo da Gama, dado no requerimento do suppe. Caugy que diz o seguinte= Como a materia, de que tratam os suppes. está plena e definitivamente rezolvida pelo officio do illmo. e exmo. sr. vice rei e capitão general de 22 de agosto de 1833, e outros despachos posteriores, tudo em harmonia com o parecer da junta da fazenda publica, que estabelece, como regra certa e geral pagar o opio despachado para Lentim quatro por cento, mais as lagimas e sem beneficio da diminuição de 15 por cento no valor dos preços, pelos quaes se liquidão os direitos, mandando restituir a demazia d'um por cento que se tem pago, excesso que nasceu dum equivoco, ou má intelligencia d'ordens anteriores, como esclarece e mostra o supracitado officio de 22 de agosto, cuja execução, bem como d'outras determinações atinentes a este objecto foi especialmente cometida ao governo d'esta praça, e portanto pela feitoria desta praça se liquidem a vista das certidoens d'Alfandega o excesso d'um por cento que os suppes. pagarão indevidamente para se lhe restituir em tempo oportuno, tudo na conformidade do que a este governo se acha determinado por ordem superior. Fortaleza de Damão 20 de Novembro de 1834. — *Gama.*

*

* *

O officio de 25 de outubro de 1830 mandava que os direitos a receber na alfandega, do opio exportado para fóra da Macau, deveriam ser a 5 por cento.

A restituição supra de um por cento era dos direitos de antião despachado para Lentim desde 1824 até 1826 á razão de 4 xs. 3 tgs. 10 reis por cento e desde o anno de 1830 ate 1832 e tambem no anno 1833 a 5: 3: 10, e em 1835 a 4: 3: 10.

Do barco D. Manuel de Portugal que conduzia opio de Damão para o porto de Lentim, era proprietarios a companhia de Bombaim, Rogerio de Faria.

Consta dos documentos que seguem que essa companhia recebeu o excesso de direitos que illegitimamente cobrou a Alfandega de Macau no anno de 1828 na importancia de 19,059 rupias que rateada pelo numero das caixas de opio couberam a cada caixa 48 rup. 8 tg. e 50 reis.

Pagaram na alfandega de Damão em 9 de julho de 1835 pelo opio despachado no navio D. Manoel os negociantes residentes nesta cidade, Bau Bagiba, Cangi Beramogi, Diaramo Dulobo, Mulchande Irá, Modi Darabssa Nasservangy e Faquir Racique, 67.780 xs. 52¹/₂ réis e no brigue Aurelia 60.245 xs. 2 tgs. 41 réis.

Sobre a re-exportação de anfião no anno 1834 temos os seguinte documento :

1.^a Certidão

José de Souza, Escrivão da Meza da Alfandega desta Praça e Cidade de Damão por S. Magestade Imperial o Sr. Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha que Ds. Ge. etc.

Certifico que revendo o livro que serve para a receita dos direitos de anfião nesta alfandega, nella haver a fl. 11 recheitado hum despacho do theor seguinte :

Reexportação para Lentim no navio D. Manoel de Portugal :

Cangi Beramogy—268 caixas de anfião da 1.^a sorte, de Malva: a saber :

8 caixas, contendo em cada huma um pieco, 7 arrateis e meio, e 260 caixas contendo em cada huma hum pieco, seis arrateis e meio a setecentos oitenta e duas rupias o pieco, tres quartos de caixa de anfião de segunda sorte contendo nella cem arrateis e quatorze onças a quinhentos oitenta e duas rupias o pieco, e quarenta e quatro caixas e tres quartos de anfião de terceira sorte, contendo em cada caixa hum pieco, seis arrateis e meio, a trezentas e onze rupias o pieco que a todo faz o capital de quinhentas vinte e nove mil, quinhentos trinta e nove xerafins—529.539 xs. Importão os direitos a cinco por cento, vinte e seis mil quatrocentos setenta e seis (xs.) quatro tangas, quarenta e cinco reis, e as lagimas tres mil trezentos cincoenta e tres xs., tres tangas quarenta e quatro reis, que consta estarem pagos de que me reporto. Meza da Alfandega 11 de junho de 1834. — José de Souza». ¹

1. José de Souza, além de escrivão da alfandega, era um razoavel proprietario e negociante. No anno de 1833 esteve em Londres onde comprou um relógio por 700 rupias. Depois da sua morte, um baniane por nome Pingolá em hasta publica comprou o mesmo, e na morte deste em 1860, num leilão, o mesmo, relógio foi comprado pelo nosso saudoso pae, e hoje possuímos esta preciosa reliquia dos tempos de anfião.

Esta certidão está junta ao requerimento do dito Caugy Beramogi.

2.ª Certidão

José de Souza, Escrivão da Meza d'Alfandega etc.

Certifico que revendo o livro que serve para a receita dos direitos de anfião nesta Alfandega, nelle haver a fl. 11 receitado um despacho, que diz reexportação para Lentim no navio D. Manoel de Portugal. Diaramo Dulobo — cento setenta e cinco caixas de anfião da Malva: a saber cento cincoenta e cinco caixas de anfião da 1.ª sorte, sete caixas de anfião da 2.ª sorte e treze caixas de anfião de 3.ª sorte. de que fez capital 305.770 xerafins e os direitos a cinco por cento 15.288-2-30 que consta estarem pagos de que me reporto. Meza d'Alfandega 23 de Junho de 1831. — *José de Souza.*

Está junta esta certidão ao requerimento do dito Diaramo.

3.ª Certidão

José de Souza, Escrivão da Meza etc.

Provendo o respectivo livro dos direitos de anfião consta nelles ter despachado o suppe. tres caixas de anfião de Malva de 1.ª sorte pelo referido navio D. Manoel de Portugal no anno proximo passado de 1833, isto he o que certifico provendo o referido livro a que me reporto. Meza d'Alfandega 25 de junho de 1834. — *José de Souza.*

A certidão foi junta ao requerimento do mesmo Caramochande.

4.ª Certidão

Idem.

«Certifico que revendo o livro que serve para a receita dos direitos de anfião n'esta alfandega nelle haver a fl. 13 receitada hum despacho do theor seguinte:

Re-exportação para Lentim no navio D. Manoel de Portugal, Faquirbay Racique quinze caixas de anfião de Malva da 1.ª sorte de que fez capital 27.733 xerafins. Importação os direitos a cinco por cento 1.386:3:15 e as lagimas 175:3:13 que consta estarem pagos de que me reporto. Meza da Alfandega 25 de junho de 1834. — *José de Souza.*

Está a certidão junto ao requerimento do mesmo Caramochande.

5.^a Certidão

José de Souza etc.

Certifico que revendo o livro que serve para a receita dos direitos de anfião n'esta alfandega etc.

Re-exportação para Lentim no navio D. Manoel de Portugal, Mulchanõe Frá, cento vinte e sete caixas e meia de anfião de Malva da 1.^a sorte de que pagou os direitos etc. Meza da Alfandega 1.^o de julho de 1834.— *José de Souza*.



No brigue Aurelia foi re-exportado o seguinte numero de caixas de anfião para Lentim.

Negociantes	N. ^o de caixas	Percen- tagem	Direitos pagos
			Xs. Tgs. Rs.
N. ^o 7 Caugy Beramogy.....	181	5 ^o / _o	16.765:4:00
N. ^o 8 Mulchande Irã.....	194	»	18.068:1:07 1/2
N. ^o 9 Dearamo Dulobo.....	166	»	15.345:2:26
N. ^o 10 Mody Quecobad Darabsa..	90	»	8.3 9:4:15
N. ^o 11 Caramchande Arachande...	17	»	1.579:2:00
N. ^o 12 Golabchande Somchande .	4	»	369:3:52 1/2
	<u>652 (1)</u>		<u>Xs. 60.247:2:41</u>

Este mappa é extrahido d'uma certidão do livro respectivo da alfandega desde fl. 3 até fl. 11 passada pelo' escrivão da alfandega, dito José de Souza. A fl. 190 v. certifica este escrivão que na monção do anno de 1833 foram re-exportadas pela alfandega, no navio D. Manoel de Portugal, pelo proprietario Mody Dorobsá Nasservangi: = «137 caixas e meia» = de opio de Malva, sendo 134 e meia de opio de 1.^a sorte, e tres caixas de 3.^a sorte, tendo pago direitos de re-exportação a 5^o/_o, importando em 12.564 xerafins e quatro tangas. ²

¹ Vid. Liv. dos registos geraes da Feitoria de Damão (anno de 1836 a 38, fl. 190.

² Em resumo o navio D. Monuel de Portugal levou a consignação para Lantim de 726 caixas e anfião que pelo preço do mercado daquella epoca importava em Rs..... 422.532

O brigue Aurelia, 652 caixas do preço de..... 379.464

Total 801.996

Não resta duvida que todos os negociantes de opio eram naturaes de Damão, mas até aqui não nos foi possível saber se os enormes capitães empregados eram puramente locais ou trazidos do estrangeiro.

A cidade de Damão prosperou muito durante a época em que floresceu o commercio de opio, e grandes foram as vantagens auferidas pelo governo. Foi o governo britânico a causa da cessação da importação desta droga, e agora o mesmo governo não permite a sua exportação para os portos da China.

Damão.

A. F. MONIZ.

A exportação de opio nestes barcos é referente ao anno de 1833.

Todos os mais esclarecimentos acerca do anfião e os documentos sobre os preços vejam-se no vol. II, pgs. 175, do cit. livro *Not. e Doc. para a Historia de Damão*.

As noticias que damos aqui acerca do commercio de opio em Damão, são extraídas do cit. Liu. da Feitoria de Damão, 152 v. em diante. Para não tornar fastidiosa a leitura dessas certidões, demos-lhes uma forma mais simples, conservando com rigor a sua substancia.

Oxalá no futuro venha um novo investigador dar ao publico trabalho mais perfeito sobre o anfião, que quanto a nós, sentimos não poder estendermo-nos mais.

EPITAPHIOS EM TALEIGÃO

I

Na igreja parochial

Capella-mór

Aqui jaz

Miguel João Martins

Faleceu aos 2 de setembro de 1875.

Ilustre pela sua modestia e humildade

Esclarecido pela sua prudencia, e paciencia

Virtuoso pela sua caridade e beneficencia

Passou cabo e capitão desta aldea Taleigão;

Vereador do antigo Senado de Goa; da Camara

Municipal do concelho das Ilhas; Conselheiro

Do municipio; um dos 40 maiores contribuintes;

Presidente de varias comissões; e

Differentes outros cargos

Dedica este testemunho de respeito e veneração

À memoria do seu pae, o seu reverente filho, Padre

Querobino Martins, conego de Sé Patriarcal de Goa

(1877)

II

À
Memoria
Do
Advogado
José Francisco Martins
Juiz de direito substituto
Da
Comarca das Ilhas
Juiz dos antigos extinctos julgados
De
Calangute e Perném
Vereador da Camara e um dos 40 maiores
Contribuintes do concelho das Ilhas
Exerceu varias funcções
Do serviço publico
Foi na justiça recto
Na integridade inflexivel
Na religião fervoroso
Nascido em 6 de fevereiro de 1817
E falecido
Em 6 de dezembro de 1887
Dedicam
Como testemunho de extrema saudade
A sua esposa, irmão e filhos
P. N. e A. M.

III

À
Memoria
De
D. Bemvinda de Souza Machado e Martins
Nascida em 31 de outubro de 1869
E
Falecida em 6 de abril de 1888

Dedica
Este epitaphio
Como
Tributo de piedade conjugal
E
Homenagem sincera
Da mais viva e dolorosa saudade
O seu esposo
O comendador
Caetano Francisco Xavier Martins
Juiz de direito 1.º substituto da comarca de Damão
P. N. e A. M.

IV

(Corpo da igreja)

A memoria
De
Pedro Vicente Affonso
Vereador da Camara Municipal, vice-
Presidente da comissão do recenseamento
E um dos 40 maiores contribuintes
Do concelho das Ilhas
Exerceu varias outras comissões importantes
Nascido em os 13 de fevereiro de 1843
E
Fallecido em os 27 de setembro de 1892
Dedicam este epitaphio
Como tributo de piedade conjugal
-- E homenagem sincera --
De mais viva e dolorosa saudade
A sua esposa
Maria Henriqueta Clotildes
De Souza e Affonso
E filhos
P. N. e A. M.
Aos 27 de setembro de 1900

V

(Junto á porta principal do lado da Epistola)

Milesius
 Phillipi N. a Pires et
 A. F. Augusto a Pires
 Filius
 Ab insulis Goae
 Ex. Sti. Laurentii Parochis.
 Oriundus
 Anniculus obiit
 Caranzalem
 In fine Decemb:
 A. D. 1836.

VI

(Á porta lateral do lado do Evangelho,
 Completamente apagada)

VII

Na capella de Eugenio Dias

(Capella-mór)

Sepultura
 de
 Engenio Dias, filho de
 José Dias e Michaela Francisca Affonso
 Nascido em 1777, e
 Fallecido em 18-9-1830
 Medico formado em Goa
 em 1804
 Consagra esta, como tributo
 Da infinda saudade,

O seu filho
Filippe Dias,
Capitão de mar e guerra reformado
Da Armada Real
P. N. e A. M.
Taleigão 18-9-1901.

Reis-Magos.

RICARDO MICHAEL TELLES.



VARIA VARIORUM

Para a historia dos archivos da India



M officio de 8/ de março de 1799 dizia o Governador Francisco Antonio da Veiga Cabral ao Secretario d'Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho :
«Julgando desde o principio do meu governo que a applicação mais vantajosa para illuminar a conducta de hum governador da India era estudar os successos della assim na guerra, como na paz, pelo registo da secretaria do Estado, aonde se devião achar todas as ordens recebidas, e as copias das contas que se derão á nossa côrte, actos de posses, e de reconhecimentos, homenagens, tratados de paz e aliança com as nações visinhas, etc., reconheci com grande desgosto meu que os livros do dito registo se achavão truncados, e averiguando a causa, me constou que aquella falta tão consideravel fôra principalmente originada da mudança da secretaria do Estado no tempo que o governador D. João José de Melo ¹ do palacio de Goa para a casa particular do mesmo D. João em Panelim e daqui para Pangim

¹ Não se completa o sentido, falta alguma palavra—a transferiu—por exemplo.

com a noticia de se lhe haver nomeado successor; esta trasladação se encarregou a um china, official da secretaria do Estado, chamado Luis Xavier, o qual foi tambem encarregado de executar a ordem que veio em 1774, para se recolherem a Lisboa na secretaria d'Estado dos negocios do reino todos os livros de registo que se achassem em Goa nas diferentes repartições e archivos, e é constante que este china, que é falecido ha muitos annos, procedeu com grande infidelidade e causou gravissimos prejuizos, os quais seriam totalmente irremediaveis, se a remessa não principiasse muito lentamente e não fosse atalhada com o principio do feliz reinado da Rainha Nossa Senhora.

Com a secretaria do Estado padeceu egualmente a Torre do Tombo e o registo dos contos, de sorte que hoje é quasi impossivel deduzir-se chronologicamente qualquer informação ou noticia.» (L.^o das *monções* n.^o 178, fl. 240).

Um cosinheiro francez em Goa

(1807-809)

Em officio de 4 de maio de 1809, diz o vice-rei Conde de Sarzedas ao Secretario d'Estado Visconde de Anadia:

«Neste navio *Robusto* remetto a essa capital hum francez por nome Scine, que veio por meu cosinheiro, não he bebado, insultou-me o meu principal criado que me acompanhou, vi-me obrigado a pôl-o fóra de casa, succederão os acontecimentos posteriores, e segundo as lições novas de moral de Buona Parte, he em represalia prisioneiro da guerra, tenho-o aqui sustentado á minha custa, e o dirijo a essa côrte, pois aqui de nada serve. Elle não deseja hir para França, porque he hum dos que fugirão da conscripção de 1804, e tem medo que lá lhe imponhão a pena capital, isto mesmo elle me tinha dito em Lisboa, he quanto sei.» (L.^o das *monções* n.^o 188, fl. 138).

Commissões mixtas em Goa

Nos termos e para os fins do disposto nos artigos XII e

XVI do tratado luso-britannico de 26 de dezembro de 1878, devia nomear-se uma commissão mixta de quatro vogaes, sendo dois por parte do governo da India Portuguesa e dois do governo da presidencia de Bombaim. Esses quatro deviam eleger outra pessoa para presidente da commissão; não vindo a accordo, a escolha seria feita por maioria de votos e havendo empate, decidiria a sorte sobre dois nomes indicados respectivamente por cada um dos dois grupos.

Duas commissões mixtas funcionaram durante a vigencia d'aquelle convenio (15 de janeiro de 1880 a 14 de janeiro de 1892), sendo a 1.^a logo no começo de execução em 1880, e a 2.^a entre 1884-85 em virtude do accordo supplemantar de 24 de setembro de 1884.

Ainda se reuniu uma 3.^a commissão mixta em 1892, depois de cessar a vigencia do tratado para os effeitos da clausula (b) do referido artigo XII.

Constituíram-se essas tres commissões pela seguinte forma:

I—8 de março a 20 de maio de 1880.

Presidente (á sorte)—A. R. Macdonald, collector e magistrado do districto do Canará do Norte, indicado pelos vogaes inglezes, ficando prejudicado o nome do dr. Augusto Carlos Cardoso Pinto Osorio, juiz da Relação de Goa, apresentado pelos vogaes portugueses.

Vogaes portugueses—O dr. Alberto de Sousa Larcher, procurador da corôa e fazenda, e Joaquim José Fernandes Arêz, commissario do sal e abkari.

Vogaes inglezes—Norman Oliver, agente britannico em Goa, e George W. Vidal.

O relatorio dos trabalhos d'esta commissão foram publicados em Supplemto ao *Boletim Official* n.º 59 de 1880.

II—17 de dezembro de 1884 a 25 de maio de 1885.

Presidente (á sorte)—O dito dr. Larcher, já então juiz da Relação, ficando prejudicado W. B. Mulock, do *Civil Service* de Bombaim.

Vogaes portugueses—O capitão-tenente da armada Antonio Sergio de Sousa, e o mencionado Arêz, commissario geral do sal, abkari e alfandegas.

Vogaes inglezes—O referido Vidal, collector interino do Canará, e H. A. Acworth, collector deputado da repartição do sal.

Relatorio dos trabalhos d'esta commissão,— Supplemento ao *Boletim Official* n.º 150 de 1885.

III—8 de agosto a 21 de dezembro de 1892.

Presidente (à sorte)—O conselheiro Luis Fisher Berquó de Poças Falcão, juiz presidente da Relação de Goa, ficando prejudicado Jameson Davidson, collector interino de Bijapur.

Vogaes portuguezes—O coronel d'engenheiros Augusto Cesar Supico e o thesoureiro geral do Estado, Bernardo José da Silveira e Lorena. O 1.º foi em substituição do conselheiro Abel Augusto Corrêa de Pinho, juiz da Relação de Goa, que, tendo sido a principio nomeado, foi exonerado pelo pedir.

Vogaes inglezes—William Wilson Drew, collector e magistrado do Canará e o major Henry Dacres Olivier, da engenharia real, servindo em Ahmedabad.

Relatorio dos trabalhos d'esta commissão, — Supplemento ao *Boletim Official* n.º 9 de 1893.

Em todas as tres commissões serviu como secretario-interprete o professor de inglez no Lyceu Nacional, Ludovico Simplicio Ribeiro.

Mais alguns advogados antigos de Goa

A lista dos *Advogados da côrte* que publicámos a pg. 159, temos a adicionar os seguintes nomes apurados em mais livros que posteriormente áquella investigação, conseguimos descobrir :

Pedro Paulo de Gouvêa, de Sirulá—24 abril 1804.
João Manoel Pinto da Piedade, de Panelim—idem.
Joaquim Mariano Alvares, de Margão—... maio 1804.
Bento Silvestre Mascarenhas, de Bardez—.. julho 1804.
Francisco Xavier Alvares, de Margão—.. julho 804.
Francisco Antonio de Mendanha, de Sirulá—...julho 1804.
Diogo Theotonio de Melo, de Murdá—22 junho 1804.
Ignacio Caetano de Carvalho, de Bardez—26 julho 804.
José Vicente Barreto—31 julho 804.
Casimiro Antonio de Menezes, da Piedade—24 setembro 1804.

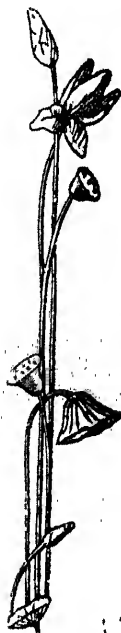
Jacome Joaquim Filipe Gonsalves (professor de gramatica latina em Goa)—27 abril 1804.

José Maria dos Remedios, de Murdá—26 outubro 805.

Matheus João da Gama, de Verná—31 janeiro 806.

Pe. Camilo Lourenço Soares, de Margão—4 fevereiro 1806.

Antonio Vicente de Almeida, de Diu—advogado da côrte e no juizo da fortaleza de Diu—20 abril 805.



INDEX ALFABETICO, CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 102)

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Prasos.....					Vide Aforamentos.
Prasos					Vide Foreiros.
Prata parecer sôbre a sua taxa re-					
lativa ao marco das patacas.....	25	Fevereiro	1713	79	1
» falta desta moeda em Goa e					
suprida com bater o ouro.....	5	Janeiro	1714	79	146
» moeda falta na India, e o que					
se deve fazer	19	Março	1715	81	5
» tome-se em Goa pelo peso do					
Reino.....					Vide Pezos.
Precatória sôbre a cobrança da real					
fazenda, se cumpram infalivel-					
mente	4	Março	1728	95	72
Prelados sejam advertidos, para não					
executarem ordens de Roma, re-					
lativas ás pessoas, que defendam					
o padroado real	2	Abril	1712	78	90
Prelado regular, do seu procedi-					
mento contra o seu subdito não					
se admita recurso para a corôa...	6	Abril	1718	84	280
Prelados das religiões da India sô-					
bre ajuda do branco secular.....					Vide Ajuda do Branco Secular.
» religiões tomem nos ser-					
mões a venia ao V. Rei.....					Vide V. Rei.
Presas, como devem ser sentencía-					
das.....	22	Novembro	1706	71	43
» não se vendam suas fazendas					
antes de sentenciadas, e em caso					
da necessidade se conserve o seu					
dinheiro, sem o V. Rei poder					
dispor cousa alguma, nem levar					
a joia.....	6	Março	1732	101	523
» providências sôbre as desor-					
dens, que a seu respeito havia...	5	Março	1735	104	1
» continuação do alvará, que					
lhe deu forma	11	Abril	1737	107	59
» feitas aos inimigos de Por-					
tugal sua legislação.....	9	Maio	1797	178	727
» sôbre piratas, e corsários,					
pertence aos comandantes, equi-					
pagem, e officiaes das embarca-					
ções, que as tomarem	27	Janeiro	1774	153	353
» sôbre a sua distribuição se e-					
xecute a ordem dada a este respeito	19	Março	1781	162	1275
» sôbre a sua divisão.....	23	Fevereiro	1786	168	726
» sejam divididas pelos offi-					
ciaes que as fizerem.....	2	Abril	1778	159	246

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Presas.....					Vide Corsários
Presentes, que os reis visinhos mandarem ao Estado se remetam ao Reino.....	17	Fevereiro	1606	6	100
» que mandou sua magestade para Isserzinga Rajá.	23	Março	1754	127	482
» e saguates de rupias, que mandou o Angria, e recebeu o Conde de Alva, se hajam de sua fazenda para a fazenda real.....	4	Abril	1760	133	1
» e propinas.....					Vide Comercio desta costa.
» não se remetam aos empregados no conselho ultramarino, nem aos officiais da Secretaria do Estado por pessoas empregadas no real serviço nas colónias.	7	Novembro	1799	180	111
	8	Novembro	1799	180	110
Presidente do senado de Goa, seu ordenado de dois mil xerafins ...	20	Fevereiro	1802	183	12
Presidios desnecessarios se reduzam logo.....	2	Junho	1810	190	292
Presos, perdão de varios crimes por ocasião da regência de S. A. Real.....	28	Agosto	1799	180	70
» se lhe façam audiências....					Vide Audiências.
Prestes João caminha para o seu imperio.....	5	Fevereiro	1597	2	381
Prestes João.....					Vide Cristãos.
Principe Sua Alteza Real o principe regente novo senhor se declara regente do Reino.....	15	Julho	1799	180	3
» regente novo senhor se transportou para o Brasil com a sua real familia, e declaração de guerra com França, e Espanha..	17	Março	1808	189	7
Procissões a que o senado assistir saiam a hora certa, e não sem o senado estar junto ..	9	Fevereiro	1783	102	107
Procissão de S. Francisco Xavier, faça-se	16	Março	1735	104	21
» de aclamação do Senhor rei D. João 4.º não altere o prelado do Bom Jesus o estilo nela por elle praticado	16	Março	1735	104	25
Procurador da corôa, os serviços em que os pertendentes querem ser consultados se examinem pelo procurador da corôa, na forma do regimento.....	18	Março	1700	64	91

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Procurador da corôa sirva de promotor das justicas	20	Março	1717	83	15
No seu impedimento sirva o solicitador da justiça	8	Abril	1749	122	59
Procurador da corôa despache com brevidade os feitos	18	Março	1717	83	19
Procuradores das partes não sejam os ministros ou officiaes	19	Novembro	1722	89	127 126 120
Procurador da corôa interponha recurso, para não serem obrigados os testamenteiros ao registo, antes do enterro do testado	Vide Testamento, não				
» da fazenda reivindique das comunidades os bens, que possuem contra a lei	4	Abril	1733	102	239
» da corôa, queixa de impolíticas do arcebispo e vigário geral, e é este mandado repreen- der pelo secretário do Estado...	27	Março	1750	123	136
Procurador da corôa	Vide Jurisdição real.				
» da corôa tenha vista das fianças dos rendeiros	Vide Rendeiros.				
» fiscal do tabaco sua no- va criação	Vide Tabaco a junta.				
Produções do Estado, pede-se o mapa das suas qualidades e quan- tidades, com informação do que dêle se exporta para os dominios ultramarinos, e com a individua- ção dos gêneros que do reino se exportam, notando-se os que são da produção de Portugal	14	Setembro	1796	177	311
» e manufacturas do reino e desta costa	16	Março	1798	177	322
Promoções militares se façam, se- gundo a disposição do cap. 13 do novo regulamento	Vide Comercio use-se.				
» militares remetam-se todos os anos dos que não tive- rem sido despachadas, suprimindo-se as faltas, que por morte, ou por outro motivo tiverem ocorrido...	21	Abril	1770	146	69
» militares se remetam á côrte todas as ordens que aqui há a seu respeito	19	Abril	1770	146	323
	14	Setembro	1796	177	311
	8	Outubro	1770	148	1

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Promoções, graduações, e reformas dos postos militares de corpos regulares, e de milícias, pedem-se as ordens todas a este respeito por cópia	6	Fevereiro	1799	179	439
» militares sua formalidade, e não haja agregados, nem graduados: os que ainda houver entrem com preferência nos postos aos oficiais de inferior graduação pela antiguidade das suas portarias. O governo da Índia pôde só prover até Tenente-Coronel, e Capitão de Fragata mas todas as patentes que passar, devem ter a clausula de serem confirmadas; e o mesmo nas milícias. Pôde aceitar diminuições, e conceder reformas aos que as pedirem, estando incapazes para o real serviço. Remeta todos os anos mapa das condutas dos oficiais, e inferiores, cadêtes, e dos providos; acusando os motivos da promoção. Em tempo porém de guerra poderá graduar, e agregar, e até criar corpos de novo, de que deverá dar parte ..	19	Fevereiro	1807	187	57
	Vide Patentes.				
	19	Maio	1810	190	89
	2	Maio	1811	191	586
Promotor das justiças	Vide Procurador da corôa				
Propaganda parte dada a S. Magestade sobre as usurpações do seu padroado, e escandalosa maneira com que se portam os preladados propagandistas	3	Janeiro	1713	78	104
	5	Janeiro	1713	78	108
» descrição dos vexames que tem sobre a cristandade da Ásia e motivos por que se tem introduzido	3	Janeiro	1714	79	115
» excessos indignos cometidos por um seu bispo sendo expulso pelo Rei Sunda, se acolheu aos ingleses que não perdem ocasião de molestar-nos	7	Janeiro	1715	80	229
Propaganda	Vide Ritos Cínicos.				

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Propaganda carta, e breve que mostram os excessos, que obramos propagandistas contra o Real Padroado.....	13	Janeiro	1719	84	424
» os seus ministros se acolhem ás feitorias inglesas, e holandesas, decidida em Roma a questão dos ritos cínicos.....	20	Janeiro	1719	84	511
» que aperto fazem os seus ministros na China aos seus ritos.....	14	Dezembro	1719	85	272
Propagandistas, questões a seu respeito entre o Bispo de Cochim, e o comendador d'aquella cidade, e os Franciscanos com um Bispo de propaganda no Pegú, e Ava.....	2	Fevereiro	1742	111	923
Propaganda, sobre os seus missionários não entrarem na China, sem darem juramento de fidelidade a Sua Magestade. Questões entre o Bispo, o Governador de Macau. O Governador deu licença, para entrarem sem darem o juramento.....	28	Abril	1777	157	317
Propaganda.....	Vide Bispos de Roma.				
Propinas dos arrendamentos das alfandegas, não levem aos rendeiros os officiaes da fazenda, e ministros.....	18	Outubro	1608	11	61
» nos tribunaes, quais se podem levar.....	26	arço	1754	127	434
» paguem-se as cahidas, e as que forem vencendo, ao secretario do conselho do ultramar.....	6	Fevereiro	1787	169	1
Propinas.....	Vide Secretario do conselho ultramarino.				
» não levem o V. Rei, e ministros da fazenda das rendas reais.....	1	Abril	1671	36	364
Propinas.....	Vide Desembargadores.				
» aprovadas as que se levaram na occasião dos lutos pela morte do sr. Rei Dom João 5.º, e na festividade de aclamação de Sua Magestade, no conselho da fazenda e outras repartições; proibindo que se não continue semelhante abuso tanto no mesmo con-					

Pr

	Dia	Mês	Anno	N.º	Folhas
selho, como na casa dos contos; continuando sómente as que se concedem pelas ordens reaes, e proviões; e na Relação se levem sómente as que são permitidas pela provisão de 1727	26	Março	1754	127	434
Propinas proibindo a Junta da Real Fazenda na ocasião dos lutos e galas.....	14	Abril	1824	202	548 e seguinte.
Propostas para o Reino, rematam-se com elas todas as fés-de-offícios, e folhas corridas.....	14	Março	1770	146	5
Propotecaria.....	Vide Pondá.				
Propriedade dos officios das Novas Conquistas, são dadas por Sua Magestade, e as serventias pelo governo	24	Março	1769	144	889
Proprietários sirvam os seus officios, ainda que sejam de maior gradação, e preceda para o provimento informação do Provedor-Mór	Vide Officiaes.				
» das Mercês, serão examinados, sobre a sua idoneidade, e depois de aprovados na Relação, não podem ser expulsos sem culpa formada.....	4	Abril	1760	133	3
Provas de direito comum, assento tomado sobre os casos em que elas se podem admitir	21	Março	1784	164	935
Provedor da casa da polvora abolido	5	Outubro	1708	68	141
» dos armazens sua criação, e extinção do lugar de olheiro ..	9	Dezembro	1719	85	136
» dos armazens criado em Goa, se manda averbar a sua carta, e que continue o olheiro, pois o vice-rei não pôde criar postos novos.....	14	Março	1721	87	18
Provedor-Mór dos contos cumpra os despachos do conselho da fazenda, e só depois é que poderá representar	28	Março	1727	94	43
» aprovados os arbitrios que deu, para se evitarem das demoras da expedição dos contos.	3	Abril	1727	94	167 168

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Provedor-Mór dos contos dê vista de agravo dos seus despachos na forma do cap. 8.º do seu regimento, e não contendo êle toda a providência, se observe o cap. 123.º dos contos do Reino.....	13	Outubro	1728	96	54
Provedor dos contos suspenso por um mês, e que seja repreendido na secretaria, pela falta de atenção ao vedor da fazenda, e mais providências acêrca dos contos	29	Fevereiro	1748	121	11
Provedor-Mór dos contos, substituído pelo dos defuntos	11	Fevereiro	1770	145	97
" questões com o Arcebispo Primaz, sôbre as contas das fabricas das igrejas. Contas de uma, e outra parte, repostas, &	16	Março	1805	184	13
" encarregado de tomar as contas aos cofres, e mais lugares pios.....	13 13	Fevereiro Março	1801	184	39 e verso
" sôbre levar salários excessivos, que estes se restituam, e que as contas se tomem por um só termo, e não por assentadas.....	21	Março	1807	187	81
" pede-se informação relativa á questão dos emolumentos, e continue a observar-se o estilo praticado, emquanto não houver resolução	2	Setembro	1808	189	383
" sem efeito a carta régia, sobre os seus salários, observando-se para o futuro o regimento admitido, e praticado pelo desembargador João Ozorio de Castro Sousa Falcão.....	20	Maiio	1810	190	122
Provedoria-Mór dos seus cofres não podem os vice-reis tirar cousa alguma	18	Abril	1736	105	56
" todos os cabedais á elas pertencentes sejam remetidos a Erario Régio, independente de qualquer participação....	24	Dezembro	1754	138	1056
Provisões só por pessoas competentes se podem passar.....	Vide Vice-Reis não mandem.				
" reais, não se passem mandado contra elas	Vide Vice-Reis não passem.				

Pr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Provisões de direito comum só se passem na Relação com muita consideração	15	Janeiro	1601	8	44
Provisões que passam os governadores, e vice-reis sobre material de fazenda contra o que se acha estabelecido, sejam glosadas, e o como	31	Janeiro	1613	12	155
Provisões da mesa do paço, se obram na secretaria do Estado, e assina a V. Rei e as respostas, as contas dos ministros, as escreve o guarda-mór, e assinam dous ministros da mesa	18	Abril	1739	109	62
Provimentos militares	Vide Promoções.				
» dos lugares vagos de desembargadores, e ouvidores, como se farão	23	Dezembro	1609	6	107

Pu

Pondicheri sobre a negociação do seu governador com Aydar-Alikan	19	Dezembro	1778	160	57
Puném	Vide Nana.				
Puném diário do itinerário de um nosso enviado a Puném	21	Janeiro	1760	132	250
» proposição de paz conosco, e restituição do nau Santana	28	Março	1776	156	27
Puném a sua paz	Vide Ingleses.				
Puném tratado celebrado com esta corte	1	Janeiro	1781	161	413
» aí se estabelece uma Missão	Vide Missão.				
» guerra contra o Tipú, promovida pelos ingleses	Vide Tipú.				
» intervem a favor do Bounsuló	Vide Bounsuló seu estado actual Pretensões.				
» sobre ser recolhido o nosso enviado	2	Julho	1810	190	292

Qu

Quilimane, e Sena, providências para a sua defesa	17	Setembro	1711	78	55
---	----	----------	------	----	----

Qu

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Quelimane Planta do Canal novo, que se descobriu na sua barra, onde se tem mandado fazer uma fortaleza.....	4	Janeiro	1730	98 123	142 472
» planta da sua barra...					
Querelar de certos crimes só podem os moradores da India perante o ouvidor geral do crime..	3	Abril	1720	86	461
Quitaa aos rendeiros da Fazenda Real proibidas	22	Dezembro	1620	15	182

Ra

Rachol da scrição da sua fortaleza.	28	Janeiro	1775	152	218
» criação do seu seminario, e com que meios	19	Março	1781	162	85
» últimos arranjos com o arcebispo a respeito d'este collegio, sua congrua &	14	Abril	1781	161	866
Ranes Dessais sua sujeição ao Estado.	28	Outubro	1746	119	226
Rainha sendo o seu comércio do Busio		Vide	Busio.		
Rainha pelo impedimento da Rainha N. Senhora exercita sua alteza Real o N. Sr. em seu nome as suas funções.	10	Fevereiro	1792	174	586
Raizes medicinaes, que se remeterão para Lisboa, sua descrição e virtudes ...	10	Janeiro	1794	175	217
Rarim tomado pelo Vice Rei Marquez d'Alorna em 3 de Dezembro de 1746.....	23	Dezembro	1746	119	390

Re

Real dagua		Vide	Socorro	de 8 mil	crusados.
Recebedor da cosinha abolido....	15	Março	1784	165	53
Receita e despesa todos os anos se remeta a sua cópia.....	1	Março	1594	2	247
» do estado em 1598 era um conto de ouro, e tresentos e cincoenta mil xerafins.....	10	Março	1598	4	593
» e despesa do estado cada anno a remeta do vedor da fazenda ao reino.....	16	Fevereiro	1605	6	112
Receita da Fazenda Real.....		Vide	Fazenda	Real.	

Re

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Receita e despesa se remeta o seu mapa mais circunstanciado..	16	Fevereiro	1720	86	91
» » do Estado se remeta todos os anos, com as clarezas apontadas.	15	Março	1728	87	7
» » do Estado se remeta ao Reino, e se remete ...	28	Janeiro	1722	89	49
» » da Fazenda Real se remeta todos os anos; e qual a deste	2	Março	1726	93	71
Receita excede a despesa 195 mil xerafins	25	Janeiro	1732	99	265
Receita e despesa deste anno.....	14	Janeiro	1733	101	980
Receita e despesa do ano passado..	15	Janeiro	1750	122	428
Receita e despesa das Terras conquistadas ao Bounsuló, desde o principio da sua conquista até Setembro de 1751	12	Janeiro	1752	124	339
Receita e despesa da Fazenda Real seu estado desde 1761, até 1764. Note-se que em todos os livros das monções se achava desde muitos annos.	28	Janeiro	1765	137	81
Receita	Vide Renda do Estado não chega				
Receita e despesa do estado em 1810, ainda uma pela outra.	17	Dezembro	1810	190	828
Reclutados podem ser os estudantes, não os tonsurados, ou aditos á igreja	13	Janeiro	1708	72	170
Reclutas.	Vide Naturais da India.				
Reclutamento para Macau sua difficuldade.....	Vide Macau.				
Reclutas, sejam as tropas reclutadas com a gente do paiz	31	Janeiro	1789	171	66
Recomendações que faz a côrte a favor de sujeitos, não recaindo no merecimento pessoal sejam nulas.....	9	Abril	1788	170	994
Recomendações da rainha. principi. ou infantes não s rvam para alterar a justiça, ou as Leis &..	15	Abril	1723	89	298
Recurso, que o arcebispo pretende impedir, continue na forma da lei	22	Março	1751	126	14
Recursos dos ecclesiasticos, pratique-se a este respeito em Macau o que se determinou por carta do governador da India de 17 de Abril de 1789	27	Março	1803	183	462

Re

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Referendários providências sobre os seus provimentos, e o que só podem escrever.....	29	Novembro	1717	84	248
» observe-se sem contradição a ordem de 10 de abril de 1719 a seu respeito	30	Março	1721	87	1
Reforma dos officiaes dos exercitos.	16	Dezembro	1790	180	625
Reformas	Vide promoções.				
Regimento dos Momposteiros Moraes, &	11	Maió	1560	1	103
Regimento geral que trouxe o vice rei D. Luis de Ataíde.....	27	Fevereiro	1568	1	137
Regimento para o Chanceler, e Desembargadores para saírem os Infiéis de Goa, e Terras adjacentes				14	355
Regimento se fôr preciso	21	Janeiro	1727	93	671
» do Salario dos Officiaes de Justiça, e Fazenda sendo preciso	8	Janeiro	1728	94	156
» das Mercês	16	Fevereiro	1728	95	36
» do Despacho das Mercês	9	Janeiro	1671	134	97
» para a Fazenda, e Feitoria aprovados, e os mais, que se mandam faser a este respeito. .	8	Abril	1732	100	360
» da Feitoria de Baçaim	12	Dezembro	1726	100	434
» de Diu			1726	100	446
» de Damão			1726	100	460
» das Aldéas, e Camaras Geraes				100	469
» das Camaras Geraes, e Aldéas com o Dicionário dos termos barbaros que nele se uza ...				85	120
» de Chaul				100	487
» da Fortaleza d'Agoada, e Mormugão.....				100	489
» da Feitoria de Baçaim, aprovado o ter-se alterado um seu cap.	10	Abril	1736	105	223
» de Salarios para os officiaes de Justiça, e Fazenda, aprovado	8	Abril	1731	99	49
» da Fazenda, inconveniente que nele encontra	21	Janeiro	1735	103	232
E as folhas dos Quarteis daquêle ano				103	280
» sôbre os pagamentos da Fazenda, advertido o V. Rei pelo ter alterado.....	10	Abril	1736	105	221

Re

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Regimento do Arsenal da Ribeira das Naus da cidade de Goa.....	13	Julho	1773	153	268
			1796	179	674
" para as Embarcações da Armada aprovado.....	12	Abril	1736	105	213
" das Armadas, e Fragatas, para se observar em Goa, sobre todos os objectos que lho dizem respeito.....	10	Fevereiro	1774	154	1
" e Ordens se remetam .	10	Abril	1804	184	439
Regimento.....	Vide Ordens.				
" de Artilharia em Goa se eric um	28	Abril	1773	153	115
Com o Plano para o estabelecimento das aulas, e exercicios				153	119
" de Artilharia providências para obviar a sua notável decadencia: não se promovam officiaes sem exames: dos exames se dê parte todos os anos a Sua Magestade, para premiar os applicados com aumento de soldos, &c.	18	Fevereiro	1785	166	171
" da infantaria de Goa se cria.....	28	Abril	1773	153	112
" de infantaria o segundo extinto	26	Janeiro	1786	167	7
" de milicias	Vide Milicias.				
Regulamento para o exercito de Portugal.....	21	Fevereiro	1816	195	216
Reinoes, e naturais	Vide Naturais.				
Relação não suspenda seus negocios ainda que V. Rei saia de Goa, ou Estado.....	16	Março	1596	4	652
Relação de Goa tenha dez desembargadores.	6	Março	1605	6	82
" de Goa várias disposições a seu respeito.....	7	Dezembro	1613	12	113
" parecer do conselho do estado sobre se reduzir a quatro desembargadores e um chanceler. Serem os ouvidores homens de capa, e espada, e reduzir os Ministros da Fazenda e Officiaes dos contos.....			1614	12	288

(Continua)

O ORIENTE PORTUGUEZ

II.º ANNO. 1914

N.ºs 11 e 12

—Novembro e Dezembro—



FISICOS-MÓRES DA INDIA

NO SECULO XIX

Memoria historica



ERIA interessante á historia médica da India compôr a lista de todos os fisicos-móres desde o célebre *Garcia da Orta*, que parece ter sido o primeiro (1535), não havendo duvida que antes dele vieram para aqui *fisicos* de Portugal, como se vê nas *Lendas* de Gaspar Corrêa, em referencia á armada do vice-rei D. Francisco de Almeida e a Afonso de Albuquerque (I, 629 e II, 397, 398, 440 e 441). E' tarefa para

investigações laboriosas e demoradas, que ficam para estudiosos menos pensionados com afazeres. Limitamo-nos, por isso, a dar unicamente a relação dos fisicos-móres do século xix que, aliás, nos consumiu bastante paciência e tempo, podendo também mencionar neste lugar, além do dr. Orta, alguns nomes que ao acaso conseguimos reunir:

O licenciado *Dimas Bosque*, fisico-mór do tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança,—o licenciado Duarte Lopes, em cujo tempo se fez a *Pauta das mezinhas* (1573),—o dr. *Paulo Ximenes*, que acompanhou o vice-rei Ruy Lourenço de Tavora (1609),—o licenciado *Manoel Ferreira* (1628),—*Manoel Rodrigues de Souza* que veio em 1691, encarregado também de ensinar medicina (primeira tentativa, que não surtiu efeito, para se estabelecer na Índia o ensino medico),—*Francisco de Brito Vidigal* (1.º quartel do século xviii)—seu successor, o padre *Paulo Emilio Caetano* (jesuita), que era formado na faculdade de medicina e foi nomeado em Goa no ano de 1725,—e o dr. *Luiz da Costa Portugal*, que regressou á metropole em 1782 com fama de ter «mau genio, presumpções de sciencia e nimia ambição». ¹

Com este ultimo terminou a serie dos fisicos-móres do século xviii, pois nenhum o substituiu proximamente, tendo sido apenas nomeado por decreto de 23 de fevereiro de 1784 cirurgião-mór do Estado (outra entidade que coexistia com o fisico-mór, com exercicio privativo da sua faculdade) Francisco Manuel Barroso da Silva, que chegou a Goa na monção de 1785, com a seguinte recomendação do secretário d'Estado Martinho de Melo e Castro ao governador D. Frederico Guilherme de Souza:

¹ L.º das monções n.º 159, fl. 712.

«Este cirurgião foi discípulo de Manoel Constan-
cio, que dá dele muito boas informações; e será ne-
cessario que v. s. o faça aplicar ao ensino de alguns
naturaes do paiz, porque neste reino é muito difficul-
toso achar cirurgiões habéis, que queirão passar á
India. Este vai provido de instrumentos etc.»¹

Decorreram assim muitos anos durante os quaes
os *curiosos de medicina ficarão representando como
medicos de profissão*², até que, a repetidas instancias
do governador Veiga Cabral, foi preenchida a vaca-
tura de fisico-mór, com a nomeação do dr. *Antonio
José de Miranda e Almeida* que abre a série dos se-
te fisicos-móres do seculo xix, até á supressão de tão
importante cargo em 1868.

I

Antonio José de Miranda e Almeida

Doutor em medicina pela Universidade de Coim-
bra, onde era secretário da respectiva faculdade, de-
monstrador de matéria medica, lente substituto, exer-
cendo tambem o cargo de director do Hospital. No-
meado por decreto de 29 de novembro de 1799 que

¹ *Archivo de Pharmacia*, vol. de 1869, pag. 37. Na patente do ci-
rurgião-mór Barroso, que é datada de 2 de março de 1785, se declara-
va que era obrigado a curar, além do corpo militar, os doentes do Hos-
pital e egualmente a abrir aula de cirurgia para os que qui-essem em-
pregar-se no respectivo exercicio e pratica. Logo que chegou, foi gra-
duado em capitão de infantaria (31 de maio de 1786),—em 25 de agosto
de 1794 promovido a major, o que foi confirmado pela patente régia de
16 de março de 1804, na qual é denominado lente de anatomia, cirurgia
e operações, — tenente-coronel por decreto de 12 de outubro de 1820.
Faleceu em Goa a 23 de Janeiro de 1823 (L.^o das *monções* n.^o 200, fl.
141 e 149). Era emphyteuta do palmar da ilha de Ponolém, e tendo
pedido a redução do fôro, foi-lhe indeferida, — Aviso do secretario
d Estado Marquez de Aguiar, de 24 de Janeiro de 1816 (L.^o das *monções*
n.^o 194 A, fl. 319).

² Ofício do governador Veiga Cabral ao Ministerio, de 14 de
março de 1798, L.^o das *monções* n.^o 177, fl. 210.

foi transmitido ao governador Veiga Cabral pelo ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, em officio de 16 de maio de 1800.

Chegou a Goa em 26 de Janeiro de 1801, a bordo do navio de viagem *S. José de Marilva*, que tinha saído de Lisboa a 24 de maio do ano antecedente. Entrou logo em exercício e na monção daquele mesmo ano de 1801, escrevia a seu respeito ao referido ministro o mencionado governador:

«Remeteu (v. ex.^a) na pessoa do fisico-mór um dos mais importantes soccorros, pois observado esse bom homem, tem agradado a todos a sua prudencia e demonstrações de sabedoria, pelo que rendo a v. ex.^a as graças, cheio de reconhecimento á protecção que lhe merece este dominio de Sua Alteza Real remoto». ¹

Repetia ainda pouco depois, com a maior satisfação, esses agradecimentos em vista «da experiencia do seu (do fisico-mór) prestimo, assiduidade e vastos conhecimentos não só de medicina, mas de anatomia, farmacia, botânica e administração dos hospitaes»— porque «pelo prestimo deste homem sabio se tem experimentado nestes tres mezes grandes vantagens no Hospital Real de Goa, assim na diminuição da despesa, como no reconhecido proveito dela, e na outra importante diminuição de falecidos.» ²

Na mesma monção Veiga Cabral o propoz, em attenção aos seus vastos conhecimentos de historia natural, para o cargo de intendente geral de agricultura, acrescentando que o fisico-mór o podia exercer sem faltar ás suas próprias obrigações ³. Foi

¹ Officio de 4 de fevereiro de 1801, L.^o das monções n.^o 180, fl. 28.

² Officio de 4 de maio de 1801, L.^o cit., fl. 465.

³ Officio de 5 de maio de 1801, L.^o cit., fl. 187.

nomeado logo no anno immediato ¹. Parece, porém, que não foi muito proficuo esse exercicio cumulativo, pois annos depois foi dispensado, a seu pedido, pelo proprio governador Veiga Cabral e substituido pelo coronel Manoel Carlos da Cunha. ²

Vinha o dr. Miranda e Almeida encarregado do ensino medico, sendo essa a segunda tentativa desse genero, feita na India. Mezes após a sua chegada,

¹ Aviso do secretario d'Estado Visconde de Anadia, de 19 de fevereiro de 1802, L.º das *monções* n.º 183, fl. 425.

² Vem muito a proposito a seguinte informação, dada em 14 de março de 1825 ao secretário d'Estado Conde de Subsera, pelo vice-rei D. Manuel da Camara :

«Pelos anos de 1776 foi aqui creado o dito lugar de intendente geral de agricultura, que servirão successivamente o coronel que foi do regimento de artilharia Gustavo Adolfo Hercules de Charmont, Simeão Rodrigues Moreira, Pedro de Moraes Corrêa, o dr. fisico-mór Antonio José de Miranda e Almeida, o coronel Manoel Carlos da Cunha, e o fisico-mór Antonio José de Lima Leitão ; os dous primeiros, ainda que com muito poucos conhecimentos de um objecto de tanta importancia, suprirão esta falta com a força do engenho, e energia de que erão dotados, com a experiencia adquirida no paiz, e com o zelo com que se empregarão em semelhante serviço, de modo que no seu tempo floresceu aqui consideravelmente a agricultura. O 3.º e 5.º nem essas mesmas qualidades possuiram; e o 4.º e 6.º tinham sem duvida conhecimentos que poderiam ser de muito grande vantagem, mas nada fizeram, e no seu tempo retrogradou muito a mesma agricultura. Devia esperar-se destes dois homens, principalmente do dito dr. Miranda que tinha sido lente de huma cadeira de medicina na Universidade de Coimbra, bastantes vantagens, porém, tendo apenas tempo sufficiente para se empregarem no curativo dos muitos doentes dentro e fóra do Hospital Militar, e nas lições de medicina theorica e pratica, a que erão obrigados, não lhes restava hum só momento para se entregarem aos cuidados de um emprego que, pela sua importancia, exige hum espirito muito exercitado, e toda attenção, experiencia, combinações, e meditações de um homem desembaraçado». (L.º das *monções* n.º 202 A, fl. 180).

Bernardo Peres da Silva obteve em Lisboa provimento no cargo de intendente geral de agricultura em substituição do dr. Lima Leitão, mas não veio a exercel-o, tendo-o servido o ajudante da intendencia Constancio Roque da Costa. A reclamação da camara geral de Salsete foram extintos por provisão do Conselho Ultramarino, de 17 de abril de 1832 (L.º das *monções* n.º 209, fl. 4 e 96), ambos estes lugares com a respectiva repartição e mandado passar o seu cartorio para a Secretaria Geral do Governo.

E' longa a historia dessa intendencia e vale a pena fazer-se.

principiou o seu curso trienal ¹, cujo programa e primeiros resultados já publicámos em outro lugar. ²

Serviu até aos princípios do ano de 1815 e, por não poder continuar a permanecer em Goa, regressou a Portugal com licença do vice-rei Conde de Sarzedas, que foi confirmada por aviso de 25 de janeiro de 1816, do secretário d'Estado, Marquez de Aguiar, declarando-se que seria mandado um novo fisico-mór, *como tanto se necessita*. ³

A este aviso respondeu o vice-rei, que era já o Conde do Rio Pardo, em 20 de janeiro de 1817:

«Com a sua ausencia (do dr. Miranda) ficou este Estado sem fisico-mór e tambem o cirurgião-mór por cansado e velho não se acha em circumstancias de poder exercer a sua faculdade em zelo, prestimo e caridade com que o tem feito até de tempos a esta parte; solicito a v. ex.^a o socorro destes dois lugares com precisa deprecada, de que recáia em sujeitos já bem acreditados pela pratica dos seus curativos».

Vira-se em dificuldades o Conde de Sarzedas para prover á direcção do Hospital, mas sahiu-se muito bem. Estavam ahi servindo tres medicos indigenas, Eusebio Lourenço de Sequeira, Bernardo Peres da Silva e Gonzaga Vicente da Fonseca (a ordem designa a respectiva antiguidade), que, parece, não se entendiam bem entre si.

¹ E não em 1799, como se lê no citado *Archivo de Pharmacia*, vol. de 1835, pag. 253, — nem em 30 de dezembro de 1800, como diz M. V. d'Abreu no *Governo do Vice-rei Conde do Rio Pardo*, pag 136. Como poderia ser assim, se o dr. Miranda e Almeida chegou a Goa só em 26 de Janeiro de 1801?

² *Boletim Geral de Medicina e Pharmacia*, I, 368.

³ L.^o das monções n.^o 194 A, fl. 310. O dr. Miranda era emphyteuta do praso chamado «S Paulo Velho e suas anexas». Depois de regressar á metropole, fez sua cessão, recebendo em troca um predio correspondente na ilha da Madeira, e; por isso, aquele praso foi encorporado em 1820 nos proprios nacionaes. (L.^o das monções n.^o 199, fl. 385 e 385).

⁴ L.^o cit. das monções n.^o 194 A, fl. 311.

Eusebio de Sequeira era um medico muito antigo, que substituiu até 1804 o fisico-mór. Nesse anno foi dispensado do encargo que foi dado a Bernardo Peres da Silva, pela seguinte portaria de 15 de junho:

«Porquanto o medico Eusebio Lourenço de Sequeira pelas suas continuadas molestias não pode substituir ao dr. fisico-mór do Estado na aula de medicina estabelecida no Hospital militar, e em Bernardo Peres da Silva, medico aprovado concorrem as qualidades e requisitos necessarios para bem satisfazer aquella substituição, segundo constou da representação, que dirigiu á minha presença o dito fisico-mór: hei por bem nomear o referido Bernardo Peres da Silva para substituto do mencionado fisico-mór do Estado com o vencimento de 45 xerafins por mez, e obrigação de curar os enfermos do sobredito Hospital debaixo da direcção do dito fisico-mór, ficando conservado no serviço de medico do Hospital o referido Eusebio Lourenço de Sequeira, com o mesmo ordenado que actualmente percebe, do que nos lugares competentes se farão as precisas clarezas».¹

Não obstante esta portaria, o vice-rei Conde de Sarzedas entendeu que nem Bernardo Peres, nem Eusebio de Sequeira, que ainda vivia e estava em serviço activo, devia assumir a direcção do Hospital e nomeou para ella, em portaria de 28 de fevereiro de 1815, um adjunto, constituindo-o desses tres medicos, do cirurgião-mór Barroso e do escrivão da administração Feliciano José Ramalho, — adjunto que foi dissolvido com a chegada do novo fisico-mór.

¹ L.º das *monções* n.º 196, fl. 321.

II

Antonio José de Lima Leitão

Doutor em medicina pela Escola de Pariz. Fôra cirurgião-mór do batalhão dos pioneiros do Grande Exercito em 1812 e do Quartel General Imperial em 1813. Concluida a paz voltou ao serviço de Portugal onde era cirurgião-mór quando, em 1816, foi nomeado fisico-mór da capitania de Moçambique.

Por carta regia de 15 de junho de 1819 foi d'ahi transferido interinamente para a India, com a acumulação do cargo (aliás suprimido em 1816) de intendente geral de agricultura. Chegou a Goa em 1820.

No seu tempo foi creado um *curso médico-cirurgico* de 4 anos no Hospital de Goa, cujo programa, por ele delineado, teve a aprovação do vice-rei Conde do Rio Pardo em portaria de 23 de junho de 1811.¹

Seguiram-se alterações politicas a principiar pela deposição do proprio vice-rei. O dr. Lima Leitão envolveu-se nelas e desvairado pela ambição, legitima até certo ponto, de figurar nas cousas publicas, se seguiu a causa liberal e se identificou com os caudilhos populares da epoca, praticou tambem actos em verdade censuráveis. Irrequieto e incomodavel, chama-lhe com razão Thomas Ribeiro. A 14 de janeiro de 1822, em que se realisou aqui a primeira eleição de deputados ás côrtes, foi eleito juntamente com Bernardo Peres da Silva, de quem era intimo amigo, e Constancio Roque da Costa.

Contra a sua eleição houve um protesto com fundamento em não ter o dr. Lima Leitão sete anos de

¹ Lêm-se o plano e a portaria no cit. *Archivo de Pharmacia*, vol. de 1865, pag. 264 a 256, e no tambem cit. *Governo do Vice-rei Conde do Pio Pardo*, pg. 138 e 229.

residencia na Índia, como estatua a lei,—protesto que foi refutado pelo eleitor provincial Francisco Salvador Gomes, declarando em nome dos eleitores «que o eleito tinha concorrido para se proclamar nesta provincia o governo constitucional, se tinha oposto ás inconstitucionalidades ao ponto de ficar preso, e por isso e pelos conhecimentos que tinha do particular desta provincia, tinha sido eleito para um dos membros do governo provincial, no desempenho de cujos deveres tinha dado publicas provas do seu zelo pelos interesses publicos desta provincia; tinhão sido estas e outras urgentes razões que os tinhão obrigado a votar no dito eleito, sem que lhes servisse de obstaculo a falta de residencia de sete anos, visto que, pelo decurso do tempo que tem estado neste paiz no exercicio de intendente geral de agricultura e no referido governo, tinha elle adquirido o preciso conhecimento para util e superabundantemente exercer o cargo de deputado.»¹

Não era, porém, isso que levára os eleitores provinciaes a elegerem-no deputado; tivera-se apenas em vista demonstrar que na eleição se não haviam arrastado pelo castismo, como se tinha propalado antecipadamente, mas considerado todos os elementos de valor, sem atender a procedencias raciaes.

Por falta de transporte directo para Lisboa seguiu, com os seus dois colegas, para o Rio de Janeiro na charrua *Luconia*, que sahiu de Goa a 4 de março de 1822; o resto sabem-no todos quantos já leram a historia de Goa. Em Portugal o dr. Lima Leitão alcançou a brilhante carreira que o seu talento e saber lhe agouravam. Foi lente da Escola medico-cirurgica de Lisboa, presidente do Conselho de saude publica,

¹ *Relação das alterações políticas*, por M. V. d'Abreu, pag. 84 a 85.
Vol. XI

literato de renome. Faleceu a 8 de novembro de 1856, com 69 anos d'idade.

E o curso médico de Goa com tanto entusiasmo por ele proposto e aprovado pelo vice-rei Conde do Rio Pardo?... Ficou afogado na revolução. O físico-mór não chegou a completar sequer um ano de leccionamento! E esse mesmo sabe Deus como, pois, subjugado como estava pela paixão politica, não poderia tido vagar para atender regularmente ao ensino.

Mezes depois veio a falecer o cirurgião-mór Barroso da Silva e o vice-rei D. Manuel da Camara instou perante o Ministerio pelo immediato provimento de ambos os logares—de físico-mór e cirurgião-mór—por ser indispensavel tanto ao serviço do hospital como aos habitantes do paiz. Pediu igualmente «um pharmaceutico que, além de conhecimentos da sua arte possuisse tambem os necessarios de botanica, e chimica para poder conhecer e analisar as virtudes dos muitos vegetaes, de que aqui assim se servem com successo os herbolarios e empiricos do paiz». ¹

A estes pedidos respondeu a Côrte nomeando por cartas de 23 de março de 1825 boticario Antonio José Cardoso e cirurgião-mór, na situação de agregado, o cirurgião-mór da tropa da capitania das Ala-

¹ Officio de 22 de janeiro de 1823, cit. L.^o das *monções* n.^o 200, fl. 141. Nesse officio é participado em PS. o falecimento do cirurgião-mór Barroso, occorrido no dia subsequente; veja-se a nota 1 a pag. 257.

gôas Thomás da Silva Correa ¹, e por decreto de 6 de abril de 1826 fisico-mór a

III

Manoel José Ribeiro

Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Nomeado para servir por tres anos, chegou a Goa em 1827. Em 1830 tiveram elle e o cirurgião-mór do Estado a graduação de tenente-coronel com as correspondentes prerogativas e isenções inherentes, emquanto exercitassem os seus empregos, sendo uma dessas prerogativas o uso dos mesmos uniformes concedidos a identicos funcionarios dos hospitaes militares de Portugal.

Em 15 de outubro de 1833 acabou o seu tempo, mas o vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, que muito o protegia, o mandou continuar no serviço até se poder transportar para Portugal na primeira embarcação. Nessa situação se encontrava quando chegou o prefeito Bernardo Peres da Silva (10 de janeiro de 1835) que, em portaria de 23 desse mez, mandou suspender-lhe os vencimentos, creando assim mais um poderoso inimigo, pois o fisico-mór, além de dispôr da influencia do seu cargo, pertencia á oligarchia dominante.

¹ Ambos vieram juntos e chegaram a Goa no mesmo ano de 1825. Logo depois da morte do cirurgião-mór Barroso, o vice-rei nomeou interinamente para esse cargo, por não haver outro mais habil, o cirurgião do Hospital Antonio Joaquim de Carvalho, um que viéra gradado para a Índia em 1805 e nenhum diploma profissional tinha. Carvalho foi confirmado por carta régia de 6 de abril de 1826. Dahi contestações entre ambos—Silva Correa e Carvalho—diversamente resolvidas aqui e em Lisboa (L.^{as} das *monções* n.º 203, fl. 208, n.º 206 A fl. 272, n.º 209, fl. 35 e n.º 210, fl. 592). Em 1836 ainda continuava a questão e Silva Corrêa invocava em seu favor ter lecionado a cirurgia no tempo do governo provisional e haver reaberto em 18 de fevereiro a sua aula com 17 alunos.

Deposto dentro em poucos dias o prefeito, Manoel José Ribeiro foi um dos eleitos a 3 de março para formarem o governo provisório ou provisional. Faleceu em Pangim a 11 de abril de 1837 e foi sepultado, prestando-se-lhe todas as honras fúnebres que a um governador geral então competiam, na respectiva, igreja ¹.

Foi acusado de violências e extorções que obrigaram o proprio vice-rei, aliás seu protector, a mandar proceder contra elle criminalmente ²; favoreceu-o, porém, o tempo revoltoso e os clamores, que a sua cupidez tinha levantado, sumiram-se no olvido. Na sua necrologia, de certo escripta por mão amiga, lê-se comtudo, que era «possuido de sentimentos verdadeiramente liberaes e incansavel em applicar-se ao desempenho de seus deveres procurando, sempre que fosse possível, a execução da lei». ³ Ao ensino medico que lhe incumbia, pouco se dedicou.

Durante o seu exercicio D. Manoel de Portugal e Castro pediu á Côrte em officio de 8 de março de 1829 «um facultativo habil que possa dar lições de

¹ Diz Teixeira de Aragão (*Descripção geral e historica das moedas* ..., III, 368) que o físico-mór faleceu a 10 de abril e foi sepultado no cemitério publico. M. V. d'Abreu tambem dá o mesmo dia do falecimento (*Bosquejo Hist. de Goa*, pag. 62). Não é verdade, como se verifica da *Chronica Constitucional*, n.º 18 de 13 de abril de 1837 e ainda melhor, do respectivo assento d'obito, existente do archivo parochial de Pangim, cuja copia nos foi obsequiosamente fornecida pelo actual paroco, sr. bacharel João Baptista de Souza. Eis o assento:

«Aos onze de abril de 1837 faleceu de vida presente o Ill.^{mo} Sr. Manoel José Ribeiro, de idade de 50 anos mais ou menos, casado com a Ill.^{ma} D.^a Anna Rita Dámiana da Costa Ribeiro, com sacramento de união e sem testamento, e foi enterrado nesta igreja pagando a esmola acostumada—O encomendado Pe Caetano Bernardo da Natividade e Menezes». A' margem a nota de que foi paga a taxa de 20 xerafins.

Existia já então o cemitério de Pangim (na muito extinto), mas as inhumações faziam-se tambem na igreja, mediante maior taxa de cova-to, como se conhece de varios assentos d'obito coevos.

² *Reputação Analytica do Manifesto do Governo intruso de Goa*, pag. 31 e documentos n.ºs 34 a 36.

³ Cit. *Chronica Constitucional de Goa*.

todas as disciplinas cirurgicas para formar cirurgiões filhos do paiz, não só para os diferentes corpos militares desta cidade e mas dependencias, mas a beneficio dos habitantes destes Estados que carecem deste socorro». Pedia egualmente «um fisico, alem do fisico-mór que aqui ha, que tambem se ocupe principalmente de dar lições da sua faculdade, desembaraçado de outras obrigações inherentes ao dito fisico-mór». ¹

Em 12 do referido mez e anno enviava ainda ao governo de Lisboa uma exposição da junta medico-cirurgica do Hospital, composta de fisico-mór Ribeiro, do cirurgião-mór Silva Correa e do medico indigena, cirurgião de fragatas, Antonio Caetano Afonso do Rozario Dantas, e pedia «dois facultativos habeis para poderem dar aqui lições de medicina e cirurgia theoricas e praticas, formando-se aqui o plano do mesmo curso medico e cirurgico de acôrdo com o fisico-mór e cirurgiões-móres existentes neste Estado, servindo-se para este fim dos preparatorios que aqui se puderem obter nos seminarios e Academia militar». ²

Foram estes e outros identicos pedidos de D. Manoel de Portugal e Castro a origem da provisão do Conselho Ultramarino, de 2 de maio de 1832, pela qual se determinou que fossem escolhidos por concurso 4 mancebos de Goa para irem a Portugal estudar medicina, subsidiados pelas camaras agrarias e pela fazenda publica. ³

¹ L.^o das monções n.^o 205, fl. 364.

² L.^o cit., fl. 461. Nesse mesmo officio diz ainda o vice-rei que remete «tres arrateis de raiz emetica de hum trevo que aqui ha e he hum grande especifico contra a mordedura da cobra de capelo, e pode suprir a falta de ipecacuanha, segundo a opinião do fisico-mór, para se fazer em Lisboa a analyse e experiencias chimicas que demonstrem os seus efeitos».

³ A provisão com varios documentos e noticias referentes foi publicada por M. V. d'Abreu, — *Noção de alguns filhos distinctos da India Portuguesa*, pag. 3 a 24.

No seu tempo, em 1830, deu aquelle vice-rei um novo regulamento para o Hospital, em substituição do antigo regimento e seus aditamentos, já do seculo XVI, ainda então em vigor!

Esse regimento era o de 1584, feito pelos padres da Companhia de Jesus, que succederam á Santa Casa da Misericordia na administração do Hospital, primitivamente a cargo d'esse instituto, e confirmado pelo vice-rei D. Francisco Mascarenhas. Acrescentado em 1591 pelo vice-rei Mathias de Albuquerque e em 1797 pelo vice-rei D. Francisco da Gama, que o confirmou, como outros vice-reis e capitães generais, que se seguiram, os confirmaram tambem, foi tudo aprovado em 1672 pelo principe regente D. Pedro.¹

Aos padres jesuitas succederam na administração os frades de S. João de Deus (1688 a 1714). Tornaram a assumil-a os jesuitas, tendo-a nas suas mãos até á extinção da Companhia. Seguidamente o vice-rei Conde da Ega nomeou para administrador um official militar e fidalgo, D. Christovam do Carcomo Lobo. Em 1781 voltou aos religiosos de S. João de Deus, sendo administrado pelo seu commissario geral fr. José Paganino até 1786, anno em que lhe succedeu o tenente-coronel Manoel Preto, tendo desde então estado á testa do Hospital um official militar, quasi sempre de patente superior.

Em todas essas sucessivas e diferentes administrações se foram introduzindo graves abusos e manifestando irritantes contestações entre os administradores e os físicos-móres, o que levou o referido vice-rei a promulgar o seu regulamento² que, parece, não

¹ *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 5.º, doc. n.º 834. Sobre a administração do Hospital pela Santa Casa da Misericordia, vide *Historia da Misericordia de Goa* pelo sr. J. F. Ferreira Martins, I, 331 e seg.

² Officio de 16 de janeiro de 1830 ao Ministro Conde de Basto, L.º das monções n.º 206 A, fl. 97.

chegou a ter execução de forma a conseguirem-se os bons resultados que se esperavam, pois, poucos annos depois, o governador Barão do Candal dava, por indispensavel, como logo veremos, outro regulamento.

O governo collectivo de 1835-37, de que fazia parte o fisico-mór Ribeiro, pediu para Lisboa em officio de 7 de março de 1836 um fisico-mór. Só tres annos depois foi provido esse cargo.

IV

Victorino Pinheiro de Lacerda

Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Nomeado fisico-mór a seu pedido e «em consideração ao seu merecimento literario, sobrejamente comprovado pelos premios que recebeu no seu curso», por decreto de 19 de agosto de 1839. Chegou a Goa em novembro subsequente.

Em portaria de 10 de dezembro do mesmo anno, o governador Barão do Candal, atendendo á necessidade de promptamente se reformar o Hospital militar onde notou «grande relaxação em detrimento da saude do soldado e dos interesses da fazenda pública», nomeou uma comissão composta do fisico-mór Lacerda, do major do exercito de Portugal Manoel Corrêa da Silva e Araujo, e do cirurgião Antonio Caetano do Rosário Afonso Dantas, para organizar um novo regulamento afim de substituir o que então vigorava desde 1830.

A comissão apresentou o projecto que foi aprovado provisoriamente por portaria de 25 de janeiro de 1840 e que se vê assinado tambem pelo cirurgião-mór do Estado Tomaz da Silva Corrêa. Por esse regulamento toda a administração e direcção do Hospital foi cometida ao fisico-mór, suprimindo-se o administrador especial.

A 24 de dezembro de 1839 o fisico-mór Lacerda foi eleito um dos procuradores á antiga Junta Geral de distrito nos termos do Código administrativo de 1836 e, por ser um dos quatro mais votados, nomeado vogal do conselho de distrito.

Pouco viveu porém. Num acesso de febre que teve, atentou contra a própria existencia, sufocando-se com um guardanapo e faleceu a 28 de março de 1840.

Informando tão lamentavel ocorrência ao Ministro da marinha e ultramar, dizia-lhe, em officio de 15 de abril subsequente, o governador Barão do Candal :

«Este digno funcionário, tanto pelo seu saber como pelas suas boas maneiras com que tratava os doentes do Hospital militar a seu cargo, e mesmo os particulares sem disso lhe resultarem consideraveis interesses, dava grandes esperanças para o melhoramento deste paiz destituido de facultativos habeis; e por tanto espero que v. ex.^a interpondo o seu valimento com a mesma Augusta Senhora (a Rainha D. Maria II) haja de escolher um outro que tenha igual capacidade para estar á testa dum estabelecimento aonde a mais das vezes entra um excessivo numero de militares, para serem curados das suas complicadas molestias filhas de insalubridade do clima, acertada por suas intemperanças». ¹

Em Lisboa annunciou-se um concurso documental para o provimento do logar de fisico-mór com obrigação de ensino e, em resultado desse concurso, foi nomeado

¹ L.^o de registo da corr. com o Ministerio da Marinha e Ultramar, n.^o 2, fl. 102 v.

V

Matheus Cezario Rodrigues Moacho

Medico-cirurgião pela Escola medico-cirurgica de Lisboa e doutor em medicina pela Universidade de Lovaina.

Nomeado por decreto de 28 de abril de 1841, chegou a Goa em 7 e em 12 de julho do mesmo ano tomou posse que lhe foi dada pelo mencionado cirurgmór do Estado Silva Corrêa.

Devia ter sido um homem de talento, saber e energia. Bem oportuna foi a sua vinda e muito proveitosa a sua direcção dos serviços de saude publica durante pouco mais de 2 anos que exerceu o cargo.

No seu tempo foi transferido para Pangim o Hospital militar que funcionava em Panelim, contiguo á Fabrica da polvora e se achava em estado tão ruinoso e miseravel, a ponto dele a classificar como uma verdadeira *casa mortuaria*.

Para uso deste estabelecimento deu um *Formulario* (impresso na tipografia nacional, 1841, 4.º de 59 paginas), banindo do serviço «dois cadernos imundos e irregulares, denominados Formulários de fisica e de cirurgia», — *Formulario* que em 1843 foi mandado substituir por outro, enviado de Portugal, onde vigorava nos hospitais da marinha e do exercito.

Foi *magna pars* no estabelecimento da Escola medica, grandiosa obra do governador Conde das Antas, de que já publicámos nesta revista uma succinta noticia.¹

Podia e devia ter-se quedado por ahi. Não; foi além e dominado talvez por um *trop de zèle*, arcou com a numerosa legião dos *medicos e cirurgiões por*

¹ IV, 479.

Sua Magestade que por aqui se estadeava. Por sua proposta o Conde das Antas mandou submeter a exame todos os cirurgiões militares, alguns dos quaes foram demitidos por inabeis, e publicou as seguintes duas notaveis portarias :

«Cumprindo extremar entre os chamados medicos do paiz os que obtiverão carta mediante um exame e aprovação de qualquer dos fisicos-móres do Estado, e os que taes cartas alcançarão sem esse exame, e aprovação, a fim de que a profissão de medicina não seja por mais tempo exercida por pessoas, que carecem absolutamente de todas as circumstancias indispensaveis, e até d'um diploma legal; e conformando-me com o que a este respeito me foi representado, e proposto pelo doutor fisico-mór do Estado, Matheus Cezario Rodrigues Moacho: heí por conveniente ordenar o seguinte :

1.º Não havendo lei que permitisse passar cartas de medicina, senão á Universidade de Coimbra, serão d'ora avante consideradas simples licenças de curar de medicina, essas autorisações assinadas pelos governadores deste Estado, as quaes terão comtudo a duração determinada na portaria de 5 de novembro ultimo;

2.º Sendo igualmente certo, que as referidas licenças só podião ser concedidas, mediante a aprovação do fisico-mór, e constando que o maior numero de taes licenças foram ob e subrepticamente alcançadas nos intervalos em que se achava vago aquele lugar, todos os individuos, que taes licenças possuirem, apresental-as-hão ao fisico-mór (e nas provincias aos delegados do mesmo) no praso de trinta dias, afim de que, levadas ao conselho da Escola medica, se examine, se com efeito estão comprehendidas no caso acima referido, no qual deverão ser na presença do mesmo

conselho inutilisadas, fazendo-se de tudo expressa menção na respectiva acta;

3.º O fisico-mór do Estado procederá sem perda de tempo, anualmente, á matricula de todos os medicos, cirurgiões, boticarios e droguistas do Estado, e formará no principio de cada um ano, a lista dos facultativos habilitados, que será impressa no *Boletim do Governo*, para conhecimento do público, e repartições do Estado; devendo, quando encontrar omissão no cumprimento desta ordem, mandar formar pelo seu escrivão auto contra o transgressor, e relaxar-o ao poder judicial, para proceder conforme a lei». ¹

«Tomando na merecida consideração o que me tem sido representado pelas camaras municipaes contra a lata execução da portaria n.º 469 de 23 de fevereiro do corrente ano, na parte em mandava inutilisar todas as cartas de medicina, ob e sobrepticiamente alcançadas, sem prévia aprovação do fisico-mór legalmente habilitado, por seguir-se desta medida uma falta quasi absoluta de pessoas que possam exercer a arte de curar; conformando-me com a opinião do actual fisico-mór do Estado, o doutor Matheus Cezario Rodrigues Moacho, emitida sobre este objecto, como providencia de remedio temporario, que concilie o beneficio da citada portaria com a necessidade de não privar os povos repentinamente do auxilio da arte: hei por conveniente ordenar, que sejam consideradas como licenças legaes de curar todas as cartas de medicina, ou cirurgia, e de parteiras, obtidas, fosse quem fosse que as passasse, até ao falecimento do fisico-mór Manoel José Ribeiro, em 1835, visto que se podem supôr legitimadas,

¹ P. de 23 de fevereiro de 1843, *Boletim do Governo* n.º 17.

pelo facto de terem sido tacitamente confirmadas por elle todas as anteriores ao seu tempo, contra as quaes lhe cumpria representar e proceder, se imerecidas; e que sómente se não considerem válidas as que se obtiverão depois daquele falecimento, isto é, todas ou quasi todas no ano de 1839, em que se abussou extremamente da concessão de taes cartas, do que o fisico-mór Victorino Pinheiro de Lacerda não chegou a tomar conhecimento, por ter vivido tão pouco tempo no paiz, ficando, porém, livre aos que tiverão estas cartas de 1839, o aproveitarem-se do disposto na portaria n.º 495 de 24 do mesmo mês, para exercerem a medicina, ou cirurgia ministrante, cuja carta lhes será passada gratuitamente, quando sejam aprovados, em atenção a terem pago as que possuem, e que de nada lhes ficão valendo». ¹

Estas portarias tiveram inteira e prompta execução, mas efémera vigência. A reacção não se fez esperar, animada pelo regresso á metropóle, em abril de 1843, do governador Conde das Antas, amigo e protector do dr. Moacho, e ambos os diplomas foram revogados pelo governador sucessor Joaquim Mourão Garcez Palha, sendo, o que é de admirar, a revogação confirmada pelo governo de Portugal ² e o fisico-mór teve que assistir, resignado, ao desmoronamento dessa sua obra, na qual só tivera em mira o bem do serviço de saude!

Não pararam aqui os seus desgostos. Tinha incorri-

¹ P. de 31 de março de 1843, *Boletim do Governo*, n.º 27. Relativamente ao avultado numero das cartas expedidas em 1839, vide a pag. 213 do presente vol. o artigo *Alguns medicos antigos de Goa*. Na P. se diz por equívoco que o fisico-mór Ribeiro faleceu em 1835, aliás 1837.

² PP. de 6 e 13 de junho e PPM. de 22 de maio e 30 de agosto, de 1843, — *Boletim do Governo* n.ºs 43, 44, 49 e 64.

do no desagrado do governador e, portanto, foi desde logo um homem ao mar.

Um detalhe qualquer de serviço foi considerado motivo mais que bastante para o físico-mór ser preso e submetido a conselho de guerra (13 de setembro de 1843). Não achamos o resultado desse processo, parece, porém, que lhe foi favorável, pois, pouco depois se lê num diploma oficial que o dr. Moacho não podia reassumir o cargo, para se achar doente. Foi exonerado por decreto de 4 de outubro do mesmo ano. Deve ter regressado á metrópole em novembro, dezembro ou janeiro subsequente.

Em Lisboa foi membro do conselho de saúde pública, director do Instituto de vacina etc. e faleceu em em 1893, com 84 anos d'idade, tendo durante esse periodo visto primorosamente fructificada a boa semente que tinha aqui lançado — a Escola medica — assistindo á sua consolidação, ás suas reformas successivas, e aos utilissimos resultados que estava dando — a unica recordação lenitivadora dos dissabores que o atormentaram na Índia!

Faz um ano, a Escola medica celebrou com brilhantes e ruidosas festas o seu 71.º anniversário. Numa carta que então dirigimos ao illustrado redactor do *Heraldo*, desta capital, e que sahio em o n.º 1629 de 30 de novembro, diziamos nós :

«E agora, por derradeiro, uma lembrança, que aliás julgo dispensavel, aos celebrantes da simpatica festa.

Que lhes não escapem, na synthese affectiva da commemoração, os benemeritos nomes do dr. Moacho é do heroe do monte das Antas. Quem planta uma avore — resa um proverbio oriental — faz uma boa obra, e da mais estricta justiça é que todos quantos a vêm depois, galharda e viçosa, com a sua es-

plendida ramagem, a sua vistosa florescência e os seus deliciosos frutos, se não esqueçam de evocar com reconhecimento o nome do plantador».

Seria uma justa e muito oportuna homenagem do presente ao passado, da coma á raiz. Nada se fez, infelizmente. Prestem-na sem demora aquelles a quem tão impreterivel encargo incumbe. Pague-se a quem se deve, que já muito demorada tem sido a desobrigação.

VI

Francisco Maria da Silva Torres

Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. Nomeado por decreto de 4 de outubro de 1843, veio á India em companhia de seu irmão, o arcebispo primaz D. José Maria da Silva Torres. Chegou a Goa em 2 do março de 1844 e dois dias depois houve posse, que lhe foi dada pelo cirurgião-mór do Estado, José Frederico Texeira de Pinho.

Encontrou a Escola medica funcionando já com o 1.º e 2.º ano. A respeito do seu estado e dos melhoramentos de que necessitava, assim se exprimia em officio de 14 de julho de 1845, á Secretaria geral do governo :

«O conselho (escolar) tem as mais bem fundadas esperanças, de que a medicina racional e filosofica occupará em breve neste Estado o lugar que a illustração e o progresso das sciencias lhe tem oferecido em todos os paizes da Europa.

A regularidade da Escola, o bom metodo do ensino, a adopção de bens compendios, o zelo dos lentes, a applicação e recursos intellectuaes da maioria dos actuaes alumnos asseguram-nos aquele resultado.»¹

¹ *Boletim do Governo* n.º 29 de 19 de julho de 1845.

Exerceu o cargo até 27 de março de 1849 em que regressou com licença á metropole, em companhia do irmão arcebispo, tendo sido exonerado por decreto de 22 de setembro de 1851, conservando-se-lhe as honras e graduação de fisico-mór, em atenção ao zelo e acerto com que se houvera no desempenho desse logar e aos bons serviços prestados na India.

Para o substituir foi nomeado por decreto de 7 de dezembro de 1852 António Augusto da Costa Simões, doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, onde ao tempo era demonstrador da cadeira de matéria médica e farmacia. Pediu para continuar na propriedade nesse lugar, mas, não tendo sido atendido, foi exonerado do cargo de fisico-mór por decreto de 26 de julho de 1853. Não chegou, pois, vir á India. Em Coimbra ganhou com o decorrer do tempo notavel reputação no magistério e na medicina. Foi lente catedrático, decano jubilado da faculdade de medicina, administrador dos hospitaes de Coimbra, e autor de importantes publicações.

VII

Eduardo de Freitas e Almeida

Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Nomeado, mediante concurso, por decreto de 14 de setembro de 1853, chegou a Goa em 2 e em 5 de maio de 1854 tomou posse que lhe dada pelo cirurgião-mór do Estado, José Antonio d'Oliveira.

Serviu até 9 de maio de 1871, regressando em seguida, para aguardar a sua reforma, á metropole, onde tambem estivera. com licença por motivo de saude, desde 10 de maio de 1865 até 14 de maio de 1866.

Foi o ultimo fisico-mór, pois por decreto de 24 de dezembro de 1868, foi esse logar extincto nos quadros de saude do ultramar onde existia (Angola,

Cabo Verde, Moçambique e India), e substituído pelo chefe do serviço de saúde, fundindo-se neste as atribuições tanto de physico-mór, como de cirurgião-mór, também extinto pelo citado decreto. O dr. Freitas e Almeida é que nunca deixou de usar o seu título de physico-mór, embora em documentos officiaes fosse denominado chefe do serviço de saúde.

Por decreto de 21 de junho de 1871 foi-lhe concedida a reforma no posto de coronel.

Na vespera do seu regresso de Goa enviou ao governo geral um extenso relatório do seu longo exercicio, documento importante para a historia do serviço de saúde e da Escola medico-cirurgica, do qual destacamos os seguintes trechos que merecem reproducção n'esta abreviada memoria :

«Cometteria uma flagrante injustiça, se neste momento solemne, não fizesse uma honrosa menção dos filhos do paiz que frequentaram as aulas por espaço de dezaseis anos, que tive a honra de dirigir a Escola medico-cirurgica, a de pharmacia e ultimamente a aula de principios de physica, chimica e historia natural; o comportamento dos alunos para comigo e para com os seus dignos mestres foi sempre tal, que jámais me dêram o mais pequeno desgosto; entrando o arco do hospital todos deixavam de ser jovens, para se portarem como homens sérios, bem educados e estudiosos; — e foi debaixo de tão felizes auspicios que concluíram os seus estudos esses dignos filhos da Escola, que, hoje espalhados pela Asia, Africa oriental e occidental, e Oceania, tanto lustre dão ao paiz e ao estabelecimento em que aprenderam». ¹

J. A. ISMAEL GRACIAS.

¹ *Boletim do Governo* n.º 37 de 16 de maio de 1871.

FERNÃO DE

ALBUQUERQUE

PARENTE DE AFFONSO DE ALBUQUERQUE

(Excerpto dum livro em preparação)



A longa lista dos vice-reis e governadores da India lêem-se nomes de tantos homens que na historia deixaram tão indeleveis vestígios da sua passagem, que o do governador Fernão de Albuquerque passaria despercebido, se uma circumstancia, algo curiosa, nos não prendesse a attenção a ponto de nos forçar a fazer cuidadasas investigações a seu respeito.

Fernão de Albuquerque nasceu na India, e á India dedicara uma vida inteira de trabalhos. Batalhou em Malaca, foi governador de Ceylão, e por fim, no termo da vida, chegou a governar a India pela morte do vice-rei D. João Coutinho, conde do Redondo.

Durante o seu governo, alem da perda de Ormuz, que foi objecto dum artigo nosso nesta Revista, nada houve de

importante que mereça menção especial. Danvers, porém, não sabemos a que proposito, diz que sendo muito velho quando foi nomeado governador, lhe faltou a necessaria energia para manter o brilho das armas portuguezas no Oriente, quando é certo que muito antes disso o nosso imperio oriental havia entrado numa fase de difficuldades a que os vice-reis não poderam dar solução que fosse favoravel aos interesses de Portugal. Até ahi era só contra os natúraes, que os portuguezes tinham que combater, mas quando appareceram os ingleses e os holandezes com intuitos de ter parte nas riquezas do Oriente, a causa dos portuguezes começou a periclitár, até que por fim de todo se perdeu.

Fernão de Albuquerque governou a India de 12 de novembro de 1619 a 19 de dezembro de 1622 e quarenta dias depois faleceu, isto é, em 27 de Janeiro de (1) 1623. Foi até essa data o primeiro governador que faleceu na India, depois de a deixar de governar, di-lo o seu successor D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira.

Em novembro de 1621, prevendo talvez a morte, solicitou, em requerimento dirigido á Meza da Misericordia de Goa, que fosse enterrado na «capella de Nossa Senhora da Serra das grades pra. dentro athé seus ossos se porem em hua caixa na parede de frente do pulpito», — e para que a Meza não sentisse duvidas em deferir o pedido, tanto mais que era expressamente prohibido ser enterrado «das grades para dentro», onde estava a sepultura de Affonso de Albuquerque e de seus dois sobrinhos D. Antonio e D. Diogo de Noronha, alegava o requerente

(1) Muito embora o epitafio diga que Fernão de Albuquerque faleceu em 29 de janeiro, podemos asseverar que foi em 27, porque foi nesse dia que a Meza da Misericordia se reuniu e deliberou cassar a licença concedida pela sua antecessora para elle ser enterrado na cova que havia sido de Afonso de Albuquerque. — Quando o vice-rei, conde da Vidigueira, fôra disso informado, escreveu no dia immediato (28) ao Provedor e obteve uma resolução favoravel á pretensão daquelle que acabava de falecer.

que era parente mais chegado d'Afonso d'Albuquerque aqui e em Portugal.

Era ao tempo provedor da Misericórdia D. Filippe de Souza, o mesmo que, mezes antes, lhe negara o emprestimo para o soccorro de Ormuz, ameaçada pelos holandezes, inglezes e persas.

Muito embora Dom Filippe, certamente contrariado, mas em cumprimento de ordens rigorosas do governo de Portugal, lhe tivesse recusado o auxilio de dinheiro, não teve a menor duvida e sem a menor observação anuiu ao pedido de Fernão de Albuquerque para ser enterrado no sitio por este escolhido.

Teria elle dito no requerimento qual era o grau de seu parentesco com Affonso de Albuquerque? Se o tivesse feito e nós encontrássemos o documento, ou mesmo se este fosse transcrito no respectivo assento da Meza, não estaríamos em frente da difficuldade que até hoje temos encontrado em saber como Fernão era parente de Affonso de Albuquerque, sendo certo que o último descendente do conquistador, em linha recta, foi D. Affonso de Albuquerque, filho de João Affonso, bastardo de Braz ou Affonso de Albuquerque, e que veiu á India em 1617, onde fallecera, sem sequer praticar um acto só que a historia tivesse de mencionar para a posteridade.

Ignoraria D. Filippe de Souza e os Irmãos da Meza, que concederam a licença, que era expressamente prohibido ser enterrado «das grades para dentro» da igreja da Serra? Queremos suppor que não, desde que a prohibição era uma das clausulas do contracto, assinado em 1610, quando foi da entrega do Recolhimento da Serra, feita por D. Fr. Aleixo de Menezes, á Meza da Misericórdia, presidida por Miguel de Sousa Pimental.

Se, porem, D. Filippe de Souza concedeu a licença, o seu successor na Misericórdia, D. Diogo de Souza de Menezes, a revogou, com voto do Adjunto da Meza, fundando-se na clausula do contrato, e no mesmo dia em

que a concessão havia de ser aproveitada, 27 de Janeiro de 1623, data do falecimento de Fernão de Albuquerque.

Não obstante a recusa da Meza, que certamente foi ferir o coração angustiado dos filhos do falecido, todos ao tempo em Goa, sendo duas filhas, freiras de Sta. Monica e um filho, Jorge, pouco antes regressado de Ceylão, de que fora governador,—o vice-rei, Conde almirante, conseguiu do provedor e da Meza da Misericórdia que permitissem cumprir a última vontade d'aquelle que tão amigo havia sido do estabelecimento de caridade, que tantos serviços lhe ficara a dever em tranzes difficilimos, de que soube defender-se, mercê da sua energica acção e do seu vigoroso braço.

Encerramos este pequeno artigo, publicando um assento da Meza da Misericórdia que diz respeito ao assumpto, e muito embora a elle nos tivessemos muitas vezes referido, em mais dum lugar, na nossa *Historia da Misericórdia de Goa*, é inédito, e vem provar que, entre os que concordaram em não permitir o enterramento de quem quer que fosse na egreja da Serra, das grades a dentro, estava Fernão de Albuquerque, o mesmo que 12 anos depois mostrou olvidar o formal compromisso tomado com o arcebispo Menezes, muito embora para tanto tenha sido movido pelo supremo desejo de querer que seu corpo fosse coberto da mesma terra que recebeu do grande Capitão, seu parente, como elle diz, mas que até hoje não temos alcançado saber como era, não obstante cuidadosas pesquisas.

Assento que se fez sobre asseltar em toda a
administração da Casa dos Orfãos

Aos treze dias do mez de setembro de mil seis sentos e dez anos indo o provedor e mais yrmãos q. este dito ano servem no Santa Mia tratar com o sor arcebispo primas dom frei Aleixo de Menezes certos negocios tocantes a dita

casa da Santa Mia, e a das convertidas, e das orfãos recolhidos no mosteyro de nossa sora. da Serra o dito sor arcebispo prymaz disse ao dito provedor e mais yrmãos que ele por respeito q. a isso o movião de muito serviço de nosso sor. he bem da conservação do dito mosteiro e recolhimento das ditas orfãs pedia ao dito provedor e mais yrmãos quizessem pelos mesmos respeito tomar a dita casa das orfãs a sua conta pera em todo o admenistramen he que como primeiro fundador della dava he trespassava na dita meza toda a jurisdição temporal e espiritual na forma seguinte:

Primeiramente que elle trespassava toda admenistração da casa das orfãs em tudo e por tudo na casa de Santa Mia e provedores e yrmãos dela pera poderem eleger Regente e todos os mais officiais de fora e dentro como lhe parecer e assy castiguar he mandar alevantar o castiguo como lhes parecer, e pa. visitar o mosteiro ao menos hua vez ao ano he as mais que se offerecerem, avião pera isso na forma do compromisso da dita casa das orfãs o provedor e mais yrmãos da meza elegerão hua pessoa e de cathegia, e idade descende para isso que será yrmão desta Santa yrmandade que com o escrivão da mesa fação a dita visita como asima he declarado de que darão razão na meza pera nella se prover como mais for serviço do nosso sor, e bem da dita casa, em caso que na Irmandade por algú respeito falte yrmão conveniente na idade e partes q. se requerem pera semelhante obrigação o pdor. e mais yrmãos elegerão hum relegioso prelado que possa satisfazer o dito officio de visitador com o dito escrivão e pera isso lhe pedirá a meza com toda a instancia pera que por serviço de nosso sor. aceite a dita occupação e trabalho com a mesma obrigação de comunicar a meza a dita vizita como tudo he declarado e nas cauzas q. socederem de segredo os comonicará cõ o pdor. somente e que com o dito vizitador os comporá no modo que parecer mais.

serviço de nosso sor. e outro sy as proverá a meza de confessores que não possam ser de menos ydade que simcoenta anos e nas festas do natal e pascoa isprito santo e dassumpção de nossa sora. e de todos os sanctos lhe mandará hu ou dous aliviadores confessores das mesmas partes e idades e nestes dias não poderá confessar cõ confessor proprio posto que será pedido mas este lhe dará cumunhão e poderá recomeliar, e dentro não poderá ir confessar em forma se não o proprio confessor e estando elle impedido, o cura de see sendo o proprio cura ou ontra pessoa das mesmas partes estando o cura ympedido e estes tais confessores terão a propria autoridade do perlado pera admenistração dos sacramentos nesta caza conforme o compromisso e autoridade que nelle doa, e a meza consentirá que ellas mudem os nomes a religiosas que hoje tem per não ouvir contendas nem mudarão o trajo noutros por andarem todas conformes nem mudaram o de Santo Agostinho visto serem nelle ynstituído e creado e mais cousas se guardará a compromisso que está na caza e as molheres cazadas se quizerem trazer o abito de caza o poderão fzer. e se quizerem amdar no secular o farão com declaração que não hirão comugar nem ha grade e fallar cõ pessoa algua se nam vestidas de moda q. vam a Igreja tirado mão, e com todas estas obrigacões e inteira goarda do compromisso da dita caza das orfãas o dito sor. arcebispo dom frey Aleixo de Menezes larguou e admitio toda a juridição e poder que athé o prezente tinha na dita caza das orfãas como instituidor della a esta Santa Casa ao provedor e yrmãos por em tudo e por tudo a admenistramem . . . he geral admenistração e pedia e encomendava muito em o sor. e ainda como seu pastor e perlado mandou em obediencia saudavel e emcarguo de nossas comsiencias para darem estreita comta nõ Tribunal divino que setenha grande temto nas pas. que se recolherem na dita caza seiãodas que não aija sospeita nenhua de mal na vida ou fama.

porque não venha a caza ser recolhimento de obriguações desconsertadas dos apanegoadas della, e se conserve sempre a nobreza, limpeza da caza, pois nella se ande criar as orfãs dos fidalgos cavaleiros e sidadãos deste estado no que tudo encarreguo em nossas comsiencias deencarreguando a sua sobre a dita sãta caza a quem escolheo pera administração deste recolhimento pella grande confiança que tem das comsiencias dos que nesta santa caza servem. E comais obriguação q. da fabriqua da caza das orfãs a santa casa de mia. ordene todos os anos a festa do orago de nossa sra. da Serra em cujo dia se celebra a vitoria do morro e vem a esta procissão solene de q. fas memoria das que o grande Afonso d'Albuquerque teve neste estado, cõ cuja sepultura a nenhú tempo se bulirá para o outro logar algú por ser padroeyro da dita caza por conquistador desta cidade, nem assy cõ as sepulturas colaterais de dom Antonyo de Noronha e dom Diogo de Noronha, seus subrinhos, antes sejam sempre conservadas na posse e luguar em q. estão de tantos anos e que na capella do dito Afonso Dalbuquerque senão poderá emterrar nenhum outra pessoa de nenhuma calidade q. seja em nenhú tempo nem no chão nem nas paredes. Eu Mauro da Rocha escrivão desta sata caza fez escrever este assento e o dito sor. arcebispo ho notou como nelle he declarado, e o sor. pdor. e mais irmãos asseitaram a dita adimenistração por ser em prol e autoridade da caza, em que se assinou com a meza no dito dia.

Fr. Aleixo, Arce. Primas

O Pdor. Miguel de Souza Pimentel

Mauro da Rocha

Fernão d'Albuquerque

Forge da Rocha

(E mais 10 assinaturas ininteligíveis).

J. FERREIRA MARTINS.

Outubro de 1914.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

ADIVINHAS

1. Hum home piquin, mas visti cumprido e mordê fino.
(Homem pequeno, mas veste comprido e morde fundo).

Agulha

2. Hum nigrinha com grande trobante corado.
(Negrinha com trumfa corada).

Cajú com castanha

3. Piquin vivente, cantá alto e murdê fundo.
(Este pequeno que canta alto e fere profundo).

Mosquito

4. Hum home tem impido, cortê pindurado e cabelo ispiado.
(Um homem está de pé com frutos pendentes e cabelo espalhado).

Coqueiro

5. Piquin padás bas par distruvi cidade intêro.
(Basta um pequeno bocado para destruir cidade inteira).

Fogo

6. Subi par subi savodi tem,
Depôs de subi ardor tem.
Depôs de descê médo tem.
(Emquanto sobe dá saude,

Depois de subir dá ardor,
Depois de descer faz medo).

Sol

7. Cavallo torrado subi arbore riba.
(Cavala torrada escala arvore).

Faca

8. Santá ne meze, cortá, parti, tomá ne man, mas nan podê comê.
(Senta-se á mesa, corta-se, distribue-se e toma-se na mão, mas não se pode comer).

Baralho

9. Hum arbore com *balls balls*.
(Arvore com bolas, bolas).

Laranjeira

10. Hum córda si dobrá chegá ne pôço, si soltá nan chegá.
(Uma corda que dobrada chega ao pôço, mas não lhe chega quando se estende).

Mão para boca

11. Bujans-riba hum veljo tem santá.
(Sobre o jarro um velho está sentado).

Cajú com castanha

12. Hum arbore cum carvan, carvan.
(Uma planta com carvão, carvão).

Jamboleiro

13. Pegando ne piscosso, chapá ne barriga e batê.
Pegando no pescoço, aperta na barriga e lhe bate).

Guitarra

14. Deus já criá hum vivente que dormí 12 hora e corrê 12 hora.
(Deus criou um ente que dorme 12 horas e anda outras 12).

Sol

15. Subí minha riba, oljá minha bás, eu já fica medo, quando oljá palás.
(Subi e olho a meus pés, tenho medo quando vejo o palacio).

Pôço

16. Hum home durmé tudo dia, mas travalljá de noite.
(Um homem que dorme de dia e trabalha de noite).

Lampada

17. Bulí, buli, botá ne buraco.
(Revolve na abertura).

Chave

18. Filjo matá e mãe chorá
(Filho bate e a mãe chora).

Sino

19. Vai, vi, tres bocus, dés pê.
(Anda, vê, tem tres bocas e 10 pês).

Carro de 2 bois e seu guia

20. Mãi tem verdente, mas filjo vermeljo.
(Mãi verde mas o filho vermelho).

Pimenteira

21. Cortá par cortá, té ficá comprido.
(Quanto mais cortar, tanto mais cresce).

Sangria d'agua

22. Ne ceu buljá, baté, feri, lança fogo despôs chorá, cahí lagri.
(No ceu briga, bate, fere, lança fogo, depois chora e deixa cair lagrimas).

Chuva

23. Hum cousá nan podê oljá nem tocá, mas batê, destruví casa, grande arbore, tudo.
(Uma cousa que não se vê, nem se pode tocar, mas bate, destrue casas, desaraiga arvores : tudo).

Vento

24. Hum home impido, cum crianças pindurado.
(Um homem de pé com crianças suspensas).

Jaqueira

25. Papão terrivel, tem quatro pé e um mão com que matá inimigo, andá preguicos e banhá muito, nescê ne Ceilon.
(Um monstro temivel que tem 4 pés e uma mão, comque mata o inimigo; anda vagoroso e banha-se muito; é natural de Ceylão).

Elefante

26. Lantá panno, cargá man.
(Levante o pano e meta a mão).

Abrir a janela arregaçando a cortina

27. Hum pastro antrá todo parte, andá tudo cidade, mas murrê na mais o oljos.
(Uum passaro que entra em toda parte, anda toda a cidade, mas morde tão somente os olhos).

Fumo

28. Hum ente com mil pés, nan tem mão, se murrê murrê.
(Um ente com mil pés, mas sem mão, se morder morre).

Milopea

29. Quando já quimá com fogu, boca vasá agua.
(Quando arde no fogão, deita agua pela boca).

Caldeira

30. Hum pesson poderoso tudo mandá, cobrá dinheiro, mas tudos papiá conter elle, nunco podê oljá.
(Uma pessoa poderosa que governa tudo e cobra dinheiro, todos falam contra êle, ninguém o conhece).

Governo

31. Tábu tabliado, dôs mines encontrado.
(Taboa tabolada que incanta duas meninas).

Espelho

32. Mãi sua barriga-riba filjo dansá.
(Sobre a barriga da mãe dança o filho).

Pedra de moer

33. Cinco brincos te bailá ne hum só casa.
(Jogam 5 brincos numa casa).

Betel ⁽¹⁾

34. Hum cusa quanto más torrô e battê, tanto más ficá luzido.
(Uma cousa que quanto mais torrar e bater, tanto mais brilha).

Ouro

(1) O betel compõe-se de folhas, areca, cal, tabaco e cardamomo: cinco ao todo.

35. Quando vi nunco vi, aquel para despôs já vi só par homes, o mulher nunco podê comprá.

(Quando nasce não a traz, ao depois só os homens possuem; a mulher, porém, nem comprando pode ter).

Barba

36. Hum piquin cousa, tem corpo mas nan tem mãos, tem dentes mas nan cabeça; mulher triê em casa e o home ne fora.

(Cousa pequena que tendo corpo não possui mãos, tem dentes mas não a cabeça; as mulheres usam-na em casa, porém o homem fora dela).

Pente ⁽¹⁾

37. Quando vi, nunco vi, aquel para despos já vi, aquel par despós já foi, torna quando vi nas andá mas.

(Quando nasce não os traz, vem e vão ao depois, quando de novo voltam, não mais vão).

Dentes

38. Hum home sem cabeça nem man, mas de boca e ouvido, comê pôco mas matá certo.

(Um homem sem cabeça nem mãos, tem boca e ouvido, come pouco, mas mata certo).

Clavina

39. Assi que subí assi descé, assi que bottá, assi que rossá).

(Assim como sobe, assim desce, assim como pinta assim apresenta).

Caïar

40. Hum vivente com muito pê, mas nuntem mans, tem oljos, nantem cabeça, agarrá forte e anda tráz.

(Um ser com alguns pés, mas não tem mãos, tem olhos, não tem cabeça. Agarra fortemente e anda para traz).

Carangueijo

41. Hum pessoa amoroso de home, tem quatro pé, tem cabeça e murdê. Cantá alto para o lumi quand nascê.

(Uma pessoa amiga do homem, tem 4 pés e cabeça: morde. Canta alto ao romper da lua).

Cão

(1) Os singalezes usam o pente como ornamento da cabeça em publico, enquanto as singalesas o trazem só em familia.

42. Tem com vide nunco morrê, caçan de mortí te buscá te cumê.

(Tendo vida nunca morre, mas o cação quis comer sem o matar).

Profeta Jonas

43. Um bote com dós vins.

(Uma garrafa com dois vinhos).

Ovo

44. Manhã andá com catro pé, meo dia con dós pé, ne tarde com tres pé.

(Na manhã anda com 4 pés, ao meio dia com 2, mas sobre a tarde com tres).

Homem

45. Vi quelai rei, já santé quilai lean, tem cabeça, não tem cabelo.

(Veio como um rei, sentou-se como um leão, tem cabeça sem cabelos).

Rã

46. Quilai home tem cabeça e boco mas não papiá, andá con catro pé mas nuca morrê

(Como homem tem cabeça e bôca, mas não fala, anda com 4 pés mas nunca morre).

Macaco ⁽¹⁾

47. Nigrinha como noite mas nuhé noite; tem azes, nuhé pastro; distruvé casa-tecto, mas nuhé rato; comê barley mas nuhé cavalo; «muito diligente», papiá Bibliá.

(Negrinha como a noite, mas não é noite, tem azas, mas não é passaro; destroe o tecto da casa, mas não é rato, come cevada, mas não é cavalo; «muito diligente», diz a Biblia).

Formiga

48. Cruz riba tem murtê, murtê riba tem mato, ne mato tem porcos.

(Em cima da cruz ha uma panela, sobre a panela existe mato, e no mato ha porcos).

Homem ⁽²⁾

⁽¹⁾ Os singalezes pensam que os macacos não morrem, pois nunca se tem apanhado o seu esqueleto nos matos onde os simios abundam.

⁽²⁾ Panela, alusão á cabeça,—mato, a cabelos,—e porcos aos piolhos talvez.

49. Redunda e redonda, todos te gostá creance, beata e pápa.
(Redonda redondela, todos gostam dela; meninas, beata ou pápa).

Anel

50. Piquin coseu muito luzente, mas nuhé ouro, tem azes e vová.
(É uma cousa pequena, muito brilhante, mas não é ouro, tem azas e voa).

Pirilampo

51. Filho veljo, mas mãe tenro.
(Filho velho, mas sua mãe é nova).

Algodoeiro

52. Nan hé home, mas cantá benfêto, vesti corado mas não cortado.
(Não é homem, mas canta bem, veste-se corado sem se talhar).

Galo

53. Hum home impê com tres oljos.
(Um homem em pé com 3 olhos).

Coco

54. Corrê ne montanho, pará ne caminho, destruvê tudos.
(Corre nas montanhas, mas pára nas ruas, destroe tudo).

Fogo

55. Nuhé home, mas tem cabeça, nan tem cabelo, num tem dente, mas murdê fino.
(Não é homem, mas tem cabeça sem cabelo, morde fino sem dentes).

Alfinete

56. Nuhé pastro nas vová alto; tem azes e rabo, mas não tem pé, divertê criances.
(Não é um passaro, mas voa, tem azas e cauda, mas não tem pés, diverte as crianças).

Papagaio do ar

57. Quem fazê nan gozá, quem gozá nan oljá, quem oljá nunco desejá.
(Quem faz, não goza; quem goza, não vê, e quem vê não deseja).

Cova

58. Eu tem cego e bom, não oljá de peyson; todos querrê me par ellotros, mas nunquerrê por si.
(Sou cego e bom, não respeito pessoas; todos me querem para outros, mas ninguem para si).

Justiça

59. Rico gardá ne bolsa, mas pobre botá fora.
(O rico guarda na algibeira, o pobre, porem, deita fora).

Ranho

60. Eu tem piquinino, mas murdê fino, fazê chorá veljo e mi nino, pobre ou rei do reino.
(Sou pequeno, mas mordo fino, fazendo chorar tanto o velho como o menino, assim o pobre como o rei do reino).

Escorpião

61. Já nascê no montanho, vivê ne courte, nunca já foi baptisado, mas tem nome christão.
(Nasceu nas montanhas, vive na côrte; sem ser baptisado, tem um nome cristão).

Martinho

62. Qual lingo todos intendê e a todos alegrá?
(Qual é a lingua que todos percebem e a todos alegrá?)

Musica

63. Qual couse tem difficil par destruvê do que construvê?
(Qual é a cousa mais difficil de destruir que construir?)

Nó

64. Qual couse o dinhêro nam podê nunco comprá?
(Qual é a cousa que o dinheiro não pode comprar?)

Saude

65. Qual couse quando querê nunco podê apanhá?
(Qual é a cousa que não se apanha quando é preciso?)

Policta

66. Qual couse sempre corrê e nunca pará?
(Qual é a cousa que sempre corre e nunca descansa?)

Tempo

67. Qual couse todos visitá com mesmo módo?
(Qual é a cousa que a todos visita do mesmo modo?)

Morte

68. Qual cose todos querê e pôco apanhá ?
(Qual é a cousa que todos procuram, mas poucos apanham) ?

Amigo

69. Qual pesson todos fazé e ninguem oljá ?
(Quem é que a todos creou, mas ninguem vê) ?

Deus

70. Qual cose tem amado e amavel, que hums comprá e elotros vendê; hums aná e braçá, elotros odiá e battê; todos desejá ne sua casa, mas pouco tem ?
(Qual é a cousa amavel e amada, que uns compram e outros vendem; estes amam e abraçam, aqueles odiam e batem; todos desejam possuil-a em família, mas poucos conseguem ?)

Mulher

71. Qual cose bastá poco par destruí muito ?
(Qual é a cousa que basta pouco para destruir muito ?)

Fogo

72. Qual cose todos querrê fugi e par todos companhá ?
(Qual é a cousa que todos querem evitar e a todos persegue ?)

Doença

73. Qual pequin semente produzi grande arbore ?
(Qual é o pequeno grão que produz grande planta ?)

Mostarda

74. Qui cose negra não podê apanha ?
(Qual é a cousa negra que não se apanha ?)

Sombra


75. Qui cose todos governá ne terrá ?
(Qual é a cousa que tudo governa na terra ?)

Dinheiro

Raia.

B. C. TAVARES DE MELLO

EPITAFIOS PORTUGUEZES EM PATNA

o artigo *Christian Tombs at Bankipore and Patna*, publicado pelo erudito padre H. Hosten, S. J., no *Bengal Past & Present*, vol. IV, P. I, encontramos os seguintes epitaphios portuguezes dentre outros que sua revca. trasladou dos proprios, existentes no cemiterio da antiga cathedral catholica de Patna:

I

† / Aqui foi enterrado o corpo / de / HENRICO JOZE,
filho / de / JOÃO & FRANCISCA GAUMISSE, / em 23 de /
mayo de 1798, / na idade de 3 anos, 4 meses / & 23 dias. /

NB. *Gaumisse* é sem duvida corruptela do apellido portuguez *Gomes*, como pensa tambem o padre Hosten.

II

Aqui jase o corpo / de MANOEL JOAQUIM D' CAMERA / DE NORONHA, filho primogenito / do CAPITÃO J. J. D' CAMERA DE NO/RONHA, e de DONNA FRANCISCA / DE CAMERA: nasido aos 29: de agosto [*mudado para novo.*] / d' 1803: na cidade de A/gra, e falecido aos 18. d'feverei/ro d' 1808: nesta cidade de Pat/na contande [*sic*] de idade IV: an/nos II: mezes, e XXI dias. /

III

Baixo desta pedra / jaze o corpo d'aquella gran[de] / peccadora / ANNA TEREZA NUREN[HA] / [fi] delissima e querida consor[te de] / [BER]NARD JACOB NUREN[HA] / [conver]tida do gentilismo a nossa [santa fe] / [fa] lejeo a 12. de mayo do anno do / Senhor 1817. / [De i]da de podera ella ter 37. annos. / santa caridade pede a todos, que passarem sobre..... / que rezem hum Padre nosso, huma Ave Maria / e hum Gloria Padre, &, por sua alma. /

IV

Duas espadas atravessadas

Sagrado / na memoria / do senr. capõ J. J. D'Camera D' Noronha / filho de Dom M. D'Camera D'Noronha / & & / que partio desta vida no dia de quinta feira pela 12 / horas do meio dia aos 3 de junho no anno de 1819 / na idade de 52 annos e 6 mezes /. Na sua mais bella e florente idade, entrou em / posto d'oficial da militia na ordem de cavalla/ria no serviço ds Sua Magestade Fidelissima Rei / de Portugal nos seus dominios de Goa e com / grande satisfação serveo 8 annos. Depois em pos/to de capitão serveo diferentes principes de In/dustan: no fim ficando estipendiado do gover/no inglez recolheu-se em Patna. Mas algum tem/po depois foi apontado como capitão na irregular / cavallaria no comando do sr. col. W. L. Gardner. / Foi hum afeiçãoado, e amado marido: / querido pai, sincero e leal amigo. /

A character every way / creditable to human nature. / If honesty, / if purity of principle. / filial and fraternal affection, / conscienctions discharge of / his public and private duties, if charity, & the principle of every virtue, / that enobles the character of man merit the kingdom of heaven, / the living only have to lament his premature death. / Matathias vir fortissimus, dilatavit gloriam populo suo. / Primo Maccob. (sic) cap. II. ¹

This monument is erected / by his disconsolate widow.

J. A. ISMAEL GRACIAS

¹ Este texto é do livro I, cap. III, v. 3, dos Machabeus, applicado a Judas e não a seu pae Matathias (N. do padre Hosten).

VARIA VARIORUM

Alguns boticarios antigos de Goa ⁽¹⁾

(1828-1840)

- António João Coelho, de Pangim—28 novembro 1828.
André Crispino Barreto de Navelim de Salsete—10 março
1830.
Bartholomeu Piedade Machado—22 janeiro 1834.
Joaquim Francisco Piedade Monteiro—idem.
José Joaquim de Andrade—25 janeiro 1834.
Camilo do Rosário Verdes—22 fevereiro 1834.
Faustino Soares—1.º março 1834.
Pedro Constâncio de Menezes—12 março 1834.
Bernardo Baptista de Souza—8 abril 1834.
Benjamin Baptista de Souza—idem.
José Antonio da Costa—24 abril 1834.
Caetano Isidoro Barreto ⁽²⁾—28 abril 1834.
Pedro Camilo Rodrigues—7 maio 1834.
Simão Manoel Jorge—5 junho 1834.

⁽¹⁾ A par de *medicos e cirurgiões por Sua Magestade* (vide a pag. 213 d'este volume) coexistiram os *boticarios* (pharmaceuticos) *por Sua Magestade*. A relação é organizada conforme os registos que pudemos consular no archivo da Secretaria Geral do Governo.

⁽²⁾ Natural não de Curtorim, como, por equívoco do informante, dissemos na nota a pag. 216, mas da Raia, segundo nos foi agora comunicado por pessoa competente.

Joaquim Matheus Pires—20 junho 1834.
 Benedicto de Sousa—26 junho 1834.
 Bartholomeu Fernandes—26 agosto 1834.
 Francisco Caetano de Souza—idem.
 Estevam Manuel Vás—19 novembro 1834.
 Manoel Filippe Jacques—12 dezembro 1834.
 Lourenço Miguel Machado, de Pangim—7 novembro 1839.
 Francisco Gabriel da Silva, de Pangim—11 maio 1840.
 Pedro Xavier Fernandes (arte pharmaceutica) — 9 junho 1840.
 Francisco Xavier Mesquita—6 julho 1840.
 Francisco Antonio Collaço—29 dezembro 1840.

População indo-portugueza na Presidencia de Bombaim

(Censo de 1911)

Natu.alidade	Sexo		Total
	M.	F.	
Goa	32.692	16.854	49.546
Darão	4 642	3.472	8.114
Diu.....	393	18	411
Não especificada.....	1	2	3
Total.....	37.728	20.346	58.074

O ferro na antiga India

Sob este titulo acaba de publicar em Calcutta Mr. P. Neogi, M. A., F. C. S., um erudito trabalho em que, segundo se lê no *Times of India*, de 6 de Janeiro, faz a historia do uso de ferro na India em tempos antigos até ao fim do período mogol. Começando ccm a epoca vedica, afirma que o termo duvidoso *ayas* significa ferro e não bronze ou oiro, como sustentam muitos estudio-sos europeus. Se assim é, encontra-se mencionado o ferro muitas vezes no *Rig-Veda* e estavam em uso as armas de ferro. Neste particular, os guerreiros vedicos estavam mais adiantados do que os gregos homericos. Na antiga literatura vedica, as referencias ao ferro são muito

numerosas e inesquecíveis, sendo isto commum entre os epicos.

Nenhum apoio tem contudo a absurda theoria, algumas vezes apresentada, de que os canhões são mencionados nos epicos.

A *satagni* e armas similares, se não puramente imaginarias, eram provavelmente artefactos primitivos de fogo ou qualquer coisa identica, ou ainda podiam ser catapultas.

O aço indiano era muito apreciado no tempo de Alexandre, e Chandragupta tinha um superintendente de minas. As inscrições e esculpturas de Asoka com a sua exquisita belleza manifestam a existencia de instrumentos de superior tempera, como se verifica tambem pelos que se têm descoberto nas excavações de Piprawa Stupa e em Gaya. Grandes colunas de ferro foram empregadas no templo de Puri, mas um lindo specimen dos antigos artefactos de ferro é o pilar de Gupta em Kutub Minar perto de Delhi. Mal se pode imaginar como esse pilar esculpido, de ferro, de vinte e tres pés de altura, se teria fabricado no seculo V da era cristã.

O autor nota a fama da folha da espada do Guzerate e diz que o aço de Damasco se importou provavelmente da India. Mas não se refere ás lindas e fascinantes armas e armaria indianas das quaes Rajputana pode ainda fornecer magnificos specimens. Alude apenas ao gigantesco canhão, o qual tanto os dominantes hindús como os mahometanos mandaram fundir nos seculos XVII e XVIII. Tambêm se não refere ao *Zam Zam*, fundido no tempo de Ahmad Shab, apreendido por Ranjit Singh, e finalmente pelos inglezes; contudo a sua historia romantica merece recordar-se e esse canhão está hoje no Museu de Lahore. A monographia conclue com a descripção de algumas investigações microscopicas e chimicas, que tem lançado muita luz nos processos de tintura e fundição em voga na antiga India.

Professores publicos em Goa no anno de 1826

A Provisão do Conselho Ultramarino, de 11 de fevereiro de 1824, determinou que os governadores das provincias ultramarinas exercessem a mais seria vigilancia no serviço dos professores do ensino publico e que anualmente lhe enviassem as respectivas informações de conduta. As primeiras informa-

ções que, em virtude d'esse diploma, se remeteram de Goa, são datadas de 24 de janeiro de 1826 e assinadas pelos 3 membros do governo colectivo — o arcebispo primaz D. Fr. Manoel de S. Galdino, o chefe d'esquadra Candido Mourão Garcez Palha, e o desembargador Antonio Ribeiro de Carvalho. São as seguintes :

Seminar'õ do Chorão — De *latim*, o padre João Pinto, muito boa conducta e um dos melhores ecclesiasticos de Goa. De *filosofia*, o padre João Mariano Pacheco, boa conducta e intelligencia; examinador synodal. De *theologia*, o padre Antonio Mariano Parras, idem como o antecedente.

Seminario de Rachol — De *latim*, o padre Miguel Filippe de Quadros, não tem nota, é ainda moço e de boas esperanças. De *filosofia*, o padre Lourenço Estevam Mesquita, foi um padre de prestimo e para não se perder está no seminario onde aproveita a si e aos outros. De *theologia*, o padre Manuel Parras, congregado, muito bom professor.

Professores de latim — Nas Ilhas de Goa, o padre Diogo Antonio Collaço, — em Bardez, os padres André Avelino de Sousa e Castodio Francisco Pereira, — e em Salsete o padre Joaquim Filippe Pacheco, — não ha razão de queixa (mesma informação acerca de todos estes quatro).

Total dos professores — de *latim* 6, — de *filosofia* 2, — de *theologia* 2.

(L das monções n.º 202 B, fl. 331).

Estações postais da India Portuguesa

Em 1914

1 Aldonã—2 Angediva—3 Bicholim—4 Calangute—5 Canacona—6 Caranzalém—7 Chaporá—8 Chinchinim—9 Colvale—10 Cortalim—11 Cuncolim—12 Curtorim—13 Damão—14 Damão (Praça)—15 Diu—16 Loutulim—17 Mandur—18 Mapuçá—19 Marsela—20 Margão—21 Mormugão (Porto)—22 Nagar-Aveli—23 Nova Goa—24 Perném—25 Piedade—26 Pondá—27 Porvorim—28 Quepém—29 Saligão—30 Sanguém—31 Sanquelim—32 Sanvordém—33 Santo Estevam—34 S. Lourenço—35 Siolim—36 Tivim—37 Valpoi—38 Vasco da Gama—39 Velha Goa—40 Verná.

Um Hobson-Jobson portuguez

Nò *Times of India*, de 6 de janeiro, lê-se 'a seguinte apreciação da valiosa obra do erudito indianista, monsenhor S. Rodolfo Dalgado, intitulada *Influencia do Vocabulario Portuguez em Linguas Asiaticas*—, que se classifica como o *Hobson-Jobson Portuguez*:

«A historica Universidade de Coimbra, uma das mais antigas Universidades da Europa, fez um bom serviço editando esta obra classica, cuja publicação lhe foi recomendada pela Academia das Sciencias de Lisboa, que nomeara uma comissão composta de homens competentes, entre os quais se contava o dr. Teófilo Braga, ex-presidente do governo provisório da Republica Portuguesa, para apresentar um relatório sobre o manuscrito desse livro.»

Tornava-se necessário um livro destes, pois os portuguezes, no decurso das suas longas relações com a Asia e especialmente com a India, exerceram grande influencia na lingua do povo com que estiveram em contacto. Alexandre Hamilton, o bem conhecido marinheiro cujos conhecimentos sobre a India maritima e territorios circumvisinhos, durante a ultima parte do seculo XVII, foram foram tão vastos, atesta que «ao longo da costa maritima os portuguezes deixaram vestígios da sua lingua, embora cheia de corrupções», e que é esta «lingua que muitos europeus primeiro aprendem afim de se habilitarem para conversar uns com outros, assim como com os diferentes habitantes da India.»

O dr. Dalgado descreve laboriosa e pacientemente estes vestígios e através de muitas linguas asiaticas e indianas e até dialectos. A sua obra abrange, como ele diz, quasi cinquenta linguas vernaculas, sendo as que especialmente interessam ao povo da região occidental o guzerate, o maratha, o canarez e o concani.

Trata destas linguas vernáculos exaustivamente, comquanto notemos algumas omissões, como por exemplo, as palavras guzerathes *godri*, colcha, e *tabelo*, estabulo, que supomos foram tomadas ao portuguez. Temos, é verdade, *afonsa*, a variedade bastante conhecida de manga, tão afamada em Bombaim, mas não temos *payri*, outra variedade, embora menos afamada, entre as palavras guzerathes e marathas, comquanto esteja descrito como termo concani. Vimos uma longa e interessante lista de nomes portuguezes de variedades de manga, na maior parte nomes de pessoas.

Muitos «Hobson-Jobsons», isto é, coloquialismos e termos anglo-indianos, denunciavam vestígios de portuguez, mesmo os de origem indiana. Muitos deles vieram-nos directamente do portuguez como *monsoon*, *mango*, *curry*, e *nabab*. O dr. Dalgado é admiravel quando se refere á algumas destas palavras; e indicamos o artigo sobre *varanda* como um exemplo tipico em que regista largamente as sugestões de varios sabios e entre outros de Yule, de que esta palavra vulgar anglo-indiana, com que se designa uma galeria aberta em volta duma casa, foi distintamente portugueza na sua origem.

A obra do dr. Dalgado pode ser na verdade comparada ao celebre Hobson-Jobson de Yule e Burnell; mas falta-lhe a feição que distingue esta e torna a sua leitura mais agradavel apesar de ser um glossário. O dr. Dalgado não ilustra as palavras que dá no seu glossário com exemplos tirados de varios autores, e assim tira ao seu trabalho muito do seu valor e interesse tanto perante os sabios, como perante os leitores em geral. Insere, é certo, algumas citações em notas, mas sugeriríamos que na sua seguinte edição introduzisse as citações dispostas em ordem chronologica. Assim aumentaria consideravelmente o valor desta importante obra, além de tornar muito mais aprazivel a sua leitura.

O dr. Dalgado presta merecidamente a sua homenagem aos eruditos trabalhos do finado dr. Gerson da Cunha, um sábio genial de Bombaim, ainda lembrado por uma grande roda.

Ha uma extensa introdução em que, depois de se referir rapidamente á influencia dos portuguezes e da sua lingua na Asia, trata principalmente das linguas individuais e vernaculas dos asiaticos mencionadas no seu glossário.

A erudita obra do dr. Dalgado merece ser traduzida em inglez, pois constitue um magnifico suplemento á de Yule e Burnell.



